



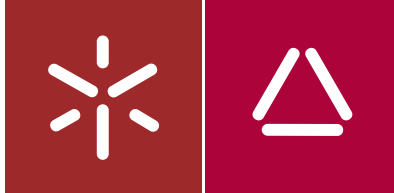
Anselmo Belém Machado

Segregação sócio-espacial em contexto urbano. Um estudo comparativo entre Braga-Portugal e Aracaju-Brasil.

Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais







Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Anselmo Belém Machado

Segregação sócio-espacial em contexto urbano. Um estudo comparativo entre Braga-Portugal e Aracaju-Brasil.

Tese de Doutoramento  
Doutoramento em Geografia  
Especialidade de Geografia Humana

Trabalho realizado sob a orientação de:  
Professor Doutor Miguel Sopas Melo Bandeira  
Professor Doutor Flávio Paulo Jorge Nunes

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### **Licença concedida aos utilizadores deste trabalho**



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações**  
**CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente agradeço a Deus por me ter dado forças e fé para continuar, quando o desânimo estava fortemente presente.

Agradeço aos meus pais, Antônio Florivaldo Machado (*In memoriam*) e a Josefina Belém Machado, que mesmo sem entender o teor desta tese, me ajudaram muito, através de seus ensinamentos, que estão na essência deste trabalho científico.

Agradeço a Marisa Santos Souza, minha mulher que, estando sempre presente, mostrou-me a necessidade de ser resiliente para superar o stress que os estudos do doutoramento estavam provocando.

Agradeço aos meus três filhos, Hanna Professor Machado, Matheus Souza Machado e Mirella Souza Machado, que sempre foram motivos de minha perseverança.

Agradeço aos Professores Doutores Miguel Sopas de Melo Bandeira e Flávio Paulo Jorge Nunes, que com suas orientações científicas, lapidaram todas partes da tese, tornando-a muito mais científica.

Agradeço aos meus amigos, Napoleão dos Santos Queiroz (pelo grande estímulo científico), Rivaldo Sávio de Jesus (ajudando a me dar forças para continuar) e Neilson Meneses (na elaboração de alguns gráficos da tese).

Agradeço aos familiares, Excelsa Machado (irmã), Igor Machado (sobrinho) e Expedito Souza (cunhado), que me ajudaram na realização das entrevistas no Bairro Jardins. Bem como estou grato aos alunos da unidade curricular ‘Teoria do Planeamento Urbano’ da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho, pelo inestimável auxílio na aplicação dos inquéritos no Bairro das Andorinhas e na realização das entrevistas na Encosta do Bom Jesus

Agradeço por fim a todos os inquiridos e entrevistados, dos quatro bairros estudados, que dedicaram parte de seu tempo para responder aos questionários e às entrevistas.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Braga, 18 de Novembro de 2019

  
(Anselmo Belém Machado)

## **Segregação sócio-espacial em contexto urbano. Um estudo comparativo entre Braga-Portugal e Aracaju-Brasil.**

### **RESUMO**

Face ao contexto actual de urbanização acelerada, são vários os desafios que se colocam ao desenvolvimento das cidades contemporâneas, de entre os quais aqueles que se relacionam com a urgência de novas políticas de gestão urbana, capazes de promover um urbanismo inclusivo que contribua para o surgimento de cidades socialmente mais coesas, integradas e justas. Assim, importa reforçar o conhecimento existente em torno das dinâmicas urbanas de segregação sócio-espacial. Este trabalho contribui para esta reflexão a partir de uma investigação que se singulariza por uma abordagem comparativa desenvolvida a dois níveis. Por um lado, trata-se de um estudo de geografia urbana que privilegia a comparação entre duas cidades (Braga em Portugal e Aracaju no Brasil), que embora se enquadrem em países diferentes e com culturas e realidades sócio-econômicas específicas, enfrentam ambos processos de segregação sócio-espacial no interior das suas malhas urbanas. Por outro lado, trata-se de um estudo que confronta simultaneamente a análise de dinâmicas espaciais distintas, quer a concentração de cidadãos de baixo nível sócio-económico (segregação imposta), quer a realidade oposta onde a homogeneidade sócio-económica de algumas bolsas territoriais se faz sentir pela presença exclusiva de cidadãos de altos rendimentos (auto-segregação). Ao nível do quadro analítico-metodológico, este estudo procura elevar a compreensão em torno da segregação sócio-espacial a partir da visão de quem habita esses território e sente quotidianamente os seus efeitos. Para isso privilegiou-se o cruzamento de uma abordagem quantitativa baseada em inquéritos aplicados a uma amostra de residentes em contextos de segregação imposta (Bairro das Andorinhas em Braga e Bairro da Invasão de São Conrado em Aracaju); com um abordagem de cunho qualitativo baseada em entrevistas de profundidade a moradores em contextos de auto-segregação (Encosta do Bom Jesus em Braga e Bairro Jardins em Aracaju). Os resultados indiciam que o planeamento urbano nem sempre contribui para minimizar a segregação sócio-espacial. Curiosamente nos casos em que a segregação representa uma preferência dos seus moradores parecem detectar-se mais dificuldades na criação de um sentido de comunidade, sendo este mais forte nos contextos em que a segregação resulta mais de uma imposição do que de uma opção.

**Palavras-chave:** Aracaju, Braga, Cidade Dual, Geografia Urbana, Planeamento Urbano, Segregação sócio-espacial.

## **Socio-spatial segregation in urban context. A comparative study between Braga-Portugal and Aracaju-Brazil.**

### **ABSTRACT**

In the current context of intense urbanization, there are several challenges to the development of contemporary cities, including those related to the urgency of new urban management policies, capable of promoting an inclusive urbanism that contributes for the emergence of more socially cohesive and integrated cities. Thus, it is important to reinforce the existing knowledge about the urban dynamics of socio-spatial segregation. This study contributes to this major goal with a research based in a comparative approach that is developed on two levels. On the one hand, it is a study of urban geography that favors the comparison between two cities (Braga in Portugal and Aracaju in Brazil), which although they fit in different countries and with specific cultures and socio-economic realities, both face processes of socio-spatial segregation within their borders. On the other hand, this is a study that simultaneously confronts the analysis of distinct spatial dynamics, both the concentration of citizens of low socioeconomic status (imposed segregation) and the opposite reality where the socio-economic homogeneity of some city areas is characterized by the exclusive presence of high income citizens (self-segregation). Regarding the analytical-methodological framework, this study seeks to raise the understanding about socio-spatial segregation from the view of those who daily feel their effects in their residential neighborhoods. To this it was privileged the crossing of a quantitative approach based on surveys applied to a sample of inhabitants in contexts of imposed segregation (Bairro das Andorinhas in Braga and Bairro da Invasão de São Conrado in Aracaju); with a more qualitative approach based on in-depth interviews with inhabitants of self-segregating contexts (Encosta do Bom Jesus in Braga and Bairro Jardins in Aracaju). The results achieved indicate that urban planning does not always contribute to minimize socio-spatial segregation. Curiously, where segregation represents a preference for its residents, it seems more difficult to create a sense of community, which seems to be stronger in contexts where segregation results more from an imposition than from a personal option.

**Keywords:** Aracaju, Braga, Dual City, Socio-spatial segregation, Urban Geography, Urban Planning.



## ÍNDICE

	Pág.
Índice de Figuras	xi
Índice de Tabelas	xiv
Índice de Fotografias	xv
Abreviaturas e Siglas	xvi
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
Enquadramento e problematização do objecto de estudo	22
Hipóteses e objectivos da investigação	45
Metodologia de investigação e principais fontes	47
Limitações da investigação e sua relação com o percurso académico do autor	54
Estrutura da Investigação	56
<b>CAPÍTULO 1. O FENÓMENO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM CONTEXO URBANO</b>	<b>58</b>
1.1. Clarificação conceitual de segregação sócio-espacial e suas principais modalidades	63
1.1.1 Conceito de segregação sócio-espacial	63
1.1.2. Principais modalidades da segregação sócio-espacial: auto-segregação e segregação imposta	75
1.2. As transformações urbanas recentes e a manifestação dos processos de segregação sócio-espacial	84
1.3. A desigualdade social e a manifestação dos processos de segregação sócio-espacial	95
1.4. A explosão demográfica e a manifestação de processos de segregação sócio-espacial	106

<b>CAPÍTULO 2. O PLANEAMENTO URBANO E A MANIFESTAÇÃO DOS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL</b>	<b>113</b>
2.1. O planeamento urbano e o favorecimento da segregação sócio-espacial, na modalidade da segregação imposta	118
2.1.1. Os bairros problemáticos de habitação social	119
2.1.2. As áreas de génese ilegal	121
2.2. O planeamento urbano e o favorecimento da segregação sócio-espacial, na modalidade da auto-segregação	131
2.3. O planeamento urbano no combate às manifestações de segregação sócio-espacial	136
2.3.1. Estratégias de demolição de áreas urbanas problemáticas e realojamento de residentes	139
2.3.2. Estratégias integradas de regeneração urbana de áreas urbanas problemáticas	142
2.3.3. Estratégias de miscigenação social no planeamento urbano	144
<b>CAPÍTULO 3. MORFOLOGIA URBANA EM BRAGA-PORTUGAL E EM ARACAJU-BRASIL</b>	<b>146</b>
3.1. Portugal: desigualdades e morfologia urbana	150
3.2. Braga: morfologia urbana e integração no sistema urbano português	154
3.3. Brasil: desigualdades e morfologia urbana	167
3.4. Aracaju: morfologia urbana e integração no sistema urbano brasileiro	178
3.5. Breve análise comparada de Braga e Aracaju e dos espaços de segregação sócio-espacial analisados no estudo empírico	191
<b>CAPÍTULO 4. UM ESTUDO COMPARADO DE CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO IMPOSTA EM BRAGA (PORTUGAL) E ARACAJU (BRASIL)</b>	<b>195</b>
4.1. O Bairro das Andorinhas em Braga	201

4.1.1. Caracterização da amostra inquirida	202
4.1.2. Caracterização do alojamento	205
4.1.3. Expectativas, motivações e aspirações	209
4.1.4. Caracterização do bairro	214
4.1.5. Redes de interacção	220
4.1.6. Imagem mental do Bairro no seu exterior	227
4.1.7. Perspectivas de acção para o desenvolvimento futuro do Bairro	229
4.2. O Bairro Invasão de São Conrado em Aracaju	230
4.2.1. Caracterização da amostra inquirida	230
4.2.2. Caracterização do alojamento	233
4.2.3. Expectativas, motivações e aspirações	242
4.2.4. Caracterização do bairro	248
4.2.5. Redes de interacção	256
4.2.6. Imagem mental do Bairro no seu exterior	263
4.2.7. Perspectivas de acção para o desenvolvimento futuro do Bairro	266
4.3. Bairro das Andonrinhas (Braga) <i>versus</i> Bairro Invasão de São Conrado (Aracaju): breve reflexão comparativa	268
<b>CAPÍTULO 5. UM ESTUDO COMPARADO DE MANIFESTAÇÕES DE AUTO- SEGREGAÇÃO EM BRAGA (PORTUGAL) E ARACAJU (BRASIL)</b>	<b>278</b>
5.1. A Encosta do Bom Jesus na cidade de Braga-Portugal	284
5.1.1. Motivação	285
5.1.2. Avaliação	288
5.1.3. Interacção	292
5.1.4. Percepção	296
5.1.5. Integração	299
5.2. O Bairro Jardins na cidade de Aracaju - Brasil	302
5.2.1. Motivação	303
5.2.2. Avaliação	305
5.2.3. Interacção	310
5.2.4. Percepção	314

5.2.5. Integração	319
5.3. Encosta do Bom Jesus (Braga) <i>versus</i> Bairro Jardins (Aracaju): breve reflexão comparativa	324
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>330</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>341</b>
<b>ANEXOS</b>	370
Anexo I – Inquérito (Bairro das Andorinhas e Bairro Invasão de São Conrado)	371
Anexo II Guião de Entrevista (Encosta do Bom Jesus e Bairro Jardins)	377

## ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.	
Figura 1	Proporção da população urbana que reside em assentamentos humanos informais, por país	103
Figura 2	Os 30 maiores assentamentos humanos informais em habitantes	129
Figura 3	Evolução recente da repartição da riqueza mundial	132
Figura 4.	Planta da malha urbana de Braga na época do Império Romano	156
Figura 5.	Planta de Braga no século XVI	157
Figura 6.	Cidade de Braga no Século XIX	159
Figura 7.	Distrito de Braga e seus concelhos	160
Figura 8.	Imagem de satélite da malha urbana de Braga na actualidade	165
Figura 9.	Bairros sociais considerados mais problemáticos na perspectiva dos habitantes de Braga	166
Figura 10.	Desigualdades sócio-económicas no Brasil	171
Figura 11.	Planta da cidade de Aracaju em 1857	181
Figura 12.	Planta da cidade de Aracaju em 1865	186
Figura 13.	Imagem de satélite da Grande Aracaju em 2019	190
Figura 14.	Distribuição espacial dos Bairros de Aracaju segundo o seu Índice de Condição de Vida em 2016	195
Figura 15.	Delimitação e enquadramento do Bairro das Andorinhas em Braga	197
Figura 16.	Imagem de satélite do Bairro das Andorinhas	199
Figura 17.	Delimitação e enquadramento do Bairro Invasão de São Conrado em Aracaju	203
Figura 18.	Repartição da amostra inquirida no Bairro das Andorinhas por níveis de escolaridade	203

Figura 19.	Repartição da amostra inquirida no Bairro das Andorinhas segundo a sua condição perante o trabalho	198
Figura 20.	Regime de propriedade das habitações onde residem os inquiridos no Bairro das Andorinhas	200
Figura 21.	Inquiridos que manifestaram a sua casa ser usada como local de trabalho, de modo parcial ou a tempo inteiro	201
Figura 22.	Inquiridos no Bairro das Andorinhas segundo o nível com que avaliam, globalmente, a habitação onde residem	202
Figura 23.	A percepção dos inquiridos quanto a uma progressão (melhoria) em termos de qualidade de vida e bem-estar, resultante da entrada no Bairro das Andorinhas	204
Figura 24.	Confronto entre a imagem mental existente sobre o Bairro das Andorinhas, com a experiência resultante da sua vivência quotidiana	207
Figura 25.	Como os moradores avaliam globalmente o seu grau de satisfação com o Bairro das Andorinhas	213
Figura 26.	Avaliação dos inquiridos quanto ao grau de conhecimento e contacto entre os moradores do Bairro das Andorinhas	215
Figura 27.	Localização da maioria dos amigos dos moradores do Bairro das Andorinhas	217
Figura 28.	A frequência do Bairro das Andorinhas pelos restantes habitantes de Braga, na opinião dos seus moradores	219
Figura 29.	Avaliação do grau de integração do Bairro das Andorinhas na restante cidade de Braga, na opinião dos seus moradores	220
Figura 30.	Distribuição etária da amostra inquirida no Bairro Invasão de São Conrado	225
Figura 31.	Repartição da amostra inquirida no Bairro Invasão de São Conrado por níveis de escolaridade	227
Figura 32.	Inquiridos com trabalho no Bairro Invasão de São Conrado, segundo a sua profissão	228

Figura 33.	Regime de propriedade das habitações onde residem os inquiridos no Bairro Invasão de São Conrado	231
Figura 34.	A percepção dos inquiridos quanto a uma progressão (melhoria) em termos de qualidade de vida e bem-estar, resultante da entrada no Bairro Invasão de São Conrado	236
Figura 35.	Confronto entre a imagem mental existente sobre o Bairro Invasão de São Conrado, com a experiência resultante da sua vivência quotidiana	239
Figura 36.	Posição dos moradores do Bairro Invasão de São Conrado face a uma hipotética do seu local de residência	240
Figura 37.	Local onde os inquiridos no Bairro Invasão de São Conrado passam o tempo livre que ocupam em actividades fora de casa	243
Figura 38.	Como os moradores avaliam globalmente o seu grau de satisfação com o Bairro Invasão de São Conrado	247
Figura 39.	Avaliação dos inquiridos quanto ao grau de conhecimento e contacto entre os moradores do Bairro Invasão de São Conrado	249
Figura 40.	Inquiridos no Bairro Invasão de São Conrado com familiares a residir no bairro	250
Figura 41.	Localização da maioria dos amigos dos moradores do Bairro Invasão de São Conrado	252
Figura 42.	A frequência do Bairro Invasão de São Conrado pelos restantes habitantes de Aracaju, na opinião dos seus moradores	253
Figura 43.	Avaliação do grau de integração do Bairro Invasão de São Conrado na restante cidade de Aracaju, na opinião dos seus moradores	254
Figura 44.	Grau de concordância dos moradores de Invasão de São Conrado quanto à imagem externa que existe sobre o seu bairro	257
Figura 45.	Delimitação e enquadramento da Encosta do Bom Jesus em Braga	271
Figura 46.	Delimitação e enquadramento do Bairro Jardins em Aracaju	274

## ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1. Distribuição etária da amostra inquirida no Bairro das Andorinhas	202
Tabela 2. A imagem mental prevalecente sobre o Bairro das Andorinhas, por parte dos seus moradores, antes de nele residirem	206
Tabela 3. Local onde os inquiridos no Bairro das Andorinhas passam o tempo livre que ocupam em actividades fora de casa	209
Tabela 4. Avaliação do Bairro das Andorinhas pelos seus moradores em múltiplos critérios	211
Tabela 5. Inquiridos no Bairro das Andorinhas com familiares a residir no bairro	216
Tabela 6. A opinião dominante que existe sobre o Bairro das Andorinhas pelos restantes habitantes de Braga, na opinião dos seus moradores	221
Tabela 7. Inquiridos no Bairro Invasão de São Conrado, segundo o nível com que avaliam, globalmente, a habitação onde residem	234
Tabela 8. A imagem mental prevalecente sobre o Bairro Invasão de São Conrado, por parte dos seus moradores, antes de nele residirem	237
Tabela 9. Avaliação do Bairro Invasão de São Conrado pelos seus moradores em múltiplos critérios	246
Tabela 10. A opinião dominante que existe sobre o Bairro Invasão de São Conrado pelos restantes habitantes de Aracaju, na opinião dos seus moradores	256



## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

		Pág.
Foto 1.	Centro Histórico da Cidade de Braga e seu enquadramento urbanístico	163
Foto 2.	Requalificação do espaço público da Avenida da Liberdade – centro de Braga	163
Foto 3.	Exemplo dos investimentos contínuos na requalificação do espaço público de Braga	164
Foto 4.	Ponto de aluguer de bicicletas no centro de Braga	164
Foto 5.	Fotografia aérea do centro de Aracaju na década de 1960	184
Foto 6 e 7	As vilas de habitações irregulares no Bairro Invasão de São Conrado	232
Foto 8 e 9.	Assoreamento das margens do Canal de Santa Maria e do Manguezal – Invasão de São Conrado	263
Foto 10 e 11	Áreas verdes de enquadramento e equipamentos de lazer e desporto no Bairro das Andorinhas	264
Foto 12 e 13	Andorinhas e Invasão São Conrado: dois bairros de génese urbanística diferenciada	265
Foto 14.	Obras de infraestruturação de um dos principais arruamentos da Invasão de São Conrado, promovidas em 2001 pela Prefeitura de Aracaju	266
Foto 15 e 16	Andorinhas e Invasão São Conrado: o contraste do arranjo paisagístico e infraestrutural do espaço público	268

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

ÁGORA BRACARENSE-Associação cívica de Braga

AIE-Aparelhos Ideológicos de Estado

AMBA – Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas

AMBSC – Associação dos Moradores do Bairro São Conrado

AML-Área Metropolitana de Lisboa

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais

ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Rurais

ARU-Áreas de Reabilitação Urbana

AUGI-Áreas Urbanas de Génese Ilegal

BM-Banco Mundial

BICEN-UFS – Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe

BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento

BPB-Biblioteca Pública de Braga

BPGUMINHO- Biblioteca Pública Geral da Universidade do Minho

BRAGAHABIT- Empresa Municipal de Habitação de Braga

CARE - Cooperativa dos Agentes Autónomos de Reciclagem de Aracaju

CDC-Crédito Direto ao Consumidor

CFs-Condomínios Fechados

CFAO-Grupo com África, para África

CM-BRAGA-Câmara Municipal de Braga

COHAB/SE-Companhia de Habitação de Sergipe

DADOS – Revista de Ciências Sociais

DESA-Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU

DGE – UFS – Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe

FAO-Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI-Fundo Monetário Internacional

FNUAP -Fundo de População das Nações Unidas  
GAMP-Grande Área Metropolitana do Porto  
GEOUFS – Revista do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe  
GEOSUL – Revista de Periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
GEOUSP – Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo  
IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDHAD-Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade  
IDH-Índice de Desenvolvimento Humano  
IES-Instituição de Ensino Superior  
IESP-Instituto de Estudos Sociais e Políticos  
IFRRU-Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas  
IGT-Índice de Gestão do Território  
INE-Instituto Nacional de Estatística de Portugal  
INL-Instituto Internacional Ibérico de Nanotecnologia  
INOCOOP-BASE-Instituto de Orientação as Cooperativas Habitacionais da Bahia e Sergipe  
IPEA – Instituto de Pesquisas Económicas Aplicadas  
IPH-Índice de Pobreza Humana  
IPTU-Imposto Territorial Urbano  
*LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Portugal)*  
MPOG-Ministério do Planeamento Orçamento e Gestão  
MCMV-Programa Minha Casa, Minha Vida  
OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.  
OM-Observatório das Metrópoles  
ONG-Organização não Governamental  
ONU-Habitat- O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos  
ONU-Organização das Nações Unidas  
PDDU-Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju  
PDM-Plano Diretor Municipal de Braga  
PEDU-Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Braga  
PIB-Produto Interno Bruto

PMA-Prefeitura Municipal de Aracaju  
PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNPOT-Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território  
PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PUE-Política Urbana Europeia  
REC - Revista de Economia Contemporânea (UFRJ)  
RELEA- Revista Latina Americana de Estudos Avançados e Urbanos  
RMSP-Região Metropolitana de São Paulo  
SEMPLU - Secretaria municipal de planejamento urbano de Braga  
SEPMLOG-Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão  
SMTT-Secretaria Municipal de transporte Urbano  
SMPUB-Secretaria de Planejamento Urbano da Cidade de Braga  
TIC-Tecnologia da Informação e comunicação  
UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFS-Universidade Federal de Sergipe  
UMINHO- Universidade do Minho  
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UN-HABITAT- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos  
URBE-Revista Brasileira de Gestão Urbana  
UE-União Europeia  
VOA- Projeto Valorizar, olhar, aprender

## **INTRODUÇÃO**

Este é um estudo comparativo de geografia urbana entre as cidades de Braga, em Portugal e de Aracaju, no Brasil, especificamente no que respeita aos processos de segregação socio-espacial que nelas se vão manifestando, como resultado da evolução do seu espaço construído e das dinâmicas de transformação urbana que as têm caracterizado. Assim procura-se analisar, de maneira comparativa, realidades de cidades distintas e distantes, mas que estão passando por problemas urbanos que de certo modo se assemelham e que são fruto de um processo acelerado de crescimento urbano. Mesmo fazendo parte de países diferentes e com culturas e realidades sócio-económicas específicas, ambas as cidades têm revelado problemas urbanos comuns, consequência do intenso crescimento urbano, da crescente valorização imobiliária, bem como da influência geral do processo de globalização em curso.

É sabido que historicamente os dois países têm uma ligação muito forte que remonta à época da colonização ocorrida na Idade Moderna. Por um lado Portugal como antiga metrópole colonizadora, é um país com uma grande riqueza histórica e que tem revelado processos de transformação urbana muito evidentes ao longo das últimas décadas (Peixoto, 1987; Teixeira, 1993; Rodrigues e Pinto, 1997; INE, 2018). Por outro lado o Brasil como país ex-colónia que completou recentemente 500 anos é um país rico em recursos naturais e de grande miscigenação cultural e que nos últimos tempos vem passando também por um intenso processo de urbanização (Szmrecsányi, 2002; Caputo e Melo, 2009; Santos, 2010; Santos, 2012). No caso concreto das duas cidades seleccionadas, nas últimas décadas, ambas atravessam um intenso processo de crescimento urbano, tanto no seu perímetro urbano quanto em sua periferia rural-urbana.

Tanto Aracaju quanto Braga tiveram grandes impulsos nos seus crescimentos urbanos após a década de setenta do século XX. Aracaju teve grande impulso económico, que se reflectiu na ampliação do seu espaço construído, sobretudo após a instalação da Petrobrás em 1969, decorrente da descoberta de grandes reservas de petróleo no interior do Estado de Sergipe. Com

isto ocorreu um crescente e contínuo aumento e concentração populacional em Aracaju (capital do Estado) com evidentes reflexos urbanísticos, além do impulso cultural, científico e tecnológico de Aracaju com a instalação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1968. Por outro lado, temos a cidade de Braga que teve também grande estímulo no seu processo de crescimento urbano, com multiplicação de serviços, comércio e mais recentemente com a instalação de novas indústrias, sobretudo após a fundação da Universidade do Minho (UM), também na década de setenta (1973), que provocou a efectivação de inúmeros cursos num processo de qualificação diferenciado, injetando na cidade e em sua região um considerável número de novos profissionais que estimularam o surgimento de novas atividades industriais e de serviços. Na visão de Pinto (2007, p. 83) “depois de 1975 a cidade sofreu um novo impulso, tendo disparado a urbanização, registrando claramente um crescimento desenfreado de edificações, equipamentos e infra-estruturas viárias, entre outros”.

De referir ainda que tanto a cidade de Aracaju quanto a cidade de Braga tiveram os seus planos diretores urbanos e municipais aprovados quase no mesmo ano. O plano diretor urbano de Aracaju foi aprovado no ano 2000 (Lei complementar nº 42- Prefeitura Municipal de Aracaju), encontrando-se em processo de revisão e atualização há mais de 10 anos. Segundo Pinto (2007. p.79/80), o plano diretor municipal de Braga foi aprovado em 2001 (revisto recentemente em 2015) e com ele a autarquia ampliou o seu perímetro urbano que ficou muito mais extenso, no qual foram incluídas freguesias com muitas características ainda rurais, tais como: Panóias, São Pedro de Merelim, São Paio de Merelim, Palmeira e Adaúfe.

Embora, as duas cidades sigam em ritmos bem diferentes, no que respeita à atualização dos serviços urbanos e das revisões dos Planos Diretores, tanto a cidade de Braga quanto a cidade de Aracaju têm semelhanças nos seus processos de urbanização, no sentido de estarem as duas cidades, passando por inúmeras obras de melhorias urbana, que foram ampliadas imensamente após o final do século XX Neste sentido, tanto a cidade de Aracaju, quanto a cidade de Braga têm semelhanças nos seus aspectos de reestruturação urbana que se reforçaram imensamente após a década de 90 do século XX, quando as duas cidades se confrontaram com um intenso processo de urbanização, tanto na área central de seu perímetro urbano quanto em suas periferias, onde se verificou a instalação de uma diversidade de infra-estruturas, condomínios residenciais,

rodovias, pontes e indústrias. Decorrente, deste contexto de urbanização acelerada, vários problemas surgiram, em ambas cidades, tais como degradação ambiental, poluição sonora, intensa valorização imobiliária, segregação socio-espacial, entre outros (Pinto, 2007; Machado, 2009; Souza, 2009; Ribeiro, 2010; Bandeira, Veiga e Veiga, 2018). Sendo que este estudo centra a sua atenção especificamente num destes problemas: a segregação socio-espacial em contexto urbano.

“A cidade de Braga, pelas dimensões que alcançou, apresenta já alguns problemas típicos das grandes cidades, que põem em risco a sua qualidade ambiental e, conseqüentemente, a qualidade de vida de seus habitantes, como sejam: a degradação ambiental do centro histórico; o desajuste de algumas novas intervenções urbanísticas e arquitectónicas; a escassez de espaços verdes; o acréscimo da poluição sonora e poluição atmosférica, sobretudo devido ao intenso e crescente tráfego automóvel, com a conseqüente e progressiva deterioração da qualidade do ar”. (Pinto, 2007. p.85).

O processo de metropolização de Aracaju foi reflexo de um modelo de desenvolvimento que fomentava a industrialização em cidades polos da Região, como forma de promover o desenvolvimento das regiões periféricas (proposta da SUDENE para o desenvolvimento da Região Nordeste). Tal processo dinamizou a atividade industrial no estado, tendo Aracaju como eixo provocando um intenso processo migratório em direção à capital. (Souza, 2009, p.69).

Sendo que para viabilizar o estudo comparativo da problemática em análise, foram seleccionados dois bairros (um em cada uma das cidades estudadas) onde a segregação sócio-espacial se faz pela concentração territorial de população de menor nível socio-económico; assim como dois bairros (um em Braga e outro em Aracaju) onde, em oposição, a segregação sócio-espacial se faz pela concentração territorial de população de nível socio-económico mais elevado.

## **Enquadramento e problematização do objecto de estudo**

No século XX, sobretudo a partir da sua segunda metade, o mundo passou por inúmeras transformações no campo da economia, da política e principalmente na área tecnológica que tornaram o nosso planeta uma “sociedade global” (Ianni, 1996, p.123). As inovações tecnológicas fizeram com que os acordos e transações comerciais fossem mais rápidos, ou mesmo, instantâneos, superando perdas de tempo que até então existiam. Posteriormente, sobretudo já no século XXI, a modernidade dos sistemas de informação e comunicação e a alta complexidade tecnológica fizeram com que o mundo globalizado provocasse um rompimento com os limites tradicionais (concretos) do espaço geográfico. Pois com a disseminação e consolidação do ‘mundo virtual’ aumenta a “porosidade das múltiplas fronteiras espaciais e temporais que dividem os nossos universos tradicionais de acção” (Nunes, 2007.p. 109). A distância física entre os espaços geográficos perdeu algum do seu sentido, passando a ser de certa maneira ‘eliminada’, com a ‘compressão tempo-espaço’ na rica expressão de Harvey (1989), com grandes implicações para a concretização de acordos comerciais e outras interações não apenas económicas, mas também políticas e culturais, entre países e territórios até então considerados muito distantes. Segundo Schwab (2016) e Magalhães e Vendramini (2018) vive-se actualmente no período da 4ª Revolução Industrial, em que a humanidade, especialmente as populações mais urbanizadas e conectadas, enfrentam novas realidades, de entre as quais se pode destacar:

“A flexibilização da economia, com a implantação do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível; a hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo; a crise do Estado do bem-estar social e, conseqüentemente, dos grandes projetos de planeamento regional-nacional integrado, e a instituição ainda em processo de ‘Estados de controle’ ou de ‘segurança’; a difusão das tecnologias da informação, gerando uma violenta e desigual ‘compressão tempo-espaço’ na rica expressão de Harvey (1989), e, a nível cultural, a propagação do multiculturalismo e/ou hibridismo cultural, onde seria cada vez mais difícil encontrar identidades claramente definidas.” (Haesbaert, 2006, p.118).

Este capitalismo globalizado que entretanto se proporcionou pelas novas técnicas de produção global criou, por sua vez, inúmeras novas territorialidades com novos significados e novas



características e favorecedoras novos problemas inerentes ao mundo pós-moderno, como a crise do estado-nação ou a necessidade dos governos reinventarem as suas formas de atuação..

“A globalização do capitalismo está sendo acompanhada da formação de vários sistemas económicos regionais, nos quais as economias nacionais são integradas em todos mais amplos, criando-se assim condições diferentes para a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas. Em vez de ser um obstáculo, a regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional” (Ianni, 1999, p.29).

“As rupturas trazidas pela quarta revolução industrial estão redefinindo o funcionamento de instituições e organizações. Em particular, elas obrigam os governos – nos níveis regionais, nacionais e locais – a se adaptarem, reinventando-se e encontrando novas formas de colaboração com seus cidadãos e com o setor privado. Elas também afetam como países e governos se relacionam entre si.” (Schwab, 2016, p.71).

A globalização e revolução digital veio produzir uma sociedade mais seletiva quanto aos que estão em condições de beneficiar das novas oportunidades entretanto criadas, ao obrigar a que as populações dos países se fossem enquadrando nas novas exigências dos novos modos de produção, com novas especializações em sua mão-de-obra e uma nova divisão internacional do trabalho. Por outro lado as cidades receberam e recebem influências diretas e indiretas desse processo de globalização que se vão traduzindo em alterações da sua forma e estrutura mas também da sua composição social e económica. “Os desenvolvimentos da nova divisão internacional do trabalho, do mercado mundial, da fábrica global não só abrem como criam e recriam espaços físicos, sociais, económicos, políticos e culturais” (Ianni, 1996, p.122).

A nova divisão internacional do trabalho irradia suas novas exigências e técnicas de produção, que são incorporadas nos distintos territórios com níveis de interferência que vão sendo diferenciados consoante o contexto local e as suas especificidades. Em Aracaju, por exemplo, o contexto mundial tem determinadas e diferentes interferências das que ocorrem em Braga, mas os produtos deste processo muitas vezes se assemelham.

À medida que as exigências da globalização ficam mais fortes e mundialmente presentes, os territórios, em todo mundo, estão sendo fragmentados, os limites físicos perdem a importância; e, mesmo existindo os limites políticos-administrativos, agora estes passam a funcionar com outra perspectiva e com novas características que se tornam mais instáveis num contexto de novas mobilidades. “Assim, territorializar-se significa, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (Costa, 2007, p.280).

Neste novo contexto e mesmo com a efetivação de uma sociedade pós-moderna, dita civilizada, e com os incontáveis avanços tecnológicos, continuamos a enfrentar problemas que há muito exigem solução. Segundo Santos (2008, pp.286-296), os problemas fundamentais da contemporaneidade são três: a explosão demográfica, a degradação ambiental e o reforço das desigualdades decorrentes da globalização da economia. O autor afirma que a população mundial continua crescendo em ritmo acelerado, principalmente nos países do Sul, existindo projeções que apontam para uma explosão demográfica com implicações desconhecidas. O segundo ponto descrito pelo autor é a degradação ambiental que se alastra em todas as direções do planeta, num processo contínuo e crescente de degradação dos recursos naturais. Essa degradação tem produzido vários impactos, tais como: a destruição da fauna e flora, o aumento da emissão de gases na atmosfera, ou o aumento da temperatura média do planeta, qualquer um deles com severas repercussões. Esta degradação ambiental está alertando a atenção dos líderes mundiais para os problemas ambientais nos países do Sul que interferem nos países do Norte e vice-versa. Estes problemas são da Terra como um todo, pelo que todos os países têm de se unir em prol da sua atenuação, o que parece ser fácil de afirmar e difícil de concretizar. Por fim, o terceiro problema decorre do facto da globalização da economia ter provocado o aumento, de maneira significativa, das desigualdades, mas não apenas entre o Norte e o Sul do planeta, mas também num contexto intra-urbano. É precisamente na avaliação desta dimensão de análise, a manifestação das desigualdades e fragmentações sócio-económicas em contexto intraurbano, que este trabalho se procura centrar.

Esta dimensão de análise e reflexão reveste-se de grande relevância na actualidade, por exemplo quando se torna progressivamente mais visível que o mundo globalizado tem forçado e reproduzido o carácter exclusivo e selectivo sobre determinados territórios da cidade. Quer bairros mais

problemáticos onde se assiste à exclusão de grupos sociais de menor poder aquisitivo, alguns deles bairros de gênese ilegal, com problemas múltiplos de infraestruturação, habitabilidade, segurança, higiene, conforto, entre muito outros, e onde se tendem a aglomerar os indivíduos que mais dificuldades revelam em se integrar nas novas lógicas de produção do mundo global. Quer, em oposição, o estímulo que se tem evidenciado na construção de condomínios de alto valor imobiliário e de produtos habitacionais só acessíveis aos grupos mais privilegiados, uma vez que a sua seletividade está centrada no fato de ter ou não poder aquisitivo para comprar esses imóveis mais caros, localizados nos bairros nobres das cidades, pelo que são também estas manifestações de segregação social urbana.

“Estes impõem-se como demarcação social de territórios exclusivistas de bem-estar e segurança, a exemplo dos condomínios fechados e edifícios-fortaleza. Revelam-se os registros de reiteração da segregação social urbana, alimentada por radicais contradições sociais que, na atualidade, a expressão suprema da gentryfication da cidade diante do crescente empobrecimento económico de imensas parcelas da população urbana (Barbosa, 2007, p.131).

Todos estes processos preocupantes vêm ocorrendo também tanto em Aracaju como em Braga, sendo que os inúmeros planos de desenvolvimento realizados não impediram que os seus processos de urbanização, hoje alarmantes, minimizassem ou atenuassem a segregação social-espacial bem visível em alguns dos territórios destas cidades. Isto porque, dentro do contexto da globalização, todas as cidades, com níveis diferentes de intensidade em seus processos de urbanização, estão sobre os reflexos das transformações técnico-científicas da pós-modernidade e das suas consequências. Assim, o que estamos vivenciando, no contexto do “tecido urbano” contemporâneo, é a existência de múltiplas e novas maneiras de estruturação dos espaços construídos e de uma cultura urbana pós-moderna, em que existe de facto uma multiterritorialidade e não uma desterritorialização como defende (Haesbaert, 2005, p.17):

“Desterritorialização como ‘fim das distâncias’, por exemplo, nada mais seria do que um enfoque muito parcial que, além de confundir territorialidade e espacialidade, vê o espaço tão somente a partir dos processos de compressão tempo-espaço, ou seja, da sua ‘forma’

ligada à presença-ausência. Ela nada traduz acerca da intensificação dos processos de diferenciação ('desigualização') e de exclusão socioespacial em curso"

A existência de uma multiterritorialidade é uma das características das sociedades atuais, onde existem inúmeras novíssimas paisagens de tamanhos e influências variadas, sujeitas a relações de poder diversificadas, e onde em muitas delas se aprofunda a segregação sócio-espacial como produto de toda uma rede de fluxos de capitais e técnicas pós-modernas, que se integram para acelerarem o motor do sistema de produção capitalista e urbanização desenfreada. Neste contexto, os países hegemônicos articulam a reprodução do sistema e o aprofundamento da segregação social, fazendo por exemplo com que os povos que habitam os territórios periféricos, com menor tecnologia e cultura diferente, perpetuem a sua dependência (Corrêa, 1993; Silva, 2005).

"No final dos anos oitenta, as políticas neoliberais foram apresentadas como única alternativa aos países em desenvolvimento, a fim de que pudessem inserir-se na modernidade, mas isso não ocorreu. Ao contrário, os governos nacionais foram submetidos a exigências políticas e econômicas que os tornariam ainda mais frágeis, dependentes e vulneráveis às decisões internacionais." (Silva, 2005, p.256).

Neste processo de ampliação da dependência econômica e política, dos países pobres em relação aos países industrializados, foram também participando, com a legitimação do Estado capitalista, os agentes produtores do espaço urbano que Corrêa (1993), descreve como os agentes que estão continuamente articulados entre si, para reproduzir as estratificações sociais e econômicas existentes nas cidades. Por exemplo os bancos financiam e colaboram com as construtoras na remodelação da morfologia urbana, de modo a perpetuar a estratificação social no solo urbano, e os incorporadores imobiliários juntamente com os industriais e os proprietários imobiliários, constroem os condomínios verticais e horizontais, aprofundando processos de segregação sócio-espacial. Assim ações dos agentes produtores do espaço urbano são estrategicamente combinadas.

"O processo de reprodução espacial na cidade se realiza na articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço), o econômico (que produz o espaço

como condição e produto da acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática socioespacial como plano da reprodução da vida). A articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, que organiza as relações sociais (e de produção) por meio da reprodução do espaço". (Bortolo, 2010, p.09)

Assim os grupos hegemônicos que detêm o poder sobre o território, passam a comandar em todas as escalas, quer seja a nível mundial, nacional, regional e local, sendo que comandar o território significa ordená-lo conforme os interesses dos grupos que detêm o poder econômico político e cultural.

"Se territorializar-se é, sobretudo, exercer controle sobre os movimentos – de pessoas, objetos ou informações – que se dão no e pelo espaço (Sack, 1986) e, a partir daí, dominar e apropriar-se deste espaço, podemos dizer que formar territórios é, automaticamente, 'ordená-los'" (Haesbaert, 2006, p.120).

No âmbito deste processo de domínio e controle, com os inúmeros avanços decorrentes da globalização e do desenvolvimento tecnológico, as cidades e seus cidadãos passaram a evidenciar e reproduzir problemas decorrentes da falta de organização da estrutura urbana. Nesse devir o crescimento urbano foi gerando conflitos territoriais intra-urbanos que têm aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Em grande parte este fenômeno é fruto de modos de governação que vêm historicamente favorecendo a dimensão física das cidades e não a sua dimensão social, valorizando a expansão do espaço construído em detrimento de uma organização mais funcional da cidade baseada numa distribuição mais democrática e equitativa das oportunidades associadas ao contexto urbano. De entre esses conflitos territoriais intra-urbanos deve referir-se que da maneira como está sendo efetivada a gestão urbana, tem-se estimulado (ou pelo menos não se tem procurado inverter) processos de segregação sócio-espacial e tornando mais complexa a gestão urbana. Segregação sócio-espacial é entendida neste trabalho, na linha de pensamento de muitos autores (Harvey, 1976; Castells, 1983; Villaça, 2001; Caldeira, 2003; Marcuse, 2004; Negri, 2008, entre outros), como um processo decorrente da estratificação social e econômica que ocorre na área urbana, a qual se expressa pela concentração territorial de um

grupo sócio-económico de grande homogeneidade interna e que se distingue das condições económicas e características sócio-culturais da população urbana que reside na sua envolvente.

O fenómeno da segregação sócio-espacial urbana vem ocorrendo um pouco por todas regiões mundiais. Dependendo da região, do nível de desenvolvimento económico, social e tecnológico de cada país, o fenómeno tem características e intensidades diferentes. Existem assim várias manifestações de segregação sócio espacial urbana, pelo que é relevante fazer uma breve síntese do contributo de vários autores que têm evidenciado essas diferenciações, sobretudo a partir da pesquisa de artigos publicados em revistas conceituadas nacionais e internacionais, procurando demonstrar as especificidades do fenómeno ao nível da Europa e da América do Sul (os contextos territoriais em que se enquadram os estudos de caso que suportam a análise comparativa deste estudo) e posteriormente, também uma análise de como tem ocorrido a segregação sócio espacial urbana no contexto dos dois países estudados, Portugal e Brasil.

Segundo alguns autores o fenómeno da segregação sócio espacial urbana surge hoje com maior aprofundamento e abrangência, quanto menor for o desenvolvimento técnico científico informacional (Santos, 1998) existente nas cidades e em seus países. Todavia este é um processo com raízes históricas mais profundas, pois são conhecidos muitos exemplos de separação dos grupos humanos, consoante o seu perfil social e económico, em espaços geográficos distintos no seio das cidades, os quais vão eles próprios produzindo e reproduzindo os vários tipos de estratificações da população urbana. A este respeito Negri (2008) descreve que há muitos séculos a segregação sócio espacial existe e de várias formas. Pois o desenvolvimento e crescimento das cidades, desde a antiguidade, faz-se no seu interior de forma desigual, do ponto de vista económico e social.

“A questão da segregação urbana tem uma longa tradição na história da sociedade, pois, desde a antiguidade, a sociedade já conhecia formas urbanas de segregação sócio-espacial. Cidades gregas, romanas, chinesas possuíam divisões definidas social, política ou economicamente.” (Negri, 2008.p.130).

Pode-se pensar nos modos em que esta já se manifestava nos tempos mais longínquos, onde os direitos eram algo exclusivo para os grupos que pertenciam aos estratos sociais, políticos e económicos superiores, enquanto que alguns só tinham o necessário para sobreviver e para poderem exercer suas obrigações. Todavia, Rolink (1995) em seu livro '*O que é cidade*', descreve o momento em que a segregação sócio espacial passa a ser mais evidente na Europa, sobretudo a partir da Idade Moderna. Examinando a história destas cidades o autor percebe que a segregação sócio-espacial começa a ficar mais evidente à medida que avança a mercantilização da sociedade e se organiza o Estado Moderno. Na Europa, este quadro emerge no século XVII, e torna-se bem evidente no projeto barroco das cidades-capitais (Rolink, 1995, p. 47).

Com a estruturação dos Estados Modernos o mercantilismo se amplia e as cidades europeias passam por um intenso crescimento urbano e populacional, favorecido pelo comércio além-mar. A chegada de novos produtos ao comércio das cidades europeias fez surgir novas classes sociais. Os processos de desenvolvimento urbano, administrativo e económico multiplicaram as diferenças sociais, que se traduziram no modo como diferenciadamente se organizava o espaço urbano. Mais tarde com o avanço do modo de produção capitalista, nos séculos XVIII e XIX, intensifica-se a produção em quantidade que exige uma força de trabalho numerosa em contexto urbano, alimentada por um expressivo êxodo rural. Nesse contexto as populações das cidades multiplicam-se e as camadas menos favorecidas mais ainda, principalmente nas maiores cidades europeias da época (Londres e Paris).

No Século XIX, a industrialização favoreceu processos de urbanização generalizada, a população camponesa, que vivia em condição miserável na área rural, migra para as grandes cidades em busca de emprego e melhoria na sua qualidade de vida. Posteriormente com a energia elétrica a industrialização intensifica-se ainda mais, atraindo multidões para as áreas mais urbanizadas, que não estava preparadas para acolher esses fluxos populacionais tão intensos. Esse grande contingente populacional, principalmente nas grandes cidades europeias, fez surgir uma densa população urbana, em que grande parte da mão-de-obra operária se aglomerava em habitações deploráveis e com péssimas ou nenhuma condições de habitabilidade (Hall, 2016). Toda esta dinâmica ampliou o processo de estratificação social em contexto urbano, com reflexo na organização das cidades.

Com o aumento dos problemas decorrentes da grande estratificação social e urbana, começaram a surgir alertas específicos sobre o fenômeno da segregação sócio espacial urbana. A partir da segunda metade do século XIX a desordem urbana de Paris foi um reflexo de vários problemas sociais, decorrentes da péssima infraestrutura existente e do aumento populacional. Nesse período, várias alterações foram realizadas nas cidades industrializadas, como a reforma urbana liderada por Haussmann, entre os anos de 1853 a 1882. Segundo Benévolo (2001, p.98), a reforma de Paris começou pelo desenho das ruas e traçados das avenidas, sistema de esgoto e iluminação. Posteriormente foi realizada a melhoria no sistema de transporte e posteriormente a construção de grandes *boulevards*.

Nesse período os problemas urbanos tinham-se multiplicado muito, decorrentes da instalação de inúmeras fábricas e novas indústrias, que passaram a necessitar de mão-de-obra barata e desqualificada. Nesse período histórico, a partir da primeira metade do século XIX, milhares de pessoas migram em busca de emprego e de uma sobrevivência que o espaço rural já não era capaz de lhes assegurar.

“Assim, a primeira metade do século XIX europeu foi marcada pelas principais conseqüências destes acontecimentos. Grande quantidade de imigrantes foram para diversas partes do mundo à procura de uma vida melhor, muitos seguiram para as Américas, para países como Brasil, Estados Unidos e outros se aventuraram em direção à Austrália, Alemanha, Itália, etc. Eram pessoas que, tendo sido expropriadas de seu ofício pelo capitalismo industrial, perceberam na emigração a melhor saída. A partir de 1850, porém, o capitalismo europeu consegue dar emprego a essas pessoas, entre outros motivos, devido ao crescimento da indústria com a tecnologia. Somado a isso, era preciso pessoas sem qualificação e sem nada além da vontade de trabalhar” (Oliveira, 2004, p.93).

Esses acontecimentos reforçaram a necessidade de se realizar uma maior e mais efetiva estruturação urbana, visto que com a migração em massa, as grandes cidades recebiam populações de todos os tipos, raças e religiões, em busca de trabalho. Com a instalação de várias indústrias a população urbana foi se multiplicando. Decorrente desse fato, o fenômeno da



segregação sócio-espacial urbana passou a ser ampliado e com maior complexidade, visto que nesse período novos problemas decorrentes da péssima infraestrutura urbana foram sobretudo vivenciados pela multidão de pessoas que afluíam aos principais centros urbanos para procurar trabalho nas novas indústrias.

Assim, segundo Negri (2008), somente após a Revolução Industrial, é que foram sendo realizados estudos efetivos e mais complexos, dos tipos de segregação sócio-espacial urbana. A este respeito Negri destaca a importância que os escritos de Friedrich Engels passaram a ter em determinado período no século XIX:

“Mas é importante lembrar que uma das mais valiosas contribuições do século XIX foi dada por Friedrich Engels em seus textos imprescindíveis *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1845) e *Contribuição ao Problema da Habitação* (1886), nos quais o autor descreve e denuncia as condições de vida e de moradia do proletariado inglês na cidade de Manchester, logo após a Revolução Industrial.” (Negri, 2008, p.132).

Na segunda metade do Século XIX as precárias condições de habitabilidade da população pobre de Londres e Paris era generalizada, apesar dos processos de reforma urbana em curso e das inúmeras descobertas e inovações que por essa altura ocorreram. Mas, mesmo assim, as condições de vida dos proletários eram calamitosas. Ou seja, quem detinha o poder, na época, não se preocupavam com as condições de vida da grande maioria dos excluídos. Os impostos só aumentavam e a miséria crescia fora dos palácios e burgos e nos arredores das cidades. A concentração de renda e de poder político se restringia a uma minoria que vivia no “luxo” enquanto a grande maioria viviam no “lixo”, passavam fome e muito morriam pela falta de higiene e saneamento básico, por acção de várias doenças, decorrentes do acúmulo de todo tipo de lixo nas ruas. Exemplificando a situação, Sposito (2001, p. 49) refere que “os índices de mortalidade eram altíssimos na Europa. Milton Santos, em ‘A urbanização desigual’, apresenta alguns dados ilustrativos deste processo. As taxas de mortalidade na Europa Ocidental eram da ordem de 30% no começo do século XIX, e ainda de 18% em 1900”. Continuando o mesmo raciocínio, a autora Sposito (2001), complementa descrevendo que:

“Os índices acentuam-se à medida que tomamos dados para as grandes cidades: a taxa de mortalidade em Paris era de 29,8% entre 1851 e 1855 e de 24,4% entre 1881 e 85. Ainda há que se considerar que a mortalidade infantil era alta, e que na Inglaterra, por exemplo, na metade do século XIX, a mortalidade no meio urbano era 25% maior que no meio rural”. (Sposito, 2001, pp. 49 e 50).

Mesmo no final do século XIX, em Londres e Paris, muitas habitações careciam de infraestrutura adequada, saneamento, drenagem e sistema de esgoto. Também nas menores cidades europeias essas condições precárias, de infraestrutura, eram generalizadas. Esses serviços essenciais deveriam acompanhar o ritmo de criação de riqueza mas de fato não ocorria a evolução da infraestrutura nas cidades no mesmo ritmo.

Mesmo com tantos avanços tecnológicos a estrutura urbana era decadente. Em Paris as condições de infraestrutura urbana eram precárias e o ar respirado era horrível e poluído. Por outro lado, também na cidade de Londres, a situação não era diferente, no contexto das condições de higiene, esgotos e drenagem. A miséria reinava nas ruas, com multidões famintas e esfarrapadas. De um lado as revoluções industriais trouxeram prosperidade para as cidades, no sentido de existirem novas e inúmeras fábricas, novas descobertas na medicina, na engenharia, na área da química e física. Mas por outro lado, estimulou a miséria urbana sobretudo nos contextos de residência dos operários pobres e explorados, incentivando assim manifestações de segregação socio-espacial. Neste contexto, a miséria que enfrentava grande parte da população europeia produzia milhões de doentes e milhares de mortes, devido às condições insalubres dos bairros em que residiam.

Isso ocorreu mais fortemente, nas cidades europeias e nas maiores cidades da América do Norte, a partir do final do Século XIX e nas primeiras décadas do século XX. As cidades foram se tornando mais “desenvolvidas”, consideradas mais “civilizadas”, mas ao mesmo tempo, mais desiguais, com a concentração de renda e poder a aumentar sem que fosse discutida a ética do desenvolvimento, quer era comandado pelos interesses e determinações dos donos do capital:

“O século XIX não trouxe nenhuma melhoria na ética do capitalismo. A Revolução Industrial que varreu a Europa enriqueceu os banqueiros e os donos do capital, mas

condenou milhões de trabalhadores a uma vida de pobreza objeta”. (Harari, 2017, p. 342).

Para Corrêa (1999) apud Negri (2008, p.131) o primeiro modelo de segregação “foi formulado por J. G. Kohl em 1841, geógrafo Alemão”, ao descrever a cidade como um divisão em anéis, onde a classe alta habitava o centro enquanto que na periferia viviam os mais pobres. Segundo o mesmo autor esse tipo de modelo vigorou por quase um século, até que na década de 1920, surge o modelo de E. W. Burgess, que segue uma proposta inversa à de Kohl, descrevendo que com o avançar do processo de industrialização, as classes mais ricas passaram a viver mais afastadas do centro das cidades, buscando casas maiores em locais com maior qualidade de vida e segurança, enquanto as classes mais pobres residiam nas áreas centrais da cidade, com uma localização que facilitava o acesso diário ao trabalho, devido às dificuldades existente em relação ao sistema de transporte.

O mesmo autor, Negri (2008, p.131), descreve que as diferenças dos dois modelos citados fizeram com que surgisse um novo modelo do economista norte-americano Hoyt. “Segundo este, o padrão de segregação não seguia um tipo concêntrico, mas em setores a partir do centro, onde a região de maiores amenidades era ocupada pela classe de mais alta renda, sendo circundada pela classe média e estando a classe pobre localizada diametralmente oposta”. Ainda seguindo Negri (2008), a colocação em prática desse modelo, condicionou os processos de transformação urbana. Em que a classe mais favorecida podia usufruir mais ainda do espaço urbano com a abertura de mais avenidas e ruas, o que facilitou a circulação de pessoas, dos automóveis e dos bens de consumo. Nesse ponto pode ser frisado que com estas novas avenidas a pavimentação das cidades passou por grandes inovações, visto que avenidas mais largas e com novas pavimentações asfálticas se tornou necessária para o escoamento dos produtos e pessoas pelos bairros onde residia a população mais favorecida. Posteriormente com o século XX o processo de urbanização foi ampliado mais ainda, sobretudo nos vários países europeus e nos Estados Unidos da América. As cidades se tornavam continuamente mais habitadas e o adensamento urbano foi se tornando um problema severo em algumas parcelas urbanas, decorrente da carência e da má qualidade da infraestrutura básica existente e dos serviços urbanos prestados à população residente nesses bairros.

Importa ainda referir que nas primeiras décadas do Século XX, entre os principais estudos desenvolvidos sobre os modelos de segregações sócio espaciais, teve grande importância o da Escola de Ecologia Humana de Chicago (EUA). “Os estudiosos dessa escola basearam suas análises urbanas em modelos metodológicos fornecidos pelo Darwinismo Social” (Negri, 2008, p.132). Para esses representantes a cidade seria como um “organismo vivo” em que pelas histórias de vida dos seus habitantes se vai defender que os que mais prosperaram são os que mais conseguiam “se adaptar ao estilo de vida urbano conseguindo habitar as melhores áreas deste espaço” (Negri, 2008, p.132). Nesse sentido, podemos perceber que os defensores dessa escola tinham uma visão “naturalista” e positivista da sociedade. Pensavam que a distribuição das pessoas em diferentes espaços da cidade ocorria de maneira natural, em que a localização e moradia de determinadas pessoas ou grupos de pessoas em locais melhores da cidade, apenas representava uma organização social “natural”, que era decorrente dos que melhor se conseguiam adaptar ao funcionamento da sociedade. Isso é uma visão errónea e que só ajudou a aprofundar as desigualdades e privilégios para determinados grupos sociais, em detrimento da grande maioria despossuída da época.

Apesar das críticas desta visão naturalista da organização do espaço urbano, para Marafon (1996, p.154), os estudiosos da Escola de Chicago estabeleceram vários conceitos relevantes, entre eles o de segregação, que era analisada como decorrente da distribuição ‘natural’ (ecológica) da população na cidade. Não analisavam assim a segregação como um problema decorrente das contradições sociais e económicas dos diferentes grupos humanos existentes na cidade. Segundo a sua perspectiva de análise os “agentes produtores do espaço urbano” (Corrêa, 1989)<sup>1</sup>, agem conjuntamente para que o processo de segregação sócioespacial urbano, seja considerado algo natural, que ocorre à medida que a cidade cresce. Divulga-se assim a ideia de que esse processo de segregação é decorrente do ritmo “normal” da organização da sociedade urbana. De um lado os privilegiados e do outro lado, os destituídos de quase tudo. Mas Negri (2008, p.133), que discorda dessa teoria, esclarece que:

---

<sup>1</sup> -“1) Os proprietários dos meios de produção...2) Os proprietários fundiários...3) Os promotores imobiliários...4) O Estado... e 5) Os grupos sociais excluídos”. Corrêa (1989), Apud Sposito (2008, pp. 24 a 27).

“Fica evidente que, em certas ocasiões, o imigrante prefere morar próximo aos seus semelhantes, parentes ou amigos, por diversas razões de ordem cultural, moral, étnica, entre outras. Mas essa falsa noção de auto-segregação de alguns grupos sociais, na realidade encobrem as diferenças sociais entre os vários grupos que habitam a cidade.”

Mais tarde a segregação sócio-espacial passa a ser analisada como decorrente das relações de poder entre os diferentes grupos sociais e da necessidade de reprodução das lógicas de controlo e domínio dos territórios. Neste sentido, autores, tais como Castells apud Negri (2008, p. 136), durante a década de 1970 “analisam o processo de segregação sócio-espacial como reflexo da distribuição espacial das diversas classes sociais, de acordo com o nível social dos indivíduos, sendo que esta tem determinações políticas, económicas e ideológicas”. Outro autor que contribuiu muito para este modo de ler a segregação sócio espacial, na década de 1980, foi Harvey, com a publicação do livro “A Justiça Social e a Cidade”, em que utilizando a geografia económica faz uma análise crítica de como o capitalismo contribuiu para uma nova teoria do espaço com fortes implicações no desenvolvimento das cidades. Mais recentemente, em 2012, Harvey publicou “as cidades rebeldes”, reflectindo como ao longo do tempo os processos de transformação urbana têm muitas vezes introduzido factores de discriminação das classes menos favorecidas, algo que se assiste desde as reformas urbanas de Paris do século XIX ao bom imobiliário do início do século XXI em alguns países, sendo que todos esses eventos ocorridos, a nível mundial, promovem cidades ‘rebeldes’, decorrente do aprofundamento do fenómeno da segregação sócio espacial urbana, que tem sido aprofundado mediante as decisões económicas e políticas que os grupos hegemónicos têm tomado para a perpetuação da sociedade estratificada socialmente (Oliveira, 2014).

Ainda no âmbito desta visão sobre segregação sócio espacial, nos estudos mais atuais, pós década de 1990, vale destacar a importância dos estudos de Lefebvre, que fez uma grande contribuição para os estudos sobre as sociedades urbanizadas, quando escreveu o livro “O Direito à Cidade”, onde reflecte sobre a sua preocupação com a exclusão social existente nas cidades contemporâneas. Essas cidades estão crescendo e se tornando cada vez mais modernas e cosmopolitas, mas será que estão de fato se desenvolvendo? Em relação a esta questão o autor demonstra nos seus trabalhos que “a experiência prática mostra que pode haver crescimento sem

desenvolvimento social -crescimento quantitativo, sem desenvolvimento qualitativo-” (Lefebvre, 2001, p.137). Pois não existe desenvolvimento urbano se não houver o direito efetivo à cidade, onde os cidadãos possam usufruir da cidade e das suas oportunidades. Mas segundo Lefebvre (2001) não se pode alcançar essa plenitude de viver no urbano com equidade e felicidade, sem uma reforma revolucionária, essencial para tornar possível a efetivação de uma sociedade urbana mais justa.

Ainda no âmbito desta visão sobre o processo de urbanização e o fenómeno da segregação sócio espacial urbana, nos estudos mais atuais, vale destacar a importância de Prêteceille (2003) com a publicação *“A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas”*, onde realça a necessidade de investimentos contínuos em estruturação urbana, melhoria da saúde das populações mais pobres, e decisões políticas mais democráticas com o intuito de maiores investimentos em obras públicas nas cidades, para minimizar desigualdades urbanas. Uma das preocupações nos estudos desse autor, foi revelar que as classes sem renda e de baixa renda, estão em áreas (sobretudo habitação social periférica) onde são acumuladas várias dificuldades (Prêteceille, 2003) que vão desde a falta de uma ação de assistência social que vise integrar essas comunidades, a falta de manutenção dos imóveis que estão muito degradados, além da alta densidade desses conjuntos habitacionais, muito próximos e com crescente insegurança para os moradores. Nesse estudo Prêteceille (2003) evidencia a ocupação dos mais ricos nas melhores áreas da cidade e à medida que nos afastamos dos melhores bairros os grupos de menor poder aquisitivo vão se instalando. Estes padrões territoriais resultam de um princípio de “hierarquização dos preços fundiários e imobiliários que produz, em primeira instância, a hierarquização das posições sociais dos espaços residenciais, conduzindo, ao final da cadeia, à concentração dos mais pobres nos espaços mais desvalorizados”. (Prêteceille, 2003, p.37/38).

Outro autor, que estudou esta problemática foi Marcuse (2004), que veio a considerar três tipos de segregação sócio-espacial.

“Segundo Marcuse (2004), historicamente existe um padrão geral de segregação das classes sociais, que podemos dividir da seguinte maneira:

1. Divisão Cultural – realiza-se através da língua, da religião, das características étnicas, estilo arquitetônico, por país ou nacionalidade;
2. Divisão Funcional – é resultado da lógica econômica, resultando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias. Ela pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade.
3. Divisão por Diferença no Status Hierárquico – reflete e reproduz as relações de poder na cidade. Pode ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.” (Negri, 2008, p.131).

Nesses três tipos de segregação constata-se que o poder econômico estratifica a sociedade dentro da cidade, formando Status Hierárquicos ao separar os grupos humanos em partes (bairros) separados na cidade. Quer seja por nível cultural, pela função exercida ou por nível de renda, tem-se como resultado, em vários períodos históricos, a cidade estratificada que cresce reproduzindo territorialmente esses tipos de segregação.

Continuando na reflexão sobre a segregação sócio-espacial urbana, foi realizado uma pesquisa em alguns periódicos nacionais e internacionais, destacando o modo como está a ocorrer esse fenômeno no contexto territorial de enquadramento do estudo empírico desta tese, na Europa e mais precisamente em Portugal, e em alguns países da América Latina, mais concretamente no Brasil.

Sendo o fenômeno da segregação sócio-espacial urbana um problema mundial, na Europa têm sido realizadas várias tentativas de minimizar essa questão. Um dos exemplos é a formulação da política urbana europeia, descrita por Medina (2013) em seu artigo *La europeización urbana através de la política de cohesión*, descrevendo como a política urbana europeia tem encarado esta problemática com a análise das opções privilegiadas na agenda urbana europeia, desde 1990. Uma agenda comandada por ações que propuseram o desenvolvimento urbano a partir de uma política de coesão, de modo a estruturar um processo de europeização urbana mais equilibrado, integrado e mais equitativo para todos os cidadãos europeus. Essas ações fazem assim parte de uma estratégia de envolvimento das cidades no projecto de desenvolvimento da

União Europeia, segundo uma visão que busca o reconhecimento das cidades como protagonistas da governança europeia.

Essa política urbana tem evoluído muito na última década, mas o problema da segregação sócio-espacial urbana no contexto europeu tende a persistir, por vezes na sequência de novas dinâmicas urbanas. Sendo que muitos dos problemas que decorrem da separação física de diferentes grupos sociais, que tendem a existir em espaços próximos entre si, podem, segundo alguns autores, ser minimizados pelo aumento da tributação junto dos grupos mais favorecidos. Essa tese foi defendida por Carvalho (2016) no seu artigo 'Gentrificação: a tributação como atenuante da segregação social e urbana'. O autor ressalta que, nestes casos, o Estado deve tomar medidas efetivas para uma verdadeira justiça social. Essas medidas têm maior consistência, quando são aplicadas em casos onde exista a gentrificação de determinados bairros das cidades. Pois essa valorização de determinadas áreas da cidade, cria outro problema a partir do momento em que um determinado contingente populacional foi expulso do local que passou pelo processo de enobrecimento urbano. Esse enobrecimento urbano sempre é promovido pelo capital privado em consonância com o poder público. Isso com certeza gera conflitos e deixa claro que a cidade ainda hoje evolui no sentido de se tornar cada vez mais segregada.

Quanto a estes processos de gentrificação, pode ser afirmado que esse fenómeno está presente também em Portugal. Para exemplificar este caso Malheiros *et al.* (2013) em seu artigo 'Gentrification, residential ethnicization and the social production of fragmented space in two multi-ethnic neighbourhoods of Lisbon and Bilbao', analisou como as tendências, simultâneas de etnicização e gentrificação, estão contribuindo para a fragmentação dos espaços urbanos contemporâneos. O autor também salienta neste seu artigo que a quebra da homogeneidade da cidade moderna, decorrente da existência de novas unidades sociais urbanas, provocam o surgimento de novas redes com descontinuidade territorial que estão menos centradas no bairro. Esse estudo foi realizado no bairro Mouraria (Lisboa, Portugal) e São Francisco (Bilbao, Espanha), bairros esses que são constituídos por grupos multiétnicos. Nesses bairros as ações de grupos privados promovendo o enobrecimento dessas áreas têm contribuído para a fragmentação sócio-urbana. Essas ações geram a fragmentação dos dois bairros estudados, provocada pela gentrificação e provocando um tipo de etnicização marginal.



No caso da América Latina Thibert e Osorio (2014) analisaram os padrões sócio económicos das cidades desse sub-continente, que estão sendo alterados rapidamente no decurso de processos acelerados de metropolização e suburbanização. Estes autores destacam que as consequências políticas decorrentes desse processo não são bem compreendidas ainda, no entanto torna-se claro que o processo de segregação sócio-espacial urbano tem interferido negativamente na evolução dos padrões sociais e económicos das populações urbanas e mais fortemente, das residentes nas grandes áreas metropolitanas. Outros autores como Girola *et al.* (2015) analisaram experiências de segregação com base numa pesquisa sócio-antropológicas de corte etnográfico, constatando que a contínua persistência de condições de desigualdade socioeconómica é um traço comum que caracteriza as cidades contemporâneas da América latina. Visão partilhada por outra autora que estudou a segregação residencial latino-americana, a partir de um estudo realizado em Bogotá (Arcila, 2015), com o qual mostrou como os agentes sociais dão valorização diferenciada para determinados grupos, dependendo de sua localização no espaço urbano da cidade de Bogotá. O texto destaca ainda que as regiões são segregadas por razões económicas e as desigualdades são expressas na falta de organização urbana.

No caso do Brasil a segregação sócio-espacial urbana tem merecido a reflexão de vários autores, abordando especialmente a sua dimensão residencial. Para Villaça (2001), um estudioso do fenómeno da segregação sócio espacial urbana existente no Brasil, conclui através das suas análises que “a segregação é um processo necessário à dominação social, económica e política por meio do espaço” (Villaça, 2001, p.150). Essa dominação que ocorre em todas as esferas é expressa constantemente na sociedade, para ratificar a dominação geral de um grupo dominante sobre os demais grupos. Por via do favorecimento da segregação socio-espacial os grupos de alto poder económico, político e jurídico, legitimam a dominação. Sendo que o mais alarmante é que essa “legitimação” é considerada, pela maioria da população (dos dominados) como se fosse a única forma de existir na sociedade, num contexto de desigualdade evidente.

Segundo este autor a diferenciação intra-urbana em termos sociais, económicos, infraestruturais e residências, é um fenómeno que foi sendo permitido e estimulado pelos grupos dominantes como forma de promover uma sociedade assente na diferenciação de grupos sociais, ao separar

fisicamente os de menor poder aquisitivo em áreas com pouca ou quase nenhuma infraestrutura básica urbana. Sendo que no Brasil a segregação sócio-espacial residencial é assim inerente ao contexto global de uma sociedade de classes antagónicas. Historicamente os grupos sociais mais privilegiados sempre procuraram criar a diferença de valor do solo urbano, para justificar a alocação dos diferentes grupos sociais. Essa diferença do valor por bairro força a distribuição da população de baixa renda ou/e sem renda para os bairros mais afastados do centro e das áreas mais estruturadas. Ao marginalizar o cidadão de baixa renda este quase não tem condições de ascender socialmente, porque não pode beneficiar das mesmas oportunidades a nível social, económico, cultural ou educacional. A segregação socio-espacial vai assim garantir que estas oportunidades desiguais se reproduzam intergeracionalmente, conseguindo-se assim a manutenção de uma sociedade de classes antagónicas.

“Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, económico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital.” (Negri, 2008, p.136).

Metodologicamente este fenómeno da segregação sócio espacial urbana tem sido estudado com recurso sobretudo aos índices de segregação. Por exemplo no estudo feito por Carvalho *et al.* (2013), no qual os autores procuraram calcular os índices por faixas de renda em quatro períodos distintos na região metropolitana de São Paulo. O período estudado foi de 1994 a 2009, procurando revelar-se o comportamento da segregação das faixas de renda, com a avaliação da concentração ou dispersão de certo grupo em determinado espaço urbano. Outro estudo realizado sobre a segregação em São Paulo foi o de Marques (2014) com o seu artigo ‘Estrutura social e segregação em São Paulo: Transformações na década de 2000’ em que foram utilizadas as hipótese mais importantes da literatura internacional a respeito dos impactos sociais da reestruturação produtiva recente e sobre as mudanças na segregação residencial em grandes cidades, utilizando dados dos Censos de 1991 e 2010. Esse trabalho mostrou que a metrópole paulistana continua intensamente segregada com um alto padrão de evitação entre os grupos

sociais localizados nos extremos níveis económicos. Entre as suas conclusões, por um lado foi constatado que existe uma maior homogeneidade nos bairros habitados pelos mais ricos. Por outro lado, as áreas habitadas pela população de baixa renda tendem a ser mais heterogêneas, o que tem contribuído para maior mistura social em bairros intermediários e nas periferias.

Outro estudo também feito no Brasil, agora na cidade de Recife, foi realizado por Oliveira e Silveira Neto (2015), revelando a segregação sócio-espacial nesta cidade utilizando dados censitários do IBGE de 2000 e 2010 pela variável de rendimentos. As evidências indicam um padrão de concentração espacial dos grupos de mais altos rendimentos em alguns bairros de Recife como: Rio Capibaribe, Praia de Boa Viagem e parque da cidade. Essas áreas são localizadas próximo ao centro da cidade com grande oferta de serviços públicos e bom saneamento básico. Esta análise evidenciou a presença de auto segregação urbana desses grupos com renda superior a 10 salários mínimos. Ainda a respeito desta segregação da classe de maior nível sócio-económico nas cidades metropolitanas no Brasil, Cerqueira (2015) estudou a existência das novas lógicas da fortificação residencial nas periferias de Belo Horizonte, afirmando que a fortificação residencial tem produzido “homogeneidade social intramuros”, mas por outro lado, reforça a heterogeneidade extramuros. Essas práticas de crescente proteção com seguranças, muros, grades, câmaras de segurança e outras ações de proteção e fortificação residencial, têm sido característicos nas diversas metrópoles latino-americanas. Decorrente dessas ações de isolamento/proteção, a fortificação provoca uma homogeneidade social dentro dos muros dos condomínios e por outro lado, aumenta a segregação sócio espacial urbana. Esses condomínios exclusivos, controlados por tecnologias e barreiras físicas, têm sido disseminados pelo Brasil reforçando a estratificação residencial das suas cidades.

Ainda sobre este contexto específico de segregação sócio espacial, Silva *et al.* (2015), estudaram os condomínios horizontais e loteamentos fechados, analisando a situação da capital do Piauí (Teresina), no nordeste brasileiro, onde a presença desse tipo de habitação tem alterado a morfologia urbana do tecido urbano. Para comprovar esse processo de segregação sócio espacial, foi realizado um levantamento em jornais e classificados de imóveis no Arquivo Público do Piauí e em sites de imobiliárias até novembro de 2014. Foi destacado neste estudo que a expansão dos condomínios horizontais e loteamentos fechados provocam vários impactos nas cidades, alertando

para o facto de provocar o abandono do uso do espaço urbano público, por medo e receio de agressões e roubos, sobretudo enquanto espaço de cruzamento, encontro e diversidade. Pois cada vez mais esses espaços públicos têm sido subutilizados pelos grupos de maior poder aquisitivo. Por outro lado, o fato do acesso a esses espaços condomínios ser restrito, reforça o tipo de auto segregação. Dentro desse mesmo tipo de análise, Milani e Góes (2015), publicaram um estudo sobre os espaços residenciais fechados nas cidades não metropolitanas, concluindo que os mesmos constituem “barreira material e quanto um limite simbólico” visto que os muros criam uma imagem clara da separação dos grupos sociais existentes nas cidades.

Outra pesquisa importante, foi o estudo feito por Caldeira (2003) em seu livro ‘Cidade de Muros’, lembrando que antes existiu no Brasil um determinado padrão de segregação socio-espacial, do tipo centro-periferia. Mas as alterações ocorridas no processo de desenvolvimento e crescimento urbano, nas últimas décadas, têm gerado um tipo de segregação distinto, em que grupos opostos (de níveis sócio económicos diferentes) estão agora muitas vezes próximos fisicamente, mas continuam separados entre si, pela acção desses condomínios fechados.

“O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de "enclaves fortificados". Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os "marginalizados" e os sem-teto”. (Caldeira, 2003, p.211).

Esses enclaves fortificados de reclusão residencial são o mais recente tipo de segregação sócio espacial urbana na cidade contemporânea. Decorrente desse processo de isolamento social pelos condomínios fechados, a especulação imobiliária tem sido ampliada no espaço urbano. Os autores Pagani *et al.* (2015), estudaram como essas atuais formas de uso e ocupação do solo urbano aprofundam práticas de valorização imobiliária. Chegando à conclusão que essas práticas de especulação imobiliária têm acentuado as contradições sociais e económicas no seio das cidades, favorecendo a segregação sócio espacial.

A opção das classes sociais de maior poder aquisitivo por residir em condomínios fechados de moradias ou prédios, ou seja, tanto horizontais quanto verticais, só tem reforçado e aprofundado o processo da segregação, uma vez que separa mais ainda, um determinado estrato social, dos demais cidadãos de menor poder aquisitivo. Além de se protegerem em seus condomínios, passam a usufruir de muitos serviços que o condomínio lhes providencia, sentindo-se com eles mais protegidos. Mas o que está ocorrendo de fato, é que estão sendo enclausurados nos seus condomínios, em relação ao contexto urbano mais vasto de que fazem parte.

Concluindo este enquadramento e breve problematização do objecto de estudo desta tese, pode ser afirmado que o processo de segregação sócio-espacial urbana é uma tendência mundial, embora com mais expressão em alguns contextos territoriais, onde este fenómeno tem raízes históricas profundas e onde se tem tornado progressivamente mais relevante na contemporaneidade. Pelos estudos já elaborados conclui-se que embora existam várias tentativas de compreensão do fenómeno para procurar minimizá-lo, percebe-se que a complexidade e dimensão do processo de segregação sócio espacial urbana tem sido reforçada pelos grupos privilegiados, com o objetivo claro de manter a dominação, económica, social, política na cidade, em prol da reprodução da força de trabalho e da manutenção do *status quo*.

De fato, as políticas públicas não têm resolvido a questão da segregação sócio espacial urbana. Em certos casos específicos tem apenas minimizado o problema. Na generalidade as políticas públicas urbanas existentes servem para melhorar a infraestrutura em áreas específicas, mas nos bairros dos grupos sócio-económicos menos privilegiados os investimentos públicos são reduzidos e escassos. As regiões mais valorizadas recebem mais investimentos que as menos valorizadas, assim a segregação sócio-espacial vai se aprofundando. Os problemas sociais, que estão associados à segregação, são assim muito maiores entre os pobres, devido à má distribuição das ações do poder público e dos baixos recursos utilizados nas áreas em que residem, facilitando ou mesmo estimulando ações ilícitas de toda ordem. Esta realidade é bem presente nos países latinos americanos e nas cidades brasileiras, quer sejam metrópoles ou cidades médias, onde o fenómeno da segregação socio-espacial tem aumentado à medida que as cidades crescem, rumo à sua periferia.

Por este breve estado da arte apresentado percebe-se que os estudos desenvolvidos até ao momento têm sobretudo procurado compreender a segregação sócio-espacial, as suas causas e consequências, e, por outro lado, têm procurado identificar metodologias para identificar/detectar a segregação sócio-espacial e a sua incidência. Estas têm sido as duas vias de análise privilegiadas. Nesta tese procura-se contribuir para o aprofundamento da compreensão desta problemática explorando uma via de análise distinta das que têm sido perseguidas, que consiste na interpretação deste fenómeno na perspectiva do indivíduo que por ele é afectado, quer através da análise da percepção deste fenómeno por parte de quem reside nas parcelas urbanas segregadas, quer através da análise da imagem mental que sobre estes territórios urbanos se vai estruturando por parte de quem vive fora deles. Será assim um trabalho de investigação que opta por analisar o fenómeno na perspectiva do indivíduo, embora também o faça na óptica das estratégias de desenvolvimento urbano e das políticas de cidade.

Esta tese utiliza como modelo de análise para a abordagem do seu estudo comparativo, dois tipos específicos de segregação sócio-espacial urbana: a auto-segregação e a segregação imposta. A auto segregação refere-se à segregação urbana da classe de alta renda por opção própria, em espaços com alto grau de homogeneidade social, muitas vezes condomínios fechados, mas não só. A segregação imposta refere-se à segregação urbana referente à classe de baixa renda ou sem renda por imposição do funcionamento do mercado imobiliário ou das políticas de habitação social, em espaços onde existe também um alto grau de homogeneidade social.

A auto segregação é uma escolha dos grupos de alta renda, que residem nos bairros bem mais estruturados das cidades, a que só eles têm acesso, e onde se concentra a melhor infraestrutura da cidade e os imóveis mais luxuosos. Neste caso a segregação é uma opção não uma inevitabilidade, uma vez que a classe de alto poder aquisitivo se auto segrega. Indivíduos de um mesmo grupo social optam por partilhar um contexto de residência que lhes é exclusivo, pelas vantagens que consideram-lhe estar associadas. Em oposição, a segregação imposta é conotada com os bairros de baixo poder aquisitivo, uma vez que os residentes destes bairros não escolheram residir em áreas sem estrutura básica (sem pavimentação adequada, esgoto, drenagem, energia elétrica, etc.), a segregação de que são alvo é-lhes imposta. Neste caso, a falta de condições económica determina a localização residencial, dos habitantes citadinos de baixa renda ou sem

renda, em contextos de forte segregação que são ‘forçados’ a partilhar com outros indivíduos do mesmo grupo social. Em ambos os casos, as classes de alto poder aquisitivo e, opostamente, as classes sociais de baixo poder aquisitivo, habitam num contexto social de grande homogeneidade social e distinto da sua envolvente.

### **Hipóteses e objectivos da investigação**

Como já referido, o fenómeno da segregação sócio-espacial é um problema que ocorre a nível mundial, apresentando-se com características diferenciadas em diferentes contextos territoriais, dependendo do desenvolvimento social, económico e político das nações. Observa-se que os países desenvolvidos já avançaram muito na minimização deste problema, embora exista também neles muitas manifestações de segregação socio-espacial e por isso muita coisa ainda a ser feita no sentido de se alcançar uma cidade mais integrada e justa. No entanto são os países em desenvolvimento aqueles onde esta problemática traz mais desafios no sentido da sua minimização, caso estes ambicionem verdadeiramente uma sociedade menos desigual, com cidades com maior justiça social e promotoras de um maior equilíbrio de oportunidades para todos os seus cidadãos. Genericamente o fenómeno da segregação sócio espacial apresenta-se assim com mais intensidade e expressão nas regiões e países localizados na periferia do mundo globalizado, com uma sociedade mais desigual, uma baixa taxa de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e alta concentração de renda nas camadas da sociedade de maior poder aquisitivo.

O problema da segregação sócio espacial é pois algo que ocorre a nível mundial afectando países muito distintos nas suas trajectórias de desenvolvimento, repercutindo-se como um dos grandes desafios urbanos na busca de maior justiça social na cidade contemporânea e, portanto, sendo um dos principais desafios para os gestores urbanos. Assim, este trabalho procura contribuir para este desafio aprofundando o conhecimento em torno desta problemática, a partir de um estudo comparativo com o qual se procura entender melhor como esse processo tem ocorrido em países com características diferenciadas. Nesse caso abordando o modo como se configura o problema

da segregação socio-espacial em Portugal, analisando como este problema se expressa na cidade de Braga, e no Brasil, estudando o modo como a segregação socio-espacial se manifesta na cidade de Aracaju- Tal é feito a partir de uma reflexão efectuada em dois bairros de cada uma das cidades citadas, portanto quatro bairros analisados, sendo que metodologicamente em cada cidade foi escolhido um bairro que traduzisse a segregação socio-espacial na sua vertente da autosegregação (onde se concentra população de mais alto poder aquisitivo) e um outro bairro que traduzisse a segregação sócio-espacial na sua vertente da segregação imposta (onde de aglomera população de mais baixo poder aquisitivo).

São três as hipóteses de partida para esta investigação, a saber:

H1) O estudo comparativo realizado entre as cidades de Braga (Portugal) e Aracaju (Brasil) vem demonstrar que o planeamento urbano têm agido no sentido de minimizar a segregação socio-espacial e a manifestação dos problemas diversos que lhe estão associados?

H2) Nos casos analisados de concentração territorial de população de mais elevado estrato sócio-económico e poder aquisitivo (Encosta do Bom Jesus em Braga, Portugal; e Bairro Jardins em Aracaju, Brasil) o processo de segregação sócio espacial apresenta-se como de auto-segregação, representando a concretização de uma ambição dos seus moradores, que revelam por isso altos níveis de satisfação com o local de residência e com a qualidade de vida que este lhes proporciona.

H3) Nos casos analisados de concentração territorial de população de mais baixo estrato sócio-económico e de baixo poder aquisitivo (Bairro das Andorinhas em Braga, Portugal; e Bairro Invasão de São Conrado em Aracaju, Brasil) o processo de segregação sócio espacial apresenta-se como imposto, sendo esses bairros o local de residência para indivíduos que preferiam residir noutro local da cidade mas que não têm condições para isso, revelando por isso baixos níveis de satisfação com o seu local de residência e com a qualidade de vida que este lhes proporciona.

De acordo com as hipóteses acima mencionadas, a problemática em análise nesta tese, ou seja, a reflexão acerca do modo como se apresenta o processo da segregação sócio-espacial nas cidades de Braga (Portugal) e Aracaju (Brasil), será estudada em torno dos seguintes objectivos específicos:



- a) Avaliar se o planeamento urbano tem actuado eficazmente no sentido de atenuar/evitar o problema da segregação sócio-espacial, assim como da minimização dos problemas que lhe estão associados.
- b) Analisar como o processo de segregação sócio-espacial urbana e seus efeitos afectam o desenvolvimento urbano, nos contextos das cidades de Braga (Portugal) e Aracaju (Brasil)
- c) Nos casos analisados de auto-segregação da população de mais alto poder aquisitivo, identificar as principais diferenças entre Braga e Aracaju no que respeita: às motivações para a opção de residir na Encosta do Bom Jesus (Braga) ou no Bairro Jardins (Aracaju); à imagem mental que existe sobre esses bairros; às dinâmicas de interacção no seio do bairro e com o seu exterior; assim como ao nível de integração do bairro na cidade.
- d) Nos casos analisados de segregação imposta da população de mais baixo poder aquisitivo, identificar as principais diferenças entre os bairros de Braga e Aracaju no que respeita: à caracterização da habitação; ao grau de satisfação dos residentes com o bairro em que moram e se o mesmo corresponde com o local onde gostariam efectivamente de morar; às redes de interacção que existem dentro do bairro e com o seu exterior; e às imagens mentais dominantes sobre o Bairro das Andorinhas (Braga) e o Bairro Invasão do São Conrado (Aracaju)

### **Metodologia de investigação e principais fontes**

Este trabalho de investigação inicia por um esforço de clarificação conceptual com o qual se procura debater o fenómeno da segregação sócio-espacial em contexto urbano, as suas causas e efeitos, bem como as diferentes manifestações que o mesmo pode revelar. Esta reflexão baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental diversa, a qual permitiu conhecer a literatura específica associada ao tema em análise, através de livros, artigos científicos e relatórios técnicos. Esta abordagem metodológica, complementada pela análise da cartografia e das memórias descritivas dos instrumentos de planeamento urbano, foi também essencial para enquadrar e compreender a questão da segregação sócio-espacial no contexto da cidade de Braga e Aracaju, percebendo a

importância que esta problemática revela na morfologia urbana das duas cidades e nas suas estratégias de crescimento e desenvolvimento.

Este trabalho de pesquisa bibliográfica e documental revelou-se essencial para analisar o processo de crescimento urbano geral e o conseqüente desencadeamento dos fenómenos de segregação sócio-espacial. Assim como para melhor entender como a estrutura económica mundial, centrada no capitalismo contemporâneo, vem interferindo e produzindo um espaço geográfico favorecedor de processos de segregação sócio-espacial urbana e, por conseguinte, que são geradores de conflitos no contexto das cidades contemporâneas. Esta é uma dinâmica discriminatória no uso e apropriação do espaço urbano que ocorre à escala mundial, muito embora se apresentem variações de intensidade e processos de desdobramentos diferenciados, como se procurará perceber com o estudo empírico desta tese que visa uma análise comparada entre uma cidade localizada na Europa (Portugal, Braga) e uma cidade localizada na América do Sul (Brasil, Aracaju).

O processo de segregação sócio-espacial urbano mundial é estimulado pelo actual contexto económico. O solo urbano como propriedade privada estabelece uma valorização diferenciada dos bairros existentes nas nossas cidade, sendo que este processo tem criado novos problemas nas cidades que repassam para os seus cidadãos, principalmente para os mais carentes dentro de uma sociedade desigual. Assim o fenómeno da segregação sócio-espacial, tem provocado um processo contínuo de variáveis impactantes sobre os centros urbanos, tais como: auto-segregação das classes de alta renda, segregação imposta sobre as classes de baixa renda, crescente criminalidade organizada, impacto ambiental e aumento da poluição, alta densidade populacional em determinadas parcelas urbanas, ocupação residencial sem estrutura às margens do perímetro urbano das cidades, entre outros.

Para esclarecer melhor essa problemática, foi analisado este assunto utilizando um arcabouço teórico de autores variados que trabalham com metodologia científica. Para este exercício de reflexão teórica importa destacar aqui o testemunho de Santos (2010, p. 32), o qual salienta que “...tenho vindo a caracterizar a modernidade ocidental como um paradigma fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social”. (p.32). Nessa perspectiva, e como esta tese busca a compreensão de um problema que se apresenta recorrentemente num contexto de um mundo

globalizado, importa também reconhecer as epistemologias do Sul como forma de superar esse paradigma focado nas sociedades metropolitanas do mundo ocidental. Esta tese, através do método do estudo comparado entre uma cidade no mundo ocidental e uma outra o Sul global, procura contribuir para este desafio.

Assim, na abordagem metodológica para esta tese seguimos a visão de Gray (2012, p. 21) que salienta que a postura metodológica está associada a uma relação direta entre a “postura teórica adotada pelo pesquisador, a metodologia e os métodos usados, e a visão que ele tem de epistemologia...” Sendo que acerca da epistemologia, Santos e Meneses (2010, p. 8), no seu estudo ‘As Epistemologias do Sul’, descrevem que

“toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Epistemologia é toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem prática e atores sociais.”

Pelo que esta tese procura analisar o fenómeno da segregação sócio-espacial valorizando a perspectiva dos indivíduos que diariamente são afectados por esta dinâmica, procurando a sistematização de conhecimento através da análise e sistematização da experiência social que se desenvolve em torno deste fenómeno. Para isso o estudo empírico desta tese baseia-se numa pesquisa que privilegiou o método de análise comparada, focado nas cidades de Braga (Portugal) e Aracaju (Brasil), a partir de quatro estudos de caso associados ao fenómeno da segregação sócio-espacial urbana. Sendo dois exemplos de auto-segregação associados à aglomeração territorial de indivíduos de nível sócio-económico mais elevado (a Encosta do Bom Jesus em Braga e Bairro Jardins em Aracaju), e dois exemplos de segregação imposta associados à aglomeração territorial de indivíduos de nível sócio-económico mais baixo (o Bairro das Andorinhas em Braga e o Bairro Invasão de São Conrado em Aracaju).

Esta tese procura partir de um estudo comparativo para aprofundar o debate em torno da problemática da segregação socio-espacial urbana, nomeadamente revelando diferenciações

associadas a este fenómeno consoante as especificidades do contexto territorial em análise. Quer quanto à relação que este fenómeno revela com o planeamento urbano ou a sua ausência, quer quanto ao modo como o mesmo é percebido e vivenciado na perspectiva dos indivíduos que quotidianamente se relacionam com estes contextos urbanos segregados. Para o desenvolvimento deste estudo comparativo recorre-se ao cruzamento de técnicas quantitativas e qualitativas para a recolha de informação original de suporte aos quatro estudos de caso em análise. Com a complementaridade de técnicas distintas procura-se alcançar uma compreensão mais integrada da realidade.

Na abordagem quantitativa optou-se pela aplicação de um questionário a uma amostra da população residentes nos dois bairros em análise de segregação imposta, ou seja aplicado junto à população de baixo poder aquisitivo residente no Bairro das Andorinhas (Braga) e no Bairro Invasão de São Conrado (Aracaju).

No Bairro das Andorinhas, em Braga, foram aplicados 122 questionários junto da população residente (de Junho de 2014 a Fevereiro de 2015). Para a aplicação destes foram necessárias várias idas ao bairro para, inicialmente conhecer a Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas (AMBA), e através desse conhecimento conseguir o acesso aos residentes e a sua participação na pesquisa. Em quatro viagens do investigador a Portugal e à cidade de Braga, foram feitas aproximações à AMBA que viabilizaram uma palestra do investigador na AMBA (junho de 2014) para os residentes do Bairro dando a conhecer a pesquisa e os seus objectivos. Na sequência desta palestra foi posteriormente viabilizada a realização da aplicação dos questionários aos residentes neste bairro. Contando o autor para esta tarefa com o apoio dos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

No caso do Bairro Invasão do São Conrado, em Aracaju, foram aplicados 100 questionários num período de dois meses (Setembro e Outubro de 2014). A aplicação dos questionários foi facilitada comparativamente ao Bairro das Andorinhas, pela maior proximidade cultural e linguística do investigador. Apesar de se terem verificado alguns momentos de maior ansiedade e perigosidade na aplicação de questionários nos locais do bairro mais degradados e marginalizados, com

algumas perseguições ao investigador por parte de indivíduos mais carenciados. Embora, de maneira geral, tenha sido menos difícil a aplicação dos questionários neste bairro, sobretudo pela proteção proporcionada por alguns moradores nas incursões do investigador no bairro, e por estes terem esclarecido quais os locais do bairro mais inseguros para serem frequentados por um elemento externo ao bairro. Quanto mais próximo do riacho (canal Santa Maria) e do manguezal, a situação do espaço construído é mais precária e a sua população é menos qualificada e com menor renda (e até sem renda), o que identifica diferenciações internas mesmo no seio de uma área segregada que, numa primeira análise, apresenta grande homogeneidade.

Na abordagem qualitativa optou-se pela realização de entrevistas em profundidade e semi-estruturadas. A análise do conteúdo pesquisado através destas entrevistas procura inferir tendências em curso que escapam aos métodos quantitativos e que são essenciais para o aprofundamento da reflexão em torno do tema em análise. Acerca deste método Bardin (2010, p. 143) refere que “tem elevada complexidade e também exige muito tempo para a sua realização, mas, a par dessa realidade, o método, se bem aplicado, possibilita ao analista e à ciência alta qualidade na pesquisa qualitativa ao permitir a construção de inferências [...] com elevado nível de efetividade”.

As entrevistas foram realizadas a um conjunto de indivíduos residentes nos dois bairros em análise de auto-segregação, ou seja aplicadas junto da população de mais alto poder aquisitivo residente na Encosta do Bom Jesus (Braga) e no Bairro Jardins (Aracaju). A opção pelas entrevistas em profundidade a um conjunto limitado de indivíduos residentes nestes bairros (34 entrevistas, 17 em cada um dos bairros analisados) deveu-se não apenas à intenção de beneficiar da profundidade de análise que as entrevistas proporcionam quanto à reflexão sobre os tópicos em análise, mas também se deveu à dificuldade de acesso às populações de alto poderes aquisitivos das duas cidades, mais indisponíveis e reticentes a partilhar com o investigador as suas experiência de residência nos bairros em análise (o que inviabilizou a intenção de aplicar um inquérito, que implicaria uma amostra suficientemente ampla). Utilizou-se por isso estratégias metodológicas diferenciadas para a obtenção dos dados originais de suporte aos estudos de caso analisados.

As entrevistas foram feitas de Setembro a Novembro de 2015 no caso da Encosta do Bom Jesus e do caso do Bairro Jardins foram feitas em duas fases, a primeira de Setembro a Outubro de 2015 e a segunda de Agosto a Setembro de 2018. No caso da Encosta do Bom Jesus onde reside a população de alto poder aquisitivo de Braga, diante das dificuldades já mencionadas, foi necessário o apoio muito especial de um dos professores orientadores e de alguns de seus alunos<sup>2</sup>, que auxiliaram o investigador na aplicação das entrevistas em profundidade a um conjunto de dezassete residentes na Encosta do Bom Jesus. Vale ressaltar que no ano de 2015 em Portugal, ocorreu uma reorganização administrativa, que promoveu a fusão de algumas das suas freguesias. No caso de Braga, a fusão da freguesia de Tenões com a freguesia de Nogueiró, ficou designada como “União das Freguesias de Nogueiró e Tenões”, sendo esta a nova freguesia que engloba a área correspondente à Encosta do Bom Jesus.

Da mesma forma, em Aracaju, no Bairro Jardins foram feitas pelo investigador 17 entrevistas aos residentes no bairro, embora a disponibilidade para a participação na pesquisa tenha sido menor por parte dos residentes nesta área, face aos que residem no bairro Invasão de São Conrado onde se concentra a população de menor nível sócio-económico.

Ao nível das fontes utilizadas vale ainda ressaltar que os estudos de caso analisados estão ainda baseados em outras técnicas de recolha de informação, por exemplo a análise de fotografias, imagens de satélite, bem como planos e cartografias diversas associados aos bairros estudados. Assim, as fontes dos dados utilizados nesta tese permitiram o confronto de dados primários e secundários, colhidos no decorrer da elaboração do trabalho de investigação. Vale ressaltar que os dados secundários, referentes às especificidades geográficas, económicas e sociais das duas cidades estudadas, foram também recolhidos junto de instituições credíveis de Portugal e Brasil, particularmente no contexto das cidades de Braga e Aracaju. Em Portugal, foram consultados os bancos de dados das seguintes Instituições: Secretaria de Planeamento Urbano da Cidade de Braga; Instituto Nacional de Estatística de Portugal - INE, Empresa Municipal de Urbanização de Braga – BRAGAHABIT; Biblioteca Municipal da cidade de Braga, Universidade do Minho (Biblioteca Central do Campus de Azurém), Câmara Municipal de Braga (CM-BRAGA), entre outras

---

<sup>2</sup> - Dados recolhidos pelos discentes de disciplina 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2015/16, ministrada pelo Prof. Dr. Flávio Paulo Jorge Nunes na Licenciatura de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

instituições. No caso do Brasil, destacaram-se as seguintes instituições, a saber: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE; Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA; Observatório das Metrópoles; Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS; Biblioteca Central da UFS, Secretaria de Planeamento da Prefeitura de Aracaju (SEPLOG), entre outras instituições.

Quanto à selecção dos estudos de caso, de referir que nos bairros de estratos sócio económicos mais elevados, foi seleccionado em Braga a 'Encosta do Bom Jesus', por ser a área da cidade onde se concentra um grande percentual da população de alta renda de Braga. Esta é considerada uma área privilegiada na cidade de Braga, que beneficia de um clima agradável e excelente oxigenação, devido à sua localização na parte mais alta da cidade, onde os seus habitantes usufruem de uma visão panorâmica privilegiada da cidade de Braga. Esses fatos têm provocado o interesse de muitos residentes de alta renda da cidade de Braga que passaram a residir na Encosta do Bom Jesus (Bandeira, Veiga e Veiga, 2018). Em Aracaju, o bairro seleccionado de alta renda, foi o 'Bairro Jardins', por ser um bairro novo<sup>3</sup>, onde reside população de alto poder aquisitivo, considerado “modelo” de boa urbanização e serviços, no seio do qual se localiza o primeiro shopping construído em Aracaju, o Shopping Center Jardins que foi inaugurado um ano antes da criação do bairro. No caso dos bairros de baixo poder aquisitivo, o bairro seleccionado em Braga foi o bairro das Andorinhas. Após pesquisa *in loco*, o pesquisador constatou que de entre os bairros de Braga onde reside população de mais baixo poder aquisitivo, este é o que possui uma Associação de Moradores mais dinâmica, a qual tem promovido importantes ações de índole social e cultural na tentativa de elevar a qualidade de vida local, cuja existência facilitaria o trabalho de pesquisa. Em Aracaju, o bairro de baixo poder aquisitivo seleccionado foi o Bairro Invasão do São Conrado, por ter uma dimensão menor e facilitadora do trabalho de pesquisa. Esta área está situada bem próximo ao bairro e ao conjunto habitacional Eduardo Gomes, onde se concentra grande parte da população de São Conrado, sendo que a “Invasão” se apresenta como um enclave urbanístico o que reforça a segregação sócio-espacial urbana da população de baixa renda que aí reside.

---

<sup>3</sup> -O bairro foi criado, oficialmente, em dezembro de 1998 pela Lei municipal n° 2.666.

### **Limitações da investigação e sua relação com o percurso académico do autor**

A realização desta pesquisa exigiu um esforço considerável tendo em vista a recolha de informação em dois países distintos, particularmente em duas cidades com características geográficas, económicas, políticas, sociais e culturais diferentes. A distância física dificultou uma participação mais efetiva do pesquisador junto dos estudos de caso desenvolvidos em Portugal, pois tratou-se de uma pesquisa não enquadrada em qualquer bolsa de investigação e cuja viabilização do estudo comparativo envolveu diversas estadias em Portugal, com os avultados custos associados. Uma dificuldade que foi superada, embora tenha implicado um prolongamento temporal da pesquisa face ao inicialmente previsto.

A aplicação das entrevistas revelou-se mais difícil do que expectável nos bairros de alta renda, tanto em Braga quanto em Aracaju, dada a desconfiança dos entrevistados que em várias oportunidades se negaram a receber o pesquisador, fazendo com que tivesse que mudar a estratégia de aproximação junto a essas comunidades, principalmente em Portugal onde não se estava a conseguir motivar o envolvimento e a participação destes residentes no estudo. Optou-se assim pela ajuda de estudantes da disciplina de Teoria do Planeamento Urbano da Universidade do Minho, leccionada por um dos orientadores desta investigação, a qual foi fundamental para a efetiva aplicação das entrevistas.

Deve no entanto referir-se que a mesma dificuldade se constatou no Bairro Jardins em Aracaju, por se tratar de um bairro de alta renda onde mais uma vez se observou a desconfiança dos entrevistados em relação ao pesquisador, mas que se conseguiu ultrapassar. Percebe-se assim que esta dificuldade se apresentou nos dois bairros de alta renda, onde a auto-segregação parece entrar e bloquear o encontro e a partilha com elementos exteriores ao contexto de residência em que se enquadram estes indivíduos.



Em relação aos bairros de baixa renda, Andorinhas (Braga) e Invasão do São Conrado (Aracaju), as dificuldades foram menores, havendo maior receptividade na aplicação dos questionários. No caso da cidade de Braga, o pesquisador contou com uma valiosa colaboração da Associação dos Moradores do Bairro das Andorinhas (AMBA). Mesmo assim, essa colaboração só foi possível a partir da terceira visita realizada pelo pesquisador ao bairro das Andorinhas, com as quais se criou a confiança necessária para a decisão de apoio ao desenvolvimento deste estudo. Foi igualmente relevante a colaboração dos alunos, acima referidos, que auxiliaram o processo de pesquisa com a aplicação dos questionários aos moradores no Bairro das Andorinhas.

Em Aracaju, a princípio foi encontrada dificuldade em obter respostas ao questionário, considerando que a associação de moradores do Bairro São Conrado foi desativada. Mas posteriormente os moradores se mostraram cordiais em receber o pesquisador que conseguiu alcançar o número pretendido de questionários preenchidos, mesmo existindo algum perigo de assalto em certos pontos daquela área pesquisada. Recorreu-se por isso a uma amostra por conveniência, em que na pesquisa realizada na Invasão do São Conrado o pesquisador contactou moradores pela conveniência do local no bairro, pois por ser uma área onde existem pontos mais perigosos, foram seleccionados os locais mais acessíveis e seguros para a aplicação dos questionários. De referir ainda que foram encontradas muitas casas fechadas no horário da pesquisa, sendo que se fosse realizada a pesquisa em horários alternados, inclusive no horário noturno (considerando que muitos são trabalhadores em outros bairros), possivelmente ter-se-ia obtido uma amostra mais equilibrada na questão do género.

Quanto ao modo como esta tese se relaciona com o percurso académico do seu autor, importa referir que o tema da segregação sócio-espacial urbana enquanto assunto relevante no contexto da geografia urbana contemporânea, já há muito que desperta o interesse do pesquisador. Desde quando este iniciou os seu percurso académico, no curso de graduação, passou a preocupar-se com o social e o económico sempre atrelando essas dimensões de análise ao desenvolvimento urbano. O seu primeiro artigo escrito, articula-se com esta linha de estudo, e foi sobre a origem do povoado de Atalaia Nova, existente no município de Barra dos Coqueiros (Sergipe-Brasil). O estudo desta comunidade viria mais tarde a dar origem à monografia de conclusão do Bacharelado em Geografia, intitulada "*Atalaia Nova: a produção do espaço*". Esta aproximação às dinâmicas

sociais e económicas dos espaços urbanos deu origem a alguns artigos produzidos na abordagem da Geografia Crítica. Posteriormente com os estudos de pós-graduação, a nível de mestrado, foi desenvolvida uma dissertação sobre Aracaju e sua região metropolitana, intitulada “*Grande Aracaju: Processo de uma metropolização emergente*”. Pelo que a área de interesse de pesquisa da autor sempre foi a de entender a organização da sociedade em classes antagónicas e a sua relação com os processos urbanos, nomeadamente as consequências desse processo geográfico, económico e social para o espaço construído e suas populações.

### **Estrutura da Investigação**

Esta tese está organizada em cinco capítulos, para além da sua introdução, conclusão, referências bibliográficas e anexos. No primeiro capítulo enquadra-se a problemática da segregação sócio-espacial a nível mundial, discutem-se os conceitos básicos e as principais teorias que fundamentam a reflexão teórica em torno desta problemática, assim como se identificam os principais parâmetros que levam à ocorrência de manifestações espaciais diferenciadas de segregação sócio espacial.

No segundo capítulo analisam-se as manifestações espaciais diferenciadas de segregação sócio espacial urbana induzida pelos planeamentos urbano. Para isso foi analisado como opções em matéria de planeamento e gestão urbanística estão na origem de fenómenos de segregação sócio-espacial diferenciada, bairros de altos e baixos poderes aquisitivos. Também foi analisado o modo como o planeamento urbano tem vindo a actuar no sentido de resolver/minimizar os problemas decorrentes da segregação sócio-espacial, por exemplo incentivando lógicas de miscigenação social, promovendo a demolição de bairros sociais problemáticos e o realojamento de residentes em outras áreas das cidades, ou estratégias integradas de regeneração urbana para os bairros problemáticos.

No terceiro capítulo analisa-se a morfologia urbana das duas cidades estudadas, dentro da perspectiva da segregação sócio-espacial. Para tanto, recorreu-se à análise de como as questões das desigualdades se relacionam com o modo como está estruturado o sistema urbano em Portugal e no Brasil, e como nestes se integram as cidades de Braga e de Aracaju. Segue-se uma reflexão acerca do modo como ocorreu a evolução das cidades estudadas, na perspectiva da morfologia urbana, e a emergências das suas principais áreas em processo de segregação sócio-espacial. Finaliza-se este capítulo com uma síntese comprada da morfologia urbana e da segregação sócio espacial nas duas cidades estudadas.

No quarto capítulo procede-se à análise do processo de segregação imposta a partir da discussão dos resultados recolhidos nos questionários aplicados no bairro das Andorinhas (Braga) e Invasão do São Conrado (Aracaju). Foram utilizados sete tópicos para essa análise: caracterização da amostra inquirida, caracterização do alojamento; expectativas, motivações e aspirações dos residentes; caracterização do bairro; redes de interação; imagens mentais; e perspectivas de acção para o desenvolvimento futuro dos bairros. Com a informação original recolhida este capítulo reflecte acerca do modo como, na perspectiva do indivíduo, se apresenta o processo de segregação sócio-espacial imposta nas cidades estudadas.

No quinto capítulo, aprofunda-se o estudo empírico abordando a segregação sócio-espacial de população de alto rendimento a partir da análise do conteúdo da informação qualitativa obtida com as entrevistas realizadas a residentes na Encosta do Bom Jesus em Braga (Portugal) e no Bairro Jardins em Aracaju (Brasil). O capítulo reflecte acerca do modo como se apresenta o processo de auto segregação nas cidades estudadas.

Por fim na conclusão desta tese são apresentadas considerações finais com as quais se promove a discussão comparativa dos resultados atingidos, à luz das três hipóteses de partida que guiaram a abordagem da segregação sócio-espacial no contexto das duas cidades estudadas.

## **CAPÍTULO 1. O FENÓMENO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM CONTEXTO URBANO**

Como já referido o fenômeno da segregação sócio-espacial não é recente, manifestando-se desde a antiguidade. Esse fenômeno vem evoluindo historicamente à medida que as cidades acompanham o processo de desenvolvimento e o avanço das transformações económicas, sociais, políticas e tecnológicas mundiais. Reforçou-se contudo com a globalização e com a reprodução dos grupos económicos hegemónicos existentes e que dominam tanto os territórios locais quanto, a outra escala, as redes de nível nacional e internacional (Barbosa, 2007). Na sequência deste processo tem-se assistido a uma reterritorialização das cidades que veio ampliar a exclusividade de determinadas áreas urbanas, tornando-as, por exemplo, exclusivas para os residentes de alto poder aquisitivo, que podem pagar altos preços por condomínios fechados onde se concentram 'edifícios-fortaleza', com inúmeras vantagens e proteção.

A par destas políticas urbanas que favorecem a exclusividade de áreas apenas acessíveis para as classes dominantes, difunde-se todo um conjunto de iniciativas para passar a ideia e a mensagem de que os governos urbanos estão realmente elaborando e transformando a cidade e os seus territórios em favor dos mais necessitados. Os aparelhos ideológicos de Estado utilizam muitas vezes os meios de comunicação de massa para reforçar essa falsa ideia de que existe uma verdadeira preocupação com a "justiça espacial", e, também, a boa intenção de promover o "bem-estar e equidade social", quando na verdade o propósito último parece sim ser a reprodução das classes dominantes e da sua capacidade de controlo sobre a restante sociedade. Nesse sentido, Althusser (1970), descreve quais são esses aparelhos ideológicos de Estado (AIE), que agem no sentido da reprodução dos diferentes estratos sociais.

“Com todas as reservas que esta exigência implica, podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) as instituições seguintes (a ordem pela qual as enunciámos não tem qualquer significado particular): - O AIE religioso (O sistema das

diferentes Igrejas) , - o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), - o AIE familiar, - o AIE jurídico, - o AIE político (o sistema Político de que fazem parte os diferentes partidos), - o AIE sindical, - o AIE da informação (imprensa, rádio- televisão, etc.), - o AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc).” (Althusser, 1970, pp.43/44).

Segundo este autor todos esses AIE agem de modo articulado, de forma a que as preocupações e interesses das classes dominantes sejam valorizadas e difundidos, quer seja nas escolas particulares ou públicas, no ambiente religioso, ou por via da actuação de cunho político e jurídico. O AIE da informação divulgam esses valores que interessa difundir e que por fim são reforçadas pelo AIE cultural, que semeia as ideias dominantes, como se essa dominação fosse decisiva e inerente ao desenvolvimento económico, social, cultural, religioso e familiar da nossa sociedade.

Uma vez que o aumento populacional acompanha o crescimento das cidades, estas são espaços privilegiados de reprodução das ideias divulgadas e disseminadas pelos diversos AIE descritos acima. Com isto as cidades crescem realizando mudanças na sua morfologia urbana e também em sua essência, seguindo a ideologia dos grupos dominantes. Este processo desencadeia-se não só por acção dos AIE existentes, mas também dos Aparelhos Repressivos de Estado (ARE), que agem complementando essa doutrinação pela violência, conforme o mesmo autor destaca:

“O que distingue os AIE do Aparelho (repressivo) de Estado, é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho repressivo de Estado «funciona pela violência», enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam «pela, ideologia»”. (Althusser, 1970, p.46).

Todas essas formas de dominação, quer seja pela violência quer seja pela ideologia, reforçam a separação existente entre os diferentes grupos sociais, que por sua vez se traduz na criação de condições favoráveis à ampliação da segregação sócio-espacial urbana. Pois, como refere Maricato (2000), verifica-se que o crescimento das cidades está sendo controlado, portanto, sendo direccionado, para o aprofundamento das desigualdades, enfatizando as diferenças existentes entre os estratos sociais e económicos.

“A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da "cidade" é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel económico ligado à geração e captação da renda imobiliária”.

(Maricato, 2000, p.165)

Embora a cidade seja, como um todo, um espaço que é entendido como coletivo sem “dono”, ela é de fato uma mercadoria, com vários ‘proprietários’ que aprofundam sua valorização, conforme seus interesses. Os interesses desses grupos, que são contrários aos interesses do coletivo, composto também de grupos menos favorecidos, são ratificados e difundidos continuamente pelos AIE e ARE.

Dessa maneira a gestão urbana que ocorre a par desta “construção ideológica” torna o habitar um privilégio de poucos, em que a cidade da elite disfarça a cidade da maioria, que é a cidade que existe de fato. Pois, ao nível dos governos urbanos a sua grande prioridade de actuação está quase sempre associada ao objetivo de valorizar cada vez mais o setor imobiliário, principalmente dos bairros mais estruturados onde residem os grupos privilegiados, mas também de outras áreas da cidade, desde que com essa valorização o grupo privilegiado continue conquistando mais renda. Pode mesmo referir-se que actualmente a cidade evoluiu para se tornar um grande ‘centro comercial’ onde tudo é quantificado e todas as áreas se tornam produtos para a venda. A busca desenfreada pelo lucro e consumo tornou a cidade em um grande ‘produto’ para ser consumido. Nos nossos percursos urbanos quotidianos por todos os lados somos chamados à atenção para esta ‘venda’ da cidade, sendo que são muitas as estratégias aplicadas para esse fim, das mídias aos *outdoors* todas as partes da cidade são colocadas à venda, com uns bairros mais caros e lucrativo que outros.

Como refere Lefebvre (2001, p.130) em relação à cidade “já é bem conhecido o duplo carácter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar”. Nesse contexto, na cidade ‘consome’ o cidadão, pois mais facilmente ai este encontra os bens e serviços do seu interesse,

ao mesmo tempo em que ele mesmo 'consome' o lugar. Assim, quando o cidadão compra mais um imóvel, em um bairro mais valorizado da cidade, ele está consumindo parte da cidade, muitas vezes promovendo formas de auto-segregação. Por outro lado, os cidadãos de baixo poder aquisitivo e sem renda, veem-se forçados a 'consumir' outras partes das cidades, muitas vezes nas áreas da periferia, sendo que a morfologia urbana é também em muito moldada pela efetivação da segregação imposta a este grupo de excluídos. Assim, a cidade está sendo continuamente vendida, com efeitos directos no incremento do processo de segregação sócio-espacial urbana.

Ao ter essa dupla 'via': lugar de consumo e consumo de lugar, toda a cidade é um lugar de consumo e os seus são 'consumidos' pelo seu "valor de troca" (Lefebvre, 2001).

"[...] o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas veem, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca." (Lefebvre, 2001, pp.130/131).

Esta linguagem da mercadologia na dinâmica urbana está associada diretamente com o poder de compra. Em que também a população de baixa e pouca renda consome produtos, embora com outros valores monetários e, de maneira mais significativa, consome também as moradias, mas nos grandes conjuntos habitacionais populares e desqualificados. E é sobretudo por acção desta lógica que a cidade tende a ser organizada. Planeando-se e gerindo-se a distribuição dos seus diferentes tipos de 'mercadorias' como se fosse um supermercado expondo seus produtos diversos (com preços variados), em que de acordo com o valor dos 'produtos', o consumidor é seleccionado, para consumir um ou outro (um ou outro bairro).

"a cidade é vista como se fosse uma mercadoria (objeto) a ser vendida em um mercado altamente competitivo no qual outras cidades também estão à venda. Nesse caso, busca-se promover a cidade para o exterior, levantando a seguinte questão: o que se vende

quando se vende uma cidade? Até mesmo a miséria é redefinida como um problema paisagístico. De objeto, a cidade passa a ser o sujeito da ação, no conceito chamado por Vainer (2002) de cidade-empresa e por Harvey (2005) de empreendedorismo urbano”. (Almeida e Engel, 2017, p.86).

A promoção da cidade-mercadoria é um objectivo continuamente articulada pelos agentes produtores do espaço urbano, tais como os proprietários do solo urbano, proprietários individuais, organizações económicas (banco, comércio, indústrias), companhias imobiliárias, empresas de construção e o poder público (Sposito, 2008). Todos esses agentes estão articulados e têm suas ações legitimadas pelo Estado e seus juizes. Todos eles promovem a cidade para ser vendida continuamente, agindo sob ela (a cidade) com esse fim e enquanto “sujeito da ação”, como descrito acima por Almeida e Engel (2017).

Essas ações que ocorrem sobre e no espaço das cidades favorecem sobretudo a minoria em detrimento da grande maioria, produzindo manifestações diversas de segregação sócio-espacial urbana. Criam-se muitas vezes as condições para a multiplicação de bairros de acesso exclusivo a cidadão de alto poder aquisitivo, como forma destes se tentarem proteger dos perigos da cidade. Esse comportamento de auto-segregação evidencia a necessidade de delimitação física de um determinado grupo com homogeneidade socio-económica e que privilegiam partilhar um mesmo bairro. Assim consideram-se mais protegidos dos demais cidadãos, que estão em um patamar muito inferior de poder aquisitivo, com casas de valores mais baixos e com carros mais baratos e com menores rendas e salários (quando os têm). Assim, age-se sobre a cidade impedindo a mistura de grupos sociais diferentes, ao se favorecer a auto-segregação, como uma modalidade de segregação voluntária.

“A autosegregação visa reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações.” (Corrêa, 2016, p.43).



Por outro lado, enquanto “sujeito de acção”, age-se também sobre a cidade criando condições para a criação dos bairros onde reside apenas uma população de menor poder aquisitivo e até sem renda. Individuos a quem é imposta uma segregação socio-espacial, ao serem muitas vezes forçados a residir em bairros cuja composição social é de elevada homogeneidade, por verem reduzidas (ou anuladas) as possibilidades de optarem por um qualquer outro local de residência.

Dependendo da região e/ou país essas modalidades de segregação sócio-espacial em contexto urbano, têm suas especificidades e níveis diferenciados de manifestação, em resultado das suas realidades históricas, sociais, económicas, religiosas, étnicas ou outras. Embora já tenha sido analisado o histórico do fenómeno da segregação sócio-espacial na introdução a esta tese, este será reflectido a seguir de modo mais aprofundado, esclarecendo as suas modalidades, de acordo com a visão de diferentes autores. Seguindo o raciocínio de Sposito (2016, p.81), os processos de estruturação do espaço urbano foram resultado da lógica da reprodução das relações sociais de produção, que foram sendo moldadas no decorrer do final do século passado e início deste, sendo sobretudo esse o período em que se irá centrar a reflexão, que a seguir se apresenta, em torno das modalidades de segregação sócio-espacial urbana.

## **1.1. Clarificação conceitual de segregação sócio-espacial e suas principais modalidades**

### **1.1.1. Conceito de segregação sócio-espacial**

Como foi já referido, o fenómeno da segregação sócio-espacial urbana foi estimulado após a segunda metade do final do século XIX, e sobretudo na sequencia das inovações tecnológicas e decorrentes alterações económicas, sociais, demográficas e territoriais que se sucederam à segunda revolução industrial. Diante dessas transformações, a cidade e particularmente as cidades europeias, deram um salto no processo de urbanização. Posteriormente e mais tarde, a

partir do último quartel do século XX, ocorreram também profundas mudanças nas estruturas da sociedade, da economia e cultura (Sposito, 2008, p.55) que impulsionaram um imenso crescimento urbano, acompanhado pela grande migração das áreas rurais para as áreas urbanas e das pequenas cidades para as áreas metropolitanas. Deste intenso processo de urbanização decorreram inúmeros problemas urbanos derivados de uma crescente segregação sócio-espacial urbana, numa primeira fase especialmente nos países mais industrializados e desenvolvidos, sendo que posteriormente estes vieram a manifestar-se mais fortemente nos países denominados pobres ou em desenvolvimento, onde as populações carentes são mais abundantes e onde se revela mais premente a luta pelo “direito à cidade” (Lefebvre, 2001). A manifestação de problemas urbanos faz-se assim sentir a nível mundial e parece não se atenuar com a passagem do tempo, pois as transformações de ordem social e económica ocorridas recentemente, tais como a globalização, a redução do papel do Estado, as migrações nacionais e internacionais, de entre as quais se posicionam também os recentes fluxos de refugiados para países mais desenvolvidos e estruturados, têm vindo a promover inúmeras transformações na paisagem, na morfologia e na estrutura das cidades contemporâneas, muitas das quais associada ao fenómeno da segregação sócio-espacial.

Buscando uma compreensão acerca do conceito de segregação sócio-espacial, esta tese toma como referência o contributo de diversos autores. Marques (2010, p. 31) conceitua a segregação social “como separação de grupos sociais em áreas relativamente homogêneas e distantes entre si no território da cidade”. De acordo com Vasconcelos (2016) o conceito de segregação em espaço urbano é muito abrangente e pode ser analisado de vários prismas, associados a: espaços residenciais, espaços económicos, espaços culturais, étnicos, etc. Sendo que nesta tese, a preocupação com o fenómeno da segregação está mais diretamente relacionada com a segregação urbana residencial. Segundo Vasconcelos (2016, p.18/22) a segregação sócio-espacial urbana tem também vários adjetivos, tais como: diferenciação sócio-espacial, desigualdade sócio-espacial, justaposição e separação, dispersão, ou a fragmentação. “A *fragmentação*, noção mais recente, também é bastante interessante para descrever a heterogeneidade das cidades atuais, sobretudo nos países pobres e ‘emergentes’”. (Vasconcelos, 2016, p. 21).

Corrêa (2016, p. 11), “afirma que a segregação residencial é um dos processos espaciais que geram a fragmentação do espaço urbano”, contribuindo de maneira significativa para a reprodução das diferenças sociais e económicas existentes nas cidades. À medida que a segregação residencial promove a fragmentação do espaço urbano, aprofunda a valorização diferenciada do solo nas cidades e “filtra” por nível de renda, o grupo que deve residir, ou não, naquele bairro. Surgindo assim bairros onde reside apenas a população de maior poder aquisitivo. Enquanto que os mais carenciados são ‘forçados’ a residir em áreas menos valorizadas da cidade, na maioria dos casos, em áreas muito precárias e nas periferias das cidades. A cidade fragmentada é também o resultado das opções tomadas em matéria de infraestruturação, por acção do Estado, quando legitima as obras de construção, pavimentação, drenagem, sistema de esgotos, etc. Esses investimentos infraestruturais têm moldado a morfologia das cidades, de maneira muito desigual, formando várias paisagens que parecem estar em harmonia, mas que na realidade não estão, promovendo profundas dinâmicas de fragmentação espacial. .

Assim, o conceito de segregação sócio-espacial dá realce ao facto de diferentes áreas das cidades terem suas características próprias, que estão relacionadas com as condições económicas das populações que residem nesses bairros específicos, quer sejam mais desqualificados, onde reside população economicamente mais carenciada, quer seja nos bairros melhor estruturados, onde residem as populações de alta renda. Esta tese vai precisamente analisar como as diferenças socio-económicas têm contribuído para aprofundar o processo de fragmentação do espaço urbano, com o surgimento de diferentes morfologias com paisagens urbanas contrastantes. Essas diferenças revelam que a cidade está muitas vezes estratificada por grupos humanos, com a separação física de classes sociais por bairros com absurdas discrepâncias na qualidade das moradias e no nível de infraestruturação. Como descrito por Moreira Junior (2010) a “cidade partida” é a cidade real, onde existem as diversas classes sociais, que dividem o “palco” que é essa cidade partida, dividida e segregada.

Conforme o que está sendo vivenciado no processo de produção e reprodução do espaço urbano e das relações sociais vigentes, só se consegue verdadeiramente compreender a segregação sócio-espacial urbana quando esta é inserida nas dinâmicas mais vastas de promoção de diferenciações sociais com suas desigualdades económicas. Pois de acordo com Harris (1984) Op. cit. Corrêa

(2016, p. 40) “a segregação compreende a segregação de classes e a “diferenciação residencial”, que devem ser consideradas juntas, e não separadamente, ou privilegiando a segunda em detrimento da primeira, ...”

A este respeito Alvarez (2016) no seu artigo “A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano”, ressalta que a segregação faz parte dos princípios da produção do espaço urbano capitalista. Na medida em que esse processo promove a estratificação dos diferentes grupos sociais humanos em classes antagônicas, com reflexos nos processos e dinâmicas de urbanização em curso. Alvarez (2016) também destaca que estes problemas têm revelado mais relevância e expressividade dada as várias transformações que têm afectado as grandes cidades e a sua importância na ampliação do desenvolvimento capitalista da atualidade.

“Entre essas transformações, inclui-se a desativação e introdução de novos usos em antigas áreas industriais e portuárias, projetos de revitalização de centros urbanos, expansão de área urbanizada, valorização de áreas periféricas, adensamento de verticalização, desvalorização de ativos imobiliários, remoção de populações, que além de expressarem novas morfologias, usos e funções, também sinalizam para mudanças estruturais na reprodução social.” (Alvarez, 2016, p.111).

Essas alterações que vêm ocorrendo nas cidades no início do século XXI, com novos usos e funções económicas, têm alterado a paisagem urbana com o surgimento de novas morfologias urbanas que contudo favoreceram a reprodução social. Nesse sentido Alvarez (2016, p. 112) reforça que “o espaço é entendido como parte da reprodução social”. Assim, o espaço além de ser uma “condição” de reprodução do capital ele é um “meio” para a reprodução social e económica da sociedade. Nesse sentido pode ser reforçado que a paisagem urbana demonstra as desigualdades, visto que a morfologia urbana evidencia e até favorece os contrastes sociais e económicos nos espaços construídos. Este é um fenómeno que ocorre mundialmente embora nas cidades de países periféricos esse fenómeno é mais forte, visto que nesses países existe uma grande desigualdade social e económica que é reforçada pela exploração dos trabalhadores, a quem não são muitas vezes garantidos os direitos mais básicos como o acesso a uma moradia digna.

Os processos de reprodução do capital utilizam os setores financeiro, fundiário e imobiliário, para aprofundar essa reprodução e tornar a cidade ainda mais segregada, com os limites entre os diferentes bairros a reforçar a estratificação social dos moradores. O espaço construído diferenciado, impõe de facto um limite entre os que têm e os que não têm, sendo que não só a verticalização do espaço construído revela essa situação contrastante. Atualmente existem muitos condomínios residenciais horizontais, que ocupam grandes superfícies, particularmente, nas áreas nobres das cidades, e que são também eles formas de sedimentar a reprodução de classes. Além de usufruírem de áreas enormes, esse grupo populacional de alta renda, podem nesses condomínios horizontais beneficiar de vários serviços de proteção, além de toda uma estrutura de luxo e lazer.

Ainda seguindo e partilhando esta visão Souza (2016) faz um estudo sobre a segregação sócio-espacial no Brasil com o qual critica a cidade “empresarialista”, que utiliza os grandes eventos, tais como a copa do mundo, as olimpíadas, os jogos pan-americanos e outros, para favorecimento económico pessoal dos empresários e dos políticos (gestores municipais e estaduais principalmente) em detrimento dos investimentos necessários que não são realizados nas periferias, de maneira mais acentuada nas grandes cidades. Assim se vai implementando a cidade segundo uma lógica que vai perpetuando a segregação sócio-espacial como forma de reforçar a estratificação social, sendo que a este respeito Souza (2016) critica as práticas de desassistência, abandono e descaso, em que as dinâmicas de revitalização, regeneração, requalificação, gentrificação, renovação urbana, podem ser entendidas como fazendo parte de um processo mais amplo e vasto de reprodução social.

A propósito das dinâmicas variadas de segregação sócio-espacial, Rodrigues (2016) chama atenção no seu estudo “Loteamentos murados e os condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação sócio espacial”, acerca do modo como estes estão fortemente presentes na atualidade e em forte processo de difusão. De acordo com a autora citada, esse fenómeno teve uma ampliação mundial. A autora dá ênfase ao caso brasileiro, acentuando que este tipo de loteamentos fechados não estão previstos na legislação brasileira sendo que o Estado é considerado refém do setor imobiliário e é considerado conivente com essa segregação sócio-

espacial. Pois os promotores desses condomínios beneficiam de toda a infraestrutura necessária para que o novo imóvel seja construído, recebendo, muitas vezes ainda antes da construção do imóvel, todos os investimentos de espaço público, iluminação, pavimentação e saneamento básico, investimentos que não ficam disponíveis para serem usufruídos por todos.

“Eles devem seguir a legislação de parcelamento do solo urbano (Brasil – Lei 6.766/1979) que prevê o parcelamento de uma gleba em parcelas menores de terra (os lotes), acompanhadas de infraestrutura urbana (rede de esgoto, de água, de energia elétrica – domiciliar e pública), de ruas e espaços públicos (áreas de uso comum e uso institucional). As ruas e espaços públicos devem ser entregues à municipalidade para serem utilizados por todos.” (Rodrigues, 2016, p.152).

Os gestores municipais, os incorporadores imobiliários e os proprietários dos imóveis, reforçados pelo Estado, justificam e divulgam a necessidade da existência dos condomínios fechados pelo fato da insegurança e do medo terem aumentados absurdamente, nas populações de média e alta renda. Mas Rodrigues (2016) esclarece que “Ao mesmo tempo que viver intramuros pode aumentar a segurança, fora deles a insegurança também pode aumentar”. (p.156). Não se pode viver, permanentemente, enclausurado. Pois quando for necessário sair, a insegurança e medo voltam e então é preciso dirigir automóveis blindados, pois caminhar livremente pelas ruas já não é mais tranquilo, sobretudo quando anoitece.

Rodrigues (2016) explora e aprofunda o seu argumento fazendo um estudo sobre o medo, utilizando para isso as reflexões de diversos autores. Segundo Wolff, (2007, p. 20) Op. cit. Rodrigues (2016, p. 149) “O medo é um sentimento engendrado não por alguma coisa relacionada ao presente, mas por alguma coisa ligada ao futuro. Temos medo por definição não do que acontece no presente, mas daquilo que pode acontecer”. A respeito desse assunto, Kehl (2007, p. 89), Op. cit. Rodrigues (2016, p. 150), acrescenta que “o mais terrível no mundo atual não é a presença do medo, e sim o fato de que toda a enorme variedade dos sentimentos de medo ficou encoberta por sua dimensão mais opressiva, mais empobrecedora, que é o temor em relação aos nossos semelhantes”. E é partindo destas reflexões que Rodrigues (2016) vai encontrar fundamento para a crescente difusão de condomínios privados nas cidades contemporâneas,

quando se socorre das ideias partilhadas por Caldeira (2000: p. 9) Op. cit. Rodrigues (2016, p. 151) ao descrever que os “grupos que se sentem ameaçados com a ordem social que toma corpo nas cidades contemporâneas constroem enclaves fortificados para sua residência, trabalho, lazer e consumo”. Assim, processos de segregação sócio-espacial urbana e residencial estão, na atualidade, tornando as cidades em tipos de “enclaves fortificados”, onde os diversos aparelhos e serviços de segurança privada, instalados nos condomínios de luxo, reforçam maneiras de separar os que têm dos que não têm.

“Nas últimas décadas, a proliferação de enclaves fortificados vem criando um novo modelo de segregação espacial e transformando a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo. Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os “marginais” e os sem-teto.” (Caldeira, 1997, p. 155).

Vivemos assim hoje em cidades que estão cada vez mais associadas ao medo, sendo que este vai influenciar também na forma e evolução do espaço urbano e não apenas nos modos de vida, pois como refere Bauman (2009, p. 40) Op. cit. Rodrigues (2016), hoje os processos de transformação urbana, através da vulgarização das “*gated and secure communities*” são em grande medida comandados por objectivos que visam a “blindagem” dos grupos privilegiados, algo para que contribuem múltiplos mecanismos:

Mas, tal como a segregação sócio-espacial urbana, resulta da criação destas ‘cidades fortificadas’ onde existe uma concentração espacial de cidadãos de altos rendimentos e qualificações (condomínios privados, bairros de luxo), do mesmo modo resulta, no extremo oposto, da concentração espacial de cidadãos de baixos rendimentos e qualificações, nos denominados “bairros sociais” (maioritariamente edificadas na periferia), ou bairros de génese ilegal constituídos por uma população de baixa ou sem renda. Sendo que por vezes está também associada a questões étnicas e raciais, sobretudo no continente norte e sul americano. No estudo de Tineu e Borges (2016) acerca da segregação racial sofrida pelos negros em São Paulo, os autores

concluíram que esta população tem menor nível de escolaridade, empregos pior remunerados, mesmo em cargos de chefia, e quanto à dimensão habitacional, o local de moradia dos negros tende a coincidir com as áreas mais desestruturadas da cidade.

“A população negra da cidade de São Paulo em sua maioria reside na periferia, constituindo-se parcela mais pobre da população residente nas franjas da cidade de São Paulo e nos municípios limítrofes da Capital.”. (Tineu e Borges, 2016, p.15).

“A região metropolitana de São Paulo reproduz a estruturação da estratificação social do Brasil, uma segregação residencial por raça e classe”. (Tineu e Borges, 2016, p.18).

Segundo o relatório das Nações Unidas e divulgado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (ONU/DESA, 2013), a Terra terá em 2050 mais de 3 bilhões de pobres sobrevivendo em áreas periféricas, bairros sem estrutura urbana e sem saneamento e muitos desses pobres residem em áreas excluídas, denominadas de Favelas no Brasil. Também de acordo com este relatório das Nações Unidas, em 2013 o mundo já tinha 1 bilhão de pessoas residindo em áreas sem nenhuma infraestrutura e sem condições de saúde, sem saneamento e sem renda. Num outro relatório mais recente (ONU, 2016) ‘1º Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’, conclui-se que a miserabilidade continua assustadora, criando-se assim condições para a proliferação de processos de urbanização de forte segregação sócio-espacial.

“Enquanto o mundo inicia a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 objetivos, 13% da população mundial ainda vive em extrema pobreza, 800 milhões de pessoas passam fome e 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico” (ONU, 2016)

Para Teixeira (2014), as ocupações irregulares estão se proliferando nas periferias das metrópoles mundiais, que são em muitos casos compostas por apropriações irregulares e indevidas, realizadas pelos grupos de excluídos como única forma de resolver as suas carências habitacionais, dando origem a área de elevada homogeneidade social interna e por conseguinte de segregação sócio-espacial, neste caso não por opção mas por imposição, pois os baixos níveis



de renda (ou a total ausência) não permitem a ponderação de qualquer outra alternativa nos padrões locativos desta franja populacional. Assim, a par da elevada miserabilidade de uma parte significativa da população mundial vão-se vulgarizando inúmeros bairros de génese ilegal.

Duas obras relevantes que destacam a preocupação com o aumento descontrolados dos excluídos, foi o livro de M. Davis (2006), intitulado “Planeta Favela”, e o livro de Marques (2007) “O perverso boom urbano e a favelização do terceiro Mundo”, que reforçam a necessidade de se aprofundar a urgência do assunto referente à alta concentração da população urbana mundial em bairros de moradias precárias e sem infraestruturização. Ambos aprofundam a reflexão acerca da proliferação destes modos de urbanização, na sequência dos dados do Relatório Global sobre Assentamentos Humanos de 2003, que alerta sobre o problema das favelas e da concentração das populações mais miseráveis em bolsas territoriais nas periferias das grandes metrópoles mundiais, a maioria delas nos países em desenvolvimento. Diante desta situação, que aflige grande parte da população urbana mundial e que apresenta tendências para crescer continuamente, Marques (2007) sinaliza a importância deste assunto entrar nas prioridades da ONU.

Sendo certo que é uma realidade que tende a proliferar mais fortemente nos países com menores índices de desenvolvimento, é possível encontrá-la em países muito diversos , podendo mesmo referir-se que em tempos não muito distantes foi também expressiva em alguns países europeus, como no caso português.

“Estes perímetros urbanos foram alargando desligados de quaisquer planos sobretudo devido à construção de novas habitações de forma descontrolada e ilegal, as quais são identificadas (no contexto português) por: Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)”.  
(Teixeira, 2014, p.17)

Quanto ao caso português podem referir-se os estudos de Teixeira (2014), que teve como área de análise o bairro da Cova da Moura, situado no Concelho de Amadora, um bairro originado devido a um processo irregular de construção e ocupação do solo. Esse assentamento informal foi iniciado com construções precárias, que foram crescendo rapidamente. Teixeira (2014) considerando que este é um fenómeno que ocorre um pouco por todo o mundo, considera que é essencial identificar

maneiras de impedir a proliferação dessas ocupações urbanas irregulares, assim como abordagens para valorizar urbanística e socialmente esses bairros irregulares, atendendo às necessidades dos seus habitantes. Em muitos casos essas abordagens passaram pela criação de grandes bairros de habitação social, que se vulgarizaram sobretudo na segunda metade do século XX, nos quais foram realojados esses habitantes. Todavia, estas são também soluções urbanísticas que se revelam problemáticas em muitos casos, porque traduzem uma forma de concentração territorial de um grupo populacional com níveis sócio-económico mais reduzidos, de forte homogeneidade, e que por isso mesmo continuam a reflectir um problema de segregação sócio-espacial urbana.

Contudo antes da aplicação de qualquer abordagem para enfrentar este problema é necessário entender que estes bairros surgem motivado pela pobreza, quase sempre como resposta a todas as dificuldades económicas e sociais que os seus habitantes enfrentam para encontrar moradia, restando-lhes como última oportunidade a criação de construções abarracada, como forma de se abrigarem e terem um teto para a sua família, mesmo sendo em áreas insalubres e sem nenhuma condição de higiene.

“A pobreza surge como um fator diretamente associado e envolvido no processo de criação de barracas, assentamentos precários e bairros de génese ilegal. Estes bairros podem ser encontrados em várias partes do mundo, estão ligados aos diferentes níveis de pobreza e apresentam uma distribuição não homogénea”. (Teixeira, 2014, p.19)

Quer seja em Portugal, no Brasil, na Bolívia ou no México, ou em muitos outros países, este tipo de ocupações, caracterizadas como de génese ilegal, ampliam o quadro de miserabilidade. Mesmo assim e apesar destas áreas urbanas serem compostas, em muitos casos, por dezenas e até centenas de milhares de habitantes, parecem ser invisíveis para os órgãos oficiais pertencentes aos governos desses países. É assim que estas ‘cidades invisíveis’, conforme Ojima (2007) as designa, se multiplicam.

Embora a obra de R. Ojima (2007), tenha sido publicada quase vinte anos atrás, a situação de governança mundial continua não dando a necessária atenção, para o quantitativo populacional

que existe atualmente de favelados, ou seja, de cidadãos que compõem estas 'cidades invisíveis'. As ações governamentais não têm surtido efeito e vão surgindo, a nível mundial, inúmeras favelas ou bairros de lata, termo utilizado por Garcia (2013) para a concentração deste tipo de construções mais abarracadas.

Procurando enquadrar este tipo de urbanização, importa referir o Relatório de 2016 das cidades globais (ONU, 2016), onde se reconhece que o atual processo de urbanização mundial é muito injusto em muitos prisms, uma vez que divulga de forma contundente um modelo de urbanização inaceitável, demonstrando como estamos a falhar no combate aos principais desafios existentes na atualidade, nomeadamente as crescentes desigualdades económicas sociais, educacionais, infraestruturais (entre outras) a que são expostas as populações mais miseráveis.

Ao procurar aqui debater o conceito de segregação sócio-espacial urbana, importa salientar que este desafio tende a apresentar limitações, dado poder referir-se, como se percebeu nos parágrafos anteriores, a realidades muito diferenciadas. Segundo Vasconcelos (2016), os termos segregação, periferização, *partition*, auto-segregação e agrupamento étnico-religioso, são utilizadas para denunciar as desigualdades sociais, podendo variar o seu uso consoante o contexto em que são empregues. Este autor alerta contudo para a perda de rigor e de precisão necessária para conceituar e identificar a relação do fenómeno das desigualdades sociais com a realidade urbana.

Partindo da problematização feita em torno da definição do conceito central desta investigação, percebe-se que alguns autores utilizam este conceito para alertar sobretudo para o modo como se incentivam modelos de urbanização que promovem a exploração de cidadãos, criticando os modos de organização do espaço urbano que promovem uma cidade injusta e pouco democrática. Outros, utilizam-no para esclarecer como os grupos dominantes se utilizam do espaço geográfico, e em particular do espaço urbano, de uma perspectiva exclusivista, para a defesa dos seus interesses particulares, excluindo desse processo os direitos da grande maioria dos cidadãos e simplesmente encarando "a cidade como mercadoria" (Pereira, 2012, p. 447).

Nesta investigação, considera-se no entanto que a utilização deste conceito deve servir sobretudo para lutar por uma cidade justa, onde o direito à cidade seja uma realidade para todos e onde

todos cidadãos possam usufruir efetivamente dela, participando e propondo soluções para os problemas urbanos:

“O direito à cidade sustentável, compreendido na tradição de Lefebvre (2001) à Harvey (2014), compreende um rol de direitos que envolvem serviços públicos e benefícios urbanos, tais como o direito à terra, à proteção do ambiente, à habitação e ao trabalho digno. Compreende ainda, como será discutido nas seções subsequentes, a participação da sociedade na criação e alteração dos espaços da cidade, através do plano diretor e outras formas constitucionais e legítimas da participação popular.” (Silveira e Grassi, 2015, p.53).

É nessa perspectiva que esta tese procura a exploração do conceito de segregação sócio-espacial, fazendo-o de modo a almejar um contributo para uma cidade mais justa e menos dual, buscando assim alcançar a “Cidade do Futuro” (Mendes, 2014), mesmo sabendo que no contexto urbano tanto as populações de alto como de baixo poder aquisitivo, vivem e convivem, na contemporaneidade, com vários conflitos além dos económicos, tais como os psicológicos e existenciais, conforme descrito por Bauman (2009) em seu livro “Confiança e medo na cidade”. Assim, esta investigação procura, explorar e aprofundar o debate em torno do conceito de segregação sócio-espacial, sobretudo na perspectiva de refletir e propor melhorias para o funcionamento do espaço construído das cidades e, principalmente para tentar melhorar a qualidade de vida de todos os seus moradores. É certo que para esse grande objectivo existem evidentemente outros conceitos que são muito relevantes para melhor compreender o contexto de análise do espaço urbano, tais como urbanização, crescimento urbano, conurbação urbana, impacto ambiental, entre outros, mas nesse trabalho foi dado ênfase sobretudo ao referencial teórico da segregação sócio-espacial urbana.

### **1.1.2. Principais modalidades da segregação sócio-espacial: auto-segregação e segregação imposta**

Para uma melhor operacionalização da utilização do conceito de segregação sócio-espacial neste estudo, consideramos importante diferenciar as principais modalidades em que este se pode expressar, destacando as especificidades de cada uma, a saber: a auto-segregação e a segregação imposta (Corrêa, 2016). Sendo que outros autores (Negri, 2008) preferem o uso de outras designações, como a segregação voluntária e a involuntária. Sendo que a voluntária se manifesta “quando o indivíduo iria habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa; a involuntária quando por forças externas ele era obrigado a habitar ou deslocar-se de determinados espaços”. (Negri, 2008, p.132). Coincidindo assim, grosso modo, a auto-segregação com a segregação voluntária, e a segregação imposta com a segregação involuntária.

Importa aqui ainda referir que Corrêa (2016) aborda ainda a existência de uma terceira modalidade, a segregação induzida, que não será considerada como tal nesta tese, por não salvaguardar um critério essencial do conceito de segregação sócio-espacial, que é o critério da elevada homogeneidade social no seio da área segregada, pelo que se pensa ser desadequado considerar estas áreas como áreas de segregação sócio-espacial. Para Corrêa (2016) a única semelhança que existe entre as áreas constituídas maioritariamente pelo grupo social de alta renda ou pelo grupo social de baixa ou baixíssima renda, é que existe uma grande homogeneidade social entre os seus moradores, contrariamente com as áreas compostas pelos grupos de segregação induzida, que coincidem sobretudo com um grupo (classe médias) que entre si não é tão semelhante do ponto de vista sócio económico. Como descreve Corrêa (2016, p.44):

“As áreas de segregação induzida, por outro lado, apresentam ampla variação no que diz respeito à qualidade da habitação e do ambiente. Nessas áreas o grau de homogeneidade social é menor do que aquele das áreas de auto segregação e de segregação imposta.”

Segundo este autor a segregação induzida é a resultante da concentração de população sobretudo de classe média nos territórios que ficam entre os enclaves de auto segregação (por motivos de protecção ou étnicos) e os bairros de segregação imposta (de habitação social ou de génese ilegal).

Estas áreas são resultado das transformações sociais que ocorreram sobretudo ao longo do século XX que fizeram com que a classe média emergisse e ganhasse mais expressão. Como já foi abordado as nossas cidades de hoje são produto do sistema capitalista e ao mesmo tempo um palco onde se desenvolve todas as relações sociais de produção. Diante dessa tese Carlos (2001) Op. cit. Moreira Júnior (2010, p.08), destaca que “A (re) produção do espaço urbano é um fenômeno contínuo, sempre em movimento, a cidade vai se transformando à medida que a sociedade se metamorfoseia”.

Nesse contexto a emergência das classes sociais de médio poder aquisitivo, também levou a processos de transformação urbana com o aparecimento de áreas nas cidades mais conotadas com os espaços residenciais deste grupo social. No entanto considera-se aqui desadequado conotá-las com o fenômeno da segregação sócio-espacial pelo facto destas áreas e desta classe social ser composta por um grupo populacional mais heterogêneo. Cidadãos que por usufruírem de certas conquistas materiais e capacidade de consumo (essencial à contínua reprodução do sistema capitalista), se consideram bem próximos aos do grupo dos de alta renda, pelo que muitas vezes passam a querer se comportar e consumir de acordo com os padrões desse grupo. Um comportamento que Bava (2014) descreve como:

“Existem frequentemente várias classes dentro de uma sociedade. Cada uma delas é regida pelo princípio da rivalidade ostentatória. E, em cada classe, os indivíduos tornam como modelo o comportamento vigente na classe social superior, que mostra o que é bom, o que é chique fazer.” (Bava, 2014, p. 47).

Assim a classe médias tem muitas vezes a falsa impressão que está alcançando o grupo da classe superior (de alta renda), quando passa a residir nas proximidades dos bairros de luxo, quando passam a consumir produtos similares aos da classe alta e quando passam a ter hábitos e costumes semelhantes aos dos residentes da classe que está acima de sua condição social e económica. Ou seja, passa a utilizar e forjar um modelo vigente na classe social superior, na ânsia de achar que faz parte dessa classe. Por outro lado, a classe média não quer jamais copiar e comprar os produtos da classe inferior de baixo poder aquisitivo, da qual se quer distanciar. Embora na verdade em termos económicos a classe médias está bem mais próxima do grupo

social de baixo poder aquisitivo e não da classe de alto poder aquisitivo. Ou seja, são indivíduos que muitas vezes vivem de um modo alienado e iludido pelas possibilidades resultantes de um parco poder de compra, que lhes permite a aquisição de alguns produtos, tais como automóveis ou imóveis, que não há muito tempo estavam apenas acessíveis à classe de mais alto poder aquisitivo.

### *A auto-segregação*

A auto-segregação é o tipo de segregação que existe por escolha dos seus moradores, que voluntariamente optam por residir num contexto de segregação sócio-espacial. Esta modalidade está sobretudo associada a grupos sociais de alto poder aquisitivo, que se localizam e residem nas áreas mais nobres das cidades, e geralmente coincidem com condomínios fechados, conforme refere Corrêa (2016, p. 44) “Condomínios exclusivos e ruas protegidas, com amplas e confortáveis residências em ambiente limpo, seguro e com abundante vegetação, fazem parte da paisagem das áreas autos segregadas”.

Vasconcelos (2016, p. 27) destaca que a autosegregação resulta de uma forma de agrupamento territorial voluntário, que um grupo social de mais alto poder aquisitivo promove como forma de se separarem da restante população de baixa ou sem renda, sobretudo motivada por questões de segurança.

*“A autosegregação é o resultado de uma decisão voluntária de reunir grupos socialmente homogêneos, cujo melhor exemplo é o dos loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança. É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes e excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis.” (Vasconcelos, 2016, p.27).*

Este grupo, socialmente homogêneo, é composto por pessoas privilegiadas, visto que podem escolher a qualquer tempo onde residir ou onde comprar um ou mais imóveis. Esse grupo, geralmente é composto por um estrato social e económico que muitas vezes acumula propriedades imobiliárias em vários pontos da cidade ou do país, quer seja em contexto de

condomínio fechado ou não. Têm assim muitas vezes imóveis de vários tipos, sendo que os mais valorizados são onde residem e os outros correspondem a investimentos para alugar ou vender.

Trata-se de um grupo em cujo contexto de residência se assiste a uma auto segregação por opção, sobretudo coincidindo com as áreas mais valorizadas e bem estruturadas das cidades, e onde são ofertados vários serviços, quer seja de segurança, lazer e até de consumo. O custo dessas propriedades promove facilmente a filtragem dos grupos sociais que podem residir nessas áreas das cidades. Como consequência tornam-se inacessíveis para os demais grupos de menor poder aquisitivo, que não conseguem se inserir nesse tipo de residência pelo alto preço do imóvel, altos impostos associados, e altos valores de condomínio decorrentes dos custos de manutenção e conservação. Em consequência, essas áreas vão se tornando cada vez mais restritas e homogêneas nas características socio-económicas da população que nelas reside.

Por sua vez, a população de uma classe média que ambicionaria residir nessas áreas, mas que não possuem recursos para tal, tendem a ocupar bairros de custos mais baixos, sendo muitas vezes induzidas a se fixarem nas parcelas da cidade existentes entre os bairros centrais/valorizados e os bairros periféricos/desvalorizados. Todavia, os modelos de organização do espaço urbano decorrentes deste processo de segregação sócio espacial, não traduzem padrões constantes, pois podem, por exemplo, existir condomínios fechados de luxo nas áreas mais nobres e de maior centralidade, tal como se encontrarem na periferia mais distante, ou mesmo em áreas de transição e de fronteira directa com bairros de génese ilegal ou os bairros sociais. Assim, as localizações destes condomínios são diferenciadas consoante o país e a cidade considerada, não se visualizando padrões constantes na localização desses moradores, podendo dizer-se que não existe de fato “modelos relativos à espacialidade da segregação residencial” (Corrêa, 2016, p.45), tais como os modelos de espacialidades descritos por Kohl-Sjoberg (1841), Engels (1845), Hoyt (1939) e Burges (1974), pois na cidade contemporânea não existe um padronização dessas espacialidades, as ocupações residenciais dos grupos sociais que promovem a auto-segregação são assim específicas de cada situação e contexto.

A propósito desta modalidade de auto segregação, têm surgido múltiplas terminologias. Marcuse (2004) propôs o sinónimo de “amuralhamento” (*walling out*). Por sua vez, no livro ‘Cidade de



Muros', Caldeira (2003) prefere utilizar as noções de “enclaves fortificados” e de “enclaves de luxo”. Segundo Paquot (2009) adequa-se a expressão “ghettos de riches”, sendo estes vistos como “enclaves residenciais seguros”. Por sua vez Marcuse e Van Kempen (2000) Op. cit. Vasconcelos (2016, p.27), afirma que a auto-segregação “é um fenômeno é mundial, denominado nos Estados Unidos de *gated communities* ou *exclusionary enclaves*”. Santos (1990, p.110), Op. cit. Vasconcelos (2016, p. 28) considerou estes contextos de fortificação como “guetos às avessas criados pelas classes médias e abastadas da população”, em que os seus moradores se auto isolam em micros territórios valorizados, por cercas, vigilâncias e vários serviços internos.

Para a compreensão da difusão destes modelos de urbanização, importa atender às reflexões do sociólogo polonês, Zygmunt Bauman (2010, p. 74) que refere que “os medos não têm raiz. Essa característica líquida do medo faz com que ele seja explorado política e comercialmente. Os políticos e os vendedores de bens de consumo acabam transformando esse aspecto em um mercado lucrativo”. O autor continua o seu raciocínio, sobre o medo, descrevendo que as pessoas tentam solucionar a ansiedade e lutar contra as intimidações que não são concretas, não se veem. Buscando a solução para conseguir a segurança, os cidadãos de alto poder aquisitivo, passam a instalar cercas elétricas, altos portões que se abrem e fecham automaticamente, altos muros, ou seja, comprando bens para conseguir a tão almejada segurança. Mas conforme Bauman (2010, p.74), isso só abranda uma parcela da tensão e por muito pouco tempo. A auto-segregação dos grupos privilegiados só dá a falsa ideia de segurança, enquanto estão enclausurados em seus condomínios, mas basta sair de sua habitação condominial para o meio de enquadramento par a insegurança ressurgir.

Ainda segundo Vasconcelos (2016, p.27) o fenômeno da auto-segregação “caracteriza a anticidade na medida em que cria rupturas no ‘tecido urbano’ e causa obstáculos ou impedimentos à livre circulação”. Estando ele actualmente presente não apenas nas megacidades, mas ocorrendo igualmente em cidades médias e pequenas e, inclusive se começa a associar também a diferentes classes sociais (classe média por exemplo), nos casos em que estas promovem a construção de muros e portões em conjuntos habitacionais, sobretudo em contextos em que o medo e a insegurança estão mais presentes.

Importa ainda referir a propósito deste conceito que existe também a auto-segregação étnica e religiosa. Diferenciando-se de uma auto-segregação motivada por questões de segurança/protecção/elitismo, esta autosegregação é motivada por questões étnicas e pelo desejo/preferência em partilhar um espaço onde se encontram outros moradores que partilham as mesmas raízes culturais e comportamentais, e com as quais se estabelecem mais facilmente relações de apoio e entreajuda. Esta modalidade de auto-segregação é muito habitual junto de algumas comunidades de imigrantes, ou de algumas etnias como o caso da etnia cigana.

“[...] determinados grupos sociais preferem se separar dos demais, como no caso de grupos étnicos e religiosos, como os judeus, os chineses, e, em certo grau, os italianos, que procuram manter suas características culturais e religiosas, além de facilitar a ajuda mútua. Eles estão situados em boa parte em torno de uma sinagoga, uma igreja ou centro comunitário.” (Vasconcelos, 2016, p.27).

### *A segregação imposta*

A segregação imposta é o tipo de segregação que muitas vezes se encontra na periferia das cidades, quer sejam grandes, médias ou pequenas, coincidindo com as áreas de génese ilegal ou os conjuntos de habitação social que são impostos como única alternativa de habitação à população com graves carências habitacionais, que não dispõe de qualquer outra opção para alcançar uma moradia com alguma dignidade.

A segregação imposta, como um mecanismo de dominação e exclusão, sempre impede ou dificulta o acesso a algum serviço, benefício, direito ou vantagem, seja público seja privado. Quer seja o conforto de um serviço de transporte, um bom parque, os serviços públicos ou o acesso a shoppings. Assim, para tentar solucionar ou minimizar a questão da segregação sócio-espacial urbana é muitas vezes preciso resolver as dificuldades que envolvem a acessibilidades aos serviços urbanos.

A segregação espacial urbana atua através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano. Uns têm os equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis, outros, menos acessíveis, entendendo-se acessibilidade em termos de tempo e custo de deslocamento no espaço urbano. (Villaça, 2003, p.342).

Nos casos em que a segregação imposta se associa aos bairros de gênese ilegal esta segregação sócio-espacial pode abranger, conforme Corrêa (2016) refere, um contingente populacional de centenas de milhares de habitantes e até de milhões, muito presentes nas áreas periféricas das grandes cidades dos países em vias de desenvolvimento, muitas vezes em áreas de risco, com precária ou nenhuma infraestrutura urbana. A população a quem é imposta esta segregação, por não ter qualquer possibilidade de escolha de uma outra alternativa residencial, é destituída, na sua grande maioria, dos direitos básicos, fixando-se em áreas insalubres com moradias sem condições de habitabilidade e sem cumprirem os requisitos técnicos básicos infraestruturais e de engenharia de construção. Este é um tipo de segregação sócio-espacial que é imposta não por políticas urbanas formais e pela concretização de opções de planejamento e gestão do espaço urbano, mas que é imposta por força dos constrangimentos económicos dos seus moradores, coincide sobretudo com as favelas, cortiços, bairros de lata e outros bairros de gênese ilegal, compostos por modestas ou precárias moradias construídas muitas vezes no sistema de auto-construção. Estes aglomerados informais, que existem do período histórico atual, são denominados por Martins (2013, p.63) de “condomínios de pobres ou guetos involuntários de cidades duais e em acentuada polarização social”.

Noutros casos a segregação sócio-espacial imposta está associada aos bairros sociais, neste caso nas cidades com condições orçamentais que possibilitam implementar uma política de habitação social, destinada a realojar quem tem fortes carências financeiras e que habita em condições muito precárias, sendo que apenas por via de uma política urbana de promoção de habitação social consegue ter acesso a uma habitação digna. Muitas vezes essas políticas de habitação social favorecem a segregação sócio-espacial, na medida em que concentram numa mesma área residencial uma população de nível sócio-económico mais baixo (áreas de forte homogeneidade social), que se vê ‘forçada’ a aceitar residir nesses bairros sociais, pelo que se consideram estas

áreas como áreas onde a população que nelas reside é alvo de uma segregação sócio-espacial imposta.

Estes bairros sociais, que se vulgarizaram sobretudo no pós 2ª Guerra Mundial, foram fruto de opções tomadas em matéria de planeamento e gestão urbanística, pelo que esta modalidade de segregação é efetivada de maneira explicitamente programada, sendo muitas vezes impulsionada pelo próprio planeamento urbano. Esta segregação imposta está muitas vezes associadas a processos de realojamento residencial, em que a população mais carenciada economicamente e com necessidades de habitação social é encaminhada para conjuntos habitacionais, muitos dos quais recentes e já deteriorados, localizados, sobretudo, na periferia ou em áreas de risco e obsolescência, com precárias ou nenhuma infraestrutura urbana, os quais “compõem a paisagem das áreas de segregação imposta”. (Corrêa, 2016, p. 44). Ou seja, o crescimento urbano mundial esteve associado em muitos casos ao aumento considerável da habitação social, que esteve ‘inchando’ as periferias das metrópoles.

Actualmente em alguns países (sobretudo mais desenvolvidos) as políticas de habitação social tendem a dar origem a políticas sociais de habitação, as quais não são tão favorecedoras do fenómeno da segregação socio-espacial. Guerra (2009) refere o caso europeu onde o Estado deixa de ter uma função importante como provedor direto de habitação, assumindo uma atuação mais indireta nas questões habitacionais.

“Redução do papel directo do Estado na provisão de habitação social e intervenção, sobretudo, através de medidas indirectas: urbanísticas, legislativas e fiscais; Mudança na lógica de intervenção do Estado mais orientada para o apoio à família do que a oferta de grandes conjuntos habitacionais de habitação nova” (Guerra, 2009, p.57).

Todavia, as tendências de evolução da economia (com a precarização do trabalho, o surgimento dos novos pobres, a crise do sector imobiliário e uma maior dificuldade no acesso ao crédito) e da própria demografia levam a que actualmente as grandes cidades dos países mais desenvolvidos, onde nas últimas décadas a questão das carências habitacionais tinha já saído das principais prioridades, voltem a defrontar-se com este problema. Como consequência de novas dinâmicas

populacionais, muitas dessas cidades recebem um grande número de migrantes, o que aumentou a necessidade de novas habitações e particularmente, de habitações sociais. Agora, essas habitações sociais devem atender a um grupo diferente, com novas culturas, novos hábitos sociais e outras características que revelam novas necessidades de investimento neste setor.

“Está hoje em questão, a produção massiva de habitação social destinada a grupos sociais específicos, as fronteiras de separação nítida entre o mercado privado e público, entre as políticas de habitação e as restantes políticas sociais, ou mesmo a continuada promoção da propriedade da habitação.” (Guerra, 2009, pp.59/60)

São novas tendências em curso que levam a que a habitação social necessite de maior investimento e novos planeamentos, sobretudo pela presença crescente nestas cidades de famílias com rendas baixas e instáveis. Assim, a política habitação social tem que ser pensada conjuntamente com um planeamento urbano atualizado às mudanças ocorridas na cidade nos últimos anos. Este desafio deve contudo ser encarado procurando a aplicação de novas metodologias de promoção da habitação social, pois importa não esquecer que a solução mais adotada foi a construção de bairros sociais verticalizados e de grande densificação urbanística na periferia das cidades, sabendo-se já que em consequência da aplicação deste modelo “a habitação social é promotora de segregação sócio espacial” (Martins, 2017, p.17), resultado das políticas públicas adoptadas terem errado ao considerar que os problemas dessa população de baixa renda de resolviam simplesmente por via da concessão de habitação. A preocupação de Martins (2017) passa pela constatação de que o facto de se residir nesse tipo de habitação social acabou muitas vezes por se revelar um outro problema, à medida que os seus moradores foram sendo discriminados e excluídos.

“Os bairros sociais e seus moradores foram assim desprezados espacialmente, sendo-lhes atribuídas conotações negativas que afetam o prestígio social dos seus habitantes”. (Martins, 2017, p.19).

Vários fatores contribuíram e contribuem para que essa população de baixa renda seja discriminada, muitas vezes apenas por residirem nesses bairros. Essa rotulação negativa é

aprofundada no caso em que esses residentes são originários de outras etnias. No caso da cidade de Braga esta segregação está por exemplo presente no caso do Bairro Santa Tecla, onde se concentram muitos indivíduos de etnia cigana, que se sentem excluídos na sociedade de Braga.

“Como principais problemas sociais do Bairro, identificam-se o tráfico e consumo de droga, o enclave racial, a segregação social, e a insegurança, sendo que uns incrementam os outros, num círculo vicioso. Para Jacobs a insegurança representa a principal condicionante do uso do espaço público, que conseqüentemente dificulta o contacto social espontâneo coletivo, remetendo os cidadãos para uma esfera de contacto social muito limitada aos núcleos familiares. No Bairro de Santa Tecla, esta insegurança percebe-se de diferentes modos a partir dos dois grupos de população: os residentes, e os não residentes do Bairro.” (Fernandes, 2015, p.63).

Neste caso, específico, descrito por Fernandes (2015), os ciganos se sentem rejeitados e, portanto, se fecham no contacto social familiar. Por outro lado, repelem os diferentes, quer sejam de outra classe social ou que não sejam do mesmo grupo étnico. É por tanto um caso em que a segregação imposta a quem foi realojado neste bairro se associa a um fenómeno de auto segregação dos ciganos, o que demonstra como qualquer tentativa de categorizar modalidades de segregação socio-espacial é apenas um exercício de abstracção da realidade, sendo que nesta se misturam e associam as diferentes modalidades, como se verifica no caso do Bairro de Santa Tecla em Braga.

## **1.2. As transformações urbanas recentes e a manifestação dos processos de segregação sócio-espacial**

Tomando como ponto de partida a 1ª Revolução Industrial (século XVIII), várias transformações que ocorreram a partir desse período histórico reforçaram o aprofundamento das questões de segregação sócio-espacial. Além das inovações em vários campos do conhecimento tecnológico e científico, as relações sociais de produção receberam também várias influências decorrentes das

inúmeras descobertas. Essas inovações interferiram significativamente na ampliação e reorganização do espaço urbano construído a nível mundial, como já foi referido no capítulo introdutório desta tese. Sinteticamente e procurando evitar a repetição, pode referir-se que após o ano de 1870, novas e mais vantajosas transformações trouxeram implicações para as cidades e suas populações. Essas inovações ocorreram inicialmente em alguns países da Europa, logo depois alcançaram os Estados Unidos da América, posteriormente, espalharam-se pelos vários continentes. Também Castells (2000) refere que ocorreram várias descobertas e inovações a partir do final do século XVIII com repercussão nas dinâmicas urbanas, que foram ampliadas com as grandes transformações surgidas no final do século XIX, com a segunda revolução industrial.

“...houve pelo menos duas revoluções industriais: a primeira começou pouco antes dos últimos trinta anos do século XVIII, caracterizada por novas tecnologias como a máquina a vapor, a fiadeira, o processo Cort em metalurgia e, de forma mais geral, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas; a segunda, aproximadamente cem anos depois, destacou-se pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e a invenção do telefone.” (Castells, 2000. p.71).

De fato, as inovações foram muitas e foram transformando as cidades. Mas chama-se a atenção para o facto de, numa primeira fase, apenas a minoria da elite desses países terem usufruído dos benefícios dessas inovações. Na grande maioria, a população das grandes cidades, operários das novas indústrias, vivia em condições miseráveis. Não foi assim uma revolução cujos resultados tenham proporcionado uma maior justiça social, mas sobretudo pretensões de afirmação de poder, pois conforme refere Castells (2000, p.71): “O lado escuro dessa aventura tecnológica é que ela estava irremediavelmente ligada as ambições imperialistas e conflitos inter imperialistas”.

Na sequência das fases seguintes da industrialização, a intensificação do processo de urbanização veio promover igualmente, a nível da administração local, o reforço da necessidade premente da existência de planos diretores urbanos. Novas ruas e avenidas precisavam ser construídas, e também passou surgir a necessidade de construção de novos bairros e conjuntos habitacionais,

na franja rural-urbana das grandes e médias cidades. Com o enobrecimento de algumas parcelas urbanas as populações de baixo poder aquisitivo foram sendo transferidas para as áreas menos valorizadas das cidades (Hall, 2016). Assim novos planos urbanísticos são realizados para alocar grande contingente populacional nas periferias das médias e grandes cidades, o que desencadeou vários outros problemas urbanos, entre esses, processos de segregação sócio-espacial imposta.

Esse planejamento urbano interferiu com o valor de uso do solo urbano, e assim ele próprio reforçou a separação das populações de baixo poder aquisitivo das de alto poder aquisitivo. Sendo que as populações de baixo poder aquisitivo foram residir nos bairros mais baratos e com uma fraca ou quase nenhuma infraestrutura urbana. Segundo autores como Santos (2016), Carlos (2016) Alvarez (2016), Volochko (2016) entre outros, essas transformações ocorridas nas cidades, aprofundam a reprodução da cidade como mercadoria, além de aprofundarem as desigualdades entre as suas populações de diferentes níveis sociais e económicos.

Já na segunda metade do século XX, com o processo mais acelerado de urbanização e com as inovações tecnológicas que surgiram nesse período, além da globalização, as cidades passaram por inúmeras novas transformações. Algumas áreas das cidades foram se tornando mais valorizadas à medida que os grupos dominantes locais buscaram prover a cidade de novos bairros com melhor infraestrutura. Em vários países estes bairros coexistem em áreas próximas e até mesmo vizinhas às favelas e a outras áreas similares de génese ilegal, o que favorece o aparecimento, como descreve Hampf (2004), da cidade dual, em que o decurso do tempo deu origem à megacidade heterogénea, dispersa e progressivamente mais segregada.

“A Cidade Dual é um conceito desenvolvido por Manuel Castells e tratado também por Saskia Sassen, que se refere à manifestação contemporânea de uma estrutura urbana, social e economicamente polarizada. No Sul pós-colonial, este fenómeno acentua-se como consequência da reprodução de modelos de desenvolvimento alheios à realidade económica, tecnológica e social da maioria dos países. Trata-se de sociedades duais, já que nelas convive a cultura do consumo e do hedonismo com a cultura da sobrevivência ou das necessidades básicas; o primeiro e o terceiro mundo de um mesmo Estado. O resultado deste fenómeno, em termos urbanísticos, é a megacidade de crescimento disperso e fragmentado que criou arquipélagos monofuncionais e guetos residenciais. Em



outras palavras, é uma cidade que gera divisões espaciais, temporais e sociais entre seus habitantes.” (Hampf, 2004, p.01).

Nesse processo, as metrópoles passam a ser elas próprias segregadoras do ponto de vista social e económico sobre as demais cidades dependentes destas. Isso é percebido como a segregação sócio espacial se irradiando em todas escalas, mundial, nacional, regional e local. Pois esta nova sociedade, mais avançada tecnologicamente, ou seja, uma sociedade centrada na rede de comunicações, é favorecedora de uma economia em rede que funciona a nível verdadeiramente global, promovendo redes de produção transnacionais que são elas próprias promotoras de dependências e favorecedoras de desigualdades socio-económicas. “Uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século X., Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação”. (Castells, 2000, p.119).

Essa nova sociedade é especialmente marcada pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação (computador, internet, sistema Wi-Fi). Uma nova sociedade cuja economia é cada vez mais processada e gerida por intermédio da rede de comunicação digital. Um novo desenvolvimento tecnológico que passa a comandar as relações de produção e as relações sociais em grande parte das regiões mundiais. Podendo ser observado como esse processo de interligação económica se manifesta no surgimento da “sociedade em rede” (Castells, 2000).

“Surge uma economia em rede profundamente interdependente que se torna cada vez mais capaz de aplicar o seu progresso em tecnologia, conhecimentos e administração na própria tecnologia, conhecimentos e administração. Um círculo tão virtuoso deve conduzir à maior produtividade e eficiência, considerando as condições corretas de transformações organizacionais e institucionais igualmente drásticas.” (Castells, 2000, p.120).

Essas transformações no campo da informática e telecomunicação marcaram realmente o avanço de uma nova sociedade centrada no desenvolvimento tecnológico e no potencial da Internet, conforme Castells (2000). Nesse contexto as cidades estão elas próprias atreladas à sociedade em rede, caso não pretendam ficar de fora do novo contexto de desenvolvimento social, económico

e tecnológico. Esse autor revela que a sociedade em rede é uma realidade irreversível para a cidade contemporânea, uma vez que a sociedade atual não consegue existir sem o computador e a internet, bem como sem o *smartphone* on-line. Novas tecnologias que ajustam a sociedade (e também os modos de produção) a interesses cada vez mais instantâneos.

“A capacidade interativa da internet é feita sob medida para essa nova necessidade. É a quantidade das conexões, mais que sua qualidade, que faz a diferença entre as possibilidades de sucesso ou fracasso. Ela permite manter-se informado sobre a “última moda” – os sucessos mais ouvidos, as camisetas da moda, os mais recentes e comentados festivais, festas e eventos com pessoas famosas.” (Bauman, 2010, pp.69,70).

Nesta nova sociedade em que quase todos vivem e trabalham utilizando a internet, as pessoas que ainda não usufruem dessa tecnologia estão fora do contexto de desenvolvimento e enfrentam dificuldades acrescidas para conseguirem ascender economicamente e socialmente, visto que hoje a tecnologia da informação é uma condição *sine qua non* para se viver integrado na sociedade. Assim, os cidadãos que vivem nos territórios que não usufruem desses avanços da era da computação e das telecomunicações, estão fadados à dependência e exclusão do processo de desenvolvimento, e portanto socialmente segregados

“Na verdade, há grandes áreas do mundo e consideráveis segmentos da população que estão desconectados do novo sistema tecnológico: essa é principalmente uma das discussões centrais deste livro. Além disso a velocidade da difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente. ” (Castells, 2000, p.70).

Sendo que, por vezes, existem interesses para que essas relações de dependência se perpetuem e, portanto, que determinados países continuem sendo países apenas fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra barata. Como exemplo, podemos citar o Consenso de Washington<sup>4</sup>, onde o

---

<sup>4</sup> "Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin Americ Adjustment: Howe Much has Happened?*, visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. John Williamson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhavou os dez pontos tidos como consensuais entre os

processo de articulação existente entre países centrais, foi um plano articulado entre as potências mundiais para perpetuar a dependência dos países subdesenvolvidos. Nesse processo de desenvolvimento urbano dependente das deliberações das grandes nações, os países considerados mais pobres têm muitas vezes os seus governos manipulados e financiados, num jogo de forças entre múltiplos agentes (Corrêa, 2003). Esses agentes produtores de espaço urbano são representados pelos banqueiros, pelos incorporadores imobiliários, pelo Estado (através dos juizes e políticos que legitimam as ações dos anteriores), pelos latifundiários e pelos grupos sociais mais excluídos<sup>5</sup>.

“Quem são estes agentes sociais que fazem e refazem a cidade? a) Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) Os proprietários fundiários; c) Os promotores imobiliários; d) O Estado; e) Os grupos sociais excluídos.” (Corrêa, 1995, p.01)

Mas que estratégias e ações concretas desempenham estes diferentes agentes no processo de fazer e refazer a cidade? Os agentes bancários facilitam o crédito, principalmente para o funcionário que recebe salário garantido todos os meses. O famoso crédito ‘prende’ o devedor por muitos anos objetivando tornar o cidadão mais satisfeito e realizado. Mas passado pouco tempo, logo percebem que estão “presos em mais uma ciranda financeira”, Soares (1990). Ainda reforçando o raciocínio da “ciranda financeira” os bancos e seus sócios facilitam a perpetuação da dívida da seguinte forma:

“Para garantir seu lucro, assim como de seus acionistas, bancos e empresas de cartões de crédito contam mais com o “serviço” continuado das dívidas do que com o seu pagamento. Para eles, o “devedor ideal” é aquele que jamais paga integralmente suas dívidas.” (Corrêa, 1995, p.15).

---

participantes. E quem cunhou a expressão “*Consenso de Washington*”, através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro...” (Negão, 1998. p.41).

<sup>5</sup> - Os residentes de baixa ou nenhuma renda são muitos e eles interferem no processo de ocupação urbana à medida que necessitam de moradia, mas não a têm, então eles passam a ocupar terrenos baldios ou prédios e residências abandonadas.

Diante dessa ideia, de Corrêa (1995), o processo de urbanização se intensifica mais ainda, visto que com esses novos créditos e financiamentos liberados, muitos desses relativos à construção de milhares e até milhões de imóveis, a sociedade que já está muito estratificada, se torna mais ainda segregada. No caso do Brasil, esse processo de urbanização descontrolada é também um problema que merece destaque, como exemplificado pelos dados do IBGE (2011), utilizados por Riberio e Vargas (2015), quando afirma que:

“No Brasil, a rápida urbanização trouxe enorme crescimento no número de domicílios particulares, que passou de 13,5 milhões, em 1960, para 44,8 milhões, em 2000 (IBGE, 2004). Essas moradias demandam infraestrutura e serviços de saneamento que quase nunca são suficientes. 2010, havia, no país, 6.326 aglomerados subnormais<sup>1</sup>, com 3,2 milhões de domicílios (IBGE, 2011).” (Ribeiro e Vargas, 2015, pp.19/20).

Por outro lado os proprietários fundiários especulam as terras de maneira a arrendarem e a venderem essas terras pelo maior valor, que serão pagas por privados ou com o dinheiro público. Os promotores imobiliários aceleram esse processo de financiamento e venda, além de agirem conjuntamente com o Estado para legitimar as vendas, financiamentos e implantarem a infraestrutura básica necessária para a construção dos conjuntos habitacionais e pavimentação, rede de esgoto e drenagem além das instalações elétricas. Finalmente os grupos sociais excluídos também interferem nesse processo de produção e valorização ou desvalorização do espaço urbano, à medida que cresce o número dos excluídos e se multiplicam os bairros periféricos de gênese ilegal. Com isso a ocupação irregular do espaço urbano é continuamente refeita.

Com a ação efetiva e contínua destes agentes produtores do espaço urbano, a cidade que já era dual e segregada, passou a receber, mais ainda, direcionamentos e decisões que fizeram aprofundar as diferenças sociais em seus micros espaços, tornando o espaço urbano da cidade ainda mais heterogêneo e mercadológico, não só em sua paisagem, mas também em sua estrutura urbana e econômica.

De referir ainda que com a efetivação das metrópoles mundiais e do aumento na quantidade de megacidades, que passaram a existir no final dos anos setenta e mais fortemente na década de noventa, a segregação sócio-espacial se intensificou mais ainda com a afirmação das cidades

globais e o modo como estas grandes cidades mundiais passaram a interferir de maneira mais ampla no processo mundial de decisão económica e política. Vejamos o seu conceito segundo Carvalho (2000):

“A origem do conceito de cidade global está diretamente relacionada aos impactos causados sobre as metrópoles do Primeiro Mundo pelo processo de globalização da economia, desencadeado a partir do final dos anos 70. As transformações na economia mundial teriam conduzido a uma crise da centralidade económica daquelas metrópoles que perderam o controle sobre as atividades industriais, porque as empresas por elas responsáveis, favorecidas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, passaram a dispor de maior flexibilidade para escolher os lugares de menor custo para suas sedes. A crise fiscal consequente, o aumento do desemprego, a ausência de solução para os problemas urbanos agora acrescidos, somaram-se aos demais como ingredientes preocupantes que colocavam em xeque o futuro das metrópoles. Paralelamente ao diagnóstico da crise, identificava-se uma mudança no perfil das metrópoles que, em substituição as atividades industriais, passavam a sediar empresas de prestação de serviços altamente especializados, ligados em sua maioria ao setor financeiro e da informação e de origem quase sempre transnacional.” (Carvalho, 2000, p.71).

Com o aumento do processo de urbanização mundial, as grandes metrópoles passaram a multiplicar-se, divulgando-se o conceito de cidade global associado a algumas dessas metrópoles mundiais. Mas essa propaganda de “cidade global” é mais ideológica que verdadeira. Muitas metrópoles mundiais passaram a receber esse título devido à abrangência mundial de algumas das suas funções tais como económicas, sociais, tecnológicas. Mas para que sejam consideradas realmente “cidades globais”, segundo Carvalho (2000, p.72) essas devem ter os seguintes atributos: 1- Um planeamento estratégico contínuo de desenvolvimento social e económico, 2- Grande parte de sua população deve viver em condições adequadas tanto no campo social, da saúde e na qualidade de vida, 3-Não deve existir uma enorme segregação sócio-espacial na cidade. 4-A cidade deve estar situada nos grandes fluxos das cidades globais, 5- Deve existir uma mudança no perfil da metrópole, passando a substituir as atividades industriais pela prestação de serviços. 6- Mudança na significação do sistema do setor produtivo internacional. 7- Deve ter ocorrido

também uma nova configuração da segregação urbana. 8- A metrópole para ser considerada “cidade global” deve estar configurada como nó entre a economia nacional e o mercado mundial. 9- A “cidade global” deve concentrar em seu território um grande número de empresas transnacionais. (Carvalho, 2000, p.72).

Mas na verdade essas cidades com novas e imensas funções económicas, tecnológicas e serviços diferenciados e globais, passaram a criar novas formas de segregação, uma vez que além da segregação sócio espacial existente entre os bairros ricos e bairros pobres, passou a existir uma forte polarização no mercado de trabalho uma vez que nem toda a população consegue emprego nessas funções articuladas com a economia global, diferenciando-se a restante população daqueles grupos sociais mais evoluídos, os que utilizam novas tecnologias da informação e têm as melhores qualificações e detêm as funções mais relevantes que estruturam as redes globais de produção.

“Seria, portanto, “global” a “cidade” que se configurasse como “nó” ou “ponto nodal” entre a economia nacional e o mercado mundial, congregando em seu território um grande número das principais empresas transnacionais; cujas atividades económicas se concentrassem no setor de serviços especializados e de alta tecnologia, em detrimento das atividades industriais; quando, por consequência, o mercado de trabalho fosse polarizado gerando novas desigualdades sociais e uma forma de segregação urbana dualizada.” (Levy, 1997; Veras, 1997; Marques e Torres, 1997). (Carvalho, 2000, p.72).

Assim, esse processo de surgimento de novas cidades globais ou de cidades maiores que passaram a fazer “um ponto nodal” com os mercados mundiais provoca novas segregações atreladas aos serviços de alta tecnologia. Mesmo grandes cidades localizadas em regiões menos desenvolvidas, tais como Ásia, África e na América Latina, mesmo não sendo “globais” na sua plenitude, passaram a intercambiar essas ações inerentes às cidades globais, passando assim a ser palco de novas formas de segregação que se vêm juntar às anteriores que ainda persistem. Mas essas não podem verdadeiramente ser consideradas cidades globais pois, como referido anteriormente, para tal elas devem ter uma grande concentração do setor de serviços especializados e uma redução contínua das atividades industriais, como devem também ter um

projeto contínuo de melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos, o que não ocorre na maioria das megacidades da Ásia, América Latina e África. Todavia não sendo cidades globais a verdade é que essas articulações, existentes entre as grandes cidades de regiões menos ricas com as megacidades globais, levou a que novas formas de segregação fossem sendo aprofundadas no seu interior. Pois um outro modo de segregar foi sendo criado na medida em que só grupos altamente especializados são beneficiados com esses novos produtos tecnológicos mais avançadas e com a economia de fluxos que caracteriza esta nova era digital, o que por sua vez contribui para aprofundar as diferenças entre as classes sociais, o que tem uma repercussão na organização do espaço urbano com um agravamento da segregação sócio-espacial.

Assim as novas tecnologias, ao invés de reduzir, passam a aprofundar os problemas, relacionados com a segregação sócio-espacial, uma vez que, a grande maioria da população, principalmente desses países ditos periféricos, não possuem o nível educacional e de literacia digital que lhe permita acompanhar e usufruir das benesses da economia informacional dos nossos dias.

Vive-se atualmente numa sociedade digital em que as novas gerações são “nativos digitais”, mas não em todos os territórios, pois a grande maioria das populações que residem na periferia de muitas das megacidades são analfabetos digitais. Uma nova forma de segregação que segundo Roberto, Fidalgo e Buckingham (2015) apenas pode ser combatida diminuindo a info-exclusão, contudo fatores sociais e económicos e o baixo nível de instrução escolar dessas populações têm dificultado e até impedido a sua aproximação a esses grupos que conseguem tirar partido das novas tecnologias da informação e da economia informacional (Castells, 2001). É assim preciso que existam acções governamentais e políticas públicas que invistam não só na elevação das qualificações de quem sofre mais intensamente os efeitos da exclusão social, mas também na sua inclusão digital. E o mais difícil, nesse processo de inclusão digital, é que além de aprenderem a usar um computador, devem também entender como utilizar a internet e de maneira produtiva, com o objetivo de pesquisar sobre as diversas áreas do conhecimento e inclusivamente como auxílio para se integrarem no mercado de trabalho. Enquanto tal não for uma prioridade nesta era informação e do conhecimento, as populações mais carentes que residem nas grandes metrópoles passam a conviver com uma sociedade mais desigual, o que se traduz também nos modos de organização do espaço urbano.

Assim, diante da “sensação de crise [gerada] pela conscientização da globalização da economia” (Borja e Castells, 1996:156) seria preciso que as cidades inseridas nos espaços económicos globais conseguissem garantir à “sua população (...) um mínimo de bem-estar para que a convivência democrática possa se consolidar” (Borja e Castells,1996: 155). Mas a questão é que a existência de uma efetiva sociedade democrática está longe de ocorrer. Esse processo de globalização e aumento da quantidade das cidades globais só tem favorecido e não diminuído o aumento das desigualdades sociais e por conseguinte do fenómeno da segregação sócio-espacial.

As cidades globais, ou megacidades, estão atreladas ao capitalismo contemporâneo (flexível), aos grandes industriais, às grandes corporações empresariais e aos grandes bancos mundiais. Nesse sentido só se tem favorecido a reprodução dos problemas urbanos e neste contexto particular, tem-se impulsionado o problema da segregação sócio-espacial urbana, embora este seja um problema que não está certamente apenas associado às contradições do capitalismo e do processo de globalização da economia e da influência das cidades globais, existindo também razões locais associadas ao planeamento urbano ou à falta deste que são igualmente relevantes, nomeadamente quando estas práticas de gestão urbanística desconsideram as populações mais carentes.

“Por isso, retomar a discurso sobre a segregação urbana foi importante, pois não só a contradição pode ser reintroduzida, como se revelou que, apesar da substituição do termo metrópole pelo de cidade global, a lógica de apropriação do espaço urbano continua sendo a presidida pelos interesses do capital. O confronto do conceito com sua prática demonstrou os equívocos da explicação teórica que a forma paradigma pretende estabelecer, quando submete a compreensão da segregação urbana à relação exclusiva com o processo de globalização da economia, ou seja, somente por influência de processos que se dão para além de seu território, obscurecendo, com isso, a dinâmica e os conflitos intra-urbanos, quando não os ignora, como no caso do planeamento estratégico.” (Borja e Castells,1996, p.81).

Considerando o surgimento e evolução da segregação sócio-espacial, percebe-se que no contexto do processo de crescimento urbano e de urbanização que ocorre a nível mundial, os problemas



da segregação sócio espacial vêm-se acumulando, embora com níveis de intensidade especificamente diferenciados consoante a região considerada. Estes níveis diferenciados de intensidade da segregação sócio-espacial urbana reflectem o modo como com o tempo cada país ou região interpreta e enfrenta estes problemas. Assim será importante analisar também de que modo o surgimento e a utilização dos planeamentos urbanos e dos planos directores, têm-se afirmado como instrumentos com potencial para tentar amenizar este processo, de maneira particular, no mundo contemporâneo.

### **1.3. A desigualdade social e a manifestação dos processos de segregação sócio-espacial**

A desigualdade social é histórica e está relacionada com o processo de desenvolvimento. Na evolução dos diversos modos de produção, do escravismo até o capitalismo na sua fase mais recente, a desigualdade evoluiu passando por várias fases de diferenciação, tendo assumido novas formas de manifestação à medida que o desenvolvimento de novas técnicas de produção foi promovendo uma sucessão de revoluções industriais (Sposito, 2001; Germer, 2009). É inerente ao ser humano viver coletivamente, mas com o desenvolvimento destas novas forças produtivas essa vida em coletividade foi dando lugar ao favorecimento de alguns grupos que na visão de Marx (1980, reed.) se tornaram hegemónicos no seu poder de controlo e domínio sobre a restante sociedade, e portanto se proporcionaram condições para o reforço da desigualdade social.

Com as descobertas e inovações geradas com as revoluções industriais, houve, de maneira geral, uma maior distribuição, mas não a ideal, das benesses resultantes dos novos modos de produção. Os avanços nas diversas áreas do conhecimento científico e tecnológico, provocaram a facilidade para as populações de menor poder aquisitivo em adquirir diversos produtos e serviços, tais como alimentação, utilidades domésticas, produtos de higiene pessoal, vestimentas, uso de meios de

transporte, acesso a serviços infraestruturais básicos (sistema de esgoto, pavimentação, energia elétrica, água encanada, etc.). Mesmo assim em muitos países a questão da desigualdade social se intensifica com a diferenciação entre os pobres e ricos a ser reforçada, sendo que este processo que reproduz a desigualdade social promove condições para a intensificação do problema da segregação sócio-espacial. Esta “tragédia urbana” (Carlos, 2015) tem se intensificado nos últimos anos com o sistema capitalista a promover novas “estratégias de (re)produção do espaço” (Miele, 2015), que apenas criam condições para o desenvolvimento do fenómeno cidade-mercadoria (Carlos, 2015; Volochko, 2015; Alvarez, 2015) já referido e debatido anteriormente.

Ainda hoje se verifica que a concentração de renda está aumentando mundialmente e de maneira mais forte e gritante nas periferias, ou seja, nos países mais pobres, onde existe uma estratificação sócio e económica bastante visível. Embora nos países ricos a concentração de renda também tem aumentado, aí as benesses dos produtos produzidos na sociedade atual são mais difundidas pela população, mesmo a de menor poder aquisitivo. Segundo Dowbor (2014) o tratamento de dados do Banco Mundial prova que existe uma tendência clara que quem nasce pobre permanece pobre e quem enriquece é porque já nasceu rico, esta “é a chamada armadilha da pobreza, a *poverty trap*” (Dowbor, 2014, p. 10).

As reformas tributárias realizadas até então não alteram o ciclo vicioso do espiral de acúmulo da riqueza e alguns autores defendem mesmo que é necessário, urgentemente, que seja realizado a cobrança de maiores impostos sobre as altas fortunas (Piketty, 2015). Pois a alta concentração de renda e de capital aprofunda fortemente a diferenciação entre estratos sócio-económicos e estimula por isso as manifestações do fenómeno da segregação sócio-espacial.

Sobre a trajetória da desigualdade social importa destacar o trabalho de análise estabelecido por Piketty (2015), que reflecte um exaustivo esforço de pesquisa sobre um tema a que o autor se debruça desde 1997. Destacando-se no seu trabalho a mensuração da desigualdade e de sua evolução, e sobretudo a sinalização que o autor faz para a necessidade de enfrentamento da desigualdade social, a partir de uma redistribuição fiscal justa. Gondim e Lettieri (2014) comentam a proposta de Piketty, que propõe a necessidade de um imposto mundial progressivo sobre o

capital, tendo como objetivo a redução da desigualdade social. Entretanto, comentando a situação atual brasileira, os autores destacam que

“[...] as reformas tributárias recentes têm acentuado uma anomalia do Brasil: aumento da tributação sobre o consumo em detrimento da tributação da renda, agravando o quadro de desigualdade ou, no mínimo, não permitindo uma maior redução dessa.” (Gondim e Lettieri, 2014, p.67).

Dowbor (2014), concordando com a tese de Piketty, introduz novas ideias na análise econômica mundial quando escreve que

“Se bem que o problema da distribuição da renda sempre estivesse presente nas discussões. A teoria econômica terminou centrando-se muito mais no PIB, na produção de bens e serviços, e muito insuficientemente na repartição e nos mecanismos que aumentam ou reduzem a desigualdades” (Dowbor, 2014, p.9).

Assim, para este autor o desafio deve passar por direcionar os recursos para outro sentido, nomeadamente financiando as políticas sociais destinadas a gerar uma economia inclusiva. Pois segundo a sua análise a péssima distribuição de renda existente no mundo está cada dia mais crônica, considerando mesmo que

“essa atingiu níveis obscenos. Quando uma centena de pessoas são donas de mais riqueza do que a metade da população mundial, enquanto um bilhão de pessoas passa por fome, francamente, achar que o sistema está dando certo é prova de cegueira mental avançada. Um sistema que sabe produzir, mas não sabe distribuir, é tão funcional quanto a metade de uma roda.” (Dowbor, 2014, p.9).

No âmbito deste debate não há uma total consensualidade pois há outros autores com uma visão menos pessimista da evolução da sociedade, como Deaton (2017) que considera que a população vive melhor na atualidade, que em qualquer outra época da história. O autor relata que a cada dia mais gente fica rica e que menos pessoas vivem na extrema pobreza. Apesar desta visão mais otimista, para Deaton (2017, p.15) as pessoas vivem mais anos mas, ainda assim, milhões de

habitantes da terra, vivem ou sobrevivem com imensa desigualdade social e económica. E é esta desigualdade social e económica, que está na base do surgimento de grande parte das manifestações de segregação que se assistem nas cidades contemporâneas, quer de auto segregação quer de segregação imposta.

O mesmo autor ainda reforça a sua tese afirmando que com frequência, a desigualdade é consequência do progresso. Procurando quantificar estes problemas, Bauman (2013) cita o principal economista do Banco Mundial (Branko Milanovic), quando afirma que

“A desigualdade entre indivíduos do mundo é assombrosa. No início do século XXI, os 5% mais ricos da população recebem 1/3 da renda global total, a mesma proporção que os 80% mais pobres. Embora alguns países pobres estejam se emparelhando com o mundo abastado, as diferenças entre os indivíduos mais ricos e mais pobres do planeta são enormes e parecem crescer.” (Bauman, 2013, p. 67).

E esta é uma realidade que não afecta apenas os países em desenvolvimento, pois este mesmo autor refere que mesmo “nos países que não muito tempo atrás pareciam ter se livrado das desigualdades sociais mais gritantes, o crescimento incessante da distância entre os que “tem” e os que “não têm” conhecido na Europa dos primórdios do século XIX, está de volta, como uma vingança” (Bauman, 2013, pp. 68/69).

Acerca da influência das relações de poder nas manifestações de desigualdade, Pochmann (2015) refere que a gravidade actual nas situações de desigualdade está precisamente relacionada com a ampliação do poder privado que a globalização tem proporcionado, quando refere que

“Desde o final do século XX, o movimento maior de piora na distribuição da renda e riqueza que acompanha a retomada da ampliação da desigualdade encontra-se direta e indiretamente associado à ampliação do poder privado. O curso do processo de globalização desregulada tem consagrado o inegável avanço da concentração e centralização do capital.” (Pochmann, 2015, p.55).

Sassen (2010) traz também contributos relevantes para este debate, especialmente no capítulo de um de seus livros 'Uma Nova Geografia de Centro e Margens', onde salienta como nesta nova era das cidades globais e da sociedade em rede é também ela reprodutora de desigualdades existentes.

“ A ascensão de indústrias da informação e o crescimento de uma economia global, duas condições inextricavelmente ligadas, contribuíram para uma nova geografia da centralidade e marginalidade. Essa geografia reproduz em parte as desigualdades existentes, mas é também o resultado de uma dinâmica específica às formas atuais de crescimento económico. Ela assume muitas formas e atua em muitas arenas, desde a distribuição de instalações de telecomunicações até a estrutura tanto da economia quanto do emprego. (Sassen, 2010, p.95).

Segundo a autora estas novas geografias que exploram as potencialidades da sociedade de fluxos e da economia informacional estruturada pelas redes globais de comunicação, e que possibilitam dinâmicas de centralidade para cidades e regiões que anteriormente não as tinham, são do mesmo modo estimuladoras de dinâmicas de marginalidade, não só nos países mais periféricos e em desenvolvimento mas igualmente no seio dos países mais ricos e desenvolvidos, que por sua vez estão na génese de grande parte das manifestações de segregação sócio espacial que neles ocorre.

“Podemos pensar nessas mudanças como constituindo novas geografia da centralidade que atravessam a velha linha divisória entre os países pobres e ricos, e novas geografias da marginalidade, que se tornou cada vez mais evidente, não apenas no mundo menos desenvolvido, mas também dentro de países bastante desenvolvidos.” (Sassen, 2010, p. 99).

Essas “novas geografias da centralidade”, como também “novas dinâmicas de desigualdade”, continua a mesma autora, representam aspectos caracterizadores de um capitalismo contemporâneo que explora novas fases de inovação. Assim a desigualdade não se pode dirimir apenas com a inovação tecnológica, visto que os benefícios do progresso dificilmente altera a condição das populações pobres, independentemente do contexto em que esta se localiza.

“Quanto maior se tornou nossa capacidade de produzir riqueza nos últimos vinte anos (e o setor financeiro teve um papel importante nisso), mais radical ficou a condição da pobreza”. (Sassen, 2016, p.175).

Assim se compreende que o aumento da pobreza, está também aumentando, paradoxalmente, nos países mais ricos. A este respeito a mesma autora complementa afirmando que “Hoje, os dois bilhões de pessoas que vivem na pobreza extrema não possuem nada além de seus corpos. ...E a fome também já está crescendo em países ricos, de forma notável nos Estados Unidos”. (Sassen, 2016, p.175).

Reforçando a tese de Sassen, Atkinson (2015) explora também o aumento da diferenciação entre estratos sociais no seio dos países mais desenvolvidos, a que hoje se assiste.

“A desigualdade entre todos os cidadãos do mundo reflete o impacto combinado da desigualdade dentro dos países e a desigualdade entre os países. Vista dessa forma, a história simplificada da desigualdade global ao longo dos últimos cem anos é que houve primeiro um período no qual a desigualdade dentro dos países ricos estava caindo, mas a desigualdade entre países se ampliava, sendo agora substituída por um período no qual a desigualdade nos países ricos estava aumentando.” (Atkinson, 2015, p. 69).

Partilhando a crença de Dowbor (2014), também Atkinson (2015) afirma que existe de fato uma economia da desigualdade, embora acredite, tal como Piketty (2015), na capacidade de atenuar esses problemas e de diminuir a miséria humana global, quando escreveu que

“É verdade que desde 1980 temos visto uma “virada da desigualdade” e que o século XXI trouxe desafios em termos de envelhecimento da população, mudanças climáticas e desequilíbrios mundiais. Mas as soluções para esses problemas estão em nossas mãos. Se estivermos dispostos a usar a maior riqueza que temos hoje para lidar com esses desafios, e aceitar que os recursos devem ser compartilhados de forma menos desigual, haverá de fato um espaço para o otimismo.” (Atkinson, 2015, p. 367).

Entretanto é importante aqui salientar que a interpretação da segregação socio-espacial induzida pelos efeitos perversos da desigualdade social, mereceria uma maior contestação por parte da população em geral do que aquela que se verifica, o que de certo modo indicia uma preocupante convivência com estas dinâmicas. A este respeito Buodon (2017, p. 193) alerta que

“se observa que as desigualdades globais são objetos de denúncias recorrentes mais da parte de grupos pressão intelectuais, midiáticos e políticos do que da parte da população, salvo quando elas são excessivamente gritantes para poderem ser consideradas, de maneira plausível, justificadas, ou quando elas resultam, claramente, de condições inaceitáveis. (Buodon, 2017, p.193).

Verifica-se assim a atualidade da discussão sobre a desigualdade social, o seu carácter reprodutivo e os seus efeitos. Este é um problema que se expressa de um modo global e com repercussões nos mais diversos contextos territoriais, o que justifica a reflexão em torno de urgentes medidas capazes de reduzir a desigualdade social, a exemplo do imposto progressivo mundial sobre o capital, sugerido por Piketty (2015). Uma bela utopia, como destaca o próprio autor, mas que deve servir para suscitar um debate que se tornou cada vez mais urgente diante da reprodução das diferenciações sociais num mundo económico e político globalizado, e dos seus múltiplos efeitos, sendo que um dos mais visíveis está associado ao surgimento de inúmeros contextos territoriais que se tornaram focos de exclusão social. Pois estes processos favorecedores da desigualdade social estão na origem de alguns dos denominados guetos nos Estados Unidos da América, assim como na génese de inúmeras favelas na América Latina, ou dos bolsões de miséria na África e na Ásia, ou ainda dos bairros de lata<sup>6</sup> presentes em algumas cidades da Europa no final do século XX, entre outros exemplo de concentração territorial dessa população de excluídos.

“Em 1990, quase metade da população urbana das regiões em desenvolvimento vivia em bairros degradados. Em 2005, essa proporção diminuíra para 36% (UN-HABITAT, 2009). Segundo a UN-HABITAT (2003), em 2001, o número total de moradores de

---

<sup>6</sup> - “Independentemente da terminologia, os bairros de lata caracterizam-se por conjuntos urbanos de autoconstrução de cariz ilegal, em terra firme e extremamente precária, executada por populações com recursos económicos insuficientes ou ausentes, com base em materiais como restícios de mobiliário, de outras construções em curso, de cartões que envolvem encomendas, de lixo, placas de zinco, entre outros”. (Garcia, 2013, p.14).

bairros de lata, em todo o mundo, era de cerca de 924 milhões de pessoas, o que representaria cerca de 32% da população urbana total do mundo<sup>5</sup>.” (Garcia, 2013, p.18).

Muitos destes aglomerados populacionais caracterizam-se pela quase ausência de infraestrutura urbana, sendo parcelas urbanas sem água potável, sem energia elétrica, sem pavimentação etc. E estão não apenas presentes no Sul Global, fazendo ainda parte integrantes da paisagem de alguns países desenvolvidos e de cidades com uma longa tradição na prática do planeamento urbano.

“No caso português, particularmente na Grande Lisboa, apesar da manifestação de precariedade construtiva ter sido imensamente combatida desde os anos 90 através de uma responsabilização social pelo Governo e autarquias executada através de os Programas Especiais de Realojamento (PER), ainda se verifica a existência deste tipo de conjuntos informais, como é o caso dos Bairros da Cova da Moura (Amadora), da Torre (Camarate), Quinta da Serra (Prior Velho), Quinta da Vitória (Portela) e Talude Militar (Frielas, Camarate e Unhos).” (Garcia, 2013, p.18).

Estas bolsas territoriais de exclusão social são um problema alarmante afectando uma parte considerável da população urbana. Algo que Garcia (2013) demonstrou tão bem no seu exercício cartográfico que expressa a proporção da população urbana de cada país que vive em assentamentos humanos informais (Figura 1), segundo a definição da UN-Habitat<sup>7</sup>, a partir do tratamento de estatísticas divulgadas no Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2009. Os indicadores utilizados por Garcia (2013, p.183), para avaliar a concentração dos que vivem neste assentamentos humanos informais não planeados foram: acesso a água potável, acesso a instalações de saneamento, qualidade estrutural do edificado (durabilidade das habitações), dimensão do espaço habitacional (no máximo duas pessoas por quarto) e segurança na posse da propriedade (famílias com títulos formais). Garcia (2013), pesquisou e quantificou

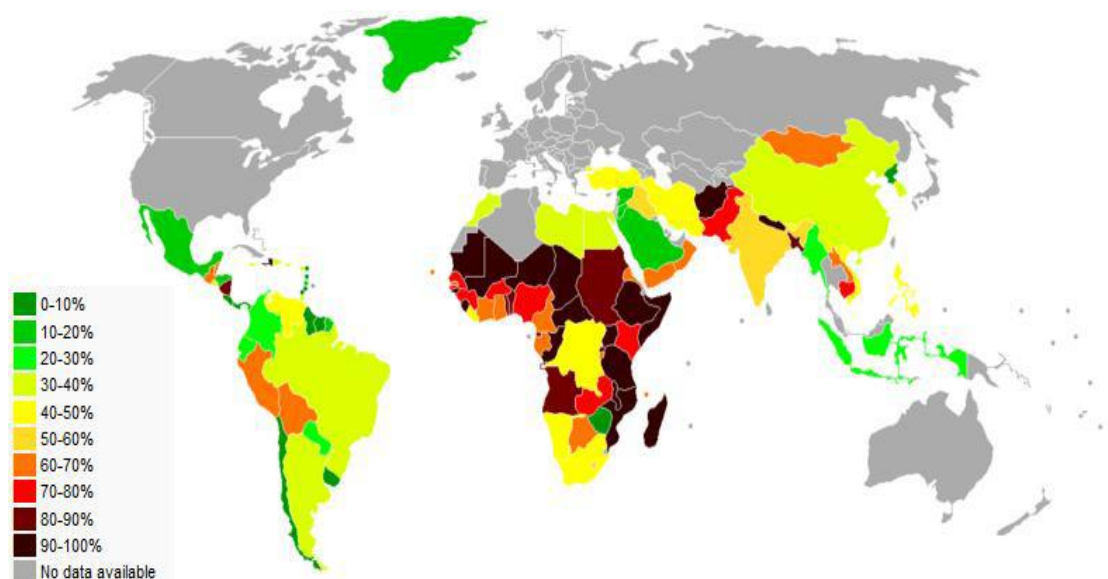
---

<sup>7</sup> -“O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) estabeleceu-se em 1978, como resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I). Com sede em Nairóbi, capital do Quênia, a organização é a Agência da ONU ponto focal para a urbanização sustentável e os assentamentos humanos”. <https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/> 24-04-19.



esses dados, localizando as áreas nas quais existem maiores percentuais de falta desses indicadores.

**Figura 1. Proporção da população urbana que reside em assentamentos humanos informais, por país**



Fonte: Dados do Relatório dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2009, Op. cit. Garcia, 2013, p.19.

Este exercício cartográfico permitiu verificar que os maiores percentuais de população urbana residente em assentamentos humanos informais se concentra no continente africano, sendo que em alguns países esse percentual se aproxima dos 100%. Esse dado alarmante revela a falta de investimentos públicos na infraestruturacão básica dessas regiões urbanas e, portanto, a grande maioria das famílias não possuem os quatro indicadores analisados por este autor. Em menor proporção, mas ainda muito preocupante, encontram-se outros países de África, mas também da Ásia e América Central e do Sul. Isto revela que os países do Sul, são os países, onde se encontram os maiores percentuais de população urbana residindo em assentamentos não planeados.

Como forma de lidar com esta realidade, em diversos contextos foram promovidas operações de reestruturacão urbana, estimulando a demolicão e/ou realojamento de bairros de gênese ilegal. Dessa maneira diversos assentamentos humanos de cariz informal foram destruídos ou alvo de

projectos visando a sua incorporação e integração do contexto social e urbano envolvente, com fortes investimentos na dotação dessas áreas da infraestrutura básica necessária. Mas muitas vezes isso ocorre quando é do interesses dos grupos hegemónicos que promovem a desocupação dessas áreas sendo-lhes atribuída uma nova função social e económica, sendo as suas populações deslocadas para outras áreas menos valorizadas, quase sempre para a periferia das cidades, para locais que acabam muitas vezes por se tornarem bairros sociais problemáticos assumindo-se como novas manifestações de segregação sócio-espacial.

Decorrente desse processo de valorização imobiliária de determinadas áreas da cidade, antes degradadas, essas parcelas urbanas passaram muitas vezes a ser ocupadas por outros grupos humanos, de maior poder aquisitivo. Essas áreas passaram a ter outra função social e económica, mas a segregação sócio-espacial mantém-se com essas novas operações de planeamento urbano, pois apenas se deslocou para outros locais na sequência de uma diferente disposição territorial dos diferentes estratos socio-económicos no seio do espaço urbano.

Esta população continua assim a enfrentar o fenómeno da exclusão social, pois “neste mundo novo, pede-se aos homens que busquem soluções privadas para problemas de origem social, e não soluções geradas socialmente para problemas privados”. (Bauman, 2010, p.50). Sendo que o planeamento muitas vezes alimenta esta atitude, por exemplo quando faz crer que os problemas de exclusão social são resolvidos com a alocação de uma família num bairro social entretanto construído, que apesar de novo e convenientemente equipado se torna muitas vezes com o tempo numa área problemática onde a sua população persiste numa realidade de exclusão social.

Neste novo contexto a segregação sócio-espacial continua, embora com novas nuances, com novas facetas, em que muitas vezes o planeamento urbano ignora o carácter multi-dimensional dos problemas da exclusão social e a necessidade de abordagens integradas que levem em consideração as ‘raízes’ dos cidadãos, preferindo assumir que estes têm simplesmente ‘âncoras’ podendo ser realojados sem grandes condicionantes, o que a prazo muitas vezes se revela ineficaz. Um planeamento assente nesta analogia da ‘âncora’ é consentâneo com uma sociedade consumista, desta fase atual da “modernidade líquida” (Bauman, 2010), em que tudo é considerado como temporário e descartável, até as redes de relações e a sua inscrição espacial.

“De fato, levantar âncora, ao contrário de “desenraizar” e de “desencaixar”, nada tem de irrevogável e menos ainda de definitivo. Quando são arrancadas do solo onde cresceram, as raízes geralmente secam e murcham, matando a planta que nutriam, de tal modo que, se revivesse, estaríamos no terreno dos milagres. As âncoras, ao contrário, são levantadas apenas na esperança de lançá-las novamente com sucesso, e podem ser lançadas com a mesma facilidade em muitos portos diferentes e distantes.” (Bauman, 2010, p.38).

Novas soluções de planeamento urbanístico para enfrentar o problema destes assentamentos humanos informais são exigidas, mas soluções que tenham em consideração que a cidade contemporânea está intimamente ligada com todas as outras de todos continentes pela rede mundial de informação, pois sobretudo com a internet a sociedade passou a ser global. Embora com suas especificidades este processo de integração global está presente em todas as cidades. Assim, mesmo com suas características específicas (em termos culturais e de desenvolvimento) e problemas específicos (de criminalidade, de impacto ambiental, de baixo IDH), as cidades atualmente com a era da informação estão interligadas pela redes de fluxos globais. Nesse sentido tentar organizar a cidade, tentar planejá-la necessita antes de mais de um processo de tomada de consciência que todas estão interligadas pela sociedade em rede, onde a comunicação é fundamental nos processos de organização social e económica. Assim, a efetivação de novos instrumentos de planeamento e gestão urbana necessita de equipas que estejam ‘antenas’ (qualificada para trabalhar com essa nova tecnologia) com a era da informação e as suas potencialidades. Uma nova era que exige que os cidadãos se adequem às novas relações sociais de produção e, portanto, acompanhem a evolução tecnológica dos países centrais. A questão é como conseguir isso numa sociedade de contrastes sociais, económicos e culturais profundos, em que o custo destas desigualdades são altos e muitas vezes são perpetuados por governos com práticas retrógradas. Através das quais insistem em amarrar a sua população a um atraso cultural, social e económico, em virtude de práticas que excluem, reprimem e segregam a grande maioria da população denominada de marginal<sup>8</sup>, perpetuando-a numa condição de exclusão social.

---

<sup>8</sup> -Marginal nesse sentido expressa aqui o significado de excluído como a situação das pessoas que estão fora, ou à “margem” da cidade, do processo social e económico. Não é o conceito de bandido, de criminoso e marginal.

“O conceito de exclusão social foi elaborado a partir dos trabalhos de Arendt,<sup>36</sup> que estuda a condição humana na *vita activa* através de três atividades ordenadas axiologicamente. Parte daquela em que mais nos parecemos com os animais (o labor, o metabolismo, que responde a necessidades inexoráveis e irreprimíveis e cujo produto é a própria vida, a condição de *animal laborans*), passa pelo trabalho (a capacidade de fazer, fabricar e produzir que constrói o mundo em que vivemos, a condição de *homo faber*), até atingir a atividade que mais distingue os homens como humanos que é a ação (englobando o agir e o falar, constituindo o *bios politikos*, a condição de interação entre os homens e a construção de um mundo em comum, a esfera pública). Assim considero a exclusão social como um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição (estado) de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana.” (Escorel, 1999. p.75).

Embora as cidades permaneçam compostas por classes antagónicas, acredita-se que é possível promover um crescimento urbano menos excludente, fazendo algo para que os indivíduos mais humildes da sociedade, saiam da condição de excluídos e possam ter uma vida mais participativa na sociedade e na cidade em que se integram, onde todos tenham direito a participar e a contribuir para uma sociedade com maior justiça social.

#### **1.4. A explosão demográfica e a manifestação de processos de segregação sócio-espacial**

Como já foi referido a segregação sócio-espacial em muitos casos surgiu como consequência de transformações urbanas recentes, assim como resultado do crescimento das desigualdades sociais e económicas (Singer, 2017). Mas este problema é também em parte um resultado do crescimento populacional descontrolados das últimas décadas, expresso em estimativas que referem que cerca de 7,7 bilhões de pessoas devem habitar o planeta até o fim de 2019 e que a população do mundo aumenta em 83 milhões de pessoas por ano (ONU, 2019).

Esta explosão demográfica que tem ocorrido principalmente após a segunda metade do século XX, reflecte-se numa acentuação do processo de urbanização mundial, com a crescente concentração dessa população nas cidades e muito especialmente nas periferias metropolitanas. O deslocamento das populações a nível mundial para as cidades surgiu como influência de fatores diversos que foram variando conforme a época. De entre os fatores que levam ao aumento da concentração populacional em contexto urbano, destacam-se: o desenvolvimento industrial diversificado e as economias de aglomeração que condicionam os padrões locativos desta actividade; os novos meios de transporte mais rápidos e mais eficientes acompanhados por grandes investimentos nas infra-estruturas de comunicação; a evolução na engenharia e arquitetura que remodelaram as cidades tornando-as mais funcionais e atractivas, entre muitos outros (Schwartzman, 2004).

Entretanto, uma leitura global deste aumento populacional e da sua concentração sobretudo nos espaços urbanos permite verificar que este tem-se sido acompanhado por um aumento da exclusão social em contextos urbanos, verificando-se que os progressos científicos e tecnológicos não têm conseguido atenuar formas de exclusão social e económica, tendendo assim a coexistir nas cidades modos de vida ‘modernos’ e ‘tradicionais’, pois as oportunidades decorrentes do progresso e desenvolvimento não têm sido para todos.

“O que caracteriza os tempos modernos não é a vitória ou a predominância do “moderno” sobre o “tradicional”, mas a inevitável coexistência e tensão entre eles. Não é possível acreditar, ainda, em um próximo milénio de uma sociedade perfeita, governada pela razão e pela racionalidade, colhendo os benefícios do conhecimento científico e da tecnologia avançada, para o bem de todos. Tampouco é possível voltar às velhas sociedades comunitárias, orgânicas, espirituais, preconizadas pelos tradicionalistas, que de fato nunca existiram.” (Schwartzman, 2004, p.15).

Um consequência da sociedade contemporânea, denominada hoje de pós-moderna, continuar a optar por ações e decisões governamentais que afetam negativamente a vida de bilhões de pessoas no mundo todo. Sobretudo pelo resultado de opções que reforçam os privilégios e

interesses de grupos minoritários, em detrimento da grande maioria da população de excluídos. Estes contrastes têm sido intensificados com o aumento vertiginoso da população mundial no século XX e principalmente a partir da década de 1950.

“O rápido crescimento da população mundial é fenômeno recente. Há cerca de 2.000 anos, a população mundial era de cerca de 300 milhões. Foram necessários mais de 1.600 anos para que ela duplicasse para 600 milhões. O rápido crescimento da população mundial teve início em 1950, com reduções de mortalidade nas regiões menos desenvolvidas, o que resultou numa população estimada em 6,1 bilhões no ano de 2000, quase duas vezes e meia a população de 1950.” (ONU, 2011)

Sendo a segregação sócio-espacial um problema que como vimos esteve presente na evolução histórica das cidades, parecendo ser até uma característica da condição urbana, com o aumento exponencial da população no globo e com a concentração desta sobretudo nos espaços urbanos, disso decorre necessariamente uma intensificação dos problemas urbanos e, por essa via, necessariamente o da segregação sócio-espacial.

“O maior crescimento urbano terá lugar na Índia, na China e na Nigéria. Esses três países contarão com 37 por cento do crescimento urbano projectado a nível da população mundial entre 2014 e 2050. Para 2050 espera-se que a Índia acrescente 404 milhões de habitantes nas cidades, a china 292 milhões e a Nigéria 212 milhões.” (ONU-DESA-2014).

Percebe-se pela leitura do relatório ‘Perspectivas da Urbanização Mundial’ das Nações Unidas (ONU-DESA, 2014), que o maior crescimento urbano ocorrerá em países como China, Índia e Nigéria, onde existem graves problemas de infra-estruturas habitacionais nas suas cidades decorrentes dos seus enormes contingentes populacionais. A intensificação do problema da segregação sócio-espacial está assim directamente associada ao surgimento das megalópoles em países em desenvolvimento que enfrentam carências múltiplas. Mas também nos países mais desenvolvidos onde essas megalópoles se assumem como os grandes centros urbanos mundiais, que têm poder de decisão além das fronteiras de seus países, mas que onde nem toda a sua

população consegue beneficiar das oportunidades que estas encerram, vivendo com preocupantes dificuldades económicas e sociais.

“Tóquio continua a ser a maior cidade do mundo com 38 milhões de habitantes, seguida de Deli com 25 milhões, Xangai com 23 milhões e a Cidade do México, Mumbai e São Paulo, cada uma com cerca de 21 milhões de habitantes. Osaka tem tido apenas 20 milhões, seguida de Pequim com ligeiramente menos de 21 milhões de habitantes. As áreas de Nova Iorque e do Cairo completam o top 10 das áreas com mais população com cerca de 18.5 milhões de habitantes cada.” (Bremaeker, 2016, p.03)

Observa-se assim que a concentração populacional urbana, está se intensificando tanto nas áreas onde se concentram as maiores populações de pobres do mundo, mas também em alguns países mais ricos. E se, como Piketty (2014) refere, a desigualdade social se expande mesmo nos países desenvolvidos e naqueles que aplicaram os requisitos do Estado de Bem-Estar Social, então é esperado que a segregação sócio-espacial urbana tenda a se agravar nas próximas décadas do Século XXI.

Com este enorme crescimento populacional nas cidades e sobretudo nas megalópoles dos países em desenvolvimento<sup>9</sup>, já pode ser imaginado como será complexo organizar a moradia, a alimentação, a educação, a saúde e a segurança desses cidadãos urbanos, sobretudo dos que vivem nos bairros mais pobres e em muitos casos de génese ilegal e sem qualquer infraestruturação. A concentração desta população e os seus baixos índices de qualidade de vida faz por outro lado intensificar a sensação de insegurança junto da população mais abastada, que irá procurar soluções habitacionais mais segregadas, que lhes sejam capazes de garantir uma maior segurança. Pelo que hoje na cidade contemporânea vão sendo construídos milhares de condomínios residenciais fechados e de luxo, em muitas cidades pertencentes aos países

---

<sup>9</sup> Dados recentes, de 2017, publicados no Relatório da População Mundial, do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), apenas vêm indiciar a intensificação deste problema, pois foi constatado que a população do planeta era de 7 bilhões e 244 milhões de pessoas. Este total pode ser subdividido em três grupos: Países mais desenvolvidos tinham uma população 1 bilhão e 256 milhões de pessoas, ou seja, representando apenas 17,33% da população mundial. Países minimamente desenvolvidos tem uma população de 919 milhões de pessoas, o que representa um percentual de apenas, 12,68% da população mundial, e países menos desenvolvidos tem uma população de 5 bilhões e 988 milhões de pessoas, representando mais de 82%, da população mundial. Esses dados exaltam a preocupação com a concentração populacional que continua alarmante, nas áreas com desenvolvimento estrutural precário, em determinadas regiões da Ásia, da América e da África. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), a distribuição populacional mundial por continente é a seguinte: 65% da população está na Ásia, em segundo lugar a África com 20% e em terceiro a América com 15% da população mundial.

desenvolvidos e não desenvolvidos. Esta é assim uma grande problemática que deve procurar ser pelo menos minimizada.

Este panorama reflecte a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento que tem sido seguido e que não tem privilegiado o investimento para melhorar as condições de vida de muitos dos habitantes da Terra. São muito débeis e incipientes os sinais que existem no sentido de se iniciar essa necessária alteração do modelo de desenvolvimento. Neste sentido e reconhecendo a urgência dessa mudança, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), na segunda reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento, refere que “Os países da América Latina e do Caribe têm o desafio de elaborar políticas públicas eficazes que ofereçam uma vida digna a todos os cidadãos, em consonância com a nova Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”. Orientações deste tipo reflectem a necessidade premente de políticas públicas que busquem o desenvolvimento sustentável e ações práticas que procurem minimizar a situação crítica em que se encontra grande parte da população.

Em síntese, a concentração populacional em áreas urbanas, sobretudo nas áreas metropolitanas, tem produzido uma sociedade heterogénea e estratificada pelo poder económico. Assim, o processo de segregação sócio-espacial urbano, que vem historicamente sendo ampliado e aprofundado com as diferenças sociais e económicas que se têm afirmado nas cidades, surge como reforçado pelas estruturas urbanas existentes, que ao serem ampliadas, um pouco por todo o planeta, têm igualmente ampliado esta problemática.

Como referido, este fenómeno far-se-á sentir principalmente nos países em desenvolvimento, sobretudo naqueles que conjugam um processo de crescimento desordenado das cidades com um processo histórico de dominação externa:

“Em 1990, havia 10 "mega-cidades" com 10 milhões de habitantes ou mais cada, onde habitava um total de 153 milhões de pessoas, cerca de sete por cento da população urbana global da altura. Em 2014, há 28 mega-cidades no mundo são o lar de 453 milhões de pessoas ou cerca de 12 por cento dos habitantes a nível mundial. Actualmente das 28 mega-cidades, dezasseis estão localizadas na Ásia, quatro na América Latina, três



delas em África e na Europa, e duas na América do Norte. Em 2030 espera-se que haja 41 mega-cidades com 10 milhões de habitantes ou mais.” (PNPUD-2014)

Este cenário demonstra a necessidade de ações imediatas de reorientação das políticas públicas mundiais. Pois a tendência é que essa situação, de concentração populacional, seja associada com o enfatizar de grandes problemas urbanos, tais como, falta de infraestrutura básica, falta saneamento ou saneamento precário, falta de sistema de esgoto, falta ou coleta de lixo inadequada e sem prever nenhuma seletividade, falta ou precário sistema de drenagem, entre vários outros problemas no espaço construído dessas cidades, principalmente, nas regiões consideradas mais pobres do mundo tais como, as regiões da África, da América do Sul e da Ásia.

Em muitos casos o agravamento dos problemas urbanos foram e são gerados pelos próprios exercício de planeamento urbano, que foram sendo utilizados para atender a interesses de poucos privilegiados, em detrimento da grande maioria da população (na sua grande parte constituída pobres e excluídos). A este respeito Castells (1983) em seu livro “A questão urbana”, destaca que a ideologia urbana é marcada pelo desenvolvimento desigual e combinado do espaço urbano. A grande maioria os planos diretores urbanos não estão conseguindo eliminar os problemas urbanos, sobretudo porque estes problemas são mais vastos e estão articulados com um modelo de desenvolvimento que estimula uma sociedade composta por grupos sociais antagônicos. Assim, num momento histórico em que o processo de urbanização é intenso, só poderá existir a uma diminuição progressiva destes problemas urbanos, mesmo que a ritmo lento, quando existirem planeamentos urbanos democráticos que promovam um acréscimo da qualidade de vida da maioria dos cidadãos urbanos e não apenas de uma pequena minoria (Villaça, 1999).

Mas esta não é a prática, pois pela forma como a estrutura e o crescimento urbano estão sendo configurados hoje constata-se que a cidade cresce desordenadamente em duas facetas distintas. Por um lado, existe a cidade formal, legalizada e bem estruturada, muitas vezes com condomínios fechados e prédios cercados. Do outro lado existe a faceta dos excluídos que cresce com uma ocupação urbana informal e não legalizada e sem infra-estrutura urbana. Constatando-se que é sobretudo nas metrópoles mundiais dos países em desenvolvimento que estes exemplos se diferenciam e antagonizam de um modo mais evidente, reflectindo ao nível da morfologia urbana

os contrastes entre os mais abastados e com índices elevados de qualidade de vida, e os forçados a enfrentar a gravidade da miséria e múltiplos tipos de carências básicas. É para categorizar esta realidade que surge o conceito da ‘cidade dual’.

“ A Cidade Dual é um conceito desenvolvido por Manuel Castells (1) e tratado também por Saskia Sassen (2), que se refere à manifestação contemporânea de uma estrutura urbana, social e economicamente polarizada. No Sul pós-colonial, este fenômeno acentua-se como consequência da reprodução de modelos de desenvolvimento alheios à realidade económica, tecnológica e social da maioria dos países. Trata-se de sociedades duais, já que nelas convivem a cultura do consumo e do hedonismo com a cultura da sobrevivência ou das necessidades básicas; o primeiro e o terceiro mundo de um mesmo Estado. O resultado deste fenômeno, em termos urbanísticos, é a megacidade de crescimento disperso e fragmentado que criou arquipélagos monofuncionais e guetos residenciais. Em outras palavras, é uma cidade que gera divisões espaciais, temporais e sociais entre seus habitantes.” (Hampf, 2004, p.01).

Pela observação do modo como os planeamentos urbanos estão sendo elaborados, dificilmente pode existir uma visão otimista quanto ao desejo de solucionar este processo de segregação sócio-espacial. No capítulo seguinte procura-se precisamente demonstrar como a segregação sócio-espacial está sendo por vezes uma consequência de opções inadequadas de planeamento urbano, sem verdadeira motivação em resolver as causas profundas dos problemas das cidades contemporâneas. Planeamentos urbanos ruins reforçam em muitos casos a ampliação da “cidade dual”, com a segregação física e social de segmentos distintos da população que reside em muitas das cidades contemporâneas, embora esta ocorra de maneira diferente em diferentes cidades e países. Se a falta ou inadequação do planeamento urbano tem grande responsabilidade na manifestação deste problema, procurar-se também reflectir no capítulo seguinte como o planeamento urbano encerra um potencial relevante para resolver esse problema da segregação sócio-espacial, ou pelo menos minimizar essa questão. É certo que para amenizar este problema alguns governos municipais realizaram a demolição de bairros sociais problemáticos, acompanhada por operações de realojamento de residentes de baixa ou sem renda em novos bairros, determinando onde estes devem residir de maneira imposta, mas quase sempre em locais distantes dos bairros mais bem estruturados, promovendo apenas uma re-localização da

segregação sócio-espacial. Por outro lado, há também o recurso a uma opção distinta que envolve estratégias integradas de regeneração urbana para esses bairros ditos problemáticos, que estão sendo processadas em algumas cidades, que importa conhecer e debater.

## **CAPÍTULO 2. O PLANEAMENTO URBANO E A MANIFESTAÇÃO DOS PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL**

Como vimos os problemas da segregação sócio-espacial estão intrinsecamente ligados ao processo histórico da urbanização mundial e de favorecimento da desigualdade social, avolumando-se estes problemas mais ainda no presente, com o crescente aumento demográfico e a concentração das populações em áreas urbanas e litorâneas. Mas historicamente, a segregação sócio-espacial também foi e é resultado de opções tomadas em planeamentos urbanos realizados no passado que, procurando resolver algumas prioridades acabaram indirectamente por favorecer a multiplicação de outros problemas urbanos. Como exemplo, podemos citar os autores Singer (1995) e Negri (2008), que descrevem suas teses demonstrando como este processo de reprodução e aprofundamento da segregação sócio-espacial se intensificou com o planeamento urbano. Na medida em que muitos dos planeamentos urbanos realizados seguiram diretrizes que foram traçadas visando especialmente o lucro e, portanto, para atender a interesses particulares de grupos dominantes existentes a nível mundial e sem uma devida preocupação e ambição de estruturação social, do que decorreu o surgimento de inúmeros contextos territoriais que se tornaram focos de segregação sócio-espacial.

Se pensarmos nos processos de exclusão social sentidos quotidianamente pelas populações que residem nos grandes bairros sociais construídos sobretudo a partir dos anos 1960 em muitos países europeus, verificamos como a segregação sócio-espacial, em muitos casos, decorreu de decisões governamentais tomadas no passado e até num presente bem próximo, na sequência de exercício de planeamentos induzidos com interesses específicos e que nunca tinham como verdadeiro objetivo a busca de soluções integradas para os problemas urbanos e nem tão pouco para resolver verdadeiramente as condições sociais e económicas das populações mais carenciadas. Governos locais de vários países têm promovido a utilização dos planos diretores urbanos como sendo fundamentais para a organização espacial urbana. Mas a questão é que na

grande maioria dos casos, os planos diretores urbanos utilizados foram elaborados privilegiando os interesses de grupos que detêm o poder económico e político.

São diversos os exemplos da existência de manifestações de segregação sócio-espacial urbana, de algum modo promovidas por planeamentos urbanos inadequados, destacando-se neste capítulo apenas alguns que vêm ocorrendo na contemporaneidade. Muitos deles são inerentes ao modo de produção capitalista, em que as tentativas de implementação de operações urbanísticas de controle da segregação urbana não têm verdadeiramente uma função transformadora, mas quase sempre, reprodutora de desigualdades económicas e sociais. O que em termos geográficos se reflecte no incentivo à cidade dual, em que coexistem numa mesma cidade bairros problemáticos de concentração de população mais carenciada com condomínios fechados de luxo apenas para população de nível sócio económico elevado. Todavia e embora o planeamento com as suas opções e práticas tenha por vezes contribuído para estimular muitos dos contextos de segregação sócio espacial que caracterizam as nossas cidades, neste trabalho é revelado que o mesmo tem em si o potencial para igualmente contribuir positivamente para uma sociedade menos discriminatória e uma cidade menos dual.

Este potencial decorre do facto do planeamento urbano ser um desafio contínuo (Choay, 2003) através do qual se visa orientar o processo de expansão e desenvolvimento de uma cidade, estabelecendo directrizes diversas com vista a programar o uso, ocupação e transformação do solo, bem como a melhoria da infraestrutura e serviços essenciais à evolução das cidades e aos progressos das condições de vida e bem-estar das suas populações. O urbanismo sendo uma prática cujas origens se perdem no tempo, é sobretudo com a época moderna que se inicia a sua generalização com a profusão de planos para orientar o processo de transformação das cidades.

“..., manifesto minha filiação àqueles que entendem ser o urbanismo, em sua essência, um fenómeno da modernidade. Sem dúvida que desde há muito o homem planejava cidades – a planta em tabuleiro remonta há séculos -, mas o termo ‘urbanismo’, criado por sinal no início do século XX, designa mais do que isso. Nele se contém as ideias de planeamento contínuo e sistemático, com perspectiva transformadora. (Choay, 2003, p.49).

Todavia, Choay (2003) apud Gomes (2006, p.10) descreve que a ideia da possibilidade de transformar a estrutura urbana da cidade, em paralelo com a intenção de preservar o meio ambiente e promover uma maior justiça social, é uma atitude mais contemporânea, que vislumbra a possibilidade de dar ao processo de transformação urbana uma função mais social, democrática e sustentável. Embora estas sejam ainda hoje metas difíceis de alcançar, de maneira efetiva, o planejamento urbano moderno e contemporâneo têm como princípio orientador no ordenamento jurídico que o suporta, fato que não ocorria nem existia até muito recentemente. Assim, na prática o planejamento urbano serviu na generalidade para perpetuar desigualdades sociais, ao ter privilegiado intervenções urbanísticas quase somente nas áreas consideradas nobres, desvalorizando a atenção sobre a 'verdadeira' cidade, ou seja, canalizando menos investimento para as parcelas urbanas mais habitadas, onde ainda hoje, em muitos contextos, tende a não existir estrutura urbana adequada, como é o caso dos assentamentos humanos de cariz informal referidos na capítulo anterior (Garcia, 2013). Na sequência desta lógica de actuação que favorece as manifestações de segregação sócio-espacial, determinadas áreas da cidade se tornaram mais valorizadas que outras, reforçando-se assim a ideia de que o planejamento urbano sempre esteve e está a serviço da reprodução do *status quo* de uma sociedade sob a égide da estratificação social.

Este fato potencia a concentração de população de baixa renda, assim como o modelo de moradia segregada dos condomínios residenciais fechados, como forma dessa população se sentir protegida de um grupo social diferenciado que se encontra para além dos muros desses condomínios residenciais.

“Entre as novas formas de habitação, a mais atual e mais cobiçada é o chamado condomínio fechado, localização que auto-segrega seus moradores em relação ao restante da cidade, criando um tipo de cidadão que se volta contra a cidade e se desloca apenas em espaços privados para ir e vir de casa para o emprego, para as compras e para o lazer. (Sposito, 2008, p.127).

Este é um modelo de organização urbana em que a busca por segurança tem levado a formas de auto-segregação da população das classes mais abastadas, e em que a 'prisão' voluntária passa a ser comportamento dos privilegiados, uma vez que não se sentem à vontade para usarem e se apropriarem da sua cidade. Isto reforça mais ainda a tese de que os planeamentos urbanos e os planos diretores urbanos não estão cumprindo o papel que deveriam. Ou seja, o objectivo de tornar a cidade um espaço onde imperando a ordem estimula e promove o encontro e a partilha. Pelo contrário, com a efetivação deste modelo espacial de organização social, expresso pela coexistência numa mesma cidade de bairros carenciados das mais básicas infra-estruturas/equipamentos a par de condomínios fechados onde todas as comodidades estão garantidas, o que se verifica é que segundo Cruz (2003) atualmente estamos convivendo com o caos que progressivamente está se impondo sobre a ordem.

“Assistimos recentemente a uma inversão na teoria urbana. Se no modernismo assistimos a uma tentativa de suplantar o caos pela ordem, nas cidades contemporâneas, em oposição, podemos considerar a tentativa de impor o caos sobre a ordem. Esse estado caótico é o reflexo da prática e traduz-se numa tendência de encobrir e suplantar uma ordem difusa e implantada através de uma anarquia visível.” (Cruz, 2003, p.37).

Este caos é a consequência de uma cidade fragmentada, onde a parcela mais habitada da cidade é a mais desrespeitada. Neste contexto em que o caos está estabelecido e em que não se consegue mais resolver os problemas do crescimento desordenado e da segregação dos bairros e de suas populações, os detentores do poder urbano criam modelos de organização do espaço urbano que favorecem o aparecimento de áreas segregacionistas, de maneira que passam a ser considerados como 'normais' estes conflitos e considerados insolúveis. Este é um dos principais problemas urbanos que está sendo vivenciando na cidade contemporânea.

Privilegiando este modo de organização do espaço urbano que desvaloriza o sentido de comunidade, nas palavras de Cruz (2003) a cidade se tornou caótica e vem se tornando progressivamente mais ingovernável a cada novo planeamento urbano e plano diretor que é produzido dentro dos mesmos moldes conservadores e de reprodução do *status quo*, que apenas favorece a fragmentação urbana e a exclusão social. Um modelo de organização do espaço urbano

que promove a estratificação social, em que os grupos mais abastados residem em espaços 'fortificados' e ilusoriamente protegidos dos que estão para lá dessas cercas e muros.

“A espiral de violência só pode ser detida dentro de um meio social e ambiental mais justo. A consciência da vulnerabilidade refletida nas grades, arame farpado e seguranças que protegem as casas dos ricos e não tão ricos, é um sintoma da insustentabilidade da situação atual. As diferenças que coexistem na Cidade Dual só podem ser mitigadas através do contato e do relacionamento entre os diversos grupos sociais que a habitam. O desafio é, portanto, criar espaços que valorizem as sinergias e a vitalidade possibilitadas pela heterogeneidade. A sinergia produzida pela mistura de atividades é o que permite aos indivíduos desenvolver um senso de comunidade.” (Hampf, 2004, p.04).

A realidade contemporânea de transformação urbana com a profusão de áreas segregacionistas reforça o aprofundamento da “cidade dual. Na sequência deste processo de urbanização parece tornar-se impossível que ocorra um equilíbrio na convivência entre classes sociais antagónicas. Mesmo assim e embora seja uma grande desafio, Hampf (2004) tende a acreditar no potencial do planeamento urbano para que se consiga devolver à cidade um senso de comunidade, onde as diferentes classes sociais possam viver em harmonia.

A seguir analisa-se o modo como diversos planeamentos urbanos inadequados provocaram e continuam provocando a segregação sócio-espacial. Mas explorando o potencial do planeamento urbano analisa-se também o modo como este por ser guiado por princípios mais democráticos, fundamentais para um desenvolvimento urbano socialmente mais justo e equilibrado nas cidades contemporâneas.

### **2.1. O planeamento urbano e o favorecimento da segregação sócio-espacial, na modalidade da segregação imposta**

Como foi relatado acima a segregação imposta é uma modalidade de segregação socio-espacial que coincide especialmente com as áreas de gènesese ilegal ou com alguns bairros problemáticos



de habitação social, em ambos os casos consistindo uma solução imposta como única alternativa de habitação à população com graves carências económicas e que não dispõe de qualquer outra opção de residência. Adjectivada de segregação imposta porque a pobreza não é voluntária, pois genericamente ninguém quer ser pobre, passar fome ou não ter uma habitação digna. Todavia, uma parte significativa da população mundial passa por necessidades básicas, não usufruindo de condições mínimas para sobreviver, ou tendo essas condições mínimas de sobrevivência não conseguem integrar-se e participar activamente no progresso da sociedade, enfrentando profundos processos de exclusão social.

### **2.1.1. Os bairros problemáticos de habitação social**

Como já foi referido o problema das desigualdades e das carências habitacionais não é exclusivo dos países em vias de desenvolvimento. Estudos diversos têm revelado que a problemática da pobreza continua a crescer a nível mundial visto que “nos últimos trinta anos houve um aumento significativo da desigualdade tanto nas sociedades desenvolvidas quanto nas regiões periféricas” (Belluzzo, 2014, p.80). O autor refere por exemplo o caso da França, onde a flexibilização dos sistemas de produção promove o crescimento da precarização dos empregos e as inovações tecnológicas o aumento do desemprego, e por essa dupla via o aumento das desigualdades.

“Um estudo recente revela que, na França de hoje, a soma dos que se encontram em situação precária (3 milhões) e dos que são obrigados a aceitar tempo parcial (3,2 milhões) chega ao dobro da cifra estimada para os oficialmente desempregados (3 milhões). Desempregados, “precarizados” e trabalhadores em tempo parcial representam 37,5% da população economicamente ativa nesse país.” (Belluzzo, 2014, p. 83)

Para atender às carências habitacionais que estas desigualdades promovem tem sido necessário recorrer a exercícios de planeamento urbano que concretizem políticas de habitação social. Num passado recente esses exercícios de planeamento acabaram por dar origem a bairros sociais que vieram a revelar-se problemáticos, ao estimular a segregação sócio-espacial em contexto urbano. Tal ocorreu pela falta de decisões governamentais contínuas e efetivas, que buscassem integrar de maneira ampla e controlada as populações desses bairros na sociedade. Assim em alguns casos essas políticas de habitação acabaram por indirectamente induzir a perpetuação da exclusão social em muitas cidades, ou seja a habitação social acaba nem sempre por actuar como um factor de integração, mas por vezes como “um fator propulsor de dinâmicas de exclusão e de segregação sócio-espacial” (Nunes, 2009, p. 2). Sendo que são vários os exemplos em que se assiste à dificuldade de integração das populações residentes nos bairros de habitação social, não apenas aqueles localizados nas grandes regiões metropolitanas, mas também em cidades menores como a cidade de Braga (Fernandes, 2019)

Este paradoxo associado às políticas de habitação social que deveriam constituir mecanismos de integração social mas que por vezes acabam por constituir contextos que perpetuam a exclusão social, resulta em grande parte de opções de planeamento urbano que têm causado consequências indesejadas para as populações de baixo nível sócio-económico que são alojadas nesses bairros. Reflectindo sobre as opções do planeamento urbano que têm dificultado e até impedido a inclusão social de muitos dos cidadãos de baixa ou sem renda que residem nos bairros de habitação social, Nunes (2009) destaca seis características urbanísticas dos bairros sociais problemáticos, que em alguns contextos reforçam a segregação sócio espacial : i) a localização desses bairros sociais na periferia urbana, o que ocorre devido ao solo ter aí um valor muito mais baixo, que em outras partes das cidades, o que faz com que muitos desses bairros sociais se localizem distantes dos principais equipamentos e serviços, pelo que os seus moradores se sentem discriminados em relação aos residentes dos bairros localizados em áreas mais estruturadas e privilegiadas da cidade; ii) a inserção urbana segregacionista de muitos destes bairros, em que o edificado é suportado por ruas sem saída não sendo por isso locais de passagem e encontro, mas apenas locais de destino; iii) a distribuição desigual da habitação social na cidade, assistindo-se muitas vezes a um padrão locativo assimétrico com a concentração dos bairros de

habitação social numa área específica da cidade ou da região metropolitana, promovendo-se assim uma cidade do tipo dual que impede fortemente a mesclagem da sua população; iv) a elevada densificação urbanística destes bairros por vezes de grande extensão territorial, assistindo-se a um exagero na concentração física, tanto verticalmente quanto horizontalmente, de população de mais baixo nível sócio económico; v) a degradação física e a falta de manutenção regular dos edifícios habitacionais, o que aumenta a imagem negativa que a restante da população vai desenvolvendo sobre essas comunidades; vi) e finalmente a dotação de equipamentos colectivos de uso muitas vezes restrito à população do bairro, em que nos casos em que estes bairros estão dotados de equipamentos públicos, muitas vezes estes são exclusivamente frequentados por população do bairro o que reforça sentimentos de exclusão e de não-pertença à cidade em que estão inseridos.

Em suma, por um lado por via das políticas de habitação social muitos cidadãos tiveram finalmente acesso a uma moradia digna, o que tem um valor inestimável para quem residia em habitações precárias, mas por outro lado acaba por assistir-se a uma continuidade da permanência desses inquilinos nesses contextos de residência, muitas vezes sem haver uma ascensão económica e social dessa população. Essa persistência de grande parte dos habitantes nos bairros sociais em situação de exclusão económica e social e de grande dependência de acções assistencialistas do Estado, tem motivado profundas reflexões sobre qual deverá ser o futuro das políticas de habitação social.

### **2.1.2. As áreas de génese ilegal**

Em certos contextos a questão da desigualdade é algo estrutural e associada a uma pobreza extrema que inclusivamente promove a fome em milhões de pessoas. Situação verdadeiramente alarmante, em relação à qual se perspectiva uma tendência de continuidade ou até de agravamento. O Relatório Económico e Social da ONU de 2013 destaca que a situação de pobreza pode triplicar, se não forem efetivadas medidas profundas e de alto investimento mundial

imediatamente, uma vez que o número de pessoas que vivem em condições miseráveis e em situação de pobreza pode atingir a marca de 3 bilhões até 2050 (ONU, 2013). Este mesmo estudo refere ainda que associada a esta situação de pobreza extrema há cerca de 1 bilhão de pessoas morando em bairros que não têm infraestrutura mínima, que decorrem de um planejamento urbano ineficaz no modo como orienta o uso, ocupação e transformação do solo urbano.

Esta quantificação das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza extrema, resulta de um limiar que é definido a partir do cálculo do valor necessário para que se garanta um padrão mínimo de nutrição e de satisfação de outras necessidades básicas.

“[...] o padrão de vida mínimo deve ser avaliado pelo consumo, isto é, a despesa necessária para que se adquira um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades básicas e, ainda, uma quantia que permita a participação da pessoa na vida cotidiana da sociedade. Assim, trata-se de calcular um valor mínimo para cada país (ou região) e, em seguida, comparar esse valor encontrado com a renda dos indivíduos. Aqueles que tiverem uma renda inferior a esse valor poderão ser considerados pobres e, portanto, sem condições de viver minimamente bem.” (UGÁ, 2004, p.58).

Outros estudos consideram no entanto que para medir a pobreza mundial deve-se procurar usar outros indicadores que não apenas o rendimento. Segundo o Informe sobre o Desenvolvimento Humano, publicado em 2014, o Índice de Pobreza Humana (IPH) deve ser utilizado como parâmetro para medir a miséria da população mundial.

“Tal como o desenvolvimento, a pobreza é multidimensional - mas isto é habitualmente ignorado pelas medidas principais da pobreza métrica. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), publicado pela primeira vez no Relatório de 2010, complementa as medidas monetárias da pobreza através da sobreposição de privações sofridas pelas pessoas ao mesmo tempo” (ONU, 2010).

Este índice mede as dimensões mais básicas em que se manifesta a privação, cruzando dados sobre a esperança média de vida, com os níveis educacionais, com os recursos económicos para uma vida digna através da possibilidade de acesso a bens e serviços públicos e privados. Segundo a avaliação destes critérios observa-se que uma parte significativa da população mundial está inserida numa situação de miséria e pobreza. Sendo que grande parte desta população se encontra na África, Ásia, Oriente Médio e América Central. Segundo o PNPUD, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas que é responsável por analisar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países, a evolução recente destes 3 critérios demonstra apenas uma ligeira melhoria no acesso aos cuidados de saúde, sendo que a desigualdade de renda vem aumentando em várias regiões do globo e as disparidades na educação persistem (ONU, 2014).

Abordando estas análises acerca da fome e miséria humana, é fundamental referir o estudo de Castro (2008), no qual se demonstra ser possível eliminar a fome no mundo. No seu livro 'Geopolítica da Fome', o autor comprovou que o problema da fome é político e não é verdade divulgar que existe a falta de alimentos para a população mais pobre.

“Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa – nas quais pereceram dezassete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse de seu cómodo sonho e se apercebesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo (Castro, 2008, p.13)

Para este autor é incompreensível como as transformações que ocorreram nas técnicas de produção, desde os séculos XVIII, foram capazes de gerar tanto avanços para a humanidade e em múltiplos domínios, que fizeram inclusivamente que se atingisse um novo estágio em que o planeta se tornou uma “aldeia global” (McLuhan, citado em Lima, 2009), mas revelando-se pouco eficazes no combate à fome e pobreza. Pois, todos esses avanços decorrentes de uma sucessão de revoluções tecnológicas, em que a última está assente na informática e nas telecomunicações (Gorender, 2004), não conseguiram erradicar a fome no mundo. É assim um absurdo que ainda tantos milhões de seres humanos passem fome e morram por acção de uma injustiça social que

persiste e alcança três dimensões, que segundo Costa (2012) são: a económica, a cultural e a política.

“No atual contexto de globalização, a injustiça social manifesta-se, segundo Nancy Frazer (2008), em três vertentes fundamentais: *as injustiças económicas, as injustiças culturais e as injustiças políticas*...A teorização de Frazer assenta na conceção de que uma situação social de justiça requer formas de organização da sociedade que permitam a todos participar em paridade (como “pares”) na vida social. Combater as injustiças sociais significa, assim, dismantelar obstáculos institucionalizados que impedem alguns de concretizarem efetivamente, como parceiros a título pleno, essa participação na interação social...Tais obstáculos podem consistir principalmente em desigualdades económicas, ocasionando injustiças distributivas. Face a essas injustiças socioeconómicas têm sido defendidas e desenvolvidas políticas de redistribuição. Boa parte dos movimentos sindicais do último século e meio situam-se nesta vertente, tal como as políticas do estado-providência ou estado social: impostos progressivos, legislação laboral, segurança social, educação pública, serviços públicos de saúde.” (Costa, 2012, p.24).

Dentro desse raciocínio pode ser constatado que a injustiça, não é só económica e política, mas também cultural, sendo que esta discriminação ocorre tanto nos países pobres como nos países ricos. A sociedade atual exige que as populações se adequem às novas informações, inovações e conhecimentos inerentes ao mundo globalizado. Mas muitos países e seus governantes não fornecem condições adequadas para que exista, efetivamente, um acesso à educação e ao conhecimento por parte das suas populações. Existem assim milhões de analfabetos digitais a nível mundial. Tempos modernos exigem comportamentos modernos e novos aprendizados, a ponto de Gilberto Dimenstein criar esta nova categoria de analfabetos funcionais, o "analfabeto digital". Hoje em dia na sociedade em rede, é fundamental que todos tenham acesso a terminais de computadores e saibam operar com alguns sistemas básicos que permitem, com grande velocidade e eficiência, digitar textos, fazer cálculos, trabalhar com imagens e gráficos, elaborar planilhas de contas, etc. A maior concentração deste grupo de analfabetos digitais está nos países ou regiões mais pobres, com menores IDH do mundo. A injustiça cultural assim promovida vai

reforçar a exclusão social de milhões de habitantes no mundo, assim como corrobora para o aprofundamento dos demais tipos de injustiças, também a espacial.

Mais do que aguardar pelos efeitos das revoluções tecnológicas no combate à pobreza, é a consciencialização que só decisões políticas e económicas e culturais voltadas para as populações mais carentes é que permitirão erradicação da miséria crónica e do modo como esta se expressa na organização e funcionamento do espaço urbano. Pois nos contextos territoriais em que esta miséria é mais expressiva o planeamento urbano revela-se incapaz de garantir os desejáveis níveis de bem-estar e conforto habitacional para uma parte significativa das suas populações, a quem é imposto como única solução residencial a ocupação de áreas de génese ilegal. Estes são bairros maioritariamente localizados nas periferias e arredores das grandes e médias cidades (Silva *et al.*, 2009). Sendo que se verifica especialmente um aumento da habitação informal nas cidades do terceiro mundo, tema abordado por Baltrusis (2000), que na sua pesquisa comprovou que em muitos desses contextos se utilizam assentamentos irregulares como principal modo de residência das populações de baixa renda ou sem renda. Essas ocupações são denominadas de subnormais e receberam vários títulos a nível mundial, tais como: o Paquistão, elas são conhecidas como Katchi Abadis; em Cuba como Focos Insalubres; na Índia como os Bustees; no Peru como Barriadas; no México com o Colonias Populares; em Angola como musseques; e no Brasil como Favelas. (Baltrusis, 2000; Silva *et al.*, 2009).

A incapacidade do planeamento urbano em conter a expansão destas áreas de génese ilegal que reflectem directamente contextos de segregação sócio-espacial, é um problema que está sobretudo presente (mas não apenas) nas regiões localizadas no continente africano, assim como em determinadas regiões da Ásia e da América Latina. Silva (2009) procurou desenvolver um exercício de inventariação dos países onde existe a maior concentração de assentamentos humanos informais do tipo dos bairros de génese ilegal. Segundo dados da ONU estima-se que decorrente do modo como se tem processados os processos de urbanização, associados a uma ineficácia do planeamento urbano e a graves problema de corrupção e de gestão das finanças públicas, o número de favelados é de aproximadamente 1 bilhão (UN-HABITAT, 2006).

São inúmeros as instituições que tentam minimizar o número de favelados e melhorar as condições de infraestrutura urbana desses bairros. Uma destas é a Aliança das Cidades, uma iniciativa conjunta entre ONU-HABITAT e o Banco Mundial, que busca o melhoramento de assentamentos precários e promove políticas e estratégias de desenvolvimento de moradia digna para estas populações. Mas essas ações conjuntas, entre a ONU-HABITAT e o Banco Mundial, estão sendo realizadas em um ritmo muito mais lento, se for comparado com o ritmo de crescimento destes assentamentos humanos informais, visto que se perspectiva que 3 bilhões de pessoas possam viver em favelas em 2050.

“O mundo terá 3 bilhões de pessoas vivendo em favelas em 2050 caso não haja ideias para enfrentar a rápida urbanização. Hoje, 1 bilhão de pessoas vivem em locais sem infraestrutura e serviços básicos como saneamento, energia elétrica e saúde. (ONU/DESA, 2013)

As características destas ocupações irregulares, chamadas de favelas ou bairro da lata, variam de país para país. Mas de forma geral são habitações insalubres e feitas com restos de materiais de construção, como madeira, plástico, zinco e/ou restos de latas velhas (daí o nome bairro da lata) e até parte de sobras de tecidos. Mas também existem as favelas que são feitas de alvenaria, tijolos e cobertas com telhas. A falta de planejamento urbano e de ordenamento da ocupação humana do território é um fato existente em grande parte dos países onde proliferam estes bairros, e quando existem são ineficientes no controle destes processos de expansão urbana. Este é um factor que aprofunda a segregação sócio-espacial que estas populações enfrentam no seu dia-a-dia.

Sendo também importante referir que nos contextos onde a única solução para o problema habitacional passa pela auto-construção, John Turner através dos contactos que estabeleceu nos bairros de gênese ilegal do Perú (nas barriadas de Lima) alterou para o potencial destas práticas habitacionais de raiz informal. Especialmente se o planejamento urbano não ignorar a sua existência e evoluir no sentido dessa capacidade de realização popular poder beneficiar de



directrizes técnicas (através da acção do planeamento) capazes de garantir a funcionalidade dessas parcelas urbanas, o que não é de modo algum a prática generalizada.

“Qual então deveria ser o papel do governo e do planeamento? Sair de campo e deixar o povo entregue a si mesmo? De maneira alguma, dizia Turner, caberia ao planeamento fornecer a estrutura dentro da qual a população ficasse livre para pôr mãos à obra. O governo deixaria de financiar e construir; para ao invés disso, promover e coordenar” (Hall, 2002, p. 300)

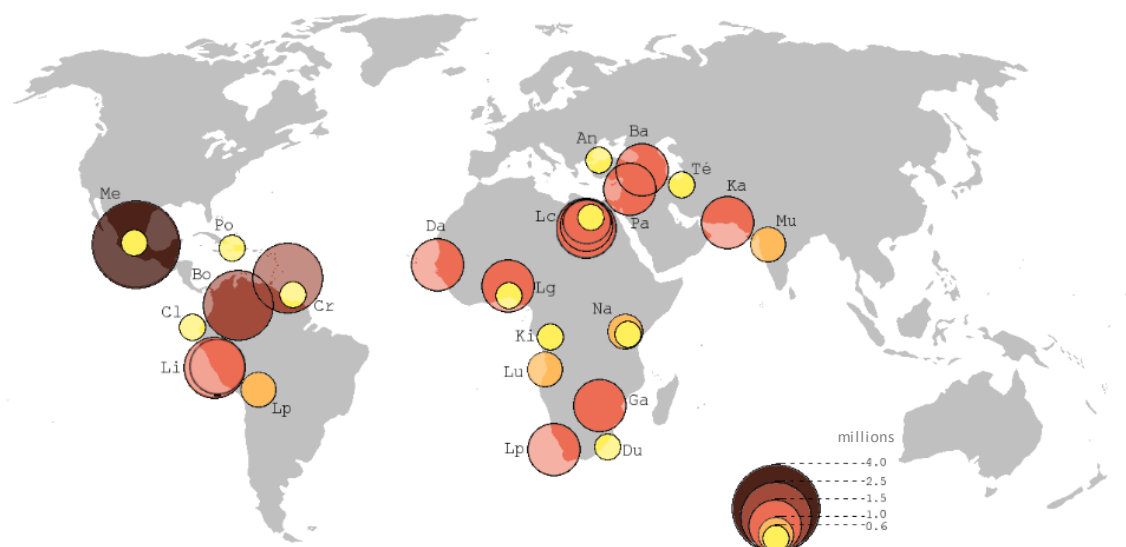
Apesar destes assentamentos humanos serem muito diferenciados de acordo com as especificidades próprias de cada região ou país, de entre as características mais comuns está o facto de coincidirem com ocupações em áreas de morros, com fortes declives, em áreas de mangues ou bem próximos a estes, em terrenos baldios e próximos de lixeiras, ou nas periferias das cidades. Esta realidade é certamente um reflexo das desigualdades sócio-económicas contemporâneas mas resulta também em parte da ausência de um planeamento urbano eficaz, que consiga ter uma atuação preventiva no surgimento destes bairros, ou capaz de orientar as populações mais carentes para soluções habitacionais mais dignas e suportadas pelas infra-estruturas urbanas consideradas essenciais. Ou no caso destas áreas terem já surgido sem qualquer coordenação técnica, da incapacidade que o planeamento tem revelado para a implementação de operações de regeneração urbana que consigam promover novas soluções integradas que traduzam uma via para a inclusão social dos seus residentes, actuando não apenas nas questão habitacional, mas também educacional, saúde, emprego, qualificação profissional, entre outras dimensões essenciais para a qualidade de vida. Existem algumas frentes de acção que procuram agir nesse sentido, por exemplo ao abrigo do programa das Nações Unidas para assentamento humano ‘ONU-HABITAR’, que nos últimos anos têm apoiadas ações para minimizar os problemas destas áreas urbanas de génese ilegal.

Apesar da existência dessas ações comandadas pela ONU o número de moradores de favelas no mundo aumentou em quase 51 milhões de pessoas, apenas na primeira década deste século. Constata-se assim que o processo de segregação sócio espacial se intensifica por via da

incapacidade de impedir a ampliação destas áreas de génese ilegal, sobretudo nas periferias das grandes cidades de países em via de desenvolvimento. Isto se comprova pela análise de alguns exercícios cartográficos, como o de Davis (2006), no qual se identifica a localização das maiores concentrações de população em assentamentos humanos informais (Figura 2). Desde logo se observa que a localização das 30 maiores favelas/bairros de lata do mundo não coincide com os países desenvolvidos ou com alguns países em desenvolvimento, o que não significa que neles não existam, mas existindo agregam quantitativos demográficos menos expressivos. Pode ser observado que as favelas mais populosas estão localizadas na região da América Central, especialmente onde existem problemas sérios na área económica, social, educacional e política. Apesar de existirem muitas ações globais, comandadas pela ONU e Fundo das Nações Unidas para o combate da pobreza mundial, este tipo de problemas continuam a multiplicar-se preocupantemente nesta região do globo.

Segundo esta fonte os assentamentos humanos informais concentram-se principalmente na América Central e do Sul, no continente Africano e no sul e sudoeste da Ásia. Na cidade do México encontra-se o assentamento humano informal mais populoso do mundo, onde se concentra uma população de quatro milhões de pessoas. Esta aglomeração resulta da junção de três grandes favelas e recebeu o nome de Neza-Chalco-Itza. Na América do Sul localizam-se duas outras favelas de enormes dimensões, uma delas em Caracas (Venezuela) com uma população de 2,2 milhões de pessoas e a outra em Bogotá (Colômbia) onde se encontra uma população de 2 milhões de residentes. Observa-se assim alguma proximidade geográfica nas três maiores favelas do mundo, revelando a falta de aposta na infraestrutura básica e saneamento nestes países vizinhos. Todas elas resultam também de uma opção de política urbana que na sua actuação não prioriza o investimento de maneira séria na infraestrutura urbana e tão pouco nas condições de vidas de populações que habitam nas áreas periféricas das grandes cidades.

**Figura 2. Os 30 maiores assentamentos humanos informais em habitantes**



Fonte: Davis (2006)

Com quantitativos demográficos inferiores mas ainda assim de grande magnitude (entre 1 e 1,5 milhões de habitantes) encontram-se outros importantes assentamentos humanos informais na América do Sul, na África e no sul e sudoeste da Ásia. Nomeadamente em Lima (Peru), Lagos (Nigéria), Bagdá (Iraque), Gauteng (África do Sul), Gaza (Palestina), Karâchi (Paquistão), Le Cap (África do Sul) e Dakar (Senegal). Abaixo do limiar de 1 milhão de habitantes destacam-se áreas urbanas de gênese ilegal em La Paz (América-Peru), Luanda (África-Angola), Nairóbi (África-Quênia), Mumbai (Ásia-Índia) e Cairo (África-Egito), sendo que nesta última cidade existem duas grandes favelas (Imbasa e Ezbet El-Haggana) cada uma com 1 milhão de favelados.

Grande parte destas manifestações de segregação sócio-espacial resultam de assentamentos irregulares que foram sendo permitidos por planos diretores urbanos inadequados, que se revelaram incapazes de impedir o surgimento de elevadas concentrações de pessoas vivendo em áreas sem condições de garantir uma vida digna aos seus residentes, visto que nestas áreas não existe coleta de lixo e quando existe não é adequada, assim como é ausente um sistema de esgoto e drenagem de águas pluviais, os arruamentos são muitas vezes estreitos e incapazes de garantir o socorro em caso de acidentes ou catástrofes.

As políticas urbanas e a gestão das cidades na América Latina não têm conseguido reverter a situação de aumento de assentamentos informais. Dentro desse contexto, Abramo (2007) alerta para “a produção e reprodução da cidade popular informal” que tem-se ampliado na América Latina por mais de um século, e que no Brasil segue um ritmo semelhante mais fortemente a partir da segunda metade do século XX. A urbanização da América Latina, seguiu um modelo de crescimento e ocupação acelerada, e ao mesmo tempo de exclusão de grande parte da população pobre, simultaneamente favorecendo um bem-estar urbano restrito a poucos (Abramo, 2007). Assim, a construção e ampliação das cidades informais está relacionada de maneira muito forte com “a configuração de estruturas de provisão de moradias e de equipamentos e serviços urbanos truncados (Vetter e Massena, 1981) característicos de um regime de acumulação fordista excludente (Coriat e Sabóia, 1989) ou periférico (Lipietz, 1991) ” (Abramo, 2007, p.27).

A incapacidade dos governos urbanos de providenciarem uma estrutura habitacional digna, que prevenisse o aumento populacional desregulado, provocou sérios efeitos que se generalizaram em quase toda América Latina. Um deles foi um incremento do ciclo de ocupação e sobretudo o seu aparecimento em alguns países onde esse fenômeno não era muito presente (Uruguai, Paraguai). Esse ciclo vicioso de ocupações irregulares, em países da América Latina e entre esses o Uruguai e Paraguai, provocou a ampliação do mercado informal, do solo urbano nesse continente. Como exemplo desse processo, pode ser citado os casos do México (sua capital) e da cidade de Bogotá (Colômbia), que foram-se tornando duas cidades como resultado de uma ‘urbanização pirata’ (Abramo, 2007).

As elites latino-americanas sempre impuseram empecilhos, entre eles os institucionais, para a conquista da moradia, e o mais difícil, era para quem recebesse abaixo de três salários mínimos. Como consequência as populações sem renda e de baixíssima renda passaram a realizar ações irregulares na ocupação de lotes e de ocupação dos terrenos localizados nas periferias, como descrito por Rolnik (1999) e Maricato (2001) Op. Cit. Abramo (2000, p.28). Assim, este autor considera que o crescimento do mercado informal na América-Latina é uma das ações planejadas

pelas políticas neoliberais, que seguiram as determinações das elites conservadoras patriarcais que têm suas raízes no tipo de colonização por exploração.

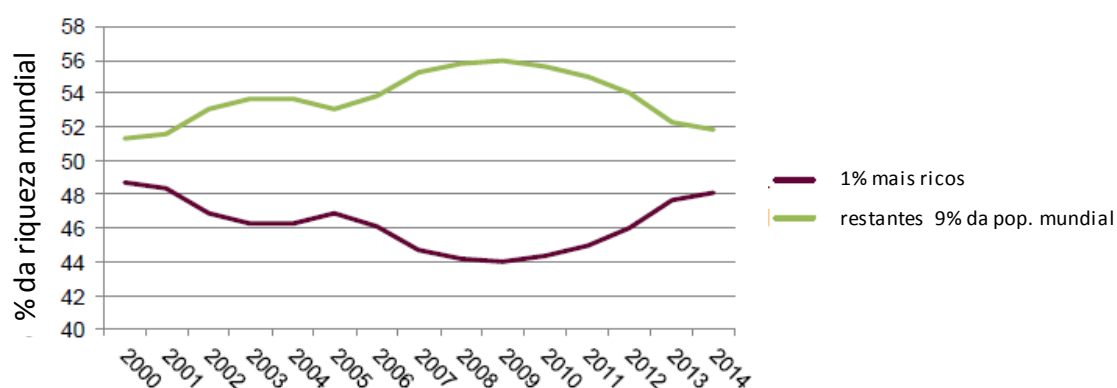
Na reflexão de Baltrusis (2000), os programas habitacionais definidos para diminuir os que viviam nos assentamentos irregulares, foram manipulados ao longo dos anos de maneiras diferentes, dependendo de cada país. Em diversos países várias ações governamentais foram implementadas com políticas que não almejavam resolver o problema diretamente, utilizando antes várias manobras com ações de urbanização dessas áreas periféricas e também tentando regularizar a posse das moradias irregulares. E nos casos em que se procurou promover o realojamento desses moradores, essas operações urbanísticas não analisavam efetivamente a realidade das populações de baixa renda e utilizavam espaços periféricos das cidades onde elas não se fixaram. A aplicação dessa estratégia não conseguiu diminuir o ritmo da ocupação irregular, que cresceu muito mais rápido do que a construção dos conjuntos habitacionais regularizados. Decorrente desse processo e da falta de um planejamento urbano atualizado e direcionado para a realidade dessas populações, o fenômeno da urbanização nas periferias urbanas, continuou seguindo o mesmo ritmo, com invasões e ocupações irregulares, ampliando mais ainda a população da cidade ilegal, em detrimento da cidade legal, ou seja, multiplicando o número de favelas, não só no Brasil, mas em vários países, sobretudo do Hemisfério Sul.

## **2.2. O planejamento urbano e o favorecimento da segregação sócio-espacial, na modalidade da auto-segregação**

Depois de abordar como a elevada concentração de cidadãos de baixos rendimentos em determinadas áreas urbanas, é em certa medida também causada por planejamentos urbanos inadequados, importa agora avaliar como opções tomadas em matéria de planejamento urbano tiveram também influência na promoção da concentração de cidadãos de alto poder aquisitivo e com mais altas qualificações. Nomeadamente através de políticas urbanas que impulsionaram a multiplicação de condomínios privados e bairro de luxo.

Como vimos atrás, o desenvolvimento das relações sociais de produção decorrente da industrialização impulsionou a diferenciação de classes sócio-económicas, o que por sua vez teve reflexos nos processos de desenvolvimento urbanos que foram eles próprios ajudando a demarcar contextos de residência distintos consoante o nível sócio-económicos dos seus residentes. Esta é uma tendência que persiste pois a cada ano mais bairros novos e de alto padrão estão surgindo e uma das características de muitos desses bairros é que são condomínios privados fechados e com vigilância 24 horas. Esta é em grande parte a consequência de uma sociedade cuja organização não assenta no primado da integração e na garantia de uma qualidade de vida, conforto e bem estar ao alcance da generalidade dos cidadãos. Toda a acumulação de riqueza possibilitada pela sequência de diferentes revoluções tecnológicas tem sido encaminhada para a afirmação de uma organização social piramidal e não para a integração dos diferentes grupos sociais. A este respeito veja-se que a concentração de renda aumenta de forma exponencial, como pode ser observado a partir da análise das conclusões de um estudo promovido pela Oxfam International, que refere que o pequeno grupo das 85 pessoas mais ricas do mundo concentra a mesma riqueza que os 3,5 bilhões mais pobres do planeta (Hardoon, 2015), aproximando-se o momento em que esses 1% mais ricos acumularão mais de 50% de toda a riqueza mundial (Figura 3).

**Figura 3. Evolução recente da repartição da riqueza mundial**



Fonte: Hardoon (2015)

Sem se repensar os objectivos gerais que devem comandar as lógicas de desenvolvimento não se conseguirá alcançar uma sociedade integrada que verdadeiramente combata a exclusão social, e na qual perca sentido a existência e crescente profusão de condomínios fechados. Pois é certo que se se verificasse uma melhor distribuição da riqueza entre as populações, os níveis de qualidade de vida seriam mais semelhantes entre os cidadãos, o que não provocaria tanto o desejo de auto-segregação das classes sociais mais privilegiadas. Mas esta não parece ser a tendência de evolução e de facto a concentração da riqueza não é apenas claramente visível em termos sociais mas também em termos geográficos. Uma leitura geográfica da distribuição da riqueza evidencia fortes diferenciações no planeta. As maiores concentrações de riqueza localizam-se na América do Norte, em grande parte da Europa e na Austrália. Nestas áreas o PIB *per capita* é de mais de 100 mil dólares. No patamar inferior encontram-se países com um PIB *per capita* abaixo de 5 mil dólares, em grande parte no continente africano e alguns países da Ásia e América do Sul, sendo assim os territórios com maior concentração de pobreza.

Conclui-se assim facilmente que os desequilíbrios na distribuição da riqueza e a diferenciação social têm aumentado mesmo apesar das inúmeras ações de recuperação dos países pobres e das ações realizadas por ajudas humanitárias. Na verdade os programas de financiamentos e “rolagem” da dívida promovidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional devem ser repensados visto que essas ações apenas estão aprofundando a crise económica das nações pobres ao invés de recuperá-las. Essas instituições

“[...] têm, porém, que explicar porque é que em todos estes anos a pobreza extrema não deixou de aumentar em termos absolutos, porque é que no seio de cada país «em tratamento» os desequilíbrios sociais e económicos aumentaram entre ricos e pobres. Até nas instâncias financeiras internacionais está a ganhar terreno a dúvida de que as políticas de ajustamento económico estrutural, da forma como estão a ser implementadas, fazem mais mal que bem. Mas as instituições de Bretton Woods [Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional] estão animadas por certezas ideológicas que não deixarão pôr em xeque o seu modo de agir.”. Fonte:<http://www.alemmar.org/>.

Uma vez que a prioridade não está na integração social mas no favorecimento de desequilíbrios e de uma organização social piramidal, daí decorrem processos que ajudam a explicar as preferências residenciais que estão na base da multiplicação dos condomínios fechados. Desde logo a pobreza extrema de uma parte significativa da população mundial que vive em situação de miséria, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento, e em relação à qual a população mais abastada desses países procura distanciamento. Desta justaposição de realidades sociais diferenciadas decorre um sentimento crescente de insegurança, que a tipologia dos condomínios fechados consegue de algum modo controlar. Para Bauman (2006, [2005]: 36), Op. Cit. Martins (2013, p. 77), os residentes dos condomínios fechados se isolam fugindo da realidade desconcertante que a vida urbana impõe, pois é desagradável e em muitos casos ameaçadora, pelo que para fugir desse contexto que causa fobia e tristeza, se isolam “num oásis de calma e segurança”. Esses condomínios permitem que os seus moradores não sejam confrontados com a realidade em que vive a restante população e que tanta insegurança lhes promove. Assim, um planeamento urbano que favorece um processo de urbanização assentes na multiplicação destes condomínios, é um planeamento urbano que se alinha por lógicas mais gerais que evitam a integração social.

Para uma redução duradoura da insegurança, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNPUD, 2014) recomenda políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da população, com forma mais eficaz de prevenção do crime e da violência por meio de um crescimento económico inclusivo. Segundo este Relatório das Nações Unidas, não basta apenas aprovar o financiamento aos países pobres (a altos juros), mas concentrar os esforços na qualidade de vida das populações pobres e no aumento da justiça social. No entanto, hoje o que pode ser constatado é um crescente aumento do índice GINI<sup>10</sup>, o que representa uma tendência crescente de alta desigualdade social, mais fortemente em alguns

---

<sup>10</sup> - O ponto positivo desse índice “é capacidade de mensurar a distribuição de renda, não cedendo às limitações de outros dados, como a renda per capita, que nada mais é do que a média aritmética entre o Produto Nacional Bruto e o número de habitantes. Mas existe a desvantagem desse índice, visto que, ele mensura a desigualdade de renda em termos estáticos, sem dar ênfase na oportunidade ou no potencial que um local possui em se tornar mais ou menos desigual a curto e longo prazo. Além disso, uma boa distribuição de renda em um país, por exemplo, não corresponde necessariamente a uma justiça social...” (Pena, 2018, s.p.)



contextos, como nos países da América Latina, o que acaba por ser favorecedor da multiplicação de condomínios fechados.

Assim a questão dos condomínios fechados é um assunto que está se tornando muito presente na sociedade contemporânea, e que merece ser analisada principalmente quando o planeamento urbano favorece a difusão desta modalidade residencial. Historicamente importa referir que antes de se concretizarem como condomínios efetivamente habitacionais e fechados, existiram alguns precursores mas que não tinham a função exclusivamente residencial. Segundo Barajas (2003) Op. Cit. Sposito (2013), já existiram no final do século XIX, essas comunidades restritas, que foram denominadas de “gated communities” nos Estados Unidos, quando algumas ruas foram privatizadas. Mas é na década de 1960, que surgiram na Califórnia os condomínios habitacionais fechados enquanto conjuntos de moradias cercadas e de acesso restrito (Martins, 2013), que vieram a se difundir intensamente por muitos países nas décadas seguintes, originando o que Barajas (2003) denominou de “cidade fechada”, devido ao acesso exclusivo e restrito a estas parcelas urbanas. A expansão desse tipo de habitação, segundo Ascher (2001), Op. Cit. Martins (2013, p.65), está se tornando como “nova forma de segregação social”, estimulada em muitos contextos pelos planeamentos urbanos atuais, em que respondendo a aspirações de acréscimo de segurança para alguns (poucos) acabam por proporcionar um aumento significativo na arrecadação de impostos e favorecer os grupos privilegiados.

Essa “nova” forma de habitar constitui um dos frutos da lógica capitalista, por vezes designados de guetos dos ricos, que se diferenciam em muito dos guetos dos pobres. Os guetos dos pobres são uma solução habitacional involuntária e imposta pelas condições económicas e sociais na qual se encontra esse grupo populacional. Esta visão é partilhada por Bauman (2001), para quem o contraste entre a homogeneidade interna no gueto voluntário e a heterogeneidade dos que permanecem fora dele, é central na sua própria definição. Este autor ilustra a expansão dos condomínios fechados em cidades globais recorrendo à imagem das “[vedações que separam] o ghetto voluntário dos ricos e dos poderosos dos inumeráveis ghettos forçados em que os deserdados vivem” (Bauman (2001: 116, 36), Op. Cit. Martins (2013, p.69)).

Hoje de fato os condomínios habitacionais fechados, que se assumem como “a noção mais ampla de enclaves fortificados” Caldeira (2000:259) Op. Cit. Marques (2013, p. 68), são um fenómeno global que reforça a auto segregação dos que têm alto poder aquisitivo, e que se apresenta como fruto da cidade segregada por antagonismos sociais e em que se assiste a uma perda da qualidade dos ambientes construídos públicos e comunitários. O que traduz o mau desempenho dos poderes públicos na gestão urbana, na manutenção da infraestrutura da cidade, no mau uso dos equipamentos públicos existentes, na conservação e animação das praças e áreas de lazer, comprovam que de fato o planeamento urbano deve dirigir maior atenção e investimento para esses ambientes construídos públicos e comunitários.

Em suma, a concentração de riqueza em desprimor de uma aposta na elevação da qualidade de vida para a generalidade da população, está assim associada com a segregação sócio-espacial urbana que é reforçada por planeamentos urbanos que em muitos casos estão mais comprometidos com a dotação de condições para a satisfação das pretensões das classes mais privilegiadas, do que comprometidos com a qualidade de vida da generalidade da população que reside nas cidades procurando garantir uma maior justiça espacial nos modos de organização e funcionamento das cidades. Todavia é certo que existem também exemplos distintos, que demonstram como o planeamento urbano se tornou responsável em minimizar estes problemas de segregação sócio-espacial nas cidades, sobre os quais se reflectirá na secção seguinte. Nuns casos com maior sucesso do que noutros, em que se avançou sobretudo nas formulações das legislações urbanísticas existentes, sem grandes efeitos na condições sociais das populações de baixa renda.

### **2.3. O planeamento urbano no combate às manifestações de segregação sócio-espacial**

Nesta secção procura-se avaliar como o planeamento urbano pode contribuir para minimizar a segregação sócio-espacial urbana a que se assiste a nível mundial que, como vimos, está bem

enraizada com a política e a economia global, o que em muito dificulta a resolução deste problema. Existem vários projetos de regeneração e transformação urbana a nível mundial, que visaram solucionar a segregação sócio-espacial imposta e dos quais decorreram mudanças positivas no funcionamento das cidades. Muitas dessas experiências resultam da necessidade de adequação das políticas urbanas a objectivos que visem a melhoria da qualidade de vida para a generalidade da população que reside nas cidades, e não apenas para satisfazer os interesses de um grupo minoritário de população de nível socio-económico mais elevado.

“As cidades têm que se ajustar aos instrumentos e às soluções projectadas na política de cidades, a fim de proporcionar novas condições relacionadas com a melhoria na qualidade de vida da população urbana, bem como daqueles que aí se deslocam diariamente para trabalhar ou simplesmente visitar.” (Silva, 2011, p.26).

Silva (2011) descreve que há cidades que procuram que os seus exercícios de planeamento urbano venham a dar origem a intervenções urbanas visando alcançar uma maior coesão social. Relembrando que em 2007 foram elaboradas recomendações para promover o crescimento ordenado das cidades segundo princípios de coesão social e territorial, os quais se encontram expressos na CARTA DE LEIPZIG de 2007, de entre as quais se podem destacar as seguintes recomendações para o desenvolvimento urbano:

“- Maior recurso a abordagens de política de desenvolvimento urbano integrado:

- Criação e preservação de espaços públicos de qualidade;
- Modernização das redes de infraestruturas e melhoria da eficiência energética;
- Desenvolvimento de políticas ativas em matéria de inovação e educação.
- Atenção particular aos bairros carenciados no contexto da cidade:
- Prosseguir estratégias para melhorar o ambiente físico;
- Reforçar a economia local e a política local de mercado de trabalho;
- Adotar políticas ativas em matéria de educação e de formação de crianças e jovens;
- Promover transportes urbanos eficientes e a preços razoáveis.” (Silva, 2011, p. 34)

A grande concentração populacional na área urbana, bem maior que na área rural, tem reforçado a necessidade de realizar planeamentos estratégicos visando a diminuição dos impactos negativos da urbanização. Entre os quais a segregação sócio-espacial que se tem intensificado enormemente com o crescimento das cidades e da população urbana, em grande parte devido a uma grande incapacidade das políticas públicas urbanas em adaptar a programação das infra-estruturas e serviços urbanos ao crescimento rápido e contínuo da população que reside nas cidades. A este respeito Acselrad (2001, p. 122) atribui:

“ a insustentabilidade urbana à incapacidade das políticas urbanas de adaptarem a oferta de infra-estrutura e serviços urbanos às demandas sociais acrescidas pelo incremento demográfico constantes, provocando desequilíbrio ou uma queda da produtividade política dos investimentos urbanos.”

Um planeamento urbano verdadeiramente comprometido com a promoção da coesão social não se alcança apenas colocando em prática um projeto de inovação para uma parcela da cidade ou para ser cumprido em um determinado e curto espaço de tempo (por exemplo associado ao realojamento da população que reside num bairro social problemático ou numa área urbana de génese ilegal), mas pela perseguição de um projeto mais amplo de sustentabilidade urbana que projete como será a cidade no médio e sobretudo no longo prazo. Entende-se esse desenvolvimento urbano sustentável como um desafio ambicioso que abrange objectivos em múltiplas dimensões, que não apenas a sustentabilidade económica e ambiental, mas também a cultural e social.

A dificuldade em orientar o desenvolvimento urbano segundo esta visão ampla de sustentabilidade, que favoreça a coesão social e por essa via combata a segregação sócio-espacial, advém sobretudo do facto de na cidade se concentrarem os grupos económicos e políticos que detém o poder de influência e decisão sobre os projetos e intervenções urbanas, tornando-a muitas vezes o ‘palco de guerras’ comandadas pela simples intenção de aumento dos lucros dos grupos hegemónicos. Assim, se percebe que os grupos privilegiados consigam perpetuar ações em prol dos seus interesses, muitas vezes não coincidentes com os interesses e preocupações da grande maioria

da população que reside nas cidades, que por sua vez não conseguem ver representados os seus interesses no desenho das políticas urbanas.

“O pressuposto fundamental é que a materialidade da cidade é uma construção política, e como tal sua insustentabilidade deriva de conflitos de interesses, incertezas, perda de representatividade e legitimidade de governos e suas políticas urbanas.” (Acselrad, 2001, p.122).

Assim, para que a cidade cresça, com sustentabilidade e com uma certa coesão social, será necessário que exista um governo urbano onde sejam defendidos os interesses de todos os grupos sociais, e não apenas dos que revelam maior capacidade de influenciar as decisões de política urbana, “daí porque as questões cruciais nessa perspectiva são a equidade e a democracia na alocação dos recursos” (Acselrad, 2001, p.122). Ora este é um objectivo muito difícil de alcançar, sobretudo onde os níveis de corrupção são mais elevados, que tendem a coincidir com as regiões do globo onde existe um grande contingente de pobreza e muitas vezes com regimes governamentais pouco democráticos, onde o planeamento urbano dificilmente poderá ser um meio de promoção de uma maior justiça social e de um desenvolvimento urbano verdadeiramente sustentável. Noutros contextos é mais provável encontrar exemplos de exercícios de planeamento urbano, marcado por acções efetivas para erradicar a miséria e tornar as cidades mais humanizadas e socialmente mais justas. Apresentam-se de seguida alguns desses exemplos de políticas urbanas que foram colocados em prática, visando minimizar a ampliação contínua da segregação sócio-espacial.

### **2.3.1. Estratégias de demolição de áreas urbanas problemáticas e realojamento de residentes**

Algumas cidades têm conseguido introduzir nas suas estratégias de desenvolvimento prioridades que visam contribuir para um elevar generalizado dos padrões de qualidade de vida pelos seus

residentes. Preocupações de maior justiça espacial no funcionamento das cidades estão na base de operações urbanísticas que vêm interferindo positivamente sobre a organização do espaço construído das cidades. Nomeadamente intervenções que conseguiram erradicar das cidades, particularmente em regiões mais desenvolvidas, grande parte de suas construções irregulares associadas a assentamentos humanos informais de gênese ilegal, ou mesmo bairros sociais problemáticos. Por vezes conseguindo o realojamento desses residentes em moradias dignas por via do apoio de instituições internacionais, tais como a ONU, o Banco Mundial, a UE entre outras, que apoiam financeiramente a execução de intervenções urbanas para promover a erradicação de construções degradadas e sem condições de habitabilidade. Como exemplo pode ser citado as ações da ONU com o programa UN-HABITAT *for a better urban future*, que desenvolve ações visando melhorar a qualidade de vida de quem reside em assentamento humano informais nas regiões mais pobres do mundo.

“ONU-HABITAT tem aproximadamente 154 programas técnicos e projetos em 61 países do mundo, a maioria deles em países em vias de desenvolvimento. As atividades operacionais da agência ajudam governos a criar políticas e estratégias que visam o fortalecimento de uma gestão autossuficiente no âmbito nacional e local. Se concentram na promoção de moradia para todos, o melhoramento da governança urbana, a redução da pobreza nas cidades e melhora do entorno nos lugares onde moram os mais pobres.”

11

A existência de inúmeros apoios internacionais a projetos urbanos de realojamento de população que reside em condições inaceitáveis, revela a gravidade desta situação e a urgência da programação de ações que se revelem capazes de elevar a qualidade de vida de quem habita nestes assentamentos humanos. Um desafio difícil de concretizar pois são já mais de mil milhões de pessoas, ou seja 1/3 da população urbana dos países em desenvolvimento, que vive em favelas ou assentamentos humanos informais, e que diariamente se confrontam com habitações precárias, sem acesso a água canalizada ou a sistema de saneamento.

---

<sup>11</sup> <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-habitat/>

Diante deste quadro de alta concentração populacional em áreas de génese ilegal, embora sejam já diversas as ações buscando a dignidade habitacional desses cidadãos, a verdade é que existem ainda milhões de pessoas vivendo de maneira miserável. Se levarmos em consideração que até 2050 mais de 70% da população mundial estará vivendo nas cidades, então só se pode deduzir que a situação tende a piorar, pois o ritmo de crescimento da população a residir em assentamentos humanos informais será muito mais intenso que a capacidade de políticas urbanas pontuais em promoverem o realojamento destas famílias, garantindo-lhes moradias dignas.

Assim, a intensificação da segregação sócio-espacial urbana que está associada ao processo de urbanização mundial, não parece ser contrariado pela acção de políticas urbanas dirigidas para o realojamentos de quem habita em áreas urbanas problemáticas, o que reflecte o reduzido investimento que tem sido direccionado para este tipo de iniciativas, para que possam verdadeiramente contribuir para cidades socialmente mais justas e com maiores níveis de coesão social.

Também ao nível dos bairros de habitação social mais problemáticos têm sido por vezes aplicadas estratégias de demolição com o realojamento dos residentes de um modo disperso pela cidade, sobretudo em bairros críticos europeus que coincidem com focos de criminalidade, tráfico de droga e onde os problemas de exclusão social se apresentam de um modo mais severo. Foi esta a estratégia aplicada por exemplo em Portugal, nos casos dos Bairros de São João de Deus ou do Aleixo na cidade do Porto (Fernandes, 2019). Se é certo que existem autores que defendem que se os residentes destes bairros forem espalhados um pouco por toda a urbe, aumentam-se os níveis de miscigenação social, e por essa via desvanecem-se problemas como a exclusão social e o estigma (Villanova, 2001), todavia existem outros autores que não partilham da mesma visão, como Alves (2015) que defende que a mistura social nem sempre acaba por fomentar relações, o estar perto não significa construir uma relação. Assim, a concretização deste tipo de políticas não reúne consenso, pois alguns autores defendem que a demolição por completo deste tipo de bairros não parece ser o mais correto porque se perde uma das maiores vantagens destes bairros: os laços afetivos e as redes de relações e de entajuda derivadas de fortes relações de vizinhança

e amizade que se foram estruturando no seio destes bairros, as quais são desestruturadas com a sua demolição e o realojamento disperso dos seus moradores pela cidade.

### **2.3.2. Estratégias integradas de regeneração urbana de áreas urbanas problemáticas**

Noutros casos as políticas urbanas direccionadas para as suas áreas mais problemáticas, associadas por vezes a bairros sociais ou a áreas de génese ilegal, não passam por promover a sua demolição e o realojamento da sua população, mas por intervenções integradas de regeneração urbana, com as quais se pretende actuar em múltiplos domínios procurando a reabilitação dessas áreas: investimentos físicos destinados à reabilitação do edificado e à melhoria do conforto nas habitações; investimentos infra-estruturais destinadas a providenciar essas áreas com água canalizadas, redes de telecomunicações, estradas pavimentadas, conexão à rede de saneamento; investimento no domínio dos transportes urbanos procurando elevar a sua acessibilidade, investimentos em equipamentos colectivos, procurando criar condições para garantir a elevação dos níveis educacionais dessa população ou cuidados de saúde básicos; investimentos na área das qualificações profissionais procurando combater o desemprego e a integração dos seus residente no mercado de trabalho; entre outros domínios de acção.

Estas são designadas de estratégias integradas para a regeneração urbana, que têm sido utilizadas pelos governos em vários países buscando resolver o problema da segregação sócio-espacial urbana. Estratégias que visam de um modo amplo promover a regeneração de áreas problemáticas das cidades, que com o tempo se vieram a revelar áreas críticas no contexto urbano em que se inserem. Sendo que muitas dessas ações governamentais, só foram tornadas uma realidade após a ocorrência de vários movimentos violentos, em áreas urbanas problemáticas, especificamente em bairros de habitação social (Avenel, 2004 e Silver *et al.*, 1995 Op. Cit. Alves, 2010). Todavia, na prática vários desses projetos de regeneração urbana foram implementados



sem análises profundas e adequadas às especificidades destas populações e de seus bairros sociais, sobretudo sem uma abordagem verdadeiramente ampla e integrada face à complexidade dos problemas enfrentados por estas populações. O ideal era que fossem realizados vários investimentos físicos destinados à reabilitação do edificado (com reformas e conservação dos edifícios); investimentos infra-estruturais (com a construção e reforma de praças e outros espaços públicos, investimentos na drenagem, na iluminação pública, no sistema de esgoto sanitário, no sistema de água para as populações mais carentes); investimentos no domínio dos transportes urbanos (com compra e renovação da frota de transporte urbano, além de novas rotas e serviços de mais baixo custo); investimentos no reordenamento da rede de equipamentos coletivos; investimentos na área de qualificação profissional para os moradores dos bairros sociais de modo a combater a promover a sua inserção profissional e combater o desemprego; investimentos na educação dos jovens e em actividades culturais diversas procurando o seu afastamento de comportamentos e práticas marginalizantes; investimentos em visitas acompanhadas os bairros sociais por parte da restante população da cidade para diminuir a imagem negativa desses bairros, etc. Uma abordagem integrada que abrangesse esta multiplicidade de investimentos seria o mais correto, mas poucos foram os projectos de regeneração que beneficiaram desta lógica de investimento (não ocorreram com a plenitude necessária) e sobretudo da sua continuidade no tempo, pelo que muitas vezes os seus resultados ficam aquém do esperado, uma vez que sem uma actuação integrada, sistemática e contínua se pode ambicionar resolver problemas tão complexos e profundos como os destas áreas urbanas críticas.

Para Guerra (2006), Op. Cit. Alves (2010, p.119), para referenciar as estratégias de intervenção dirigidas para as áreas urbanas críticas existem vários conceitos, sendo que os mais conhecidos e utilizados são o de regeneração urbana, renovação urbana, reabilitação urbana ou requalificação urbana. Apesar dessa multiplicidade de termos traduzir uma multiplicidade de projectos em curso (sendo que a França e o Reino Unido são os países com mais experiências nesse tipo de intervenção), muitas dessas ações governamentais não foram completamente eficientes na resolução dos problemas dos bairros sociais mais problemáticos. Na maioria dos casos por esses projectos não terem englobado todos os problemas inerentes a essas áreas em risco, sobretudo pela falta de uma visão verdadeiramente ampla e integrada que não desse o protagonismo às

questões físicas e infraestruturais, mas procurasse minimizar, também, os problemas sociais e económicos dessas populações carentes (Alves, 2010; Martins 2017).

### **2.3.3. Estratégias de miscigenação social no planeamento urbano**

Como mais uma forma de combater o processo de segregação sócio-espacial urbano, novas políticas sociais de habitação têm vindo a ser testadas e implementadas a nível internacional, visando a aplicação do princípio da miscigenação social, que critica a excessiva concentração física de população de um mesmo nível sócio-económico (LNEC, 2011). Segundo os defensores desta corrente é importante que os indivíduos de mais baixo nível sócio-económico possam ser confrontados, nas suas vivências quotidianas e nos seus contextos de residência, com outros projetos de vida e referencias profissionais, algo que os poderá motivar a perseguir um futuro mais ambicioso, e por outro lado ao fomentar uma maior interação entre os diferentes residentes urbanos actua-se no sentido de promover uma maior integração social. É o caso de alguns países europeus onde o mix social e funcional é um instrumento das políticas de habitação social e de planeamento urbano, com vários benefícios como, por exemplo, o aumento dos padrões das classes mais baixas, pelo convívio com outros grupos sociais, ou a maior equidade de oportunidades e de harmonia social. Segundo a aplicação deste princípio, o planeamento urbano deve actuar no sentido de promover a heterogeneidade social e a composição social equilibrada dos territórios (Musterd e Andersson, 2005; LNEC, 2011), sendo que “para tal, procede-se à introdução/manutenção das populações desfavorecidas nos espaços valorizados e à valorização social dos bairros desfavorecidos, de modo a promover a interação entre os moradores de diferentes condições sociais” (Martins, 2017, p. 33). Todavia importa referir que a concretização na prática deste tipo de estratégias nem sempre é fácil, pois quando as populações alcançam melhores condições sociais e económicas tendem a não aceitar esses critérios de miscigenação e buscam bairros mais homogéneos socialmente falando.

A discussão deste princípio não é verdadeiramente nova. No campo do planeamento urbano já Jane Jacobs (1993 [1961], Op. Cit. Alves, 2015), destaca a crítica ao modernismo como promotor à segregação do uso do solo. A autora já tinha assim defendido um modelo de sociabilidade urbana e de mistura de grupos sociais visando uma cidade mais compacta. Todavia, de acordo com Alves (2015), foi sobretudo mais recentemente que o conceito de miscigenação social, com destaque para o uso residencial, tem sido ampliado e alcançado destaque, tanto nas políticas de uso do solo como de planeamento urbano. Ou seja, embora a ideia de mix social seja antiga a sua utilização no seio das políticas urbanas é mais recente e esteve concentrada sua aplicação em alguns países (Bergsten e Holmqvist 2013 e Bridge et al 2014, Op. Cit. Alves, 2015). Alguns países têm se destacado dentro dessa perspectiva, tais como a Holanda e França, e posteriormente a Alemanha. Também os países da península Escandinava, como a Dinamarca e a Suécia, que têm suas políticas de habitação mais associadas às políticas de Estado-Providência e à intenção de procurar diminuir as desigualdades socio-económicas (Alves e Andersen, 2015, Op. Cit. Alves, 2015).

Também esta estratégia de intervenção não é imune a críticas. Existem vários autores que fazem críticas para esses tipos de ações sociais, tais como Cheschire (2007), Bolt e Van Kempen (2013), quando alertam que a mistura social, não significa exatamente que se promovam relações sociais de cooperação e de auto-ajuda. Conforme estudos urbanos realizados por Malheiros et al (2013), Op. Cit. Alves (2015), mesmo que exista a mistura social em uma mesma área habitacional, de fato não existe necessariamente a integração social nessa miscigenação. Também de acordo com Colomb (2007, pp. 10, Op. Cit. Alves, 2015, pp.169/170), no caso de Londres, foi comprovado que “a mistura de regimes de habitação pode trazer uma relativa proximidade física entre diferentes grupos socioeconómicos, mas não necessariamente uma verdadeira mistura social em espaços públicos, escolas, serviços e lojas”.

### **CAPÍTULO 3. MORFOLOGIA URBANA EM BRAGA-PORTUGAL E EM ARACAJU-BRASIL**

A morfologia urbana é um domínio de análise relevante neste estudo, pelo modo como a compreensão da evolução do processo de configuração geográfica das cidades nos ajuda a compreender a existência de bolsas de pobreza, assim como de concentração de cidadãos de mais elevado nível sócio-económico.

No âmbito dos estudos de morfologia urbana tem sido sublinhada a importância de abordagens multidisciplinares para a compreensão do modo como se organizam e estruturam as cidades. A este respeito Geddes (1994) apud Miyazaki (2013, p. 27) refere quão importante é:

“contemplar a visão interdisciplinar para se compreender as diferentes dinâmicas da cidade e do urbano. Uma análise da morfologia urbana, limitada apenas à contribuição da biologia, não pode trazer grandes avanços, uma vez que restringiria a análise às formas, sem um aprofundamento dos processos. Além disso, preocupar-se demasiadamente com a análise da forma a partir de fenómenos biológicos pode reduzir a ideia de morfologia apenas à forma em si, excluindo-se os processos históricos, sociais, políticos e económicos.”

Assim, Miyazaki (2013) salienta que no âmbito da morfologia urbana, além de uma abordagem centrada na paisagem urbana é necessário realizar análises das questões económicas e sociais que estão subjacentes às dinâmicas e processos que nos ajudam a compreender a configuração da forma urbana.

“O estudo das formas na Geografia parece ter suas bases na análise da paisagem que, mesmo se restringindo apenas à descrição do visível num primeiro momento, mostrou ser necessário buscar compreender, posteriormente, as dinâmicas e processos que levaram à configuração da forma em questão. (Miyazaki, 2013, p.29).

Por sua vez Bettencourt (2010), citando Lamas (2004), salienta que a análise da forma urbana não só depende da sociedade que a produz e das condições históricas, sociais, económicas e políticas em que a sociedade gera o seu espaço e o habitat. Este autor defende que a morfologia urbana resulta “também de teorias e posições culturais e estéticas de quem as idealiza e constrói” (Bettencourt, 2010, p.26).

A morfologia urbana surge assim como ciência que estuda as formas e as interliga com os fenómenos que lhes deram origem, assim como estuda os aspectos exteriores do meio urbano e o modo como as suas relações recíprocas, ajudam a definir e a explicar a paisagem urbana e a sua estrutura.

“um estudo morfológico não se ocupa do processo de urbanização, quer dizer, do conjunto de fenómenos sociais, económicos e outros motores da urbanização. Estes convergem na morfologia como explicação da produção da forma, mas não como objecto de estudo”. Esse estudo deve no entanto ocupar-se dos elementos morfológicos da cidade e da sua articulação entre si e com os lugares que constituem o espaço urbano” (Bettencourt, 2010, p.28)

Como vimos anteriormente as manifestações diferenciadas de segregação sócio-espacial têm uma expressão visível também diferenciada na cidade, pelas tipologias construtivas distintas a que estão associadas, o que afecta de modo directo a sua morfologia. Até porque, segundo Rossi Op cit Amorim e Tangari (2006), a paisagem da cidade está em muito dependente dos formatos da sua construção, onde a:

“tipologia construtiva e morfologia urbana têm uma relação dialética, onde a forma urbana é interdependente da forma construtiva e trabalhar a forma urbana é determinar tipologias. A cidade portando é o princípio ordenador no qual se desenvolvem e estruturam os tipos construtivos que integrarão a forma urbana. Fazendo-se necessário, portanto, o estudo dos tipos construtivos e da morfologia urbana para o entendimento da paisagem urbana.” (Amorim e Tangari 2006, p.62)

Metodologicamente nas análises de morfologia urbana a cartografia assume uma importância decisiva mas deve ser complementada com uma análise de maior envolvimento e proximidade. A este respeito e ainda citando Bettencourt (2010), existem duas importantes maneiras de “olhar” a cidade, uma por terra e outra de cima, visto que:

“Só quando olhamos a cidade “de cima” é que temos uma noção do todo, e por conseguinte da continuidade do espaço, daí a utilidade da cartografia urbana no estudo da cidade. O urbanista ao intervir na cidade tem necessariamente que ter estas duas perspectivas – a do cidadão que percorre a cidade a pé ou de carro e a do especialista que observa a cidade através da cartografia ou dos planos. A cidade é o resultado de um conjunto de fragmentos os quais só têm coerência se forem pensados e integrados num espaço maior que é a própria cidade.” (Bettencourt, 2010, p.36).

Enquadrando a importância dos estudos de morfologia urbana nas reflexões acerca das dinâmicas urbanas, é importante destacar o contributo de Oliveira (2016) que apresenta as origens, características e desenvolvimentos fundamentais de quatro abordagens dominantes no debate internacional em morfologia urbana: a abordagem histórico geográfica promovida pela Escola Conzeniana (Cozen, 1960); a abordagem tipológica projetual promovida pela Escola Muratoriana (Muratori, 1959; Caniggia e Maffei 1979); a sintaxe espacial (Hillier e Hanson, 1984; Hillier, 1996; e Hanson, 1998); e as várias formas de análise espacial (Tobler, 1979; Batty e Longley 1994; Batty, 2005). Oliveira (2016) destaca as principais forças e fragilidades de cada uma dessas abordagens, sintetiza os seus elementos fundamentais, evidenciando o modo como cada abordagem lida com os elementos de forma urbana, os níveis de resolução e o tempo; e ilustra o potencial de cada abordagem com aplicações na prática profissional do planeamento urbano.

Transversalmente a essas diferentes abordagens está o reconhecimento do modo como a cidade historicamente foi tomando inúmeras formas como modo de ampliar seu poder de influência na organização da sociedade. Sendo que recentemente grande parte das alterações na morfologia urbana são sobretudo condicionadas pelo facto da cidade ter passado a ser utilizada como mercadoria e produto de consumo pelos “agentes produtores do espaço urbano” (Corrêa, 1995). Isso pode ser exemplificado com as reformas urbanas ocorridas mais recentemente, nos últimos

15 anos, em áreas antigas da cidade, que têm vindo a assumir os reflexos de uma urbanização banalizada por efeito de novas facetas de consumo.

“Nas cidades do século XXI, a banalização do espaço urbano tem se tornado cada vez mais efetiva. Referimo-nos a uma forma específica e terrível de banalização, materializada em uma urbanização banalizada, pois a produção do espaço urbano tem-se realizado ultimamente, em grande parte das cidades, centrada em “modelos de sucesso internacional”, que visam a “revitalizar” as áreas centrais e portuárias, transformando-as em residências e negócios para as classes média e alta, e, além disso, que investem em políticas de atração da atividade turística. Para tanto, são idealizadas feiras, exposições, shows; cria-se toda uma infraestrutura voltada para o turismo, com bares, restaurantes, lojas etc. Uma total reprodução do mesmo, formas que se repetem independentemente de cada cidade.” (Kropotkin op. cit. Ferreira, 2011p.29).

A materialização desta urbanização banalizada, que em muitos casos é promotora de segregação sócio-espacial, é resultado de toda uma gama de articulações, planos e opções feitas anteriormente. A cidade está sempre sendo transformada, tanto na sua aparência, quanto na sua “essência”, ou seja, por trás da paisagem urbana, da sua morfologia e das contradições dos seus espaços construídos, existe todo um complexo de ações coordenadas por quem domina a cidade e a determina. Seguindo esse raciocínio iremos realizar, a seguir, uma análise geral e breve, sobre a evolução da morfologia urbana em Portugal e na cidade de Braga, assim como uma mesma análise geral e resumida sobre a morfologia urbana do Brasil e de Aracaju. Para tal recorreu-se ao contributo de vários autores que estudaram a problemática da morfologia urbana nestes contextos territoriais, valorizando abordagens com uma análise crítica em relação à hipervalorização do espaço urbano, que hoje é mais um produto de consumo que um contexto promotor da diversidade, encontro e interação.

### **3.1. Portugal: desigualdades e morfologia urbana**

Embora Portugal tenha nas últimas décadas vindo a resolver vários problemas, de ordem económica e social, sobretudo após a sua integração na União Europeia, o país ainda enfrenta vários problemas resultantes da manifestação de preocupantes desigualdades económicas e sociais. Segundo Santos (2011, p. 60 ) “uma política da igualdade passa pela diminuição dos exagerados hiatos salariais existentes em Portugal e diminuição das diferenças materiais, remuneratórias e simbólicas entre os vários lugares do campo profissional em Portugal”.

São várias as estatísticas que demonstram como as desigualdades social e económica se assumem como um grave problema em Portugal.

“dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) referentes a 2009 revelam que Portugal se encontra entre os países com índices mais altos de desigualdade social da União Europeia (Eurostat, 2011; INE,2010). A Letónia é o país com mais desigualdade na distribuição de rendimentos, seguido da Romênia e da Lituânia. Logo a seguir vêm, ex-aequo, Espanha, Portugal e Bulgária.” (Santos 2011, p.58).

Para além dos problemas na distribuição de rendimentos, vários outros indicadores sinalizam o risco do carácter estrutural desta desigualdade social e económica, nomeadamente a baixa escolaridade, o desemprego, a monoparentalidade, o número elevado de filhos e os idosos a viver só (Renato Miguel do Carmo *et al.*, 2010). Contudo são visíveis avanços em alguns domínios. Segundo o Censo de 2011 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), a qualificação da população de Portugal progrediu entre os anos de 2001 e 2011. “Na educação, Portugal progrediu muito nas últimas décadas. A proporção da população com ensino superior é de 15% e pela 1ª vez atingimos os 50% na proporção da população com pelo menos o 9º ano de escolaridade”. (INE, 2011).

A questão da morfologia urbana está intrinsecamente ligada com a das desigualdades sociais e económicas, em grande medida pelo modo como essa se reflecte em manifestações de segregação sócio-espacial nas cidades. Pois a estrutura urbana e a paisagem da cidade são não



apenas os resultados dos projetos arquitetónicos e de engenharia, mas também da estrutura de classes sociais inerente ao sistema económico dominante.

No âmbito desta relação entre morfologia urbana e desigualdades socio-económicas, em Portugal, segundo Martins (2017) é sobretudo a partir dos anos 1960 que as carências habitacionais nas grandes cidades, sobretudo Lisboa e Porto, se começaram a fazer sentir de um modo mais expressivo, acompanhadas pela ausência de infra-estruturas e equipamentos adequados. Tal deveu-se a um processo tardio de industrialização e ao conseqüente deslocamento da população rural para os espaços urbanos, que foi depois acompanhado por uma forte migração das ex-colónias para as áreas urbanas a partir da metade de 1970, mais precisamente para as cidades de maior dimensão. Estes processos associados às carências na oferta habitacional agravaram em muito a situação, assistindo-se como resposta práticas de coabitação e a promoção da construção clandestina e de bairros de barracas. Foi assim sobretudo pós Revolução de 1974, também de acordo com Martins (2017), que em Portugal passou a ser mais expressivo o investimento na habitação social. Todavia esses investimentos nem sempre foram eficazes no combate à exclusão social das populações que residiam nessas áreas de génese ilegal, pois em muitos desses novos bairros sociais reside cidadãos que “ficam dependentes dos mecanismos da proteção social, que são muitas vezes insuficientes para responder às necessidades básicas”. Santos (2015), Op. cit. Martins (2017, p.05).

Assim, nesse processo de desenvolvimento urbano, a quantidade de habitação social cresceu e o problema da segregação urbana acompanhou esse crescimento. Em Portugal a bicefalia populacional em torno das regiões de Lisboa e de Porto (Salgueiro, 1999, Op. cit. Rodrigues, 2009) determina também a concentração das populações com maiores carências económicas nessas regiões metropolitanas, assim a maior quantidade de bairros sociais foi promovida nessas metrópoles portuguesas, muitos dos quais criados com apoio de fundos provenientes da União Europeia (pós-1986, data da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia), os quais se revelaram determinantes na concretização da política de habitação social desenvolvida em Portugal. Sendo que a maioria desses investimentos foram canalizados para a região metropolitana de Lisboa e implementados em áreas periféricas e menos valorizadas. Segundo Carreiras (2018) existiam 237 bairros de habitação social identificados na Área Metropolitana de

Lisboa. Alguns deles considerados áreas problemáticas onde se concentra população em situação de forte exclusão social, por vezes alvo de programas integrados de regeneração urbana embora com resultados nem sempre tão positivos como esperado. Pois ainda hoje em Portugal muitos bairros sociais “aparecem como espaços excluídos e estigmatizados, áreas de concentração de situações sociais desfavoráveis e de grupos étnicos minoritários, potencialmente geradoras de elevado risco social” (Carreiras, 2018, p.69). Muitos deles, especialmente na região de Lisboa, são vistos como áreas segregadas, tanto do ponto de vista social quanto económico, uma vez que são áreas onde se encontra uma considerável quantidade de pessoas que na grande maioria não tiveram condições de escolher onde residir, e portanto alvo de uma segregação imposta.

Quanto à presença de processos de auto-segregação em Portugal com soluções habitacionais que promovem a concentração física de famílias de nível sócio-económico mais elevado, estas são pontuais e menos expressivas na morfologia urbana portuguesa que os processos de segregação imposta, devendo referir-se que no caso concreto dos condomínios fechados estes têm maior expressão na cidade de Lisboa. Sendo que em Lisboa os condomínios fechados se localizam tanto em áreas tradicionais da cidade “recém-nobilitadas”, quanto em áreas mais novas sem tradição residencial, que foram objecto de reconversão funcional e social (como o Parque das Nações em Lisboa).

“Seguindo a mesma lógica, em Lisboa os CFs localizam-se preferencialmente em: áreas antigas da cidade tradicionalmente prestigiadas ou recém-nobilitadas; em velhas áreas industriais, entretanto objecto de reconversão funcional e social (o caso da zona da Expo); em áreas novas e em expansão, cuja imagem social se encontra ainda em construção. Fica claro que, quer na AML, quer em Lisboa, os CFs se situam preferencialmente em zonas mais afluentes, caras e prestigiadas, o que é consistente com o objectivo de atrair elementos dos segmentos de mercado médio, médio-alto e alto.” (Raposo, 2008, p.125).

A uma outra escala de análise e numa leitura mais global do sistema urbano português, importa destacar que as populações em Portugal se concentram mais fortemente nas áreas litorâneas. “Com efeito, os fenómenos da litoralização e da metropolização têm contribuído para a formação de uma rede de cidades mais densa e pujante na faixa litoral, e mais rarefeita e débil no território

interior.” (Mendes, 2014, p.107). Por outro lado, existe uma discrepância também em Portugal em relação às maiores e menores cidades, uma vez que em 2014, o autor citado descreve que o quantitativo populacional de Portugal é reduzido e existe muitas cidades pequenas, com até dois mil habitantes.

“Existem, à data de 2011, 158 cidades, onde habitavam um pouco mais de quatro milhões e meio de pessoas, o que correspondia a uma média de quase trinta mil habitantes por cidades. Este valor, para além de modesto, esconde ainda uma grande heterogeneidade. A cidade capital, a maior, ultrapassava ligeiramente o meio milhão, enquanto a cidade menor ficava, imagine-se, pelos dois mil habitantes! [...] Os números mostram que, logo após Lisboa, vem o Porto com cerca de 240 mil habitantes, seguido de apenas nove cidades com mais de 100 mil e de oito cidades com mais de 50 mil. As restantes 139 cidades têm menos de 50 mil pessoas” (Mendes, 2014, p.107-108)

Se em termos europeus se considera que uma cidade média tem entre 50 e 500 mil habitantes, no caso específico de Portugal Mendes (2014) considera que as cidades acima de 100 mil habitantes possuem já alguma massa crítica para aspirar a alguma influência e relevância nacional, sendo que para conjugar “uma forte relevância nacional e a alguma relevância internacional, serão necessários pelo menos 200 mil habitantes, a que acresce uma base económica com expressão e uma universidade de investigação de qualidade.” (Mendes, 2014, p.109).

Como já foi exposto, em Portugal existe uma grande concentração populacional nas suas áreas mais litorais e especialmente em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e de Porto. O processo de urbanização de Portugal, após a década de 60 do século XX, reforçou a continuidade da sua bipolarização económica e social, em que segundo Moreira *et al.* (2009), a partir desse período, até o final do século passado, foi sendo confirmada a bicefalia do sistema urbano português, em torno dos seus dois grandes centros urbanos (Lisboa e Porto). Por outro lado, em uma situação contrária, o interior de Portugal, segundo Moreira *et al.* (2009), vem enfrentando a não existência de centros urbanos de média e grande dimensão. Outro aspecto a ser considerado é que historicamente as cidades do interior de Portugal vêm perdendo população ao longo das décadas.

Só como registo, pode ser destacado que “entre 1950 e 1970, alguns concelhos perderam mais de 50% da população, tendo-se registado, por outro lado, um aumento nas principais áreas urbanas, com destaque para a cidade de Lisboa”. (Rodrigues, 2009, p.34).

Uma leitura mais detalhada do sistema urbano de Portugal permite verificar que este se encontra organizado com o confronto de modelos distintos: mais monocêntrico em torno da região urbana de Lisboa onde a capital domina claramente a rede urbana regional como o centro económico, social e cultural; e mais polinucleado em torno da região urbana do Porto onde a urbanização é mais dispersa e o sistema urbano mais policêntrico, sendo que para além do Porto a rede urbana regional é complementada por outras cidades de tamanho médio mas de grande importância na estruturação do tecido económico, social e cultural do Norte Litoral. Sendo esta uma conurbação urbana composta por várias cidades que são interligadas por uma malha urbana que a torna policêntrica e com alta concentração populacional. Sendo a cidade de Braga um desses principais núcleos estruturadores do desenvolvimento urbano policêntrico do Norte Litoral. Uma cidade que tem uma população superior a 180 mil habitantes<sup>12</sup>, com um setor industrial muito dinâmico e que continua crescendo e onde se localiza o *campus* de Gualtar da Universidade do Minho, um pólo de inovação que qualifica milhares de profissionais anualmente e que tem uma grande influência de dinamização regional, para além de gerar muitos empregos de grande qualificação. Havendo ainda a acrescentar o Centro Regional de Braga da Universidade Católica e o Pólo do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

### **3.2. Braga: morfologia urbana e integração no sistema urbano português**

Neste ponto procura-se apresentar uma breve análise sobre a morfologia urbana da cidade de Braga, com o intuito de enquadrar a problemática da segregação sócio-espacial nesta cidade que é considerada a terceira cidade de Portugal, pela sua importância económica, diversidade cultural e extenso registo histórico com elementos patrimoniais desde a antiguidade. Tida como a cidade

---

<sup>12</sup> A população de Braga é de 181,2 mil habitantes, com base na estimativa de 2016, realizado pelo INE.

mais antiga de Portugal, foi fundada ainda na antiguidade, durante o Império Romano, denominada então de Bracara Augusta. Assim, Braga assumiu desde cedo um papel central na organização do sistema urbano do noroeste peninsular. “A implantação de Bracara Augusta como capital provincial romana, marcou uma forte condição de centralidade que foi posteriormente reforçada com a sua elevação a capital da nova província da Galaecia.” (Brito *et al*, 2015, p.9).

Por esta importância histórica compreende-se que a cidade de Braga tenha passado por várias transformações no seu espaço construído, sendo muitas vezes reformada, com parte da cidade destruída e posteriormente reconstruída, adquirindo assim com o tempo várias morfologias resultantes da acção de vários povos que foram habitando o seu espaço urbano. Vários sinais resistiram até hoje dessas diferentes morfologias, particularmente vários monumentos históricos e religiosos, como por exemplo a presença de várias igrejas que datam do período medieval e que revela a importância do clero na região, o que lhe confere o título de cidade dos arcebispos.

“Braga inclui-se no conjunto de cidades europeias que possui uma longa tradição histórica. Nos seus mais de 2000 anos de existência, a cidade conheceu um processo de formação específico que determinou muitas das suas características morfológicas actuais. Na realidade, a cidade de Braga é hoje resultado de um percurso complexo, onde “distintas” cidades se foram edificando ao longo dos tempos, num espaço em que se encontram e se entrelaçam diferentes marcas e vestígios materiais dos seus sucessivos períodos de ocupação.” (Ribeiro, 2009/10, p.179)

Outro desses sinais relaciona-se com o papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga. Ribeiro e Martins (2016) desenvolveram um estudo com o qual procuraram analisar precisamente o impacto que as vias romanas tiveram na morfologia que caracterizou a periferia urbana desta cidade, desde a sua fundação, no período romano, até à actualidade. Segundo esses autores:

“Estrategicamente implantada no território, a cidade possuía um plano ortogonal e encontrava-se ligada a outras importantes cidades hispânicas por um conjunto de itinerários principais, que começaram a ser construídos ainda no tempo de Augusto. (Ribeiro e Martins, 2016, p.29).”

O plano ortogonal resultante do traçado dessas vias e a articulação da cidade com a sua envolvente é visível na planta da malha urbana de Braga na época do Império Romano (Figura 4). Pela análise desta planta observa-se o traçado quadricular da cidade no período romano, que foi posteriormente sofrendo alterações variadas com o passar dos séculos.

Assim, a cidade desde a antiguidade já possuía um certo tipo de registo previamente planeado, visível na construção das ruas e estradas, com traçados que a interligavam a outros aglomerados. Sendo que na perspectiva da evolução da sua morfologia este foi um dos aspectos que mais condicionou a sua transformação nos séculos seguintes.

#### **Figura 4. Planta da malha urbana de Braga na época do Império Romano**



Fonte: Ribeiro, 2009/10, p.186

“Assim, foi possível constatar que a rede viária romana desempenhou um papel estruturante na organização da cidade alto medieval, bem como das suas áreas periféricas, algumas das quais foram posteriormente incluídas na cidade tanto medieval, moderna e contemporânea. A urbanização dos antigos caminhos romanos foi progressiva e resultou de um complexo conjunto de fatores que resultou na sua conversão em ruas.” (Ribeiro e Martins, 2016, p.36).

Ribeiro e Martins (2016, pp.28-29) reforçam a importância de se utilizarem documentos históricos para a análise da morfologia urbana de Braga, tais como desenhos e indícios de “mapas” que existiam tanto na antiguidade quanto na idade média, assim como posteriormente plantas topográficas, nos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido também Bandeira (2001) reforça a importância de se utilizarem os documentos históricos da cidade de Braga, para entender melhor a evolução da sua morfologia, após as transformações recente ocorridas no espaço urbano. É o caso por exemplo da planta de Braga do século XVI (Figura 5), onde se observa o formato circular da malha urbana, com uma muralha ao redor evidenciando a necessidade de proteção contra os invasores, que eram comuns na época. Na parte externa do círculo central, existiam plantações e certamente servos que cuidavam dessas plantações e colheitas, para atender às elites do Antigo Regime.

**Figura 5. Planta de Braga no século XVI**



Fonte: Urbivisão de Braunio (1594) em Ribeiro e Martins, 2016, pp-29.

Não é objectivo deste trabalho apresentar uma análise detalhada da evolução da morfologia urbana desta cidade, que ao longo dos séculos foi sendo condicionada por acontecimentos muito diversos e múltiplas decisões, tomadas pelos mais diversos agentes governamentais de épocas passadas com responsabilidades na transformação deste espaço urbano, cuja expansão territorial esteve durante largos séculos limitada e condicionada pelas características dos meios de transporte existentes.

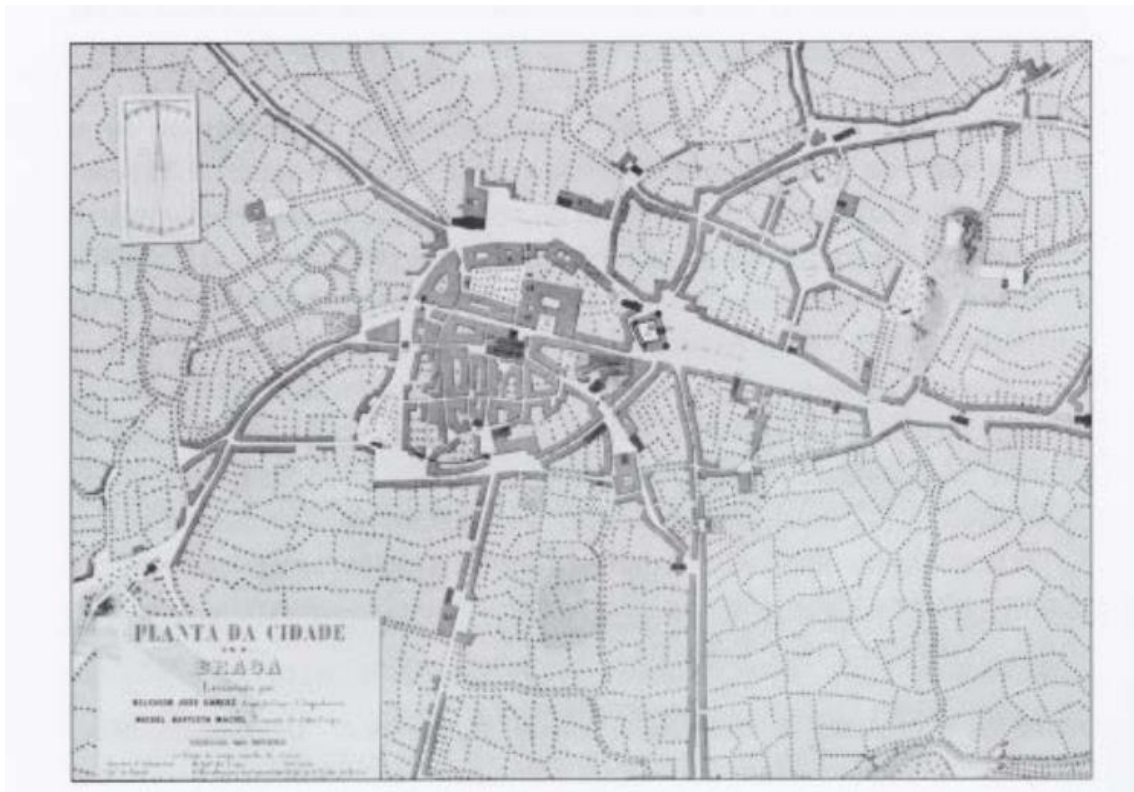
“Continuamente o processo de urbanização fazia-se sentir. Contudo, devido à ausência de recursos e meios de transporte, continuavam a não existir condições para as cidades passarem um determinado limiar. Isto porque os transportes são um factor fundamental no que diz respeito à concentração nas cidades, tornando possível a deslocação das pessoas. Sem meios de transportes à altura, uma cidade está limitada na extensão da ocupação do território.” (Rodrigues, 2009, p.11).

Nesse sentido, nota-se que os meios de transporte, existentes em cada época, influenciaram a dimensão e a forma urbana. Por exemplo, no século XIX existiam várias vias de acesso à área central de Braga (Figura 6), rodovias que possibilitavam o deslocamento dos residentes em Braga para outras localidades assim como a chegada de visitantes à cidade, facilitando o deslocamento das pessoas e o comércio existente na época. Vias essas que se percebe terem sido determinantes no desenvolvimento urbano, económico e cultural da cidade.

Sendo que é a partir da presença mais forte do automóvel nas cidades, que estas passaram a ter a necessidade de ruas e avenidas mais largas, ocorrendo múltiplas transformações para adequar as suas ruas e avenidas à presença e fluxo dos automóveis. Assim e nas palavras de Maricato (2011, 2011, p.171) o automóvel passou a determinar o espaço construído das cidades à medida em que se tornava mais popular e ia se generalizando, interferindo diretamente na definição da forma urbana. Este é um processo que foi ocorrendo mundialmente e a cidade de Braga não escapou a esse contexto histórico e tecnológico, que revelou uma expansão territorial considerável com o aumento contínuo da taxa de motorização da sociedade.



**Figura 6. Cidade de Braga no Século XIX**



Fonte: Ribeiro, M. do C. (2009/2010).

Outro aspecto relevante que interferiu com a evolução da cidade de Braga relaciona-se com a importância que esta foi assumindo no processo de controlo e organização administrativa do território, assumindo-se como um aglomerado urbano relevante na estruturação do sistema urbano nacional e regional, o que se expressa no facto de Braga se ter assumido como uma cidade de grande influência regional ao nível económico, político, cultural e religioso. Este papel estratégico foi sobretudo reforçado com a reorganização administrativa do país que em meados do século XX vai constituir os distritos, assumindo Braga o papel de capital de um dos mais importantes distritos da região noroeste de Portugal (Figura 7). O distrito de Braga agrega um total de 14 concelhos: Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela.

Assumindo-se como capital de distrito Braga aglomerou um conjunto de serviços desconcentrados do poder central sediado em Lisboa, que passaram a localizar-se nas capitais de distrito não com



urbanística. Contudo importa frisar que este processo foi ocorrendo a par de um êxodo rural que afectou as localidades vizinhas.

Analisando o sistema urbano português, Mendes (2014) em seu livro “O Futuro das Cidades” refere que um dos principais desafios que se colocam às cidades portuguesas, é a necessidade do aumento da sua massa crítica, defendendo para isso três vias possíveis.

“Portugal precisa de cidades maiores, com dimensões que viabilizem a ignição frequente dos processos espontâneos, típicos da cidade incubadora. Para este propósito de crescimento, vejo três caminhos possíveis: a fusão de cidades, a constituição de redes e o crescimento estratégico de cada cidade. A fusão aplica-se às cidades adjacentes, situadas nas áreas metropolitanas, que apresentam tecidos urbanos contínuos e contíguos, e fortes relações funcionais. (Mendes, 2014, p.110).

Na estratégia associada à constituição de redes, Mendes (2014) destaca a importância destas terem uma cidade dominante, mas capaz de garantir uma coesão articulada entre os diferentes nós urbanos dessa rede. No caso de Braga o seu futuro passará pela afirmação desse seu papel na rede urbana regional em que está inserida, nomeadamente o Quadrilátero Urbano composto por Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos. Sendo que segundo o site oficial da Câmara Municipal de Braga<sup>13</sup> uma das principais prioridades estratégicas para esta rede urbana relaciona-se com a melhoria da mobilidade entre os quatro municípios, que fazem parte do quadrilátero urbano. O papel de cidade dominante na organização dessa rede urbana regional é necessariamente de Braga, pois Mendes (2014) considera-a posicionada num nível superior de organização do sistema urbano nacional. Referindo que para além de Lisboa e Porto existem em Portugal um conjunto de cidades que apresentam um potencial assinalável, embora pareçam estar adormecidas do ponto de vista da visão estratégica. À cabeça deste grupo estão Braga e Coimbra. Braga assume este protagonismo por ser

“uma cidade em crescimento contínuo, que começa já a aproximar-se dos 200 mil habitantes, com a particularidade de ter uma população muito jovem. Dispõe de uma

---

<sup>13</sup> -<https://www.cm-braga.pt/pt/0201/comunicacao/noticias/item/item-12197?q=quadril%C3%A1tero+urbano> (09-10-19).

universidade de investigação, que cobre todas as áreas do conhecimento e que está já fortemente internacionalizada. Ainda no domínio da produção de conhecimento, está em fase de arranque o Instituto Internacional Ibérico de Nanotecnologia (INL), uma iniciativa dos governos de Portugal e da Espanha, que albergará algumas centenas de cientistas de todo mundo. Por outro lado, a cidade e sua envolvente têm dado mostra de grande apetência para o empreendedorismo de base tecnológica.” (Mendes, 2014, pp. 117).

De acordo com o plano estratégico para o desenvolvimento económico de Braga, que foi definido para o período de 2014 a 2016 (CMB, 2013), esta cidade foi reconhecida como uma cidade inovadora, com grande dinâmica empreendedora e base tecnológica, para o que muito contribuiu a Universidade do Minho, em que um dos seus pólos se localiza na cidade de Braga. Reforçando essas virtudes, Braga continua ampliando a qualidade de vida pela quantidade de obras nos projetos de regeneração urbana realizados nos últimos anos, o que a torna uma cidade, intitulada como feliz, sustentável, de forte dinâmica social, cultural e religiosa. Para além da importância da Universidade na qualificação dos recursos humanos e no estímulo à inovação e ao desenvolvimento e transferência de tecnologia e criatividade para o sistema produtivo regional, Mendes (2014) destaca também a importância significativa da cidade enquanto pólo de atração turística. Atractividade esta associada ao seu potencial no turismo religioso, pelo património diverso que possui nesta temática, de que se destaca o seu Centro Histórico, com as suas muitas igrejas, edificios públicos, praças e prédios medievais e ruas estreitas (Fotografia 1) e o complexo religioso do Bom Jesus, recentemente classificado como Património da Humanidade pela UNESCO, que afirma Braga como importante pólo de atração de cidadãos portugueses, europeus e de muitos outros países.

### **Fotografia 1. Centro Histórico da Cidade de Braga e seu enquadramento urbanístico**



Fonte: <https://cidadesemfotos.blogspot.com/2013/06/fotos-de-braga-portugal.html> (29/10/19).

Para este reconhecimento e atractividade turística da cidade de Braga tem também contribuído um esforço assinalável na regeneração urbana do seu centro. As melhorias vão desde a conservação do património histórico e cultural, investimentos em novas calçadas para pedestres (Fotografia 2 e 3), novos acessos para cadeirantes e idosos, medidas de gestão e controle do tráfego de veículos no interior do centro histórico, assim como medias de incentivo ao uso de bicicletas nos percursos de mobilidade intra-urbana (Fotografia 4).

### **Fotografia 2. Requalificação do espaço público da Avenida da Liberdade – centro de Braga**



Fonte: Acervo de Anselmo Belém Machado. Avenida da Liberdade - Centro de Braga-Portugal. 19-10-2012.

### **Fotografia 3. Exemplo dos investimentos contínuos na requalificação do espaço público de Braga**



Fonte: Acervo de Anselmo Belém Machado. Ruas próximas ao centro sendo restauradas. Braga-Portugal. 19-10-2012.

### **Fotografia 4. Ponto de aluguer de bicicletas no centro de Braga**

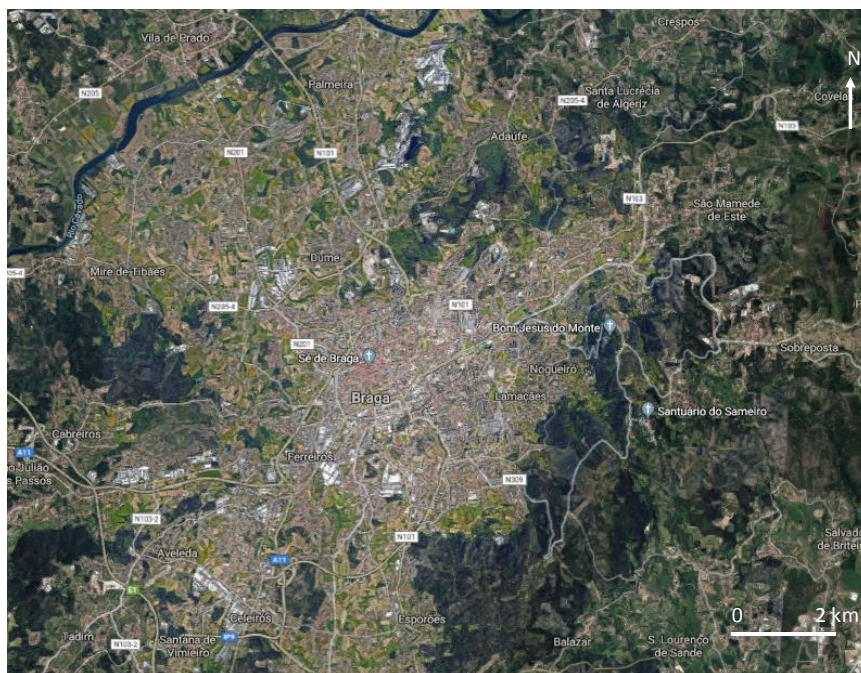


Fonte: Acervo de Anselmo Belém Machado. Centro da cidade de Braga- Portugal.19-08-2012.

Resultante da acção destes múltiplos elementos que pontuam a atractividade da cidade de Braga, a sua mancha urbana tem crescido significativamente nos últimos anos e de modo contínuo, de tal forma que actualmente a malha urbana de Braga alcançou uma dimensão considerável estruturada por uma renda densa de circulação (avenidas, ruas, viadutos...), envolvendo no conjunto várias freguesias (Figura 8).



**Figura 8. Imagem de satélite da malha urbana de Braga na actualidade**



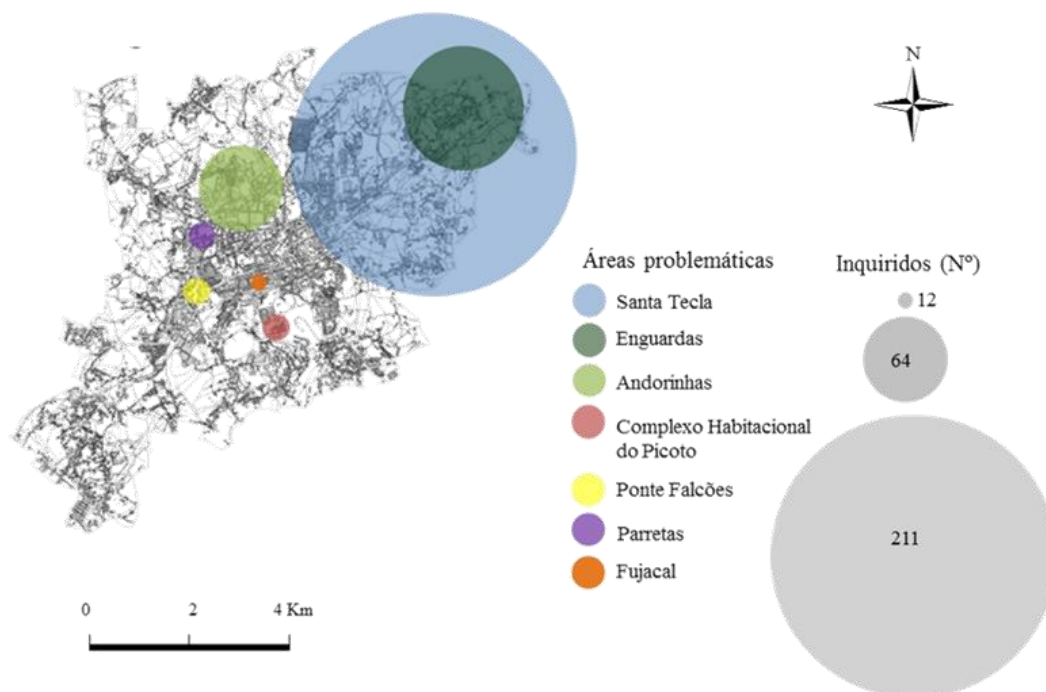
Fonte: <https://www.google.com/maps/@41.5518212,-8.4496372,12608m/data=!3m1!1e3>

Na sequência deste processo de expansão urbana têm também surgido vários problemas, muitos dos quais associados a fenómenos de segregação socio-espacial. A este respeito Martins (2017) refere que em Braga, a partir de década de 1980 foi sendo agravado a segregação sócio-espacial, decorrente sobretudo da construção de bairros sociais destinados ao alojamento da população economicamente mais carenciada. Segundo o Diagnóstico Social do Conselho de Braga (BRAGAHABIT; 2003), são destacados como principais cinco bairros sociais em Braga (Enguardas, Andorinhas, Ponto dos Falcões, Santa Tecla e Complexo Habitacional do Picoto). São bairros com altos custos de manutenção segundo o Presidente da BRAGAHABIT, e que necessitam de investimentos de forma continuada.

“Bairros sociais saem caros, Braga ainda mantém quatro bairros sociais, que alojam 471 famílias. Santa Tecla, Andorinhas, Enguardas e Ponte dos Falcões têm mais de 30 anos e precisavam urgentemente de obras de reabilitação quando, há seis, foram comprados ao Instituto de Gestão e Administração Pública. Melhorar as condições de habitabilidade e minimizar a possibilidade de fricções sociais eram os objectivos.” (Nogueira, 2009).

Martins (2017) efectuou um inquérito a uma amostra representativa de residentes na cidade de Braga com o propósito de conhecer as percepções destes em relação aos bairros sociais que consideram mais problemáticos na sua cidade. Foram referenciados 7 bairros sociais como áreas problemáticas na cidade de Braga (Figura 9), sendo que se destacam 3 principais. O Bairro de Santa Tecla construído em 1979 e localizado na freguesia de São Vitor, referido como sendo uma área problemática da cidade de Braga por quase 2/3 dos residentes de Braga (64%). Este bairro tem um total de 181 habitações que alojam cerca de 500 indivíduos, sendo o maior do município e o que revela uma maior diferenciação de base cultural, uma vez que 52% da população que nele reside é de etnia cigana (Ribeiro, 2015; Fernandes, 2015). Na percepção dos residentes da cidade, a segunda área mais problemática é o bairro social das Enguardas, situado na freguesia de São Vitor, com cerca de 180 habitações. Por fim, o bairro social das Andorinhas, que será analisado no estudo empírico desta tese, assume o terceiro lugar na hierarquia das áreas mais problemáticas da cidade de Braga na perspetiva dos seus residentes.

**Figura 9. Bairros sociais considerados mais problemáticos na perspetiva dos habitantes de Braga**



Fonte: Martins (2017, p. 83)



No âmbito destas políticas urbanas de habitação social, investimentos públicos realizados na cidade de Braga vieram a atribuir um tecto a população que enfrentava problemas habitacionais graves, mas, por outro lado, estas ações reforçaram o aprofundamento da separação física dos menos favorecidos em relação aos economicamente mais privilegiados, contribuindo assim para o problema da segregação sócio-espacial que se faz sentir nesta cidade. No estudo acerca destes bairros sociais em Braga, Martins (2017) identificou alguns dos principais factores que levam a que a população que neles reside não se sinta integrada na cidade de que faz parte, nomeadamente a imagem negativa que sobre esses bairros se criou associada a ações ilícitas que neles ocorrem, tais como uso de drogas e desentendimentos entre moradores. Este processo de estigmatização reforça o isolamento destes bairros em relação à restante cidade. Assim, a cidade de Braga que revela um crescimento urbanístico muito dinâmico, com uma população jovem na demografia nacional, e onde se detectam importantes apostas de inovação tecnológica em grande parte decorrente da presença nesta cidade de um dos *campus* da Universidade do Minho, é simultaneamente uma cidade onde estão presentes vários problemas de segregação sócio-espacial, para cujo conhecimento este trabalho procura contribuir.

### **3.3. Brasil: desigualdades e morfologia urbana**

No Brasil o estudo de morfologia urbana foi analisado por vários autores, alguns dos quais procurando fazer uma associação das questões urbanas com a problemática das desigualdades sociais e económicas. Desde logo é importante de referir que neste caso se trata de um sistema urbano com características muito distintas do português, reflexo da dimensão continental deste país. Refira-se por exemplo que no Brasil existem cerca de 17 cidades com população acima de um milhão de habitantes, segundo a estimativa do IBGE de agosto de 2017, o que traduz um fenómeno de alta concentração urbana. As três maiores cidades do Brasil, segundo o IBGE (2017) são São Paulo com uma população de 12.106.920 habitantes, Rio de Janeiro com uma população de 6.520.266 habitantes e Brasília com 3.039.444 habitantes.

Em matéria de desenvolvimento urbano a legislação urbanística no Brasil revelou uma forte evolução a partir das últimas décadas do século XX, por influência sobretudo de alguns contributos mais relevantes: a Constituição Federal de 1988 ainda em vigor; a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000); a Lei 10.257/2001, também conhecida como Estatuto da Cidade; a Lei 11.445/2007, que aborda a problemática do saneamento básico; a Lei 12.305/2010, que trata da política nacional de resíduos sólidos; a Lei 12.587/2012, que trata da política nacional de mobilidade urbana; e a Lei 13.089/2015, também conhecida como Estatuto da Metrópole.

Todavia, apesar deste ordenamento jurídico e dos esforços para programar o desenvolvimento urbano no Brasil, a verdade é que em muitas das suas cidades é possível encontrar grandes bolsões de pobreza, fruto da desigualdade social, sendo que estas áreas residenciais apresentam uma morfologia muito contrastante face aos processos de auto-segregação da população de alta renda, que tende a concentrar-se em condomínios de luxo (horizontais e verticais).

Esta repercussão na morfologia urbana das desigualdades social que caracterizam o Brasil resulta em grande parte de uma evolução muito incipiente que no Brasil tem ocorrido em matéria de combate às desigualdades socio-económica, isto apesar de alguns avanços do papel do Estado neste domínio, como por exemplo a criação do Sistema Único de Saúde (SUS, Lei 1880, 19 de setembro de 1990); os avanços na Previdência Social (Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991); ou a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742, de 1993); e finalmente a política de combate à fome, também conhecido como programa de transferência de renda, através da Lei 9.533/97 (Governo Fernando Henrique Cardoso), e que foi ampliado no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2001.

Outro grande projeto social implementado no Brasil, pelo Governo Federal a partir de 2009, foi o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que teve como objetivo tornar acessível a residência para as famílias pobres, com renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00, e assim resolver o problema do *déficit* habitacional brasileiro. Com as informações colhidas no site<sup>14</sup> da secretaria do governo federal do Brasil, o programa foi dividido em três faixas de renda mensal na área urbana e três

---

<sup>14</sup>[http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/copy\\_of\\_fsm/eixos/inclusao-social/minh-a-casa-minha-vida](http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/copy_of_fsm/eixos/inclusao-social/minh-a-casa-minha-vida) (11-10-19).

faixas de renda anuais na área rural, objetivando eliminar os assentamentos precários e tornar proprietária residencial a população de baixa renda. Esse programa foi implementado no governo de Luís Inácio Lula da Silva, permitindo tornar uma família de baixa renda proprietária de seu próprio imóvel. Trata-se de um programa social aplicado em articulação com vários outros programas desse governo que visavam combater a pobreza e a exclusão social na sociedade brasileira, correspondendo segundo Almeida (2004, p.16) a um total de dez programas de transferência de renda<sup>15</sup>: bolsa escola, erradicação do trabalho infantil, bolsa-alimentação, auxílio-gás, Brasil jovem, aposentadoria rural, renda mensal vitalícia, benefício de prestação continuada, seguro-safra e cartão-alimentação. Todavia a promoção da habitação por via do Programa MCMV favorecia o desenvolvimento de bairros de grande extensão territorial e de forte homogeneidade social (muitos deles segundo a aplicação de um modelo que privilegiou a tipologia dos edifícios unifamiliares), o que contribuiu directamente para a concentração física de população de baixo nível sócio-económico, podendo afirmar-se que se trouxe benefícios na questão habitacional não poderá dizer-se o mesmo quanto ao combate da segregação sócio-espacial.

Apesar da progressiva inserção da problemática das desigualdades sócio-económicas nas agendas governamentais, a ação pública no plano social ainda não atinge todos os brasileiros em situação de carência. Segundo Cohen (2018) é estimada a existência no Brasil de 52 milhões de pessoas em situação de pobreza, um dos países do mundo com maiores desigualdades sócio-económicas, onde os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os outros 95%. A enfrentar de um modo mais grave uma situação de carência estão particularmente, mas não só, aqueles que se encontram em estado de anomia, que não estão cadastrados pelos órgãos de assistência social, por não possuírem carteira de identidade, título de eleitor e Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF). Vivendo em baixo de viadutos, pontes e em assentamentos sub-humanos, esta população é composta por indivíduos em situação de doença, dependentes químicos, crianças órfãs, adolescentes não integrados no sistema escolar, idosos e portadores de necessidades especiais, entre outros.

---

<sup>15</sup> - Fonte dos dados: ministérios setoriais e Secretaria de Orçamento Federal; elaboração: Ana Lobato. In: Almeida, Maria Herminia Tavares de. (2004). A política social no governo Lula1. Novos estudos n° 70. Novembro 2004.

“Hoje, há no Brasil 52 milhões de pessoas mergulhadas na pobreza, com rendimento inferior a US\$ 5,50 por dia. Ano passado, o país ganhou 12 bilionários. agora, são 43 ao todo. ao mesmo tempo, despencou 19 posições no ranking de desigualdade social da organização das nações unidas (ONU), aparecendo entre os dez primeiros com maior disparidade socioeconômica: os 5% mais ricos da população detêm a mesma fatia de renda que os outros 95%. (Cohen, 2018, p. 9)

Uma leitura territorial e evolutiva da problemática das desigualdades sócio-econômicas no Brasil (Figura 10), permite concluir que a população em maiores situações de carência está mais concentrada do Nordeste do Brasil (com 56,5% em 2013 de sua população na situação de miséria), sobretudo nos Estados do Maranhão e da Bahia. Nas outras regiões do país, Norte, Centro-oeste, Sudeste e Sul, verifica-se um percentual menor embora com uma preocupante tendência crescente em todas essas regiões.

A gravidade da pobreza no Nordeste do Brasil não é recente, podemos nos recordar que a seca chegou a matar mais de 500 mil pessoas no semiárido entre 1877 e outras 100 mil no período entre 1915 a 1917 durante a grande seca. A fome e as carências nesta região foram bem documentadas no livro ‘Geografia da Fome no Brasil’ (Castro, 1984), onde se percebe que a miséria desde há muito que afecta a população nordestina.

Continuado a caracterizar a população brasileira em situação de grande carência, importa referir que a taxa de desemprego dessa população rondava os 30% em 2013. Esta população em situação de miséria é por outro lado uma população mais jovem que a média do cidadão brasileiro, o que resulta das dificuldades que enfrenta de acesso aos cuidados de saúde e de planeamento familiar. Apenas pouco mais de 1% dessa população miserável tem mais de 65 anos de idade. Por outro lado quase 1/3 dessa população não tem acesso a serviços de abastecimento de água, drenagem de esgotos e recolha de lixo, e mais de 50% vivem em habitações sem banheiro ou sem banheiro com acesso à rede colectora. De referir ainda que o percentual dos trabalhadores extremamente pobres na economia informal ronda os 96%, revelando que grande parte dos trabalhadores estão sobrevivendo com atividades por conta própria ou quando têm um emprego é sem registro e sem remuneração regular.

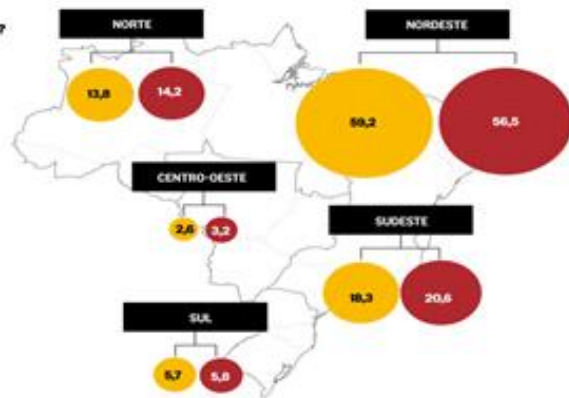
**Figura 10. Desigualdades sócio-econômicas no Brasil.**

**Qual é o critério para definir quem é miserável?**

A linha de extrema pobreza ou de miséria considerada pelos pesquisadores é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir de forma adequada uma pessoa. Na média do Brasil, quem vive com até R\$ 123 não consegue arcar com esta cesta. O governo trabalha com uma linha de extrema pobreza de R\$ 70

**Onde estão os extremamente pobres? (em %)**

● 2012 ● 2013

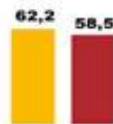


**EMPREGO E RENDA**

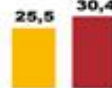
**Inflação afetou a renda dos mais pobres**

A renda domiciliar per capita dos 5% mais pobres do país caiu 11% no ano passado, foi a única queda entre as faixas

**Renda per capita (em R\$):**



**Taxa de desemprego entre a população de 15 anos ou mais, extremamente pobre (em %)**

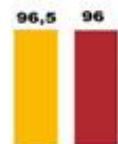


**Remuneração média dos ocupados entre a população de 15 anos ou mais, extremamente pobre (em %)**



**No setor informal**

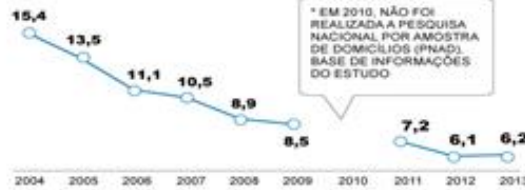
Trabalhadores sem carteira, conta própria e não remunerado entre os extremamente mais pobres (em %)



**APÓS DEZ ANOS DE RECUO SISTEMÁTICO, A MISÉRIA PAROU DE CAIR ENTRE 2012 E 2013**

**Variação no grupo:**

O Brasil tinha 12,531 milhões vivendo como miseráveis em 2013. Entre 2012 e 2013, apesar da variação ser considerada estatisticamente estável, 422 mil pessoas entraram neste grupo



\* EM 2010, NÃO FOI REALIZADA A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS (PNAD). BASE DE INFORMAÇÕES DO ESTUDO

**Concentração:**

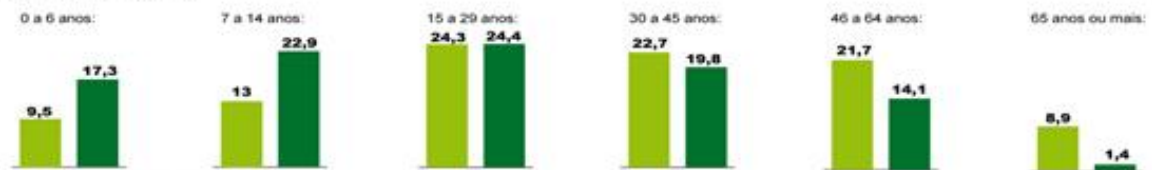
53% dos extremamente pobres estão distribuídos em cinco estados.



**CONTRASTES**

● População Em Geral ● População Miserável

**Faixas etárias (em %)**



Miseráveis são mais jovens e têm menos anos de estudo que a média da população. Ao todo, 40% dos extremamente pobres têm até 14 anos

**Escolaridade da população de 25 anos ou mais (em anos de estudo):**



**Acesso a serviços de água, esgoto e lixo**

**Domicílios sem rede geral de água (em %)**



**Domicílios sem banheiro ou com banheiro sem rede coletora ou fossa séptica (em %)**



\*Foram excluídos os moradores em domicílios onde pelo menos um dos membros omitiu algum de seus rendimentos

O pouco reconhecimento político dado à problemática das desigualdades socioeconômica na sociedade brasileira, tem em muito contribuído para o enfatizar dos processos de segregação sócio-espacial que podem facilmente ser identificados em quase todas as cidades brasileiras, particularmente, com a visibilidade que assumem nos espaços urbanos os preocupantes bolsões de pobreza. Algumas pesquisas apontavam para a existência em 2010 de 6329 desses aglomerados subnormais em 323 municípios brasileiros. Sendo que os de maior dimensão são a favela da Rocinha, localizada no Rio de Janeiro, a favela Sol Nascente em Brasília, e a favela Rio das Pedras, também no Rio de Janeiro. Mas estas não estão circunscritas apenas às grandes cidades, refira-se por exemplo que entre as 20 mais populosas, o Estado do Pará surge com dez desses aglomerados, nos quais vivem quase 200 mil habitantes<sup>16</sup>.

No Brasil o aumento da população urbana é acompanhado de perto pelo aumento da população pobre que se vê forçada a residir nas favelas das metrópoles e das médias cidades, o que tem continuamente interferido de um modo muito visível na morfologia urbana que caracteriza a realidade brasileira. Essas áreas de ocupação irregular e inadequada, é decorrente da falta de assistência, contínua, dos governos nas três esferas de atuação, quer seja na municipal, na estadual ou na esfera federal. E isto é bem visível pelo facto de após dez anos de recuo contínuo, a miséria parou de cair, entre os anos de 2012 e 2013, passando de 6,1% para 6,2% o que corresponde a 422 mil pessoas extremamente pobres. Mais da metade (53 %) localizam-se em cinco Estados: Bahia (14%), Maranhão 11%, São Paulo 10%, Ceará 9% e Pernambuco 8%. Verifica-se que desses cinco Estados citados, quatro localizam-se na região nordeste, para além de que uma parte considerável da população extremamente pobre que reside em São Paulo é composta também por um percentual de cidadãos nordestinos que se deslocam para São Paulo procurando fugir da miséria e encontrar condições de bem-estar e qualidade de vida mais dignas.

Os contrastes regionais na população mais carenciada são também reforçados por um contraste etário, pois 17% dessa população tem menos de 6 anos de idade e cerca de 23% tem entre 7 e 14 anos de idade. Esta distribuição etária é demasiado preocupante, por ser neste escalão que

---

<sup>16</sup> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/21/rj-df-sp-e-pa-dominam-ranking-das-20-favelas-mais-populosas-diz-ibge-lider-e-arocinha.htm>.

deveria iniciar o processo de aprendizagem educacional. Essas carências educacionais acabam por se reflectir na inserção desta população na economia informal, nas altas taxas de desemprego, e até na associação de alguma desta população a situações de criminalidade. Os miseráveis na sociedade brasileira são assim mais jovens e têm menos anos de estudo que a média da população. O tempo de escolaridade da população com 25 anos, entre os miseráveis é de apenas 5,1 anos de estudos.

Diante desse quadro de acentuado percentual de miseráveis, da sua falta de qualificação e dos problemas de acesso a necessidades básicas, em seus lares, podemos afirmar que o Brasil está muito longe, ainda, de alcançar a erradicação da miséria em seu território. Essa solução só depende de ações sérias e contínuas, dos governos municipais, estaduais e federal, complementadas pelo apoio de ações contínuas dos órgãos internacionais de combate à fome e a pobreza, tais como da ONU, da FAO, da UNICEF, CARE, Save The Children e Médicos Sem Fronteiras<sup>17</sup>.

A continuidade e o carácter sistemático da acção pública neste domínio é fundamental. Veja-se por exemplo que nas regiões brasileiras de grande concentração de miseráveis são encontrados vários municípios onde ocorre a morte diária de centenas de crianças e idosos. Muitos desses óbitos ocorrem por fome e doenças consideradas endémicas e fáceis de serem tratadas, algumas das quais já tinham sido erradicadas no final do século XIX, mas que por falta de investimento em infra-estruturas básicas na maioria das cidades e suas periferia, essas endemias retornaram a assolar a população de modo geral e particularmente, os mais pobres. Não só as doenças mas também a fome volta por vezes a assombrar territórios onde já se pensava ser um problema resolvido. Num artigo publicado no portal ONU-Brasil, em 16/10/2017,

“ (...) o representante da FAO para América Latina e Caribe, Julio Berdegú, e seu assessor técnico, Pablo Aguirre, alertam que a fome voltou a assombrar a região. Brasil

---

<sup>17</sup> A UNICEF é o Fundo da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Infância A CARE está presente em 94 países e tem por missão salvar vidas, erradicar a pobreza e alcançar justiça social, sendo que o seu foco são as meninas e as mulheres. A Save The Children é uma Organização Não Governamental (ONG) que tem como objetivo defender os direitos das crianças e contribuir para que desenvolvam o seu potencial em toda a plenitude. Os Médicos sem fronteiras é uma ONG que visa oferecer ajuda médica e humanitária a populações afetadas por conflitos armados, epidemias, catástrofes naturais e sem acesso a cuidados de saúde, em qualquer lugar do Mundo.

é exceção e continua com progressos, mas precisará desenvolver políticas especiais para enfrentar miséria em bolsões de pobreza, que são reflexo de profundas desigualdades sociais”<sup>18</sup>

Como já referido a população carenciada tem uma forte expressão no contexto urbano brasileiro. Tal decorre do facto de no Brasil, há vários anos, que a população é predominantemente urbana e a cada dia está ainda mais concentrada nas cidades. Esta realidade é bem expressiva nas estatísticas nacionais, pois no censo de 2010 o IBGE divulgou que viviam nas zonas urbanas 84,4% da população e apenas 15,6% em zonas rurais. Este agravamento da densidade populacional urbana é acompanhado, segundo informação divulgada pela agência IBGE de notícias, pelo significativo aumento da população vivendo em favelas, fruto desigualdade social que impera no país, com os decorrentes problemas dessa segregação sócio-espacial urbana.

De acordo com dados do IBGE de 2010 6% da população do Brasil, cerca de 11,4 milhões de pessoas viviam em favelas no ano de 2010. Sendo que só a favela da Rocinha, localizada na cidade do Rio de Janeiro, possui uma população estimada em mais de cem mil pessoas. Na cidade do Rio de Janeiro 1 em cada 5 habitantes reside em favelas. Existindo no entanto outras cidades onde a proporção de habitantes residindo em favelas é superior à do Rio. Em 2010 Belém era a cidade brasileira com a maior proporção de pessoas residindo em favelas (54,5%), ou seja mais da metade da sua população, seguida de Salvador (33,1%), São Luís (23,0%) Recife (22,9%), e em 5º lugar o Rio de Janeiro com 22,2%.

Diante deste quadro de análise e com bases nas informações oficialmente reconhecidas, é claramente reconhecido que o Brasil enfrenta intensas desigualdades sócio-económicas na sua população, o que reforça muita a segregação sócio-espacial patente nas áreas urbanas. A concentração de renda aumenta entre os mais ricos e do outro lado, os pobres e miseráveis têm aumentado de número. Estas desigualdades têm implicações na morfologia urbana, pois promove uma gestão do espaço urbano que privilegia o seu valor de troca em detrimento do seu valor de uso. O espaço urbano tende a ser gerido cada vez mais como uma mercadoria, em que todos os bairros têm o seu valor diferenciado, pois consoante o tipo de serviços oferecidos são mais ou

---

<sup>18</sup> <https://nacoesunidas.org/artigo-na-corrída-contra-a-fome-nos-afastamos-da-meta/>



menos valorizados. Sendo que no caso do Brasil o Estado age para legitimar essas ações mercantilistas, sempre favorecendo os mais ricos com valorizações diferenciadas dos espaços que estes habitam, em detrimento dos bairros dos excluídos, o que interfere directamente na morfologia das cidades brasileiras.

“O Estado, com seus instrumentos legais, produz, assim, grandes transformações nos usos e funções dos lugares das cidades, reproduzindo uma hierarquia desses lugares no conjunto do espaço metropolitano. Mas, ao direcionar os investimentos em infraestrutura, ele aprofunda as desigualdades na metrópole, interferindo de modo marcante nas formas de apropriação do espaço à medida que produzem, com sua intervenção, um processo de valorização diferencial do solo urbano.” (Carlos, 2015, p.30).

As ações de legitimação feitas pelo Estado Brasileiro de valorização diferenciada dos espaços urbanos, vão além da infraestrutura necessária para a construção de um edifício ou de um *shopping center*. Segundo Carlos (2015, p. 95): “ O Estado desempenha aí o papel de implementador da infraestrutura necessária nos lugares e de garantidor legal dos processos de valorização, legitimando as mudanças e neutralizando os conflitos”. (p.95). Sendo que este processo de valorização e revalorização das diferentes áreas da cidade está inserido num processo mais vasto de acumulação de capital, pelo que é comandado pela defesa dos interesses dos que mais beneficiam do modo de produção capitalista, e não tanto dos que dele menos beneficiam. Veja-se a este respeito o que refere Maricato (2011) citando Harvey, quando descreve:

“David Harvey lembra o movimento de destruição e reconstrução de ambientes construídos como parte do processo de acumulação de capital (Harvey, 2004b). A extensão da ocupação do solo urbano por novos condomínios e shopping centers e a expansão por “recuperação de áreas degradadas” (com a conhecida “gentrificação”) é uma determinação ilimitada do mercado imobiliário.” (Maricato, 2011, pp.173/174).

No caso específico do Brasil é bem visível como a morfologia urbana é em muito uma resultante de determinações de um Estado que atende sobretudo aos interesses dos grupos que detêm o poder nacional, dando forma e sentido mercadológico a algumas parcelas urbanas à medida que vão sendo construídos e remodelados alguns bairros objetivando os interesses dos mais

privilegiados. Existem mesmo casos de intervenção em áreas sem valor imobiliário, nas quais as reformas urbanas ocorrem para dar uma nova paisagem e uma nova forma que revitalize a área incrementando o seu valor de troca, quer seja viabilizando a construção de um novo condomínio residencial, ou de um novo *shopping center*, por exemplo. Noutros casos esses investimentos de valorização dirigem-se para bairros já valorizados, como a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, quando em 2016, foi construída nesse bairro a Vila Olímpica, para abrigar, temporariamente, milhares de atletas e paratletas nas olimpíadas. Esses condomínios, que foram utilizados por pouco tempo por esses atletas, poderiam posteriormente ser distribuídos para aluguel de baixo custo, às populações com maiores carências, mas essa não foi a opção governamental.

Estes são modos de actuação que fazem com que a cidade na contemporaneidade tenha um significado sobretudo mercadológico, em que o seu valor de troca se sobrepõe ao seu valor de uso. Essa “mercadoria urbana” está sendo “metamorfoseada” continuamente, sendo que neste contexto a cidade vai sendo esculpida seguindo as determinações dos “donos do poder” quer sejam, os políticos, as grandes corporações empresariais, os incorporadores imobiliários. Consequentemente a cidade brasileira estruturada e programada tende a ser efetivamente vendida para os mesmos grupos que definiram a sua construção, por outro lado a grande parcela da população da cidade vive em assentamentos informais e de génese ilegal, não conseguindo que os seus interesses sejam efectivamente considerados nos processos de gestão urbanística.

Fazendo uma breve leitura do sistema urbano do Brasil percebe-se que este é bem complexo, visto que vem sendo influenciado pelos diversos ciclos económicos pelos quais o Brasil passou desde o século XVI. Ainda na época da colonização, os primeiros ciclos económicos facilitaram a estruturação do sistema urbano no litoral nordestino e os demais ciclos económicos facilitaram o desenvolvimento da região sudeste, com implicações também no seu desenvolvimento urbano.

“Em sua trajetória, esse sistema urbano brasileiro começa a se estruturar a partir do processo de colonização, acompanhando os caminhos abertos pelo povoamento do território, com emergência de vilas e cidades, conjugado à exploração de recursos naturais e expansão da fronteira desses recursos”. (Moura e Pêgo, 2017, p.72).

Nesse processo, numa primeira fase o Brasil teve como motor do seu desenvolvimento as suas primeiras capitais (Salvador e Rio de Janeiro) que revelavam, em cada período, o seu poder político aliado ao económico. Somente no século XX e a partir de meados da década de 50, passa a assistir-se a um processo de industrialização e urbanização crescente, a partir da região sudeste e que vai alcançar efectivamente uma dimensão nacional.

“A urbanização no Brasil foi mais rápida do que em algumas outras partes do mundo. De acordo com dados do IBGE, a população urbana no Brasil, que era de 36,1% em 1950, atingiu 84% em 2010. A média mundial projetada para 2050 é de uma população urbana de 70%. A urbanização que levou mais de cem anos em outras partes do mundo hoje tido como industrializado, ocorreu no Brasil em apenas cinquenta anos, o que em parte ajuda explicar o déficit de desenvolvimento urbano.” (Pereima Neto, 2014, p.275).

De referir que segundo Santos (2013), a partir do final do século XX no Brasil passam a crescer não só as metrópoles nacionais, mas também as cidades de porte médio e as cidades locais, menores. Essas cidades médias e locais, passam a crescer mais rapidamente nas proximidades das regiões metropolitanas nacionais. Essa tese, de Santos (2013), destaca que as cidades de porte médio crescem, mas impulsionadas por uma população mais qualificada, que busca qualidade de vida. Por outro lado, as metrópoles nacionais, continuam a atrair as populações menos qualificadas.

“Essas cidades médias são, crescentemente, *locus* do trabalho intelectual, o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade económica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamam cada mais trabalho qualificado, enquanto as maiores cidades, as metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e sua própria composição orgânica do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e despreparadas.” (Santos, 2013, p.136).

Actualmente a hierarquia urbana brasileira é, de acordo com o IBGE, organizada em torno de doze redes urbanas comandada por 12 metrópoles, que “são diferenciadas em termos de tamanho, organização e complexidade e apresentam interpenetrações, pela ocorrência de vinculação a mais

de um centro, resultando em dupla ou tripla inserção na rede”. No caso específico da cidade de Aracaju, que se localiza na região Nordeste do país, esta é uma cidade de porte médio que está articulada com as metrópoles regionais de Salvador e Recife, sendo, portanto, dependente do desenvolvimento econômico e cultural dessas metrópoles regionais, mas que não deixa de receber influência, do ponto de vista, econômico, político e cultural da região Sudeste e mais fortemente da grande metrópole nacional que é São Paulo.

### **3.4. Aracaju: morfologia urbana e integração no sistema urbano brasileiro**

O desenvolvimento de Aracaju teve o seu grande impulso em meados do século XIX, quando se verificou a transferência da capital Estado de Sergipe, da cidade histórica de São Cristóvão, para o litoral às margens do rio Sergipe. Machado (1990) ao estudar a origem da cidade de Aracaju mostrou em sua dissertação que desde 1855, quando foi fundada, Aracaju foi crescendo rapidamente às margens do rio Sergipe.

Desde final do século XIX, começou a assistir-se uma certa preocupação com a qualidade construtiva com que se ampliava o espaço urbano de Aracaju. Até então muitas das habitações construídas próximo ao núcleo central de Aracaju eram feitas de materiais sem grande qualidade, de maneira geral não eram de alvenaria, sendo que o aparecimento de novas construções se fazia de maneira desorganizada e sem programação e ordenamento do espaço construído. Para combater esta situação desde finais do século XIX a prefeitura de Aracaju determinou que as construções passassem a seguir um determinado padrão de construção.

“Embora exista um plano para a cidade, ela crescia sem critérios, tanto para a construção quanto para a localização das casas existentes, (...) a própria mão-de-obra empregada não dominava o ofício da construção, com rigor. Assim a cidade começou a crescer, desrespeitando o traçado do plano. Para tentar impedir este crescimento desordenado do plano, a Câmara Municipal pôs em execução a Resolução Provincial que regulava as

construções civis e, ainda, os costumes de seus habitantes. Dessa forma, tudo que ficasse dentro do quadrado da cidade tinha que se condicionar, estritamente, às exigências da Câmara.” (Porto, 1945, p. 49)

Nesse sentido estava já a actuar-se com directrizes que iriam influenciar a morfologia urbana de Aracaju. Como já estava se tornando desordenada, a cidade de Aracaju foi alvo de grandes preocupações sobre a qualidade de sua construção, assim como as suas quadras e ruas passaram a serem repensadas. Portanto, desde o século XIX que a sua morfologia já estava sendo programada, assim como começaram a surgir tentativas de melhoria dos padrões de construção.

Assim, desde a segunda metade do século XIX que o crescimento e expansão da área central de Aracaju passou a seguir um projeto de traçado da sua malha urbana, pensado pelo Engenheiro Sebastião Pirro.

“Feita a mudança da capital, vem a preocupação com a sua construção, visto que as demais cidades foram construídas sem um planeamento, quanto à forma e localização. Assim, foi decidido que Aracaju seria uma cidade planejada, e foi contratado o engenheiro Arquiteto Sebastião José B. Pirro para a elaboração do plano da cidade. O projeto de Pirro apenas indicava um plano de alinhamento dentro de um quadrado traçado com quarteirões iguais. Tal proposição, hoje (1990), seria muito criticada, pois, além de não se enquadrar na situação física da área, seria erigida sobre ela, de forma que era uma verdadeira imposição”. (Machado, 1990, p.29).

Porto (1945) refere que esse traçado regular de quadras rectilíneas de Pirro segue a influência de uma tendência urbanística muito vulgarizada no século XIX, em vários países e também no Brasil, o que levou a uma difusão da aplicação do traçado geométrico com:

“um uso exagerado das linhas retas, nos planos das novas cidades ou na remodelação e regularização das existentes. O espectáculo do passado alimentava mesmo esse geometrismo, que um certo sabor francês facilitava a penetração em nosso país. O traçado em tabuleiro de damas, tão conforme ao classicismo imperante nos princípios do século XIX, propagado largamente pelos americanos, dominava os espíritos da época de

Pirro. Seu plano não poderia deixar de trazer as marcas destas tendências.” (Porto, 1945, p.37).

A decisão da mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju em 1855 deve-se ao facto da cidade de São Cristóvão ter sido construída em um terreno de relevo irregular, que dificultava a sua expansão, para além de estar afastada do litoral e se posicionar nas imediações de um rio demasiado estreito que dificultava muito a escoamento das mercadorias para outras regiões, tais como o açúcar, que era o mais importante produto que Sergipe produzia.

“A pequena São Cristóvão não mais oferecia condições indispensáveis para uma sede administrativa, e a pressão económica do Vale da Cotinguiba - maior região produtora de açúcar da província - exigia a mudança. A região precisava urgentemente de um porto que escoasse melhor seus produtos”<sup>19</sup>.

Por essas razões o Presidente da Assembleia, Inácio Barbosa, envolveu-se na aprovação da mudança da capital para uma região mais plana e litorânea. Tomada essa decisão foram enfrentadas muitas dificuldades para a efetivação dessa transferência e início da construção da nova capital, sobre áreas de pântanos, tendo demorado quase dez anos para que o solo sobre o qual se iria desenvolver a cidade se firmasse. Assim, é sobretudo a partir de 1865 que se dá início à expansão urbana de Aracaju.

Analisando comparativamente duas plantas da cidade de Aracaju, uma do ano 1857 e outra de 1865, é possível verificar o crescimento das quadras rectilíneas em forma de tabuleiro, com medidas regulares simétricas, sendo que todas as ruas foram arrumadas geometricamente, como um tabuleiro de xadrez, para desembocarem no Rio Sergipe (Figuras 11 e 12).

---

<sup>19</sup> <http://www.aracaju.se.gov.br/aracaju/historia>



esgotos. “Em 1908 é inaugurado o serviço de água encanada, um luxo para a época. Em 1914 é a vez dos esgotos sanitários e no mesmo ano chega a estrada de ferro”<sup>20</sup>.

Porém e apesar destes investimentos, segundo Machado (1990, p.30), ainda no fim do século XIX começaram a surgir problemas no desenvolvimento da cidade, nomeadamente no respeito pelas directrizes dos planos existentes. Conforme refere Machado (1990, p.33), por falta de condições financeiras e mesmo por desrespeito às determinações da Prefeitura de Aracaju, a grande parte da população construía casas fora dos limites determinados, prejudicando-se assim a morfologia urbana desejada e determinada pelos planos. Estas construções improvisadas e de génese ilegal, promovidas por parte da população, vieram a promover os primeiros sinais de segregação sócio-espacial na cidade de Aracaju, sobretudo na sua parte oeste, nas proximidades da estrada de ligação a São Cristóvão. Pois, segundo Porto (1945, p. 50) “esta fuga foi o primeiro fenómeno geográfico de diferenciação social que se operou em Aracaju”.

Começavam assim a verificar-se as primeiras dificuldades em continuar mantendo o traçado do engenheiro Basílio Pirro na determinação do futuro da expansão urbanística desta cidade. A este respeito Diniz (2009) descreve que a quadra principal de Aracaju, na segunda metade do século XIX, já passava por uma variação na sua morfologia urbana, com a profusão de habitações improvisadas sobretudo na sua parte oeste.

“Por volta de 1860 a cidade possuía mais ou menos 600 metros ao longo do rio e 100 metros para o interior. Aos poucos, surgiu uma nova fase de crescimento, com a estrada para Jabotiana, hoje rua Itabaiana, com a intensificação da ocupação para oeste, mediante a construção da igreja matriz, e o maior desenvolvimento próximo à estrada de ligação a São Cristóvão com habitações improvisadas. Houve uma expansão da cidade para oeste, que chegou a ocupar cerca de 300 metros de distância do rio.” (Diniz, 2009, p.77).

Este crescimento urbano marcado pela presença de sinais de segregação sócio-espacial vai depois intensificar-se após 1930 com a concretização de opções de programação urbanística, pois vai

---

<sup>20</sup> <http://www.aracaju.se.gov.br/aracaju/historia> (20-10-2018)



“dar-se início, nesse período, o zoneamento social dos bairros, e começam a se estabelecer os bairros de elite, os bairros de operários e os bairros de comércio e de indústrias” (Diniz, 2009, p. 35). A fase que vai de 1930 a 1964 “caracteriza-se principalmente por um crescimento espontâneo da cidade. Espontâneo na medida em que, pela primeira vez, a ocupação e uso do solo de Aracaju configura-se mais como resultado da iniciativa privada que estatal”. (Loureiro, 1983, p. 59).

Pela análise de uma fotografia aérea do centro de Aracaju da década de 1960 (Fotografia 5), é possível verificar o início da verticalização da cidade com a presença dos primeiros prédios de grande volumetria, iniciando-se então um processo de densificação urbanística com o crescimento vertical da cidade. Observar a presença mais em destaque de três prédios, o do hotel Palace (em frente à Praça General Valadão), muito próximo do maior prédio do Estado de Sergipe, ainda actualmente, denominado de Edifício do Estado de Sergipe (conhecido como Maria Feliciano em referência à mulher mais alta de Sergipe). Observa-se ainda nesta fotografia aérea o prédio do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). Detecta-se assim ao início do crescimento vertical de Aracaju, a partir do centro da cidade. Posteriormente, foram sendo construídos novos edifícios em outros bairros da cidade, localizados, em maior quantidade, na zona sul de Aracaju, nas proximidades do Bairro Jardins, um dos bairros analisados no estudo empírico desta tese.

Por essa altura vai prosseguir uma tendência de grande crescimento populacional e urbano, impulsionado pelas indústrias têxteis e pelo comércio do açúcar e do algodão (Machado, 1999). Sendo que a partir da década de 1960 Aracaju se consolida definitivamente como principal centro económico, político, cultural e demográfico do Estado de Sergipe. Conforme refere Diniz (1987), Aracaju naquela época já era o principal centro urbano do Estado, podendo dizer-se que o seu domínio hierárquico no sistema urbano estatal era tão forte que efectivamente não existiam aglomerados urbanos de segundo nível hierárquico. Diniz (1987, p. 54) citou três autores (Corrêa, 1963, Diniz, 1966 e Duarte, 1969) para afirmar que só existiam em Sergipe centros urbanos e económicos de terceiro nível hierárquico, tais como Itabaiana, Lagarto, Estância e Propriá. Sendo que nenhum desses municípios tinha (e nem tem até hoje) um poder de influência e decisão económica, política e cultural próximo do revelado pela cidade de Aracaju.

### **Fotografia 5. Fotografia aérea do centro de Aracaju na década de 1960**



Fonte: Diniz, D. N. L. (2009, p.132)

Este domínio da rede urbana resulta de várias ações e projetos (públicos e privados) de grande porte que foram efetivados em Sergipe e que fortaleceram esse processo. Alguns desses projetos foram fundamentais para acelerar o processo de urbanização de Aracaju, como: a instalação da Petrobrás em 1960 no Distrito Industrial de Aracaju, a transferência em 1970 da sede da Petrobrás de Alagoas para Sergipe; a instalação da Petromisa em 1977; a criação da Nitrofertil e da Unidade de Processamento de Gás Natural em 1981; a desapropriação em 1986 da área onde seria localizada o futuro Porto de Sergipe; a implantação do Pólo Cloroquímico em 1988; entre outros projectos e investimentos de grande dimensão que muito impulsionaram a industrialização do Estado de Sergipe.

Na sequência destes projectos, a partir do final do século XX Aracaju, que já estava consolidada como detentora do poder económico, político e cultural do Estado, começa a assistir a um reforço do seu crescimento urbano e populacional além dos seus limites políticos administrativos. Desde então vários autores sergipanos e não sergipanos, passaram a estudar o problema urbano da cidade de Aracaju e de sua região metropolitana. Correia (1978) com um estudo sobre a evolução

da cidade e as questões relacionadas a sua franja urbana. Teles (1978) com um estudo onde confirmou a hegemonia económica da capital em relação ao interior do Estado. Menezes(1983) estudou sobretudo a organização do espaço periférico de Aracaju, onde se concentrava grande parte da população de baixa renda e onde se encontrava grande precariedade a nível infra-estrutural. Loureiro (1983) aborda, entre outras, a fase de expansão urbanística que vai de 1964 em diante e que se caracteriza por um ritmo de expansão urbana extremamente acelerado, associado à sua industrialização, e em que se evidenciam muitos dos seus problemas urbanos.

“Entretanto, o crescimento urbano de Sergipe, capitaneado pela industrialização, ocorreu de forma acelerada na década de 1970, com a transferência da sede administrativa da Petrobrás, a Região de Produção do Nordeste, de Maceió para Aracaju, bem como a transferência de um elevado contingente de técnicos e especialistas de petróleo, cujos salários superavam a média estadual, criando condicionantes para a formação de uma nova classe média sergipana” (Loureiro, 1983, p.347).

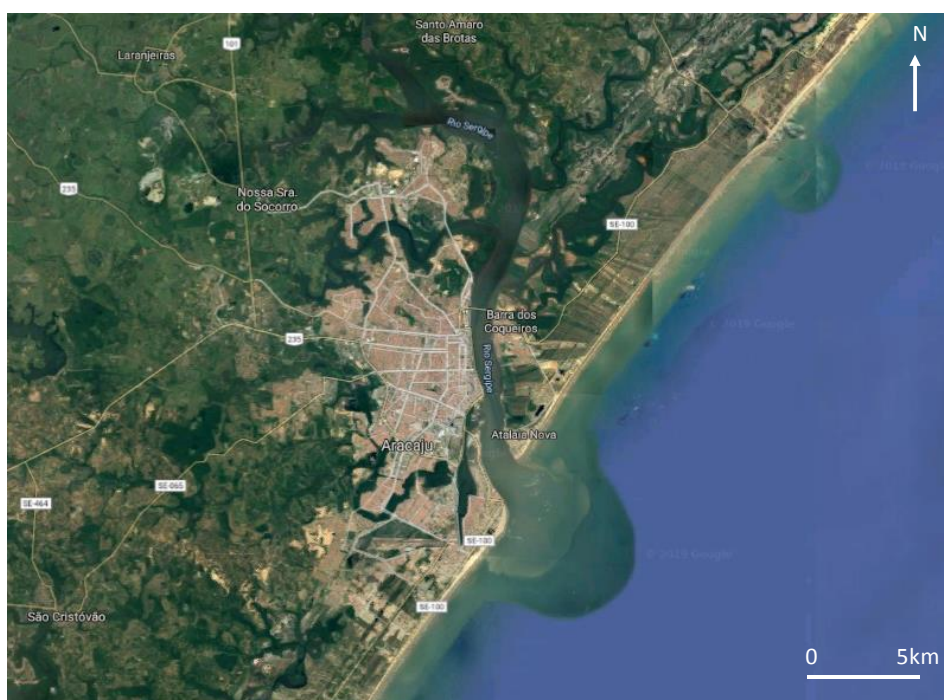
Ribeiro (1984) abordou alguns desses problemas urbanos, entre os quais ao analisar as grandes transformações recentes do espaço urbano de Aracaju detectou padrões de segregação sócio-espacial, o que o vai levar a definir uma tipologia dos bairros de Aracaju, em centro, área de elite, área de especulação, antigos bairros centrais e áreas de ocupação recente de baixa renda. Everton Machado (1989) realizou estudos onde foi destacado o dinamismo do turismo e a construção de vários hotéis no centro e na orla de Aracaju. O mesmo autor analisou também a implantação do complexo portuário de Sergipe e sua influência na economia da capital. Posteriormente Machado (1990), realizou estudos sobre a ampliação do crescimento de Aracaju para além de suas fronteiras político-administrativas, analisando o processo inicial de consolidação da região da Grande Aracaju.

A oficialização de Grande Aracaju surgiu com a Lei 2371 de 30 de abril de 1982, com a qual o governador Augusto Franco estabelece a região da Grande Aracaju composta por sete municípios (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão). Mais tarde, em 1986, o então governador João Alves Filho alterou o dispositivo da Lei 2371 e criou a Lei 2607, que ampliou a região da Grande Aracaju para nove

municípios municípios (com a inclusão de Itaporanga D’Ajuda e Riachuelo) e reforçou mais ainda a necessidade de se definir a gestão dessa grande área urbana, onde se concentra a maior parte da população do Estado de Sergipe. Observando a imagem de satélite da Grande Aracaju (Figura 13) verifica-se que a sua mancha urbana estende-se actualmente para norte do Rio do Sal ocupando já parte do município de Nossa Senhora do Socorro. A leste estende-se para a outra margem do Rio Sergipe, ocupando já parte do município de Barra dos Coqueiros. A oeste espraia-se ate ao município de São Cristóvão, localizando-se ai diversos conjuntos habitacionais.

Assim, a evolução do processo de crescimento urbano de Aracaju fez com que se viesse a originar o surgimento de um processo de metropolização (Machado, 1990). Esse processo de metropolização evidencia a intensificação do aumento populacional dessa área urbana a um ritmo muito maior que o do Estado, com a decorrente concentração de serviços, emprego e alteração paisagística em Aracaju e na Grande Aracaju. Isso ocorreu devido à ampliação de um processo de crescimento horizontal na sua periferia, a par de uma densificação urbanística na sua área mais central associada a um intenso crescimento vertical.

**Figura 13. Imagem de satélite da Grande Aracaju em 2019**



Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Shopping+Jardins/@-10.9153751,-37.0995981,32983m>

França (1999), seguindo o mesmo raciocínio de Machado (1990), reforçou a necessidade de ser realizado uma reflexão em torno do crescimento urbano da Grande Aracaju, decorrente das enormes consequências desse processo de urbanização para a sua população residente, lançando assim o livro 'Aracaju, Estado e metropolização'. Este trabalho de França (1999), deu continuidade aos trabalhos desenvolvidos por Machado(1990), estabelecendo a necessidade de uma trajetória da metropolização da cidade de Aracaju. Esta veio a ser expressa na Lei complementar n° 42 de 04 de outubro de 2000, que institui o plano diretor de desenvolvimento urbano de Aracaju (PDDU), criando o sistema de planejamento e gestão urbana desta cidade. Este plano propõe a ordenação do crescimento metropolitano de Aracaju, acompanhado de toda uma regulamentação de preservação paisagística, ecológica, cultural e histórica. Neste plano abrange-se toda a área da Grande Aracaju e apresenta-se uma estratégia de urbanização e de estímulo à industrialização prevista, como a construção de pontes sobre o rio Sergipe e ampliação e melhoria da rede ferroviária.

Entretanto, decorridos mais de cinco anos de vigência deste plano era esperado que este fosse revisto, conforme estabelecido no Estatuto da Cidade (Lei n° 10.257/200) que determina a revisão dos planos diretores de cada cidade brasileira a cada cinco anos. Contudo tal ainda não ocorreu. Desde 2005 que algumas tentativas foram realizadas para revisão do PDDU de Aracaju, mas que não foram levadas a efeito por falta de vontade política e do *lobby* do setor da construção civil. Hoje, Aracaju e sua região metropolitana, tem a sua gestão baseada num plano ultrapassado, fazendo com que os problemas urbanos dessa região se agravem, nomeadamente questões associadas à expansão urbana desordenada, à política habitacional, à problemática da segregação sócio-espacial, além de problemas decorrentes da violência e criminalidade que se tem intensificado na Grande Aracaju.

Mais recentemente Costa (2006) procede a uma análise do modo como se organiza a estrutura urbana de Aracaju, detectando três principais sub-centros comerciais e de serviços.

“O sub-centro de Siqueira Campos, salientando que é o mais antigo sub-centro da cidade onde está consolidada sua dinâmica em praticamente em todos os segmentos básicos e especiais no processo de oferta de serviços e produtos, atendendo, não apenas a população do bairro e adjacentes, mas também a toda a cidade e municípios contíguos a Aracaju. O Complexo do Sub-centro São José; Treze de Julho; Salgado Filho; Grageru, e Jardins, destacando que “é o Sub-centro de maior valor agregado ao solo urbano. É o espaço construído pela classe média e pela diminuta burguesia sergipana”. E os sub-centros de bairros, que “Em termos espaciais, a tendência é a formação de núcleos comerciais e de serviços de porte variável, dependendo da capacidade financeira de seus moradores, bem como da dimensão demográfica aí apresentada”. (Costa, 2006, pp.141-162).

Campos (2006) vai abordar o processo de segregação sócio-espacial em Aracaju, salientando nesse processo o papel do Estado de Sergipe, particularmente analisando o papel das políticas habitacionais e seus efeitos nos conjuntos habitacionais de Aracaju, nomeadamente ao nível da promoção de bairros de habitação social. Referindo que os grandes programas de produção de habitações sociais em Aracaju iniciam-se a partir de 1966 com a constituição da Companhia de Habitação de Sergipe (COHAB/SE) e do INOCOOP/BASE (1967), que tinham como finalidade básica “promover a construção de habitações sociais públicas individuais ou coletivas, visando resolver os problemas de moradia na capital e também no interior do Estado de Sergipe” (Costa, 2006, p.234). O autor conclui que

“... a construção de grandes conjuntos habitacionais nas áreas de periferia urbana, justapondo-se aos processos de favelização, além de ampliar o desequilíbrio ambiental urbano, delinea outros fatores que contribuem para a leitura das desigualdades sociais muito além da pobreza e de sua segregação no espaço e para a exclusão de direitos à cidadania e ao conforto urbano”. (p.243)

No entanto estes investimentos não se revelaram suficientes para responder à crescente procura habitacional da população com mais baixos recursos que se viu assim forçada a resolver o seu problema habitacional por via da auto-construção e da ocupação irregular de terras. Esta prática

ocorrida em Aracaju surge na sequência de operações similares que ocorreram e ainda continuam a ocorrer todo o país. Pois a nível nacional, as populações residentes em aglomerados subnormais têm crescido significativamente, visto que segundo o censo demográfico do IBGE “Entre 1991 e 2010, a população residente nesses locais aumentou em mais de 60%, passando de pouco menos de sete milhões para 11,4 milhões de pessoas”, segundo o Censo Demográfico”<sup>21</sup>.

No caso específico de Aracaju é possível identificar inúmeras áreas de interesse social, conforme se apresenta no diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Aracaju (PDDUS) do ano 2010<sup>22</sup>. De acordo com o IBGE (2010) no último Censo, existiam em Aracaju 28 aglomerados subnormais, que são mais conhecidos como favelas. Atualmente não existem outros estudos que contabilizem estes aglomerados subnormais, que expressam os bolsões de pobreza da cidade de Aracaju, pelo que tendo-se passado já nove anos dessa inventariação, é esperado que a expressão territorial e o quantitativo demográfico destas áreas de ocupações subnormais<sup>23</sup> em Aracaju se tenha agravado.

Um exercício cartográfico que permite uma aproximação à leitura da segregação sócio-espacial em Aracaju é o mapa elaborado pela Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Aracaju, o qual expressa a distribuição espacial dos Bairros de Aracaju segundo o seu Índice de Condição de Vida em 2016: elevado, intermédio, baixo e muito baixo (Figura 14). A sua análise evidencia de um modo claro um processo de periferização dos cidadãos de mais baixo nível sócio-económico. Pois é notório que os bairros com uma condição de vida elevada encontram-se todos eles próximos entre si e ocupando a área mais central da cidade de Aracaju (o bairro 4, Bairro Jardins, será o bairro analisado no estudo empírico desta tese como exemplo de um processo de auto-segregação), por sua vez os bairros de classe intermédia ocupam um primeiro anel circundante à área mais central de Aracaju, enquanto que os bairros com uma condição de vida baixa ou muito baixa ocupam as áreas mais periféricas da cidade (o bairro 19, Bairro de São

---

<sup>21</sup> <https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/>

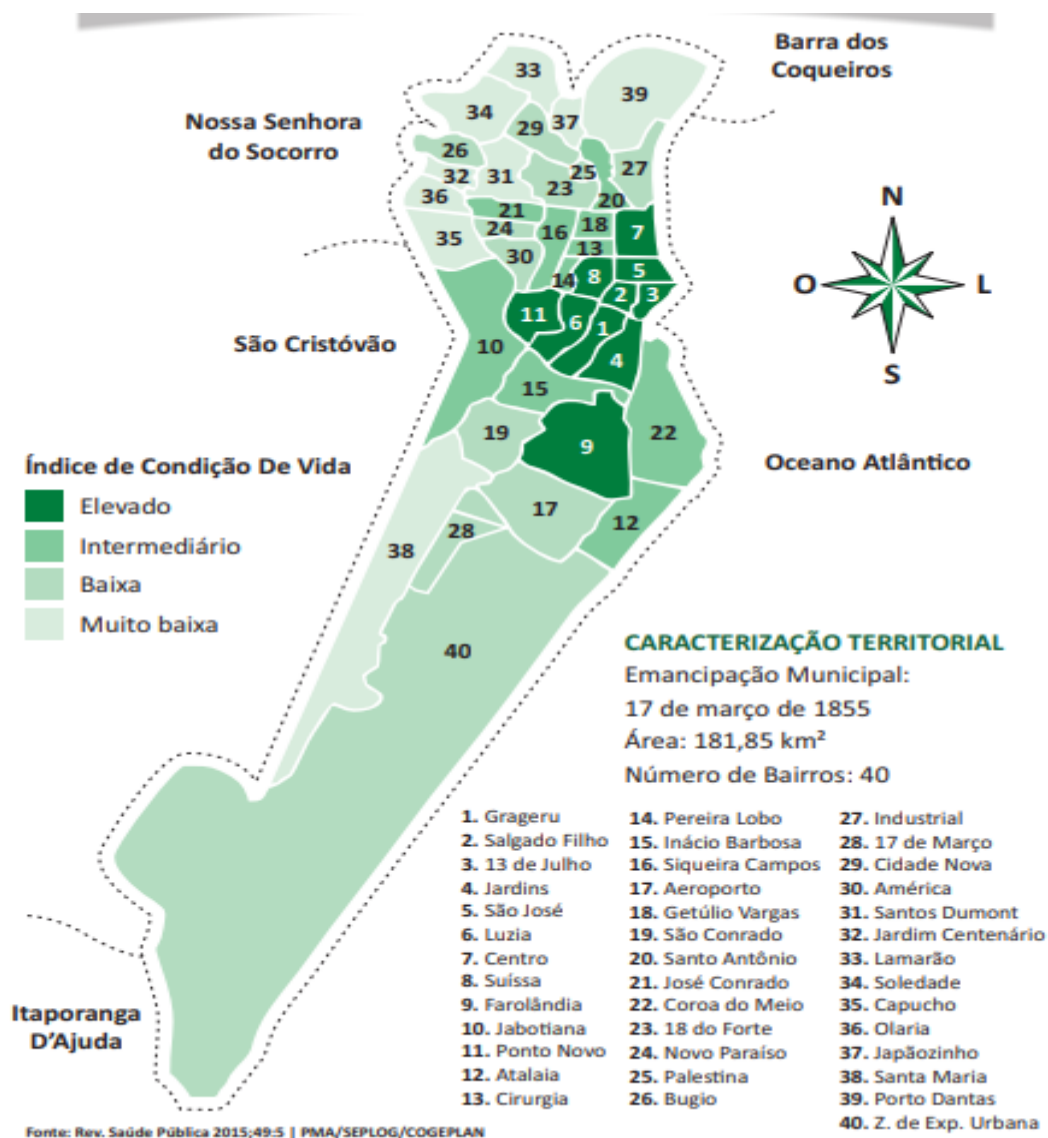
<sup>22</sup> PDDUS-Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Aracaju. Fonte <https://www.aracaju.se.gov.br/saude/index.php?act=leitura&codigo=45197>

<sup>23</sup> - “É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, asas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa”. (MPOG-IBGE, 2010).



Conrado, será o bairro analisado no estudo empírico desta tese como exemplo de um processo de segregação imposta).

**Figura 14. Distribuição espacial dos Bairros de Aracaju segundo o seu Índice de Condição de Vida em 2016**



Fonte: [http://transparencia.aracaju.se.gov.br/archives/documentos\\_diversos/aracaju\\_em\\_dados.pdf](http://transparencia.aracaju.se.gov.br/archives/documentos_diversos/aracaju_em_dados.pdf) Prefeitura Municipal de Aracaju-PMA. Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão –Seplog. Aracaju em Dados 2016. (28-10-19).

Assim, perante esta breve análise da evolução da morfologia urbana da cidade de Aracaju, verifica-se que tem já raízes profundas o processo de segregação sócio-espacial neste contexto urbano.



Sucintamente, a análise da evolução da morfologia urbana da cidade de Aracaju, revela um contexto de desenvolvimento que expressa territorialmente as desigualdades sócio-económicas da sua população, mesmo tendo na sua origem a presença de um plano para a ordenamento territorial do espaço construído. Apesar desses esforços de planeamento, a trajectória do desenvolvimento urbano de Aracaju gerou um processo de segregação sócio-espacial contínuo e crescente na região, até aos dias atuais.

### **3.5. Breve análise comparada de Braga e Aracaju e dos espaços de segregação sócio-espacial analisados no estudo empírico**

Procura-se agora apresentar um esforço de síntese baseado numa perspectiva de análise comparada da morfologia urbana das cidades de Braga (Portugal) e Aracaju (Brasil), destacando as principais similaridades e diferenças nos seus processo de expansão urbana, bem como nos espaços alvo de processos de segregação sócio espacial que serão analisados na investigação empírica que se apresentará nos capítulos seguintes.

Ambas as cidades são centros urbanos de importância estratégica regional e com papel dominante nas redes urbanas em que se inserem. Aracaju como capital do Estado de Sergipe e Braga como sede do distrito de Braga e cidade dominante da rede urbana designada de Quadrilátero Urbano. Por outro lado, ambas possuem Universidades de prestígio e forte importância regional: a Universidade do Minho em Braga e a Universidade Federal de Sergipe, localizada em São Cristóvão, mas que está posicionada bem na fronteira municipal de Aracaju. Finalmente, ambas as cidades se apresentam em processo de crescimento urbano acentuado, fazendo com que exista uma dinâmica acelerada de alteração nas suas morfologias urbanas.

No entanto existem também aspectos de diferenciação bastante relevantes, desde logo demográficos, o que é um reflexo da desigual dimensão dos dois países. A este respeito cabe salientar que uma cidade de porte médio no Brasil é bem maior que uma cidade de porte médio

em Portugal. Assim, segundo o IBGE, em 2019 Aracaju (Brasil) tinha uma população estimada de 657.010 habitantes e a cidade de Braga, segundo o INE, em 2011 tinha uma população de 181.494 habitantes. Outras diferenças relacionam-se com uma inserção desigual nas dinâmicas de desenvolvimento regional que caracterizam cada um dos países em que estão inseridas. Aracaju está situada numa região (Nordeste) considerada pobre no Brasil, enquanto Braga está situada no noroeste de Portugal, que tem um forte peso na economia do país, com uma indústria dinâmica e fortemente exportadora.

De referir ainda que Braga é uma cidade histórica, com mais de 2000 anos, com uma forte tradição religiosa, mas simultaneamente com um forte dinamismo que advém de uma população jovem, com um espírito empreendedor assinalável, promotora de relevantes investimentos em inovação tecnológica, bem como de um grande potencial de influência regional. Em contrapartida, Aracaju é uma cidade com 164 anos (PMA, 2019), com uma população em torno de 657 mil habitantes (IBGE, 2019) <sup>24</sup>, que domina o sistema urbano do Estado do Sergipe mas que não consegue se destacar na região nordeste do Brasil, embora apresente um claro domínio na rede urbana composta pelos 75 municípios presentes no Estado de Sergipe.

Acreditamos ser precisamente este conjunto de similaridades e diferenças que fundamentam a relevância de se analisar, de forma comparativa, o processo de segregação sócio-espacial presente nestas duas cidades, e que foi o objectivo da investigação empírica que se expõe nos capítulos seguintes desta tese. Até porque entre as cidades de Braga e de Aracaju, a questão das desigualdades socio-económicas estão bastante presentes na caracterização de ambas as cidades, embora estas se expressem territorialmente de modo distinto de acordo com as especificidades dos seus processos de urbanização. Martins (2017), por exemplo, assinala sobre os bairros sociais de Braga, que

“A imagem negativa dos bairros sociais deve-se, de certa forma, às notícias divulgadas pelos órgãos de comunicação social, que suscitam medo e desconfiança na população relativamente a estes lugares, mesmo em relação àqueles em que não se verificarem motivos que fundamentem qualquer insegurança. Por isso, muitas vezes, a conotação

---

<sup>24</sup> -<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama> (19-10-19).

negativa destes lugares deve-se a um desconhecimento da realidade. Neste sentido, é importante desenvolver iniciativas que tornem o bairro mais atrativo e que cativem a população a visitá-lo e frequentá-lo, esclarecendo assim preconceitos e corrigindo imagens mentais.” (Martins, 2017, p. 109).

De entre os exemplos em Braga de segregação sócio-espacial, na modalidade de segregação imposta com a concentração espacial de cidadãos de baixos rendimentos e qualificações, a autora salienta o bairro das Andorinhas como um bairro social que enfrenta problemas vários, carecendo nomeadamente de investimentos infra-estruturais, comércio e serviços, assim como de algum atractivo que possa fazer com que seja conhecido e frequentado pela restante população da cidade, como forma de corrigir a conotação negativa dada a esse bairro.

“Atualmente, o Bairro das Andorinhas caracteriza-se por ser um espaço quase exclusivamente residencial, uma vez que os únicos serviços lá presentes são um café, a sede da Associação de Moradores, um supermercado, a Associação Ida e Volta e a Associação Aventura da Saúde. Na envolvente do bairro não existem serviços e/ou equipamentos suficientemente atrativos e com áreas de influência mais abrangentes que aproximem a população urbana deste bairro. Relativamente aos espaços de lazer, apenas existe um campo de futebol e um parque infantil que, por se encontrarem dentro do bairro, servem apenas os seus moradores. Existe ainda o Parque Street Workout, um investimento ainda muito recente, pelo que ainda não é possível avaliar o seu efeito na captação de utilizadores de outras áreas da cidade.” (Martins, 2017, p.109)

Assim, no estudo empírico que a seguir se apresenta, será este o bairro analisado no caso de Braga, como exemplo de segregação imposta. Sendo que no caso de Aracaju a selecção recaiu sobre o Bairro Invasão do São Conrado, onde se assiste a uma forte concentração de população de baixa renda. Nessa área existem vários e graves problemas de ordem social e económica, apesar de nas últimas décadas o seu espaço construído ter vindo a beneficiar de algumas melhorias na sua infraestrutura, promovidas pela Prefeitura de Aracaju. Todavia, apesar de já se encontrar neste bairro algumas ruas pavimentadas, com serviços de esgotos e de drenagem, além de iluminação pública e coleta de lixo, a verdade é que existem ainda certos locais sem as infra-

estruturas urbanas mais básicas, e onde uma população de baixos recursos luta diariamente pela sua sobrevivência, ocupando moradias muito precárias e sem condições de habitabilidade.

No caso da modalidade de auto-segregação, Mendes (2014) destaca o complexo do Bom Jesus em Braga, salientando a importância dessa área nobre da cidade de grande riqueza patrimonial e que se afirma como forte elemento diferenciador e fator de competitividade da cidade. Na encosta do Bom Jesus assiste-se a uma concentração de famílias de nível sócio-económico mais elevado, tendo-se assim promovido um fenómeno da segregação sócio espacial urbana típico de bairros de alta renda. No estudo empírico que a seguir se apresenta este é o bairro analisado no caso de Braga, como exemplo de auto-segregação. Sendo que no caso de Aracaju a selecção recaiu sobre o Bairro Jardins, onde se assiste a uma forte concentração de população de alta renda. O bairro Jardins é um bairro considerado privilegiado na cidade de Aracaju. Vários são os fatores que justificam essa posição de destaque na cidade, entre eles o facto de ser nele que se encontra o maior valor, por metro quadrado, do solo urbano da capital, pelo que é possível nele encontrar várias mansões e condomínios fechados de luxo. Associado a esse fato existe também a presença no bairro de uma grande área verde, o Parque Augusto Franco (Parque da Sementeira), que reforça a valorização imobiliária desta área da cidade e especialmente dos condomínios verticais, que foram construídos em frente a este parque, beneficiando de um excelente enquadramento paisagístico. O bairro além de ser uma área de onde se encontram várias condições para uma excelente moradia, se diferencia também pela presença de inúmeros serviços nos seus limites, de entre os quais se destaca o Shopping Jardins.

## CAPÍTULO 4. UM ESTUDO COMPARADO DE CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO IMPOSTA EM BRAGA (PORTUGAL) E ARACAJU (BRASIL)

Antes da apresentação e discussão dos resultados da pesquisa empírica, importa enquadrar os dois bairros analisados nas respectivas cidades. O Bairro das Andorinhas é um dos bairros sociais da cidade Braga, e portanto um dos bairros da cidade onde se verifica uma maior concentração de cidadãos com baixos níveis de rendimento e que manifestam sentir algumas formas de exclusão por parte dos restantes habitantes (como a pesquisa de campo a seguir demonstrará). Trata-se de um bairro que se localiza muito próximo do centro da cidade (Figura 15), nas imediações do seu centro histórico, beneficiando assim de uma localização privilegiada e de grande centralidade que facilita o acesso dos seus habitantes aos principais equipamentos e serviços (públicos e privados) da cidade, tais como a Central de Camionagem de Braga, o Braga *Shopping*, o mercado municipal, Bombeiros, escolas, comércio de rua especializado, restaurantes, igrejas, Câmara Municipal de Braga, etc.

**Figura 15. Delimitação e enquadramento do Bairro das Andorinhas em Braga**



Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.5498315,-8.4265975,710m/data=!3m1!1e3>. (04-11-2019)

O bairro social das Andorinhas está localizado na Freguesia de São Vicente e resultou de uma ação de planeamento urbano, não tendo portanto surgindo por dinâmicas de génese ilegal como as que deram origem ao Bairro da Invasão de São Conrado (o exemplo de segregação imposta analisado na cidade de Aracaju). No bairro das Andorinhas é possível verificar a existência de uma infraestrutura urbana que precisa de melhoramentos, mas que no geral está bem melhor estruturado que o bairro de cidadãos de baixo poder aquisitivo analisado em Aracaju. O bairro das Andorinhas é um bairro criado em 1983 onde residem cerca de duas mil pessoas, sendo composto por 33 prédios (Figura 16) de apartamentos de dois e três quartos, possuindo no total 237 apartamentos, sendo que 140 são de propriedade da Câmara Municipal de Braga e da Bragahabit e 97 de propriedade privada<sup>25</sup>. Como referido neste bairro habita uma população de baixo poder aquisitivo e com nível de qualificação também baixo.

A observação *in loco* do bairro permitiu constatar que, comparativamente com o bairro Invasão de São Conrado no Brasil, o espaço construído estava razoavelmente bem conservado e com boa pavimentação, área de estacionamento, drenagem adequada, iluminação em ordem e coleta de lixo adequada e regular. De uma maneira geral trata-se de um bairro no qual é visível existir um avanço na solução dos problemas socio-económicos da sua população, em comparação com o Bairro Invasão do São Conrado, em Aracaju-Brasil. No Bairro das Andorinhas para além da função residencial (a dominante), é possível também encontrar comércio, um ringue polidesportivo, um parque infantil, além da associação de moradores.

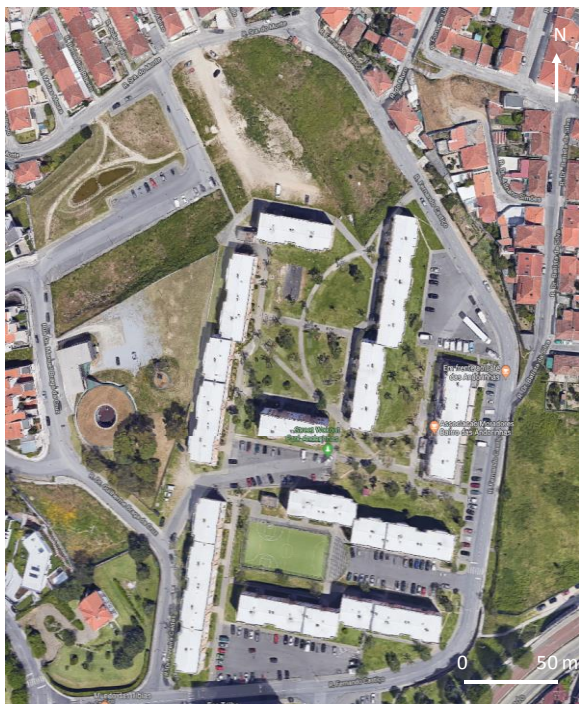
É certo que sua infraestrutura urbana precisa de certa melhoria e maior atenção por parte dos órgãos públicos, na continuidade de várias melhorias que têm vindo a ocorrer no espaço construído do bairro, com apoio dos investimentos da Câmara Municipal de Braga e da Empresa Bragahabit<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> <http://www.bragahabit.pt/pt/parque-habitacional-bragahabit>

<sup>26</sup> Empresa Municipal de Habitação de Braga, que tem como função “gerir os apoios sociais à habitação do Município de Braga. Diagnosticar os problemas socioeconómicos das famílias que apoiamos, acompanhando-as e orientando-as em conjunto com outras entidades”. (<http://www.bragahabit.pt/pt/missao-bragahabit>).

**Figura 16. Imagem de satélite do Bairro das Andorinhas**



Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/S%C3%A9+de+Braga/@41.5583606,-8.4288988,201m/>. Pesquisado em 05-09-18.

Sendo um bairro quase exclusivamente residencial importa destacar a existência da Associação dos Moradores do Bairro das Andorinhas (AMBA) e do café das Andorinhas (lancheonete), importantes espaços de encontro e socialização para a população residente. Esta Associação de Moradores encontra-se em plena atividade e tem muita relevância nas dinâmicas do bairro (contrariamente ao Bairro de São Conrado onde a Associação de Moradores está inactiva há já diversos anos), contribuindo para que as suas famílias estejam mais integradas em ações sociais, religiosas e de lazer. No bairro das Andorinhas, esta associação de moradores, mesmo com várias dificuldades financeiras, tem promovido diversas actividades e eventos para a comunidade do bairro, tais como tratamento de saúde, festas religiosas, passeios e viagens para outras cidades, realização de gincanas, facilitação do acesso à Internet em computadores da associação, reuniões e palestras, bem como outras atividades diversas na sede da Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas (AMBA).

De maneira geral, nos bairros sociais da cidade de Braga existem vários problemas a serem solucionados, dos quais se pode destacar: a presença de casos de tráfico de droga e de toxicodependência, a pobreza e os problemas habitacionais, que se afiguram como as três prioridades para a intervenção nestes bairros. Outros problemas como o alcoolismo, o desemprego e a delinquência seguem, contudo de perto, os três primeiros indicados, segundo o 'Diagnóstico Social do Concelho de Braga' (BRAGAHABIT, 2003). Este não é o bairro social de Braga onde estes problemas se manifestam com maior gravidade e esse foi um critério importante que levou à selecção deste bairro como área de estudo em Braga. Precisamente o facto de não ser o bairro mais problemático de Braga (em comparação com o bairro de Santa Tecla)<sup>27</sup>, pelo que não sendo tão perigoso facilitava o contacto directo com a população para a aplicação de questionários e a realização de entrevistas, sobretudo por parte de um investigador estrangeiro.

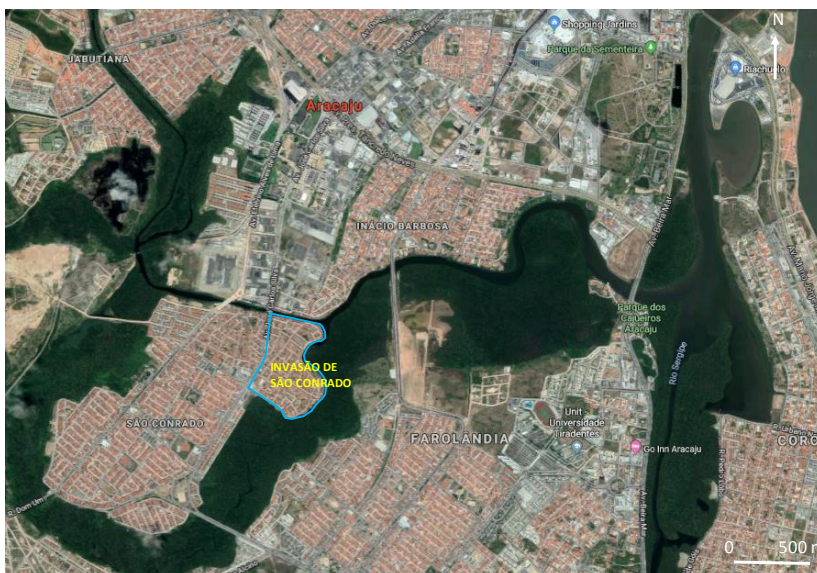
No caso do Bairro Invasão de São Conrado, este integra um bairro mais amplo, Bairro São Conrado, que segundo o IBGE, no Censo de 2010 tinha uma população de 30.635 habitantes. O Bairro de São Conrado, conforme a lei 873/82, de 01 de outubro de 1982, está delimitado pelo trecho do canal Santa Maria iniciando na margem direita do Rio Poxim até o Rio Pitanga; pelo trecho do Rio Pitanga iniciando no Canal Santa Maria até a Estrada de Ferro do RFF/SA; pelo trecho da Estrada de Ferro RFF/SA, iniciando no Rio Pitanga até a margem direita do Rio Poxim; e, por último, pelo trecho da margem direita do Rio Poxim iniciando na Estrada de Ferro da RFF/SA, até o Canal Santa Maria. Mas a área específica seleccionada para a pesquisa empírica desta tese, foi a porção localizada na secção leste de São Conrado, onde se encontra o Bairro Invasão de São Conrado que está localizado numa das áreas de Aracaju de maior valor ecológico e portanto de maior preocupação e sensibilidade ambiental, quer pela sua proximidade a um importante curso de água, bem como a uma área de mangue. Este bairro, que grosso modo tem o formato da letra B, é delimitado a oeste pela Avenida José Carlos Silva (que o separa da parte leste do Bairro de São Conrado), a norte pelo canal Santa Maria (afluente do Rio Poxim) e a leste e sul pela área de mangue (Figura 17).

---

<sup>27</sup>-Não tão perigoso para a realização de pesquisa e entrevistas, se for comparado com o Bairro Santa Tecla, onde o pesquisador foi ameaçado e comunicado verbalmente para não retornar a realizar pesquisa nestes bairros, quando iniciou as primeiras conversas e reconhecimento da área de estudo, em 2011 e em 2012.



**Figura 17. Delimitação e enquadramento do Bairro Invasão de São Conrado em Aracaju**



Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/Aracaju,+SE,+Brasil/@-10.9596424,-37.076689,4126> (08-03-19).

Na proximidade do bairro existe assim uma enorme área de manguezal que carece de uma maior salvaguarda e preservação, nomeadamente com acções de consciencialização ambiental que revertam práticas de desmatamento por parte da população residente nas suas proximidades. Tendo sido observado *in loco* (2009, 2010 e 2015) o corte das raízes do manguezal para combustão, para além de práticas recorrentes de vazamento de lixos diversos no manguezal. O bairro Invasão do São Conrado está localizado também às margens de um curso de água, que se encontra em estado avançado de degradação ambiental, decorrente de ações antrópicas irregulares, tais como assoreamento por aterramentos realizado por residentes locais.

O bairro Invasão de São Conrado é definido pela Prefeitura de Aracaju como área de diretriz especial ou aglomerado subnormal. Trata-se assim de uma área com moradias resultantes de construções irregulares e sem título de propriedade. É assim uma área de génese ilegal, que expressa a existência na cidade de Aracaju da problemática dos aglomerados subnormais em

áreas ambientalmente sensíveis que é possível encontrar em muitas outras cidades brasileiras, e que segundo Quintela (2012) partilham problemas similares:

“Esse comportamento demográfico se observa na maioria das capitais brasileiras e está diretamente relacionado à cultura de urbanização predominante no Brasil, com a formação de aglomerados populacionais em áreas de expansão, e a ocupação de terrenos sem infraestrutura urbana, muitos deles ambientalmente frágeis (encostas, margens de rios e outras áreas inundáveis, etc). Por esta razão, se constituem zonas de crescimento desordenado, e esta realidade se coloca como um grande desafio para o poder público, sobretudo no tocante à regularização fundiária e a oferta de serviços básicos como saneamento (água e esgoto), transporte, energia elétrica, telefonia, dentre outros”. (Quintela, 2012)<sup>28</sup>

A morfologia urbana do Bairro Invasão do São Conrado decorre do facto de ser uma área considerada de ocupação irregular e onde o espaço construído foi sendo formado e moldado directamente pelos seus primeiros moradores, que chegaram na região e foram construindo habitações irregulares, nas proximidades do mangue e do canal Santa Maria. Existindo todavia nesse bairro algumas construções de melhor qualidade e que beneficiam de uma melhor infraestrutura urbana (ruas pavimentadas e com esgotos), sendo portanto aí onde o valor de uso do solo urbano do bairro é maior. As suas características de aglomerado subnormal, na qual existem vários conflitos tanto em relação ao meio ambiente quanto em relação aos aspectos económicos e sociais, levam-no a ser denominado pela Prefeitura de Aracaju, como Área Especial de Interesse Social no PDDUS de 2005 e revisto em 2009, pela Secretaria Municipal de Planeamento de Aracaju. Observando o edificado do bairro verifica-se que quanto mais distante da Avenida José Carlos Silva e mais próximo do canal Santa Maria e do manguezal, mais o edificado é estruturado por uma precária infraestrutura urbana e ocupado por uma população de mais baixa renda ou mesmo sem renda, podendo assim verificar-se que mesmo no seio desta área de segregação sócio-espacial imposta os moradores organizam-se espacialmente de um

---

<sup>28</sup> <https://observatoriose.wordpress.com/tag/aglomerados-subnormais/>

modo diferenciado, consoante o seu nível sócio-económico. Sendo que quanto mais distante da Avenida José Carlos Silva e mais próximo do manguezal, o nível socio-económico é menor.

Para além da especificidade inerente às questões de sensibilidade ambiental deste bairro, foi definida como área de pesquisa para estes estudo empírico apenas a parte leste do bairro de São Conrado (Bairro Invasão do São Conrado), de modo a que em termos de quantitativo demográfico se aproxime mais da dimensão do Bairro das Andorinhas em Braga, mas especialmente por ser a área onde se concentra a população com mais carências económicas (população de baixo ou sem rendimento) e onde a infraestrutura urbana é mais precária se comparada com a parte oeste. De referir ainda que este bairro, apesar das suas características, beneficia de uma boa proximidade a vários serviços e equipamentos, tais como ao *Shopping Center Jardins* (a 3 km), ao hipermercado (a 3 km), ao hospital (a 4 km), assim como a igrejas, escolas e mercados diversos que se encontram no interior do Bairro de São Conrado. Invasão de São Conrado está também localizado próximo de outros bairros melhor estruturados e com maior valor do solo urbano, habitados pela classe média baixa à classe média alta, tais como o Bairro Augusto Franco, Bairro Farolândia, Santa Maria e Jabotiana.

#### **4.1. O Bairro das Andorinhas em Braga**

Foram aplicados 122 questionários a cidadãos residente no Bairro das Andorinhas com os quais se procurou conhecer mais detalhadamente como é sentido o fenómeno da segregação sócio-espacial na perspectiva de quem é por ele afectado quotidianamente. Os dados recolhidos por estes questionários e posteriormente informatizados foram tratados estatisticamente com recurso ao *software* SPSS versão 17, que é um programa de análise estatística para pesquisa social. A informação recolhida foi de seguida analisada em torno de 7 secções: caracterização da amostra inquirida; caracterização do alojamento; expectativas, motivações e aspirações; caracterização do bairro; redes de interação; imagem mental do bairro no exterior; e perspectivas de acção para o desenvolvimento futuro do bairro das Andorinhas.

#### 4.1.1. Caracterização da amostra inquirida

Em termos etários a amostra inquirida é equilibrada, contudo o escalão mais representado, 19%, corresponde à faixa etária dos 40 a 49 anos. Num segundo patamar, com 16% dos inquiridos, encontra-se quer a faixa dos 50 a 59 anos de idade, quer a de 70 anos a mais (Tabela 1). Assim, os dados sugerem tratar-se de um bairro de população de idade um pouco avançada, sobretudo se se atender ao facto de 42% da amostra inquirida ter 50 ou mais anos de idade.

**Tabela 1. Distribuição etária da amostra inquirida no Bairro das Andorinhas**

Escalão Etário	Frequência	Percentual %
19 anos ou menos	17	14%
Dos 20 aos 29 anos	12	10%
Dos 30 aos 39 anos	18	15%
Dos 40 aos 49 anos	23	19%
Dos 50 aos 59 anos	20	16%
Dos 60 aos 69 anos	12	10%
70 anos ou mais	20	16%
Total	122	100%

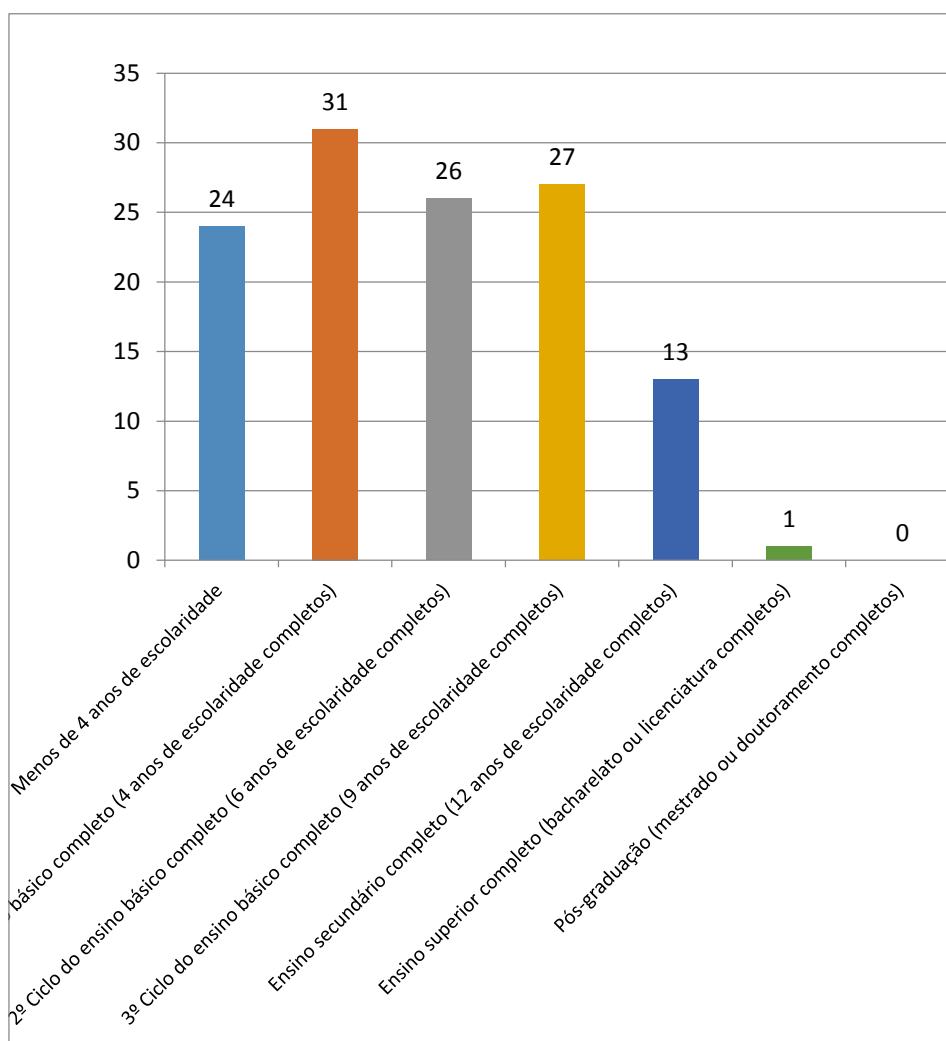
Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Em relação ao género dos habitantes inquiridos no bairro das Andorinhas foi constatado que não existe muita discrepância entre indivíduos do género masculino e feminino, sendo também uma amostra equilibrada neste critério, pois 52% dos residentes são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino.

Este equilíbrio já não se verifica todavia no que concerne ao nível de escolaridade, pois a grande maioria dos residentes no bairro das Andorinhas tem claramente baixos níveis de escolaridade, o que obviamente se reflecte na sua inserção no mercado de trabalho e no seu perfil sócio-

económico. A segregação sócio-espacial enfrentada por este bairro resulta em grande parte dessa sobre representação de residentes de baixo nível de escolaridade (Figura 18). Veja-se que quase 1/5 dos inquiridos (24 dos residentes) têm menos de 4 anos de escolaridade. Sendo que 31 dos residentes, só possuem o 1º ciclo do ensino básico completo (com 4 anos de escolaridade) e 26 dos residentes possuem apenas 6 anos de escolaridade. Ou seja 81 inquiridos (mais de 2/3 da amostra inquirida) tem um reduzido nível de escolaridade, reflectindo assim uma sobre concentração territorial neste bairro de indivíduos de baixo nível sócio-económico, o que é um dos principais indicadores de identificação das áreas em processo de segregação sócio-espacial.

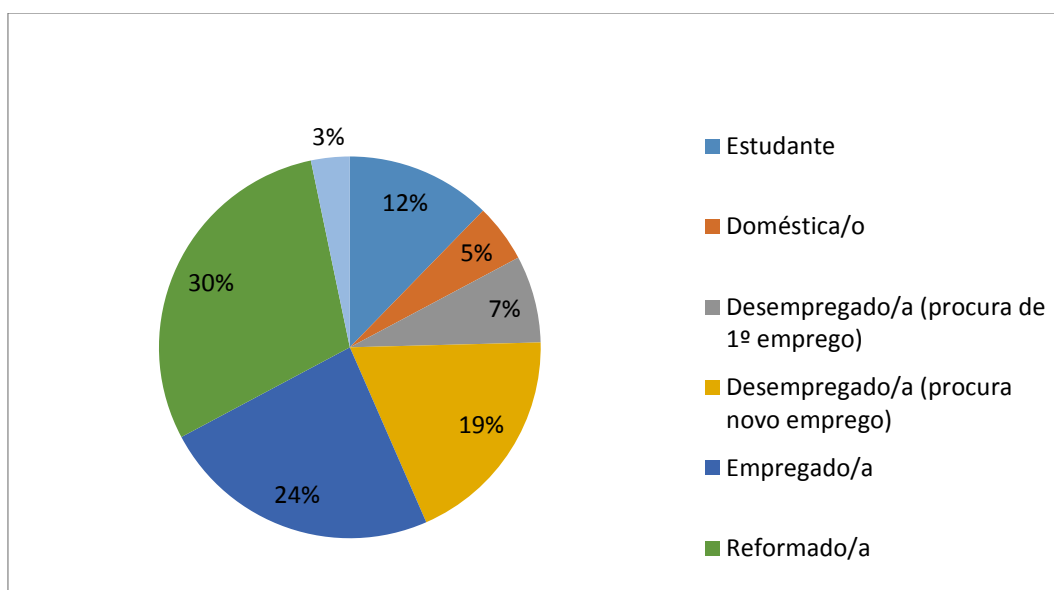
**Figura 18. Repartição da amostra inquirida no Bairro das Andorinhas por níveis de escolaridade**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

A caracterização etária e as habilitações escolares reflectem-se de um modo evidente na análise do inquiridos em relação à condição perante o trabalho (Figura 19). Quase 1/3 dos inquiridos (30%) são pessoas reformadas, ou seja aposentados e pensionistas, e mais de 1/4 (26%) são indivíduos com dificuldades em ingressar no mercado de trabalho, encontrando-se desempregados, ou numa situação em que se encontram à procura do primeiro emprego (7%) ou de um novo emprego (19%). É um percentual muito elevado de adultos capazes e ociosos a residir neste bairro, que se encontram a depender de apoio governamental. Este facto contribui em muito para a exclusão social destes moradores, não sendo nada favorável quer para a integração destes indivíduos na sociedade, quer para percepções estigmatizantes que a restante população de Braga vai desenvolvendo sobre o Bairro das Andorinhas.

**Figura 19. Repartição da amostra inquirida no Bairro das Andorinhas segundo a sua condição perante o trabalho**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Apenas 24% da população inquirida está empregada, tendo sido detectadas profissões pouco exigentes nos níveis de qualificação exigidos, desempenhando tarefas com baixos níveis de

especialização e com remunerações reduzidas (mecânicos, pasteleiros, trabalhadores de supermercados, ajudantes de cozinha, cabeleireiras, empregadas de limpeza, trabalhadores da construção civil, operários fabris, etc). Dados que reforçam a conclusão acerca da concentração local de indivíduos neste bairro de baixo nível sócio-económico. Tratando-se de um bairro quase exclusivamente residencial é compreensível que 83% dos entrevistados que estão empregados, desempenhem a sua profissão fora do Bairro das Andorinhas, sobretudo noutras áreas da cidade de Braga, sendo poucos os que se deslocam para outras cidades ou municípios diariamente para o desempenho das suas funções profissionais.

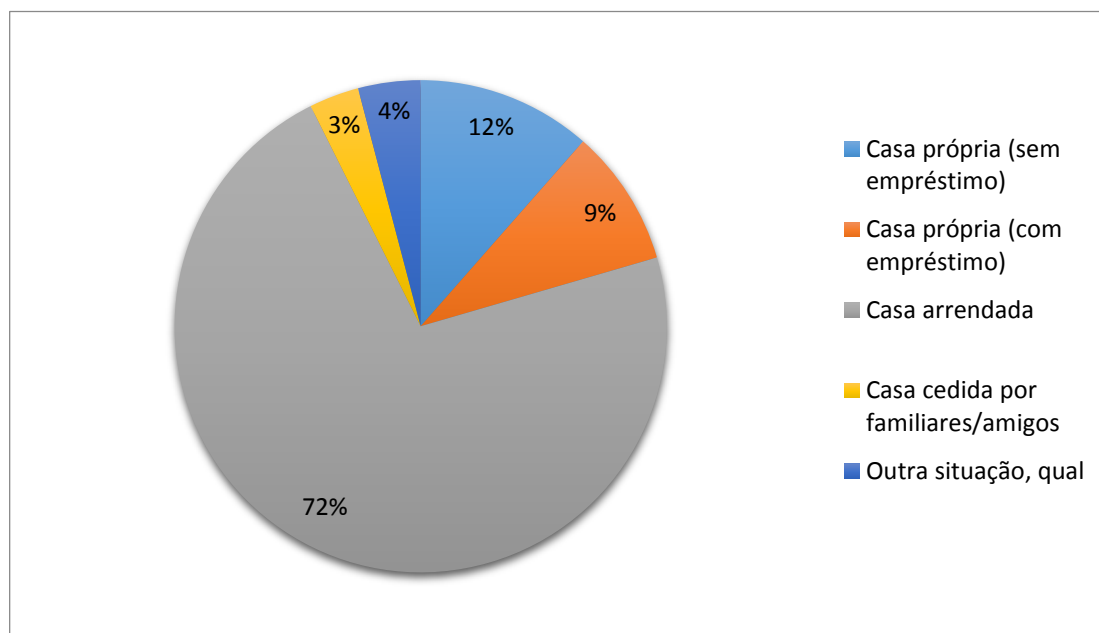
#### **4.1.2. Caracterização do alojamento**

Sobre o regime de propriedade do imóvel onde reside, quase 3/4 (72%) responderam que residem em casa arrendada (Figura 20). Cerca de 1/5 são detentores de casa própria, sendo que 12% não têm já encargos com a compra da casa fazendo já parte do seu património, enquanto 9% dos moradores residem em casa própria com recurso a empréstimo bancário.

Outros casos pontuais referem-se a inquiridos que residem em casas cedidas por familiares ou amigos (3%) e outras situações não especificadas. A análise dos dados referentes ao regime de propriedade compreende-se pelo facto do bairro ser detido na sua maioria pela Bragahabit (Câmara Municipal), embora esta empresa municipal de habitação tenha procurado libertar-se dos encargos de gestão e manutenção destas habitações, dando a possibilidade aos seus moradores de adquirir as casas em que habitavam, opção que foi aceite por uma parte dos residentes, embora não por todos pois as suas condições económicas são débeis não lhes permitindo essa aquisição, mesmo que a preços abaixo do mercado para a dimensão e tipologia das habitações.

Quando à tipologia das habitações onde residem os inquiridos contactados neste bairro, os dados reflectem famílias mais numerosas que a realidade nacional ou municipal, atendendo à dimensão média do agregado familiar. Pois 16% dos imóveis do bairro têm quatro quartos de dormir, 54% dos apartamentos correspondem a alojamentos com três quartos de dormir e 30% têm dois quartos de dormir.

**Figura 20. Regime de propriedade das habitações onde residem os inquiridos no Bairro das Andorinhas**



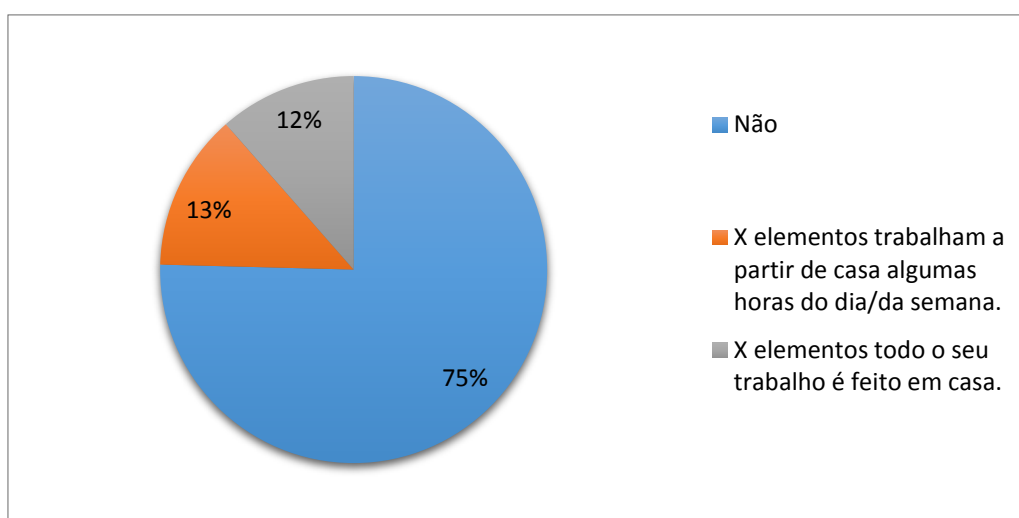
Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Possivelmente pelo facto destes alojamentos corresponderem a apartamentos cuja tipologia agrega várias divisões, justifique o facto de 13% dos inquiridos ter referido que trabalham em casa, algumas horas do dia/semana, e 12% dos moradores inquiridos ter referido que todo o seu trabalho é feito em casa (Figura 21). Estes dados ajudam assim a perceber que não se trata pois de um bairro exclusivamente dormitório, existindo também nele práticas de trabalho o que confere a este espaço dinâmicas mais continuadas de apropriação e uso do espaço.



Quando os inquiridos foram chamados a pronunciar-se sobre o modo como globalmente avaliam a qualidade da sua habitação (Figura 22), deve ser destacado o facto de 70% ter referido que a qualidade da sua habitação é boa, sendo que 6% referiram ser mesmo muito boa, ou seja mais de  $\frac{3}{4}$  da amostra (76%) refere altos níveis de satisfação com a qualidade do alojamento em que reside.

**Figura 21. Inquiridos que manifestaram a sua casa ser usada como local de trabalho, de modo parcial ou a tempo inteiro**



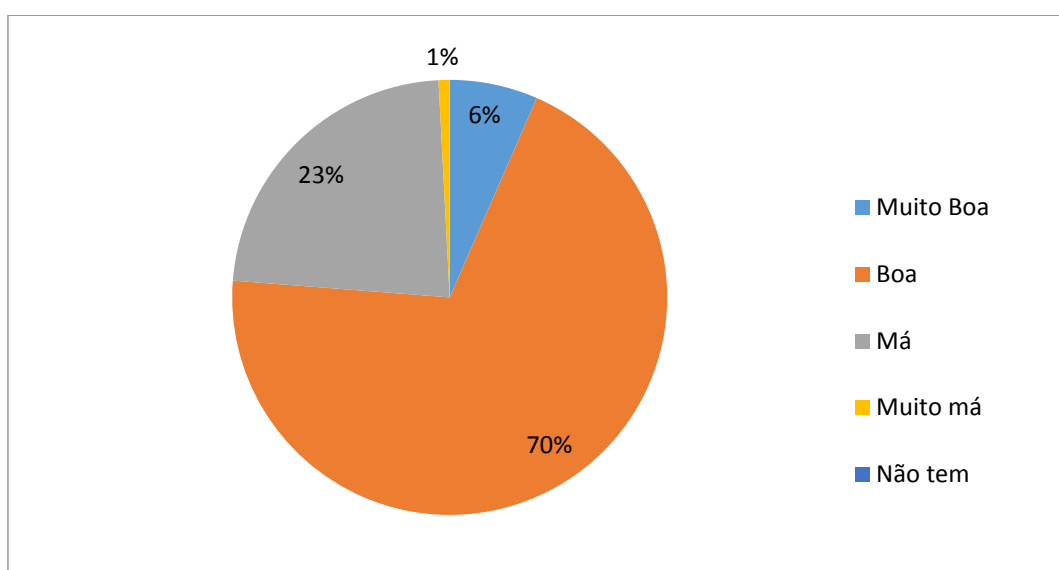
Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Estes dados demonstram que nem todos os bairros sociais são percebidos como locais problemáticos, onde as habitações apresentam graves problemas de manutenção que levam à insatisfação dos seus moradores quanto ao seu alojamento. No caso do Bairro das Andorinhas verifica-se que a grande maioria dos seus moradores estão satisfeitos com as características das suas casas. Nos contactos efectuados percebeu-se que destacam positivamente a dimensão e tipologia dos seus imóveis, para além de considerarem que residem em prédios de boa construção, com todas as comodidades necessárias e funcionais, nomeadamente instalações sanitárias e conforto térmico, tendo também sido referido que o bom enquadramento urbanístico do bairro possibilita que as suas casas tenham vistas agradáveis, o que reforça qualitativamente a avaliação que fazem da habitação onde moram.

Todavia, não deve ser ignorado que um percentual ainda significativo de inquiridos (23%) ter considerado que globalmente a qualidade da sua residência é má. Moradores que salientaram que os prédios onde residem necessitam de reparações e trabalhos de manutenção diversos, lamentando que a Bragahabit não considere prioritários esses investimentos, e sobretudo a sua constante realização à medida que os problemas se vão manifestando.

Mas a grande maioria dos inquiridos, mesmo apesar de algumas dificuldades associadas ao facto de habitarem num bairro social, faz uma avaliação muito satisfatória da qualidade da habitação onde reside, o que parece evidenciar uma boa qualidade de vida para a maioria dos residentes do bairro das Andorinhas. Ainda a este propósito, deve ser sublinhado que apenas 1% dos inquiridos ter referido que a qualidade da sua habitação era muito má. Ou seja, tendo sido dados quatro níveis para a avaliação da qualidade da habitação onde residem, o nível mais baixo foi destacado por um percentual insignificante de inquiridos.

**Figura 22. Inquiridos no Bairro das Andorinhas segundo o nível com que avaliam, globalmente, a habitação onde residem**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Estes dados são relevantes, embora a leitura desta avaliação pode também estar relacionada com as expectativas existentes, e nomeadamente com o facto dos alojamentos deste bairro serem muito melhores comparativamente com o local onde residiam anteriormente, antes de lhes ser concedido o direito a uma habitação social. Dai que para alguns inquiridos os níveis de exigência são mais baixos pois são condicionados por um raciocínio comparativo que limita os seus níveis de exigência.

Uma leitura dos dados referentes à mobilidade residencial destes moradores permite comprovar esta conclusão. Pois, apenas 6% dos inquiridos referiram que sempre residiram neste bairro, correspondendo a novas gerações que quando nasceram já os seus progenitores viviam no Bairro das Andorinhas. A maior proporção dos inquiridos são oriundos de outros bairros de Braga com más condições de habitabilidade e onde se concentrava população de baixo poder aquisitivo, tendo 11% dos inquiridos referido que são provenientes do bairro social de Santa Tecla, um bairro social com problemas mais graves sendo mesmo considerado o mais problemático de todo o município de Braga. O realojamento destas famílias no Bairro das Andorinhas permitiu-lhes ter acesso a melhores condições de habitabilidade, o que necessariamente se reflecte na avaliação que fazem da qualidade da habitação onde moram actualmente.

#### **4.1.3. Expectativas, motivações e aspirações**

Um outro dado relevante que demonstra bons níveis de satisfação destes moradores com o seu contexto de residência, relaciona-se com o modo como percebem os efeitos da mudança para o Bairro das Andorinhas na sua qualidade de vida e bem-estar. Pois, quase 3/5 (58%) dos inquiridos responderam que efectivamente a mudança para o bairro das Andorinhas consistiu numa oportunidade de progressão (melhoria) em termos do seu bem-estar e qualidade de vida (Figura 23). Correspondendo a casos que transitaram de alojamentos precários e sem condições

de habitabilidade (conjuntos habitacionais precários que foram demolidos pela Câmara Municipal), ou de outros bairros sociais com mais problemas e carências. Embora com uma proporção inferior (42%) não deixa de ser significativo o número de inquiridos que consideram não ter ocorrido uma melhoria em termos do seu bem-estar e qualidade de vida com a entrada no Bairro das Andorinhas, cidadãos que manifestam assim maiores dificuldades de integração no bairro. Nuns casos indivíduos com forte sentido de pertença ao bairro de onde saiu (baseado em laços familiares, de amizade e até na memória do lugar) pelo que revelam maior dificuldade de adaptação; noutros casos indivíduos que gostariam de ter um outro contexto de residência que não um bairro social. No entanto razões de ordem financeira limitam-lhes a possibilidade de abandonar o Bairro das Andorinhas.

**Figura 23. A percepção dos inquiridos quanto a uma progressão (melhoria) em termos de qualidade de vida e bem-estar, resultante da entrada no Bairro das Andorinhas**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Através de entrevistas feitas a moradores que frequentam a Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas (AMBA), percebe-se que o motivo maior pelo qual escolheram morar nesse bairro está associado a não terem rendimentos suficientes para residir em outro bairro da cidade. O que foi também comprovado com o inquérito aplicado, em que quase 70% dos inquiridos responderam que escolheram residir nesse bairro por necessidade económica (associada a baixos salários, desemprego, desalojamento) que lhes conferiu a possibilidade de beneficiar de uma habitação social com rendas reduzidas. Isto reforça as análises anteriores sobre o fato da dependência económica ser o motivo principal de residência nestes contextos de segregação socio-espacial imposta, sendo indivíduos que não conseguem ter uma alternativa residencial, encontrando-se neste contexto de residência por imposição das suas condições socio-económicas.

Os indivíduos que expressaram outro tipo de motivações referiram sobretudo a proximidade a familiares (19%), e uma proporção muito reduzida a proximidade ao local de trabalho (3%). Assim, de entre as motivações que não se relacionam com os baixos rendimentos e fracas possibilidades económicas, destaca-se claramente a intenção de residir no bairro por motivos familiares. Assim, alguns dos que escolheram este bairro para viver, tiveram como fator principal dessa decisão o fato de já terem membros da família residindo neste bairro.

Com o intuito de saber se o realojamento no Bairro das Andorinhas proporcionou o cumprimento de expectativas iniciais, que certamente existiam quando estes moradores vieram para este bairro, inseriram-se questões no inquérito com as quais se procurou saber qual a imagem mental que tinham do Bairro das Andorinhas antes de se mudarem para este contexto de residência. Cerca de 32% não tinha qualquer opinião sobre o bairro e 34% dos inquiridos tinha uma ideia positiva sobre o bairro (Tabela 2), associado sobretudo ao facto de estar localizado próximo do centro da cidade de Braga, perto dos principais serviços e equipamentos.

Uma proporção ainda relevante (25% dos inquiridos) respondeu que tinha uma má ideia do bairro e que vir morar nele seria algo ruim. Essa imagem negativa estava nalguns casos associada a ser

um local que acreditavam ser um local de insegurança, tráfico de drogas e de concentração de pobreza. Embora estejamos aqui a considerar imagens mentais que existiam sobre o bairro, sem que necessariamente coincidam com a realidade.

**Tabela 2. A imagem mental prevalecente sobre o Bairro das Andorinhas, por parte dos seus moradores, antes de nele residirem**

Quando mudou para este bairro tinha certamente uma ideia sobre ele e sobre como seria morar aqui. Qual era a ideia dominante que tinha?	Frequência	Percentagem %
Não tinha ideia nenhuma	3	32%
Tinha uma opinião positiva	18	34%
Tinha genericamente uma má opinião	5	15%
Uma opinião associada ao tráfico de drogas	42	2%
Uma opinião associada à insegurança	7	6%
Uma opinião associada a pobreza	39	2%
Era bebé	3	4%
Não respondeu	5	5%
Total	122	100%

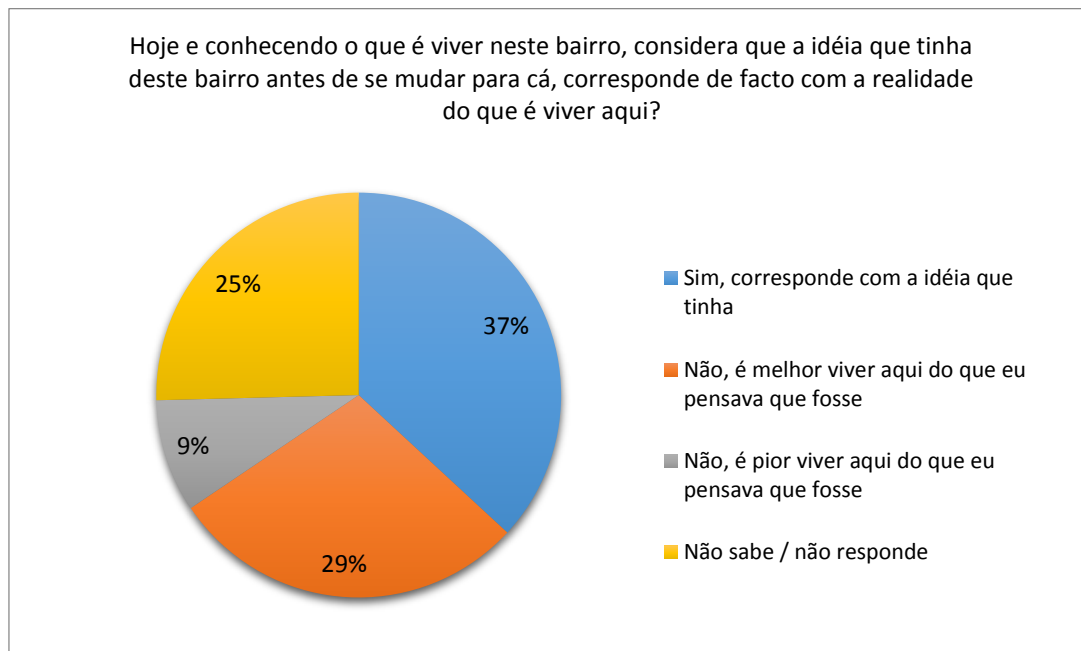
Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

No inquérito foi inserida uma questão precisamente com o intuito de saber se a imagem mental que estes moradores tinham sobre o Bairro das Andorinhas corresponde efectivamente com a realidade. Sendo curiosos os dados obtidos, pois 29% dos inquiridos disseram que tinham uma imagem negativa antes de residir no bairro, mas que a experiência quotidiana de morar neste bairro levou-os a constatar que efectivamente essa imagem negativa que tinham do Bairro das Andorinhas não corresponde com a realidade, pois é melhor viver neste bairro do que aquilo que pensavam que fosse. Por outro lado, apenas 9% dos inquiridos afirmaram que viver neste bairro é pior do que aquilo que supunham que fosse, sendo sobretudo aqueles que se viram forçados a

residir num bairro social por necessidade financeira, sendo provenientes de outros contextos de residência melhor estruturados (Figura 24).

Estes dados demonstram que estes bairros, pelo simples facto de serem bairros sociais, possuem estigmas e conotações negativas, muitas vezes resultantes das referências que sobre eles se fazem na comunicação social, que invariavelmente apenas destacam os acontecimentos menos prestigiantes que neles acontecem. Pois é raro encontrar uma notícia na imprensa nacional que faça referência a um bairro social sem que esta esteja relacionada com roubos, desacatos, tráfico de droga, vandalismo, intervenção policial, etc. Deste modo generalizam-se percepções que afectam negativamente todos os bairros sociais, mesmo aqueles onde este tipo de acontecimentos não pontua a sua vivência quotidiana, como é o caso do Bairro das Andorinhas, como se percebe pelos dados a esta questão do inquérito.

**Figura 24. Confronto entre a imagem mental existente sobre o Bairro das Andorinhas, com a experiência resultante da sua vivência quotidiana**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Quanto a aspirações futuras, foi colocada uma questão aos inquiridos no sentido de saber se estaria nos planos da sua família mudarem de residência, saindo do Bairro das Andorinhas, num hipotético cenário de maior desafogo financeiro. 86% referiram que não têm intenções de mudar de residência e apenas 14% manifestaram vontade nessa mudança do local de residência. Estes dados sugerem que a grande maioria dos moradores do Bairro das Andorinhas parece estar satisfeita com o bairro e em residir nesse local, demonstrando existir já um acentuado sentido de pertença para com este contexto de residência.

#### **4.1.4. Caracterização do bairro**

Apesar de ser um bairro residencial procurou saber-se que outro tipo de actividades e práticas estes indivíduos realizam neste contexto de residência. De entre as três actividades mais referidas importa destacar que 61% referiram usar o comércio existente na proximidade imediata do bairro, e 24 % referiu conviver com amigos e familiares em cafés do bairro, sendo 6% os que referiram ter a prática de usar o espaço público do bairro como espaço de socialização, confraternizando ao ar livre com amigos e familiares. De referir ainda que existem alguns moradores (1%) que manifestaram frequentar a sede da associação de moradores do Bairro das Andorinhas (AMBA), tal como comprovámos nas visitas efectuadas ao bairro<sup>29</sup>. A AMBA<sup>30</sup> existe há alguns anos no bairro e é responsável por várias actividades de interação social, de promoção da educação, da saúde, do lazer, entre outras, que elevam em muito a qualidade de vida no bairro, pelo que a percentagem de inquiridos que manifestaram frequentá-la parece demasiado baixa, para o dinamismo que esta Associação revela, inclusive para a adesão dos residentes às suas iniciativas, que tivemos a oportunidade de comprovar nas diversas visitas efectuadas ao bairro para os trabalhos de pesquisa.

---

<sup>29</sup> -Em fevereiro de 2011, em outubro de 2012 e em junho de 2014, o autor frequentou o Bairro das Andorinhas e a sua Associação de Moradores, tendo aí efectuado algumas entrevistas e aplicado alguns questionários. Tendo inclusive ministrado uma palestra na sede da Associação de Moradores sobre a cidade e a habitação social (2014), tendo nessa ocasião constatado várias iniciativas promovidas por esta associação.

<sup>30</sup> “A A.M.B.A. (Associação de Moradores do Bairro das Andorinhas) surgiu com o objetivo de detetar e combater problemas existentes nesse bairro, promovendo o diálogo permanente entre os moradores e as instituições públicas, designadamente, a Câmara Municipal de Braga, a Junta de Freguesia de São Vicente e a empresa municipal BragaHabit”. Fonte:<http://ambandorinhas.blogspot.com/>



As respostas a esta questão revelam-nos que sendo um bairro maioritariamente dormitório, este possui no seu interior ou nas suas proximidades imediatas alguns serviços e comércio que são importantes elementos promotores do convívio e interação entre os seus moradores. É assim um bairro que se caracteriza pela existência de algumas práticas de interação e socialização, embora estas sejam motivadas por serviços que têm uma atractividade apenas local, não proporcionando possibilidades relevantes de interação entre os moradores do bairro e os que residem na cidade de Braga mas fora do bairro. Ou seja um bairro onde as suas práticas de convívio e socialização ocorrem maioritariamente entre os seus moradores, não favorecendo a interação do bairro com o seu exterior.

Esta conclusão que aponta para tratar-se de um bairro cujos moradores têm práticas de socialização de algum modo restringidas aos outros moradores do bairro, é reforçada pelas respostas obtidas a uma outra questão, na qual 70% responderam que utilizam a maioria de seu tempo livre no bairro em que reside e em menor percentual, 30% dos inquiridos, responderam que ocupam o seu tempo livre também em atividades fora do bairro (Tabela 3). O que reforça a tese de que estes moradores têm uma grande interação social e familiar com os demais moradores do bairro, e não tanto com os restantes habitantes da cidade. Quando preferem ocupar o seu tempo livre fora do bairro, as preferências vão para passeios no centro histórico da cidade, na Avenida Central, no bairro de São Vicente, na Avenida liberdade, no *Shopping Braga Parque*, no Estádio de futebol, ou em diversos cafés próximos ao bairro. A análise destas preferências e a sua localização, evidencia as baixas condições financeiras destes residentes.

Para além da avaliação das habitações e do Bairro enquanto espaço de ocupação dos tempos livres, procurou-se que os seus moradores avaliassem também alguns outros critérios, igualmente relevantes para a qualidade de vida e bem-estar no bairro (Tabela 4). Um desses critérios relaciona-se com a limpeza dos espaços exteriores. 68% consideram a limpeza boa (57%) ou mesmo muito boa (11%). Há uma opinião claramente positiva na avaliação deste parâmetro, embora existam

melhorias necessárias para conseguir a satisfação de 1/3 dos moradores inquiridos (33%) que não avaliaram positivamente o bairro neste critério.

**Tabela 3. Local onde os inquiridos no Bairro das Andorinhas passam o tempo livre que ocupam em actividades fora de casa**

A maioria do seu tempo livre, que ocupa em actividades fora de casa, é passado:	Frequência	Percentagem %
No bairro onde reside	85	70%
Noutras partes da cidade	37	30%
Total	122	100%

Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Quanto à qualidade dos espaços públicos de enquadramento do bairro (passeios, jardins, praças, etc.), também aqui se detecta uma opinião positiva na perspectiva dos seus residentes, mais positiva ainda que na questão da limpeza pois 16% dos inquiridos consideram muito boa a qualidade dos espaços verdes públicos e 59% consideram boa a sua qualidade. O que corresponde a  $\frac{3}{4}$  dos moradores (75%) a avaliarem positivamente este parâmetro no Bairro das Andorinhas. De salientar que no seu espaço público de enquadramento existe inclusivamente um parque infantil, valorizado entre os mais jovens e um ponto de encontro e socialização para os pais.

Pelos dados de avaliação destes dois últimos critérios, percebe-se assim que os esforços de manutenção, conservação e gestão deste espaço habitacional estão presentes na actuação da autarquia, que revela assim sensibilidade e preocupação para com este bairro e para as condições de bem-estar e conforto que este proporciona aos seus moradores.

Também quanto à acessibilidade deste bairro ao nível dos transportes públicos, prevalece uma avaliação positiva, manifestada por 63% dos moradores. Mas existem também 27% dos inquiridos que estão insatisfeitos com os transportes públicos da cidade, visto que afirmam que precisam de melhorias, para além de 10% que não avaliaram este parâmetro, muito possivelmente por não usarem transportes públicos. Mas na generalidade é uma avaliação positiva quanto à qualidade dos transportes públicos que servem o bairro, o que nem sempre acontece nos bairros sociais. O facto deste Bairro estar localizado muito próximo do centro da cidade, e assim dos seus principais serviços, equipamentos e eventos, é um ponto forte deste bairro, que não é comum à grande maioria dos bairros sociais portugueses que foram criados em espaços urbanos periféricos, longe das principais centralidades funcionais e simbólicas das cidades, muitas vezes mal servidos em termos do acesso a equipamentos de uso colectivo, assim como em termos de transportes públicos.

**Tabela 4. Avaliação do Bairro das Andorinhas pelos seus moradores em múltiplos critérios**

EM RELAÇÃO AO BAIRRO ONDE MORA, COMO AVALIA OS SEGUINTE CRITÉRIOS:	Muito Boa	Boa	Má	Muito Má	Não sabe / Não responde	Total 100%
Limpeza urbana (limpeza do espaço público)	11%	57%	29%	4%	0%	100%
Qualidade dos espaços verdes públicos (passeios, jardins, praças...)	16%	59%	22%	2%	1%	100%
Transportes públicos	13%	50%	18%	9%	10%	100%
Segurança e tranquilidade	15%	70%	11%	2%	2%	100%

Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

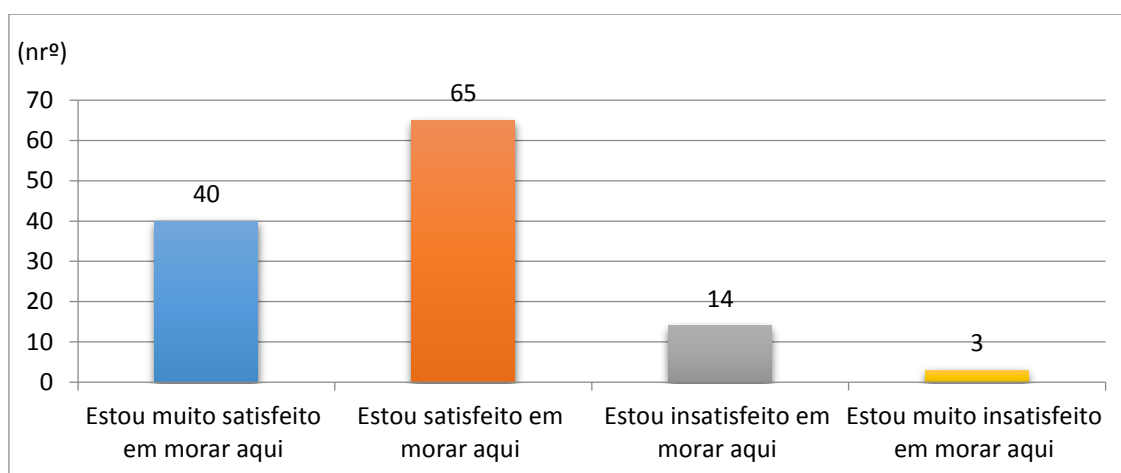
Mas de entre todos os parâmetros avaliados os resultados mais surpreendentes são os que se referem ao modo como os moradores avaliam o bairro quanto aos seus níveis de segurança e tranquilidade. A grande maioria (85% dos inquiridos) estão também satisfeitos com o nível de segurança e tranquilidade do Bairro das Andorinhas. Tendo sido claramente este o critério que mais opiniões positivas recolheu entre os seus moradores. Estes dados merecem reflexão pois a imagem negativa e a estigmatização de que muitos bairros sociais sofrem (e este não é excepção, como demonstrado anteriormente) relaciona-se precisamente com receios de insegurança, associados a alguma práticas de criminalidade que a comunicação social elege como o único factor de interesse noticioso destes contextos de residência. Na verdade, esta não é uma realidade que caracterize muitos dos bairros sociais portugueses, como este inquérito ao Bairro das Andorinhas ajuda a perceber. Contudo, não sendo uma realidade deste bairro, a verdade é que os seus moradores sofrem com esse estigma, que lhes está associado de um modo não fundamentado, pela simples circunstância de residirem num bairro social.

Conhecendo agora o modo como os moradores avaliam o Bairro das Andorinhas em critérios específicos, importa conhecer o modo como genericamente avaliam o seu grau de satisfação com o seu bairro (Figura 25). 40 inquiridos, correspondendo a 33% da amostra, consideram que estão muito satisfeitos em morar no bairro, e 65 inquiridos, correspondente a 53% da amostra, ou seja mais da metade dos moradores, estão satisfeitos em morar nesse bairro. Ou seja, 86% dos moradores fazem uma avaliação positiva do Bairro onde residente, demonstrando-se globalmente satisfeitos com o seu local de residência.

Existe contudo uma franja de 14% que estão insatisfeitos (12%) ou muito insatisfeitos (2%) em morar neste bairro. Estes dados são também relevantes pois tendo sido dada uma escala de 4 níveis para os moradores avaliarem o seu grau de satisfação com o bairro em que residem, apenas 2% optaram por assinalar o seu descontentamento com o Bairro das Andorinhas seleccionando o grau máximo de insatisfação. Com estes dados entende-se agora melhor um dado já revelado anteriormente que revelava que a grande maioria destes moradores não têm qualquer intenção de mudar de local de residência no curto/médio prazo. Por vezes os discursos que reflectem sobre

os bairros sociais apontam para o facto de se tratar de uma solução habitacional de recurso, a que os moradores se conformam por não terem condições financeiras para ponderarem outra alternativa. Ora, os dados aqui apresentados demonstram que essa conclusão não pode ser generalizada, pois existem bairros sociais onde os níveis de satisfação e bem-estar dos seus moradores são elevados, não fazendo parte das suas pretensões e expectativas o desejo de abandonar esses contextos de residência.

**Figura 25. Como os moradores avaliam globalmente o seu grau de satisfação com o Bairro das Andorinhas**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Procurando perceber melhor os resultados a esta última questão, importa reflectir acerca das principais vantagens em morar no Bairro das Andorinhas, identificadas pelos seus moradores. De entre as principais vantagens destaca-se, em primeiro lugar, as relações de amizade e entreajuda que se observam entre os moradores do bairro. De seguida o preço acessível das rendas, facilitando o acesso a habitação de qualidade a famílias com carências económicas. Na terceira posição e quarta posição, destaca-se, respectivamente, vantagens associadas à tranquilidade do bairro, o que o torna um bom sítio para viver; e a localização do bairro que se encontra próximo do centro da cidade, beneficiando das múltiplas vantagens que advém dessa centralidade, nomeadamente a facilidade de acesso a bens, serviços, equipamentos públicos, eventos de animação sócio-cultural, etc. A proximidade ao mercado municipal, comércio especializado de rua,

*shopping center*, autocarros, restaurantes, áreas verdes, são aspectos muito valorizados por estes moradores.

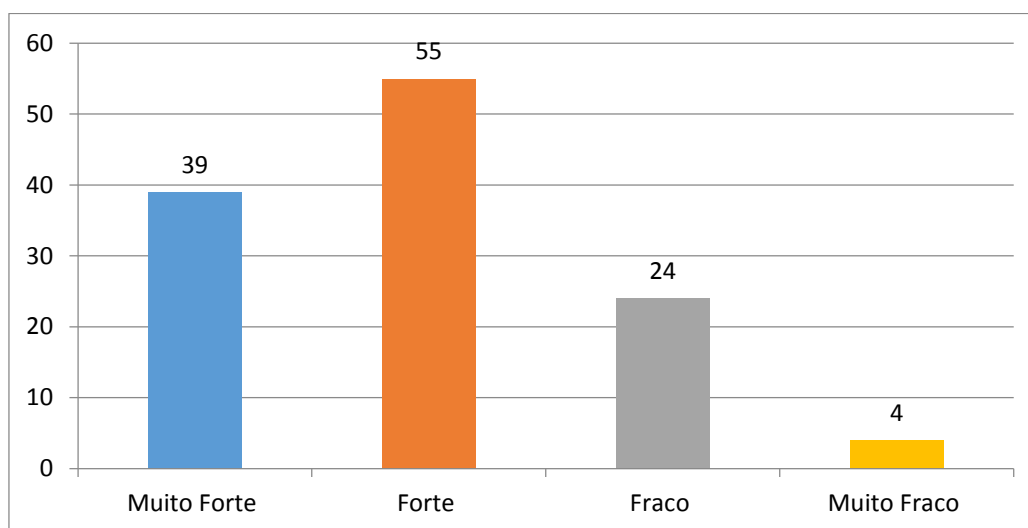
Por outro lado e quanto às principais desvantagens, o dado mais relevante na análise das respostas a esta questão é o facto de 35% dos inquiridos terem afirmado que não existem desvantagens nesse bairro, o que atesta os níveis de orgulho e satisfação com o bairro onde moram. De entre as desvantagens enumeradas, destaca-se a degradação física de alguns edifícios e alojamentos, o que contribui para alguma conotação negativa que afecta a imagem externa deste bairro (referido por 12% dos inquiridos). Outros problemas referidos, embora de modo pontual, apontam para algum consumo de drogas por parte de alguns residentes (referido por 7% dos inquiridos), ou alguns comportamentos desadequados entre vizinhos com alguns desacatos e conflitos entre moradores (referido por 6% dos inquiridos). Foram ainda enunciados alguns outros problemas como a falta garagem e elevadores nos edifícios ou a existência de terrenos abandonados na proximidade imediata do bairro.

#### **4.1.5. Redes de interacção**

Para avaliar o grau de abertura do bairro à restante cidade (o seu nível de integração) é importante considerar a configuração e espacialização das redes de interacção dos seus habitantes. Para isso começou por se avaliar o grau de conhecimento e contato entre vizinhos, ou seja entre os moradores do bairro (Figura 26). Os dados obtidos com este inquérito demonstram existir um excelente nível de interacção entre os seus habitantes, pois 55 entrevistados, o que representa 45% do total, consideram ser forte o grau de conhecimento e contato com os vizinhos, e 39 entrevistados, o que representa 32% dos inquiridos, responderam que o grau de conhecimento e contato com os vizinhos são muito fortes. Tendo sido apenas de 20% a proporção de inquiridos que responderam que o grau de conhecimento e contato com os seus vizinhos é fraco. Reconhece-se assim a existência de uma relação de proximidade forte com os vizinhos, mesmo com suas diferenças e especificidades.

Sendo intensas as dinâmicas de interacção intra-bairro importa conhecer que tipos de interacção existem com os vizinhos no Bairro das Andorinhas. Em primeiro lugar (referido por 54% dos inquiridos) foram salientadas relações de entreaajuda entre os moradores, tendo sido dados alguns exemplos como seja apoio em caso de doenças ou apoio no cuidado a crianças.

**Figura 26. Avaliação dos inquiridos quanto ao grau de conhecimento e contacto entre os moradores do Bairro das Andorinhas**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Existem outros tipos de interacção entre vizinhos detectadas neste bairro, como sejam encontros para convivência e diversão (conversar, jogar às cartas, ver futebol, passar tempo com amigos, etc), referidos por 29% dos inquiridos. Avaliando o tipo de relações que se estabelecem entre os moradores, percebe-se que efectivamente existe uma forte dinâmica de interacção. É um bairro onde os seus moradores não cumprimentam apenas os vizinhos por educação e cordialidade (apenas 14% referiram ser este o único tipo de interacção existente), estabelecendo a maioria relações de verdadeira amizade. Não se trata por isso de um contexto de residência onde o individualismo e o anonimato impera, como em muitos bairros das cidades contemporâneas, pelo

contrário neste contexto de residência assiste-se à estruturação de fortes redes de relações internas, que certamente em muito contribuem para os elevados níveis de satisfação que os moradores têm em residir neste bairro.

Esta forte interação social no seio do Bairro das Andorinhas, é em alguns casos reforçada pela existência de muitos familiares que residem no mesmo bairro, mas em uma residência diferente do morador inquirido. De facto, 65 inquiridos, o que corresponde a 53% da amostra (Tabela 5), disseram que tem familiares que residem em outra habitação dentro do mesmo bairro. Trata-se de uma proporção elevada, percebendo-se assim que para além de redes de amizade muito relevantes, existem igualmente redes familiares, que em muito contribuem para os fortes laços de interação intra-bairro que foram detectados com este inquérito.

**Tabela 5. Inquiridos no Bairro das Andorinhas com familiares a residir no bairro**

<b>Tem familiares que residam no seu bairro, mas numa habitação diferente da sua?</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual %</b>
Sim	65	53%
Não	57	47%
Total	122	100%

Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

A valorização dessas redes familiares no mesmo contexto de residência foi plenamente comprovada por estes moradores, ao se verificar que 85% dos inquiridos que referiram ter familiares a residir no bairro, terem manifestado que é importante para eles poderem contar com o apoio e convívio dos familiares nas suas vivências quotidianas (quer seja no apoio em caso de



doença, nas festividades e dinâmicas de lazer, no apoio na alimentação, na orientação amiga, e noutras formas de ajuda mútua), mesmo existindo por vezes algumas discordâncias no seio familiar. De facto, apenas 6% desse total referiu que essa proximidade não é algo especialmente importante.

A existência de fortes redes de interação e entreajuda no interior do Bairro é certamente algo positivo que muito contribui para os altos níveis de satisfação dos moradores para com o seu contexto de residência. Todavia, seria importante que essas redes de interação não estivessem demasiado restritas ao contexto do bairro, verificando-se também pontes de interação com a restante cidade de Braga, o que constituiria um sinal de boa integração deste bairro com a restante cidade e, portanto, menos sujeito a fenómenos de segregação sócio-espacial. Mas os sinais recolhidos sugerem alguma preocupação neste domínio. Veja-se que quando os moradores foram questionados acerca do local onde residia a maioria dos seus amigos (Figura 27), quase a metade, 47% dos inquiridos, responderam que estes moram no mesmo bairro onde residem.

**Figura 27. Localização da maioria dos amigos dos moradores do Bairro das Andorinhas**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

É certo que mais de metade (53%) referiu que a maioria dos seus amigos mora noutras partes da cidade de Braga, no entanto sendo um bairro com uma volumetria e uma dimensão não muito exagerada e que se localiza tão próximo do centro da cidade e dos seus principais equipamentos e serviços, seria de esperar que a proporção daqueles com redes de amizade geograficamente mais amplas fosse maior. Sobretudo atendendo ao facto da população deste bairro rondar os 2 mil habitantes e a população da cidade de Braga quase 130 mil habitantes.

A geografia das redes de amizade dos moradores deste Bairro revela algumas dificuldades de interação entre o Bairro e a restante cidade de Braga. É certo que os dados não são alarmantes, mas sugerem alguma preocupação que deve merecer atenção nas políticas urbanas em curso na cidade de Braga. Há alguns sinais que apontam para a necessidade de se promover uma maior integração do Bairro na cidade. Neste mesmo sentido estão alinhados os resultados da questão que procurou saber se o Bairro é frequentado por residentes noutras partes da cidade de Braga (Figura 28). Mais de 1/3 (34%) dos inquiridos referiu que o Bairro das Andorinhas é pouco ou muito pouco frequentado pelos restantes habitantes de Braga. Não sugerindo estes dados um cenário de completa falta de integração do Bairro na cidade, há certamente acções a serem delineadas para elevar ainda mais a integração deste Bairros nas práticas quotidianas que se assistem em termos do uso e apropriação do espaço urbano de Braga.

Sendo de 2/3 a proporção dos moradores no Bairro que consideram que o mesmo é frequentado pela restante população de Braga, percebe-se então que embora este seja um bairro social<sup>31</sup> e constituído por uma população de baixa renda e até sem renda, não é um bairro repulsivo para grande parte dos moradores da cidade de Braga.

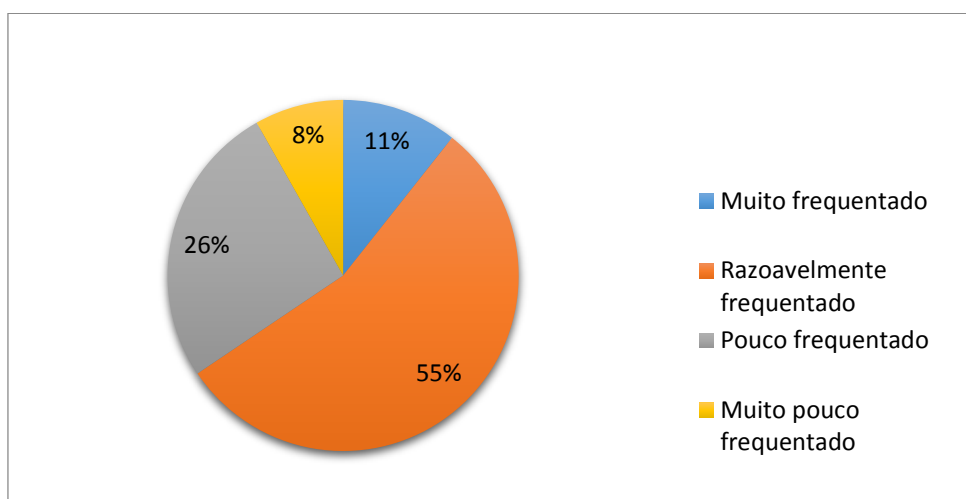
Procurando conhecer quais os motivos que levam os restantes habitantes de Braga a visitar e frequentar o Bairro das Andorinhas, conclui-se que essas visitas tendem a ocorrer sobretudo para

---

<sup>31</sup> -Bairro social em Portugal é um bairro que tende a ser localizado em uma área de menor valorização urbana da cidade, onde se encontra uma população de baixo poder aquisitivo ou sem renda. Em Braga, temos os seguintes bairros sociais: Andorinhas, Complexo habitacional do Picoto, Enguardas, Santa Tecla e Ponto dos Falcões.

visitar amigos e familiares, ou vêm para o bairro das Andorinhas para jogar futebol ou recorrer a algum comércio e serviços existente no bairro ou nas sua proximidade. É no entanto importante destacar que 9% dos inquiridos responderam que algumas pessoas da cidade frequentam o bairro por causa do tráfico de drogas. Esta é uma resposta que reforça a necessidade de ações de acompanhamento para que estas práticas ilícitas, a existirem, possam ser controladas e eliminadas, pois de modo algum contribuem para o bem-estar, conforto e qualidade de vida dos residentes neste bairro.

**Figura 28. A frequência do Bairro das Andorinhas pelos restantes habitantes de Braga, na opinião dos seus moradores**



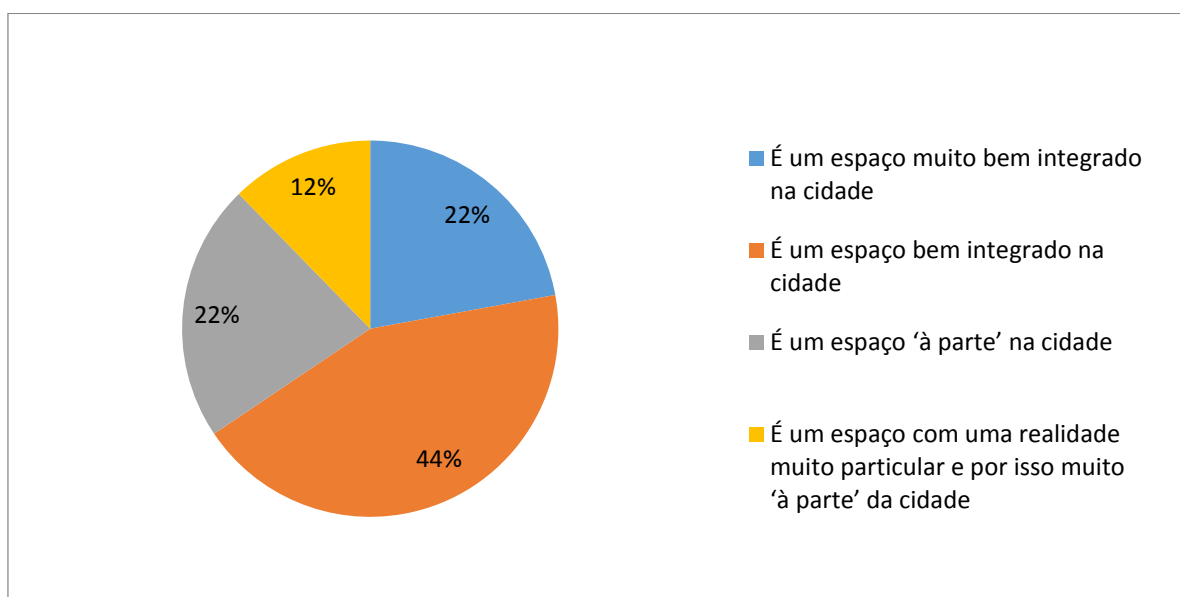
Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Após a análise da configuração espacial das redes de interação e amizade dos moradores no Bairro das Andorinhas, bem como dos hábitos de frequência deste bairro por parte dos restantes habitantes de Braga, compreende-se mais facilmente o facto de 43% dos inquiridos terem afirmado que o bairro das Andorinhas é um espaço bem integrado na cidade de Braga, e 22% dos inquiridos referiram mesmo que o bairro das Andorinhas é um espaço muito bem integrado na cidade de Braga (Figura 29). Ou seja, para quase 2/3 da sua população trata-se de uma área que revela bons níveis de integração na cidade, em parte devido ao facto de mais de metade dos seus moradores

terem a maioria dos seus amigos a residir fora do bairro, e uma grande proporção considerar que é um bairro razoavelmente ou muito frequentado pela restante população da cidade.

Existe no entanto uma proporção de 37% dos inquiridos que considera eu este Bairro tem problemas de integração, sendo um espaço 'à parte' na cidade de Braga (22% das respostas) ou mesmo considerando-o realidade muito particular e por isso muito 'à parte' da cidade (15% das respostas). Uma proporção de respostas que sugere a necessidade de algumas medidas que possam reforçar mais essa integração, e por essa via contribuir para combater a segregação sócio-espacial de que é alvo.

**Figura 29. Avaliação do grau de integração do Bairro das Andorinhas na restante cidade de Braga, na opinião dos seus moradores**



Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

#### 4.1.6. Imagem mental do Bairro no seu exterior

De modo a conhecer a imagem mental que existe acerca do Bairro das Andorinhas por parte da restante população da cidade, questionou-se os moradores acerca da opinião que os habitantes de Braga têm sobre o bairro das Andorinhas. É curioso verificar que apesar dos bons níveis de satisfação dos moradores em relação às suas casas e genericamente em relação ao bairro em que vivem, para além de o considerarem razoavelmente bem integrado na cidade, a grande maioria destes moradores reconhece que sobre este bairro existe uma imagem externa claramente negativa. Pois 90 inquiridos (74%) referiram que prevalecem opiniões negativas sobre o Bairro das Andorinhas entre os restantes moradores de Braga (Tabela 6). Alguns inquiridos concretizaram dizendo que a ideia externa que existe sobre o bairro é que se trata de uma área insegura/perigosa, problemática e com toxicodependentes.

**Tabela 6. A opinião dominante que existe sobre o Bairro das Andorinhas pelos restantes habitantes de Braga, na opinião dos seus moradores**

Que opinião lhe parece que as pessoas que moram noutros locais da cidade de Braga têm sobre este bairro?	Frequência	Percentual %
Têm uma boa opinião (sem concretizar)	22	18%
Que é o melhor bairro social de Braga	5	4%
Que é um espaço seguro e com bom ambiente	4	3%
Que é bem situado	1	1%
Têm uma má opinião (sem concretizar)	51	42%
Que é uma área muito insegura	11	9%
Que é um bairro problemático	10	8%
Que tem muitos toxicodependentes	3	2%
Não respondeu	3	2%
Não sabe	12	10%
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados obtidos pelos discentes de 'Teoria do Planeamento Urbano' de 2014/15 da licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho.

Todavia quando os moradores são questionados sobre a correspondência entre a imagem mental que os habitantes de Braga têm sobre este bairro e a realidade que o caracteriza na sua vivência quotidiana. Cerca de 3/5 (59%) referiu que efectivamente essa imagem externa que existe não condiz com a realidade. Assim percebe-se que há uma conotação negativa e uma estigmatização que os habitantes de Braga têm sobre este local, simplesmente por se tratar de um bairro social onde estão concentrados cidadãos de baixo nível sócio-económico, e não por esta ser fundamentada num conhecimento efectivo da realidade que caracteriza este bairro.

Se 74% considera que a população de Braga tem uma imagem negativa deste Bairro, só 34% dos inquiridos responderam que essa imagem condiz com a realidade vivenciada no bairro. Como se pode verificar ronda sempre 1/3, a proporção dos moradores do Bairro que reconhecem que importa melhorar algo no Bairro, ou porque existem nele problemas que precisam ser enfrentados, ou para que este se integre melhor na cidade, ou para que seja mais frequentado por quem nele não habita, ou ainda para que a imagem negativa externa que existe sobre o bairro perca o seu fundamento.

Os dados obtidos sugerem que a segregação que afecta este bairro é algo que vem sobretudo do seu exterior. É um espaço nitidamente discriminado por parte dos habitantes de Braga, que sobre ele desenvolveram uma conotação negativa, não o considerando um espaço tão bem integrado na cidade, como na percepção dos seus moradores. E embora se tratem de percepções (e não de dinâmicas reais) estas são igualmente importantes pelas implicações que têm. Importa a este respeito referir que 16% dos moradores inquiridos manifestaram que ao longo da sua vida já se sentiram (pelo menos uma vez) prejudicados na sua vida profissional (por exemplo em entrevistas de emprego) pelo simples facto de residirem neste bairro. O que atesta a importância que as imagens mentais (mesmo não sendo reais) podem ter pelo modo como afectam directamente a vida de quem reside nestes bairros, e pelo modo como entram o caminho para uma cidade mais integrada e justa

#### **4.1.7. Perspectivas de acção para o desenvolvimento futuro do Bairro**

Uma cidade mais inclusiva implica uma diferente abordagem também no planeamento urbano, que valorize intervenções mais partilhadas, para as quais possam participar os próprios cidadãos com as suas visões sobre os principais desafios urbanos mas também sobre o modo de os enfrentar. Assim, foi solicitado que os inquiridos dessem a sua opinião sobre os principais investimentos que deveriam ser executados para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar neste bairro. 53% dos inquiridos salientaram a necessidade de investimentos infra-estruturais de reabilitação física dos edifícios, nomeadamente com a reparação das suas fachadas. 17% destacaram a necessidade de mais investimento no cuidado e manutenção dos jardins e restante espaço público. Outras sugestões referem-se à necessidade de aumentar a segurança no bairro (mais policiamento para maior controlo de algum tráfico de droga), e reforçar os equipamentos no bairro assim como o seu comércio, de modo a suprir carências sentidas sobretudo pela população mais jovem e mais idosa (lar ou centro de dia).

Como se referiu anteriormente há 34% de inquiridos que consideram que o Bairro das Andorinhas não está convenientemente integrado na cidade de Braga. No sentido de se contribuir para elevar esse nível de integração (e assim ajudar a combater a segregação de que é alvo) foi solicitado que esses moradores sugerissem intervenções para que este bairro não fosse considerado um espaço mal integrado da cidade de Braga. Com este propósito a sugestão mais referida aponta para a necessidade de promover algo de modo a que as pessoas da cidade visitem o bairro e tenham assim um conhecimento real das dinâmicas do bairro (sugerido por 29% dos inquiridos), para que desse modo a sua imagem mental se aproxime mais da realidade e não de estereótipos propagados na comunicação social acerca dos bairros sociais. Isto porque na sua opinião os habitantes de Braga discriminam o bairro das Andorinhas porque não conhecem, nem as pessoas nem o bairro. “*Elas nem conhecem o bairro e já têm uma opinião negativa e isso não é justo*” (morador diante a resposta ao inquérito). Neste sentido alguns moradores sugeriram a necessidade de apostar em medidas não apenas de investimento físico, mas por exemplo o apoio a ações de animação socio-cultural (referido por 16% dos inquiridos), por exemplo organizando

eventos no bairro que atraíam a ele pessoas que habitam noutras áreas da cidade, e assim conhecendo a realidade do bairro as suas percepções negativas certamente mudariam.

## **4.2. O Bairro Invasão de São Conrado em Aracaju**

Em Aracaju, o bairro Invasão de São Conrado está localizado numa área de infraestrutura urbana precária, composto por uma população de baixíssima renda e também com um grande percentual de seus residentes com muito baixos níveis de escolaridade, possuindo ocupações profissionais instáveis e integradas na economia informal. No caso deste bairro foi aplicado um total de 100 questionários aos seus moradores. Também neste caso os dados recolhidos e posteriormente informatizados foram tratados estatisticamente com recurso ao software SPSS versão 17. De modo a viabilizar a vertente comparativa deste estudo, a informação recolhida com este inquérito permite também uma análise em torno das mesmas 7 secções utilizadas para o estudo previamente apresentado para o Bairro das Andorinhas: caracterização da amostra inquirida; caracterização do alojamento; expectativas, motivações e aspirações; caracterização do bairro; redes de interação; imagem mental do bairro no exterior; e perspectivas de acção para o desenvolvimento futuro do bairro da Invasão de São Conrado.

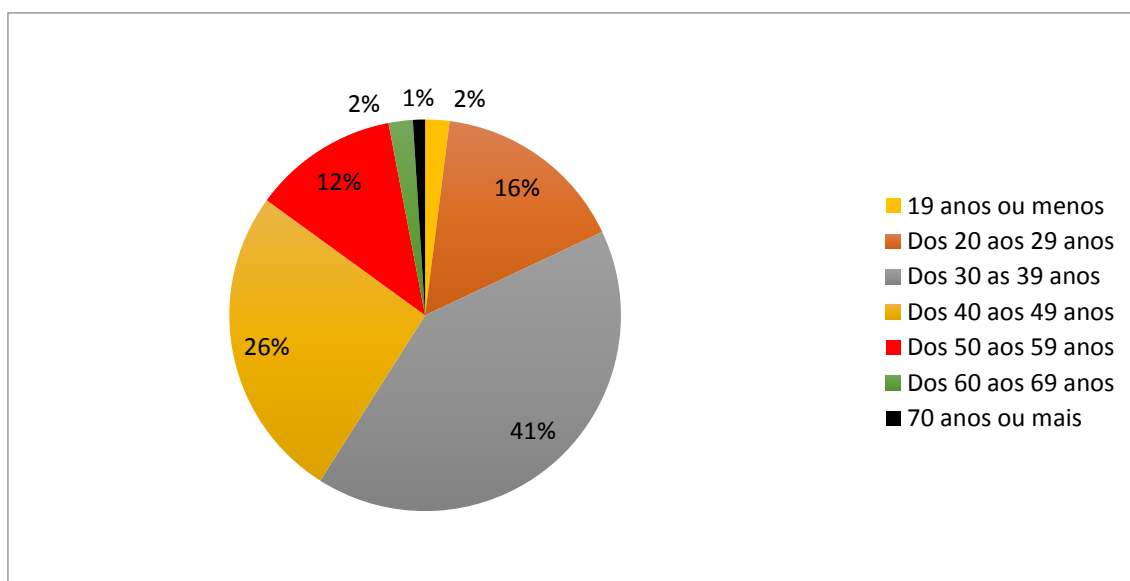
### **4.2.1. Caracterização da amostra inquirida**

Analisando o perfil do inquirido verifica-se, ao nível da sua distribuição etária, uma significativa diferença comparativamente ao Bairro das Andorinhas (Figura 30), pois o escalão mais representado é o dos 30 a 39 anos com 41% da amostra. Aliás 59% da amostra inquirida em Invasão de São Conrado tem até 39 anos de idade, enquanto que no Bairro das Andorinhas essa proporção era apenas de 39%. Se esta comparação for feita tendo como limite os 49 anos verifica-se que 58% dos inquiridos no Bairro das Andorinhas estava abaixo desse limite, sendo que no



Bairro Invasão de São Conrado 85% dos inquiridos têm menos de 49 anos de idade. Esta diferenciação é tradutora do grave problema demográfico que afecta a realidade portuguesa, onde o envelhecimento demográfico resultante de uma baixa taxa de natalidade é um dos principais problemas e desafios que se coloca à sociedade portuguesa. Por sua vez, no caso de Invasão de São Conrado trata-se de um bairro com uma população muito jovem, o que também se conclui pela baixa representatividade dos inquiridos com mais de 60 anos de idade. Neste bairro a amostra analisada é por isso composta quase exclusivamente por população em idade activa, com grande potencial de força de trabalho e por conseguinte composta de possíveis contribuintes económicos, e também em idade fértil que traduz um forte dinamismo demográfico neste contexto de residência. .

**Figura 30. Distribuição etária da amostra inquirida no Bairro Invasão de São Conrado**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Também ao nível do género existem diferenças face à composição da amostra obtida no Bairro das Andorinhas, que era mais equilibrada na sua repartição pelos dois géneros, apenas com uma ligeira sobre-representação do género feminino. Já no caso da Invasão de São Conrado o género mais representado é o masculino com 75% de residentes inquiridos, o que traduz uma evidente

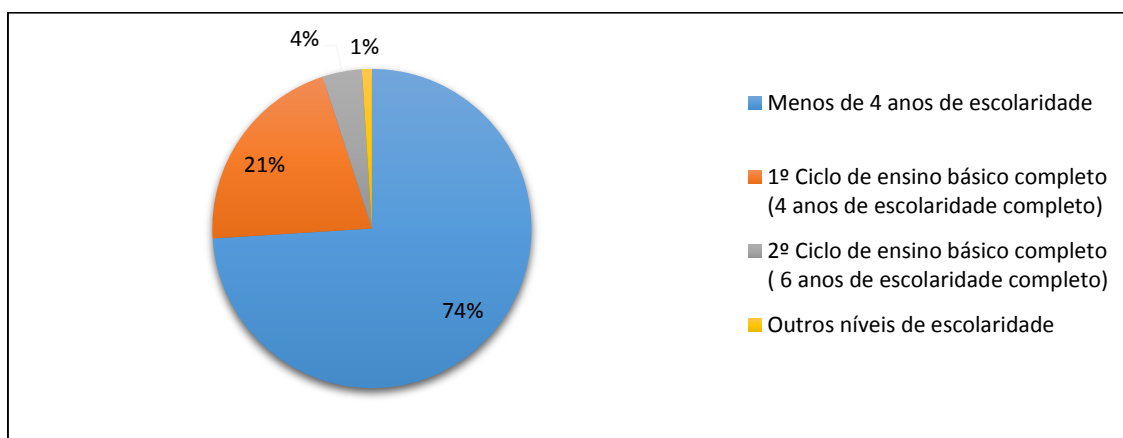
sobre-representação deste género na amostra obtida. Uma hipótese pode ser estabelecida para essa sobre-representação do género masculino entre os moradores inquiridos na Invasão do São Conrado. Trata-se de um bairro onde é visível existir uma proporção significativa de homens jovens que ocupam grande parte do seu tempo na rua ou em cafetarias (entre os quais alguns, poucos, são alcoólatras e usuários de drogas ilícitas). Que por esse facto estavam mais disponíveis para responder ao inquérito, ao contrário das mulheres que, em grande parte, não estavam presentes no espaço público do bairro no decorrer da pesquisa, muitas por estarem trabalhando fora do bairro, no mercado de trabalho, formal e informal.

A realidade é que no momento da pesquisa encontrou-se nas residências e nas ruas muito mais homens que mulheres. Acredita-se que em outro horário, por exemplo, se os inquéritos tivessem sido aplicados no horário noturno, haveria um percentual mais equilibrado na questão do género. Mas a realização da pesquisa à noite se revelou mais difícil, visto que após várias tentativas constatou-se que a essas horas os residentes não queriam responder aos questionários, além de ser mais perigoso a realização desta tarefa num horário noturno por um pesquisador externo ao bairro, particularmente em certas áreas da Invasão do São Conrado.

Quanto ao nível de escolaridade a composição da amostra do Bairro das Andorinhas já demonstrava um grave e preocupante baixo nível de escolaridade (mais de 2/3 com menos de 6 anos de escolaridade) o que é tradutor de uma forte homogeneidade social, sendo este um dos principais critérios na detecção de áreas de segregação sócio-espacial. Ora, no caso da Invasão de São Conrado a intensidade dessa segregação sócio-espacial parece ser bem mais forte e evidente, pois a grande maioria da população inquirida é constituída por indivíduos com muito baixo nível de escolaridade (Figura 31), sendo que 74%, tem menos de quatro anos de estudos e 95% menos de 6 anos de escolaridade. Estes dados demonstram a precária situação educacional desta população que necessariamente influencia e amplia o processo de segregação sócio-espacial desta área.

Face à análise etária já efectuada e à expressiva representação de população jovem em idade activa, torna-se compreensível que no tocante à condição do residente perante o trabalho se tenha constatado que 87% dos inquiridos tenham manifestado ter trabalho, embora em muitos casos em situação de subemprego e no contexto da economia informal. Todavia representa um dado positivo uma vez que os residentes, na sua grande maioria, estão com atividade profissional, o que representa uma grande contribuição para a sociedade e para o orçamento da sua família. Apenas 9% dos inquiridos referiu estar desempregado (7% à procura de novo emprego e 2% à procura do primeiro emprego). Recorde-se que no Bairro das Andorinhas essa proporção era de 26% de desempregados, o que reflecte por um lado os reflexos da forte crise económica e financeira que Portugal enfrentou no primeiro quinquénio da década 2010 (quando os inquéritos foram aplicados) e que se reflectiu numa forte subida das taxas de desemprego. Mas esta diferença entre os bairros analisados também decorre de um maior dinamismo da economia brasileira, embora neste caso muito decorrente do dinamismo de uma economia informal facilitadora da profusão do subemprego, precário e mal remunerado.

**Figura 31. Repartição da amostra inquirida no Bairro Invasão de São Conrado por níveis de escolaridade**

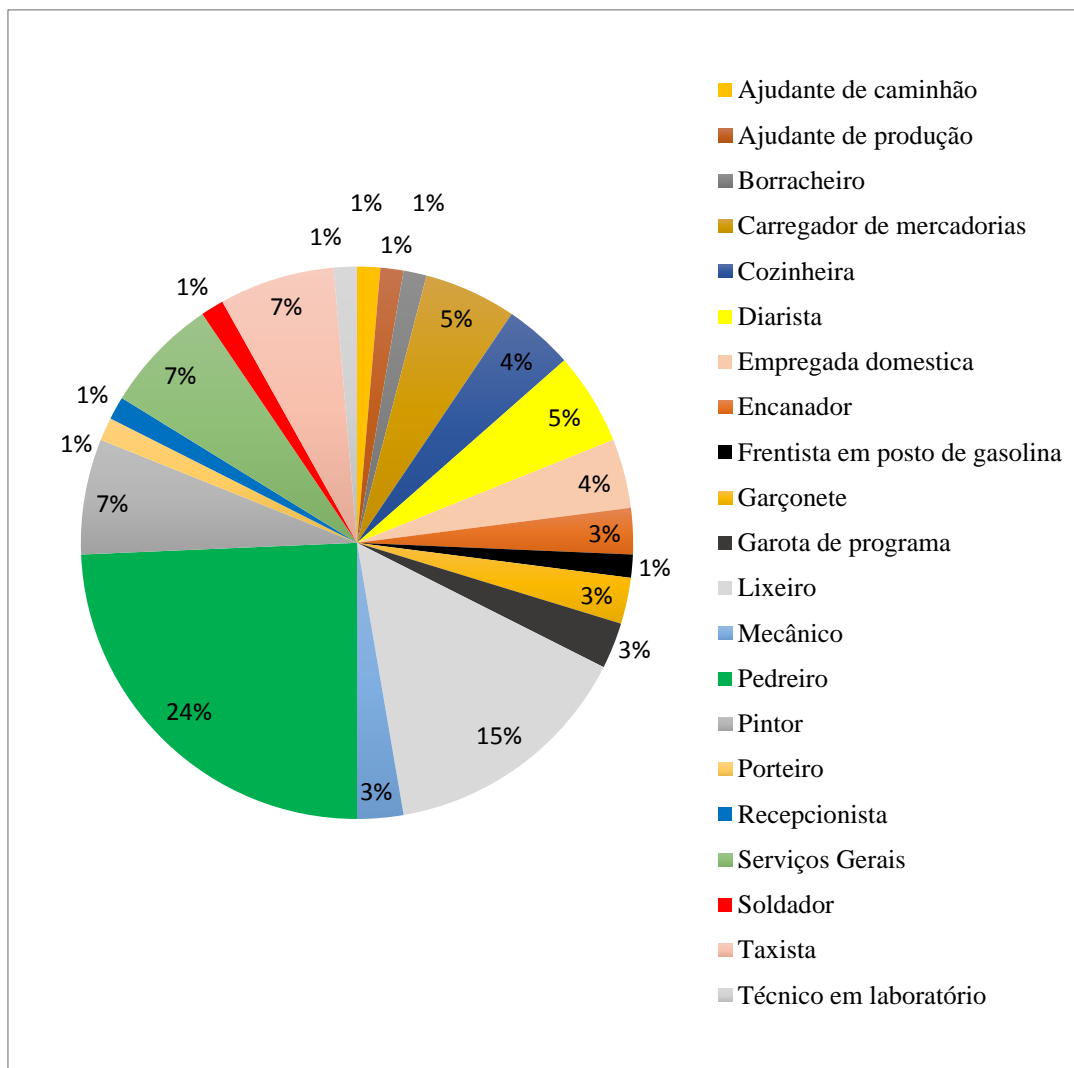


Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014. Reelaboração Neilson S. Meneses.

Analisando as profissões dos inquiridos com trabalho (Figura 32), prevalecem, tal como no Bairro das Andorinhas, funções desqualificadas, mal remuneradas e com baixos índices de especialização, reflexo das baixas escolaridades detectadas. Tendo sido registado o predomínio de muitas actividades informais associadas ao sector da construção civil (pedreiros, pintores, encanadores, entre outros) no caso do género masculino, e cozinheiras, diaristas e domésticas no caso do género feminino. Ou seja, a maioria das profissões da população deste bairro estão relacionadas a trabalhos eventuais e precários, geralmente situados no setor informal da economia, sem registo na carteira profissional, sem protecção da seguridade social e com baixos rendimentos.

É curioso e até paradoxal que entre a amostra inquirida tenha sido bastante notório a predominância de funções da construção civil (pedreiros, pintores e encanadores correspondem a 34% da amostra), considerando que são estes os profissionais que constroem habitação, no entanto, a situação brasileira marcada por fortes desigualdades sociais e económicas leva esses profissionais (que mais que nenhum outros promovem a habitação) a residir em aglomerados subnormais, com alojamentos precários e indignos, como é o caso do aglomerado da Invasão de São Conrado.

**Figura 32. Inquiridos com trabalho no Bairro Invasão de São Conrado, segundo a sua profissão**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Do mesmo modo merece também reflexão que aqueles inquiridos que conseguiram ingressar na economia formal, sejam predominantemente lixeiros (gari) na empresa Torre de colecta de resíduos sólidos (15% dos inquiridos). Trabalhadores indispensáveis para garantir a limpeza, salubridade, conforto e bem-estar nos espaços urbanos, embora se vejam ‘forçados’ pelas suas condições sócio-económicas a residir num bairro onde essas condições não são garantidas ao mesmo nível e onde o espaço público se encontra demasiado desqualificado.

A maioria da população que reside neste bairro vive de atividades profissionais informais, esta circunstância ocorre apesar deste se localizar próximo de uma grande área comercial, o *Shopping*

*Center* Jardins, bem como se encontrar próximo do Distrito Industrial. Todavia, as baixas qualificações desta população, limitam em muito a possibilidade de obterem um melhor emprego, na área dos serviços ou de operário industrial, pois são funções que actualmente exigem formação especializada ou um nível de qualificação que muitos destes moradores não possuem. Uma outra razão para compreender a dificuldade dos residentes deste bairro se inserirem na economia formal beneficiando das ofertas de emprego existentes na proximidade, relaciona-se com o estigma que está associado ao local onde moram, por efeito de discriminação e preconceito. Refira-se que para contornar este tipo de estigmatização, recentemente em Aracaju a própria população residente no bairro de Terra Dura (um outro bairro de segregação sócio-espacial) solicitou a mudança do nome do seu Bairro para Bairro de Santa Maria.

Quanto à análise do local onde estes trabalhadores exercem a sua profissão, constatamos que 95% dos inquiridos, quase todos, trabalham fora de seu bairro, necessitando de um deslocamento diário, entre a residência e o seu local de trabalho. No caso do Bairro das Andorinhas a proporção da população empregada que trabalhava fora do seu bairro era de 83%, o que permite concluir que, comparativamente, é mais intenso o carácter monofuncional (associado à função residencial) do Bairro Invasão de São Conrado. Assim observamos que grande parte destes residentes se deslocam para fora do seu bairro para desempenharem as suas funções profissionais. Muitos vão para o trabalho de ônibus, embora um número considerável se desloque de bicicleta e até a pé, devido ao alto custo do transporte coletivo.

#### **4.2.2. Caracterização do alojamento**

Quanto ao regime de propriedade da habitação, os dados recolhidos permitem verificar que no Bairro Invasão de São Conrado a maioria dos inquiridos reside em imóvel não próprio, pois 71% das casas destes inquiridos são arrendados (Figura 33). Neste parâmetro de análise a situação é muito similar à do Bairro das Andorinhas, onde 72% dos inquiridos possuíam casa arrendada. Embora existam diferenças assinaláveis, pois se no bairro de Braga essas habitações foram

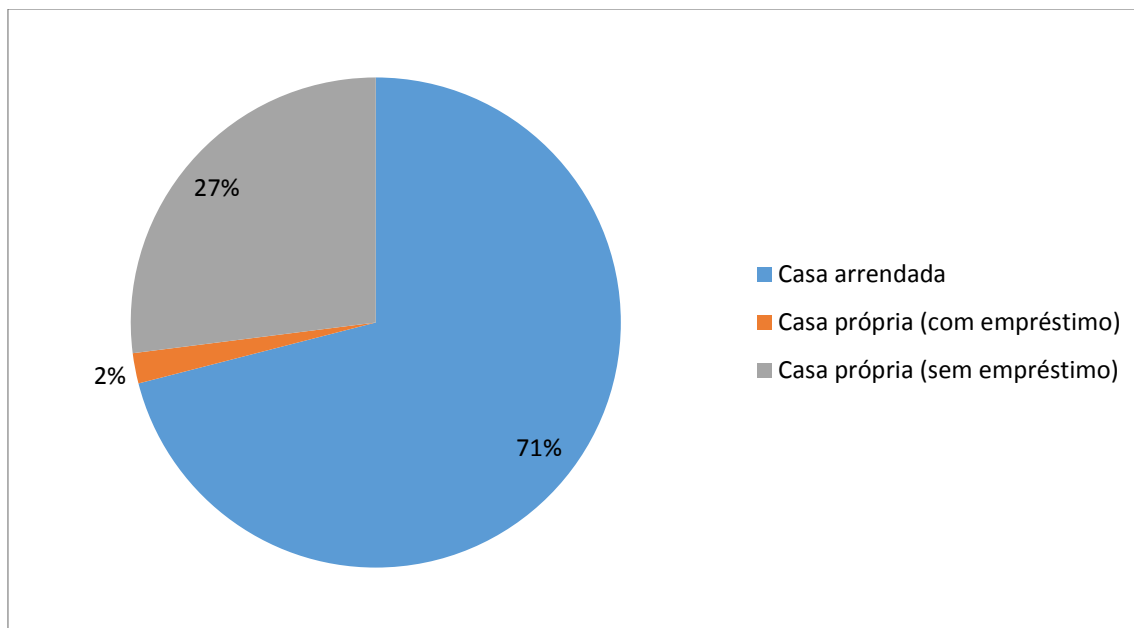
promovidas com investimento público e são posse do Estado (da Autarquia), no caso do Bairro Invasão de São Conrado são imóveis resultantes de investimentos privados. Construídos para habitação própria, sendo que quando essas famílias decidem posteriormente se deslocar para outro local, optam muitas vezes por mantê-los no seu património arrendando-os a outras famílias como forma de complemento do seu rendimento. Refira-se que muitos destes imóveis surgiram numa lógica de auto-construção, tendo sido os primeiros moradores que ocuparam/invadiram esta área (daí ser conhecida como Invasão de São Conrado) os responsáveis pela sua desmatação e aterro e posterior construção (de maneira irregular tanto pelo forma dos imóveis construídos, quanto por se tratarem de construções de génese ilegal e por isso sem registro na prefeitura da cidade). Com o tempo estes vieram a obter o uso capião<sup>32</sup> do solo que ocuparam e, actualmente, muitos já transitaram para outras áreas mas mantêm-se no entanto como proprietários destes imóveis que arrendam a novos moradores.

Assim, no caso do Bairro das Andorinhas há uma maior estabilidade na posse da habitação, que mesmo sendo arrendada (a preços abaixo do valor de mercado por se tratar de habitação social) se torna o lar dessas famílias por períodos muito prolongados, em alguns casos passando mesmo de geração em geração. Já no caso do Bairro Invasão de São Conrado, por se tratarem de imóveis de posse privada, os arrendamentos são por vezes realizados através de contratos com duração de apenas seis meses. Isso ocorre pois muitos dos residentes estão inseridos na economia informal sem empregos fixos e, portanto, transitam de trabalho com mais frequência, sendo que a pretexto dessa mudança de trabalho saem deste local de residência, se deslocando para outro bairro da cidade.

---

<sup>32</sup> Pelo usucapião especial de imóvel urbano, segundo descrito no Estatuto da Cidade, Código Civil Art. 1.240, aquele que possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Fonte: [www.justica.gov.br](http://www.justica.gov.br). (12-09-18).

**Figura 33. Regime de propriedade das habitações onde residem os inquiridos no Bairro Invasão de São Conrado**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

A proporção de inquiridos que reside em casa própria é inferior a 30%, sendo que nestes casos a grande maioria são casas que fazem já integralmente parte do património destes moradores, sendo que apenas 2% correspondem a habitações adquiridas com recurso a empréstimo bancário.

Na estrutura do edificado do Bairro da Invasão de São Conrado observam-se inúmeras residências to tipo 'vilas' que correspondem a conjuntos de pequenas moradias que comumente existem nas aglomerações subnormais no Brasil. Essas vilas são construídas em travessas, ruas bem estreitas, e são geralmente compostas por uma sequencia de moradias de um quarto e um banheiro, às vezes de dois quartos, banheiro e sala e, por vezes, de dois quartos, banheiro, sala e área de serviço. No caso específico desta área de estudo esta tipologia morfológica encontra-se sobretudo mais próxima do canal e do Mangue, onde são mais comuns as moradias do tipo vilas, que estão presentes em 'becos' ou corredores (Fotografias 6 e 7), muitas delas com dois quartos, sala, banheiro e cozinha/área de serviço (47% dos inquiridos moram em habitações com dois quartos de dormir), embora muitas apenas com um pequeno quarto, um banheiro e uma pequeníssima



área de serviço (24% dos inquiridos moram em habitações com apenas um quarto de dormir). A análise da tipologia destas habitações denota uma característica de residências de população de baixo poder aquisitivo, que são identificadas com pequenas áreas. Refira-se inclusivamente o percentual de 18% dos inquiridos, que não quiseram responder, possivelmente incomodados em admitir que a sua habitação só tem um cómodo e um banheiro.

### **Fotografia 6 e 7. As vilas de habitações irregulares no Bairro Invasão de São Conrado**

**Foto 6**



Acervo de Anselmo Belém Machado. Data:02-05-2014.

**Foto 7**



Acervo de Anselmo Belém Machado. Data: 14-06-2013.

A concentração neste bairro destas pequenas vilas adequa-se a uma população móvel, que habita este bairro apenas temporariamente, não permitindo a criação do sentido de pertença que se encontra no Bairro das Andorinhas onde a ocupação da habitação é feita de um modo mais permanente. Assim, no Bairro da Invasão de São Conrado encontram-se residentes temporários que trabalham na economia informal e que encontraram na proximidade do bairro uma ocupação profissional, sendo provenientes de outros bairros de Aracaju ou até de cidades do interior do Estado. Adequando-se assim a esta população o regime de arrendamento. Quando terminam o serviço que encontraram na proximidade do bairro (por exemplo de pedreiro, pintor, electricista ou encanador) se mudam para outro bairro onde o preço dos aluguéis são mais baixos ou retornam para a residência da família em outro bairro de Aracaju, ou para o interior de Sergipe, ou mesmo para outro Estado do Brasil.

Quando a população que reside no Bairro Invasão de São Conrado se pronunciou sobre o modo como avaliam a qualidade da sua habitação, os dados recolhidos permitiram detectar uma realidade muito distinta daquela observado no Bairro das Andorinhas onde 76% dos moradores inquiridos considerou que a casa onde moram é de boa ou mesmo muito boa qualidade. Já na Invasão de São Conrado apenas 32% avaliaram positivamente a qualidade da sua casa (Tabela 7), sendo que 30 % consideraram-na de boa qualidade e apenas 2% avaliaram a sua casa no nível de qualidade mais elevado. Quase metade dos inquiridos (48%) considerou que a sua casa é de má qualidade, e 1/5 (20%) reconheceu mesmo que vivia numa casa de muito má qualidade.

Esta diferente percepção entre os dois bairros analisados traduz os resultados de dois modos distintos de promoção, a auto-construção de casas de génese ilegal, construídas sem fiscalização e licenciamento no caso de Invasão de São Conrado; e no caso do Bairro das Andorinhas tratam-se de blocos habitacionais devidamente projectados e construídos no respeito pela regulamentação existente e por conseguinte com licença de habitabilidade. Verifica-se aqui que uma área resultante de um exercício de planeamento urbano, responsável por uma operação urbanística devidamente programada e executada, consegue em muitos casos garantir habitação de melhor qualidade e dignidade, embora seja certo que nalgumas circunstâncias esses investimentos em habitação social acabam por promover outro tipo de problemas nesses contextos de residência, nomeadamente problemas derivados da segregação sócio-espacial.

O reconhecimento da má qualidade das habitações do Bairro Invasão de São Conrado, deve-se não apenas à reduzida dimensão e fraca qualidade dos materiais utilizados, mas também a problemas mais estruturais típicos de aglomerados subnormais, como seja a fraca iluminação solar no interior da habitação ou as precárias instalações sanitárias na grande maioria dos lares deste bairro.

**Tabela 7. Inquiridos no Bairro Invasão de São Conrado, segundo o nível com que avaliam, globalmente, a habitação onde residem**

Globalmente como avalia a qualidade da sua habitação	Frequência	Percentual
Muito Boa	2	2%
Boa	30	30%
Má	48	48%
Muito má	20	20%
Não tem	0	0%
Total	100	100%

Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Nos casos em que a qualidade das habitações foram melhor avaliadas, tal deve-se sobretudo a duas razões. Por um lado, deve-se a investimentos de melhoria que foram sendo feitos pelos seus proprietários ao longo do tempo, embora a um ritmo lento. Contudo esses investimentos de melhoria são pontuais pois sendo a maioria destas casas ocupadas em regime de arrendamento e por população muito carenciada, os seus proprietários não reconhecem grande necessidade em promover os investimentos necessários para elevar a qualidade das casas que arrendam. Por outro lado, os casos em que a qualidade foi bem avaliada também se relacionam com o facto de serem ocupadas por moradores que são provenientes de outros aglomerados subnormais, sendo os seus termos comparativos de muito baixa referência, pois em alguns casos são provenientes de casas ainda de pior qualidade do que aquelas que ocupam agora na Invasão de São Conrado. Aliás esta população é constituída por moradores oriundos de vários bairros de Aracaju: 27% dos entrevistados disseram que residiam antes no bairro Santa Maria; 12% responderam que residiam no bairro Porto Dantas; 10% responderam que residiam ante no bairro Bugio e 6% residiam nos bairros Japãozinho e Lamarão. Ou seja, a grande maioria dos inquiridos residiam previamente em outros bairros ‘pobres’ e periféricos de Aracaju, sem infraestruturas urbanas adequadas e onde igualmente se concentrava população de baixíssima renda ou mesmo sem renda. Há assim uma proporção considerável da população de Aracaju, que é de baixo nível sócio-económico e que reside em contextos de segregação sócio-espacial, embora as ‘amarras’ a esses contextos de residência sejam mais ténues pois revelam uma maior mobilidade entre bairros similares do que

aquela que se verifica em Portugal, onde se assiste a uma maior permanência temporal no mesmo contexto de residência.

#### **4.2.3. Expectativas, motivações e aspirações**

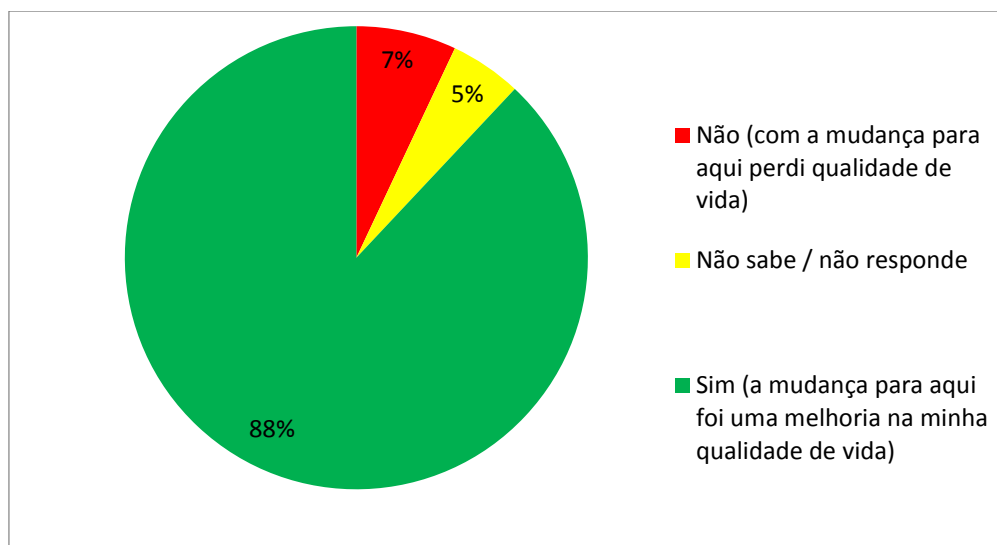
A hipótese da deslocação de moradores para este bairro provenientes de outros aglomerados subnormais de pior qualidade foi comprovada com os dados obtidos numa outra questão. Pois 88% consideram que terem-se mudado para o bairro Invasão de São Conrado, consistiu efectivamente numa melhoria na qualidade de vida (Figura 34). Revelando assim que os outros bairros onde residiam, eram ainda piores em termos de infraestrutura básica ou da sua proximidade a equipamentos e serviços, possuindo nesses contextos de residência uma pior qualidade de vida do que aquela que conseguem ter neste bairro. Percebe-se assim que mesmo nos contextos residenciais de forte segregação sócio-espacial, com concentração de residentes de baixos rendimentos, existe uma forte heterogeneidade com implicações directas na qualidade de vida e bem-estar dos seus residentes.

É também curioso verificar que o nível de insatisfação com a qualidade da casa em que habitam (68% avaliam negativamente a qualidade da sua habitação) não tem necessariamente uma tradução directa no nível de satisfação que existe com a mudança para este contexto de residência. Pois veja-se que apenas 7% dos moradores inquiridos referiram que a mudança para a Invasão do São Conrado constituiu uma perda da sua qualidade de vida.

Quanto às motivações que levaram à mudança de residência dos inquiridos para o Bairro Invasão de São Conrado, na primeira posição (referido por 57% dos inquiridos) estão motivações relacionadas com o facto de ser um bairro 'central', ou seja, que se localiza próximo do centro da cidade e dos principais serviços e equipamentos colectivos, podendo a eles deslocar-se de ônibus

e até a pé ou/e de bicicleta (próximo a ponto de ônibus, posto médico, mercadinho, panificação, mercearia, borracharia, cabeleireiro, salão de beleza, boutiques, bares, lanchonetes, ciclovias, escolas, feiras, etc), para além de estar também próximo da praia o que é muito valorizado.

**Figura 34. A percepção dos inquiridos quanto a uma progressão (melhoria) em termos de qualidade de vida e bem-estar, resultante da entrada no Bairro Invasão de São Conrado**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Assim e embora o bairro Invasão de São Conrado seja constituído por uma população, na sua grande maioria, de baixo poder aquisitivo, esse bairro não se encontra na franja urbana/rural da cidade, ou seja, não é um bairro localizado na periferia da cidade, pelo contrário trata-se de um bairro muito próximo do centro da cidade, com todas as vantagens que daí decorrem (tendo assim em termos de inserção urbana uma localização similar à revelada pelo Bairro das Andorinhas).

A segunda principal motivação para compreender a decisão que levou a morarem neste bairro, está associada com um menor custo de vida associado a este local de residência, não apenas porque os arrendamentos são mais acessíveis, mas também porque a sua centralidade promove uma redução de custos das deslocação para o trabalho, comércio, lazer, etc. Embora nos contactos efectuados tenha sido transmitidos pelos moradores, que nos últimos dois anos o custo

de vida tem aumentado consideravelmente e que o aluguer de uma vila de um quarto mais do que duplicou “antes em 2012 se pagava por um quartinho com banheiro R\$150,00 reais e hoje (setembro de 2014) já custa algo em torno de R\$300,00 reais” (morador no bairro durante a resposta ao inquérito). Percebe-se assim que o aumento do custo de vida dificulta o acesso à habitação para muitas famílias, mesmo no contexto dos aglomerados subnormais, especialmente porque o reajuste recente dos salários não tem acompanhado a taxa de inflação. Existindo assim uma hierarquia entre os aglomerados subnormais, tendo as famílias mais carenciadas a necessidade de procurar aqueles de custos mais acessíveis, e dentro destes as casas cujo valor de arrendamento podem suportar.

Quando questionados sobre que imagem mental tinham sobre este Bairro antes de nele residirem, um considerável percentual, 40%, respondeu que não tinha ideia alguma de como seria morar neste bairro, e 20% referiram que tinham uma imagem positiva do bairro (Tabela 8), sobretudo por conhecerem amigos e parentes que já residiam no bairro, e por essa razão sabiam que este estava perto de muitos serviços e comércio, e de todos os atractivos e equipamentos do centro da cidade.

**Tabela 8. A imagem mental prevalecente sobre o Bairro Invasão de São Conrado, por parte dos seus moradores, antes de nele residirem**

Quando mudou para este bairro tinha certamente uma ideia sobre ele e sobre como seria morar aqui. Qual era essa ideia que tinha?	Frequência	Percentual %
Não tinha ideia nenhuma	40	40%
Tratar-se de um local confortável	20	20%
Tinha uma má ideia	9	9%
Insegurança	10	10%
Pobreza	7	7%
Ideia associada ao tráfico de drogas	5	5%
Era bebé	5	5%
Não respondeu	4	4%
Total	100	100%

Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

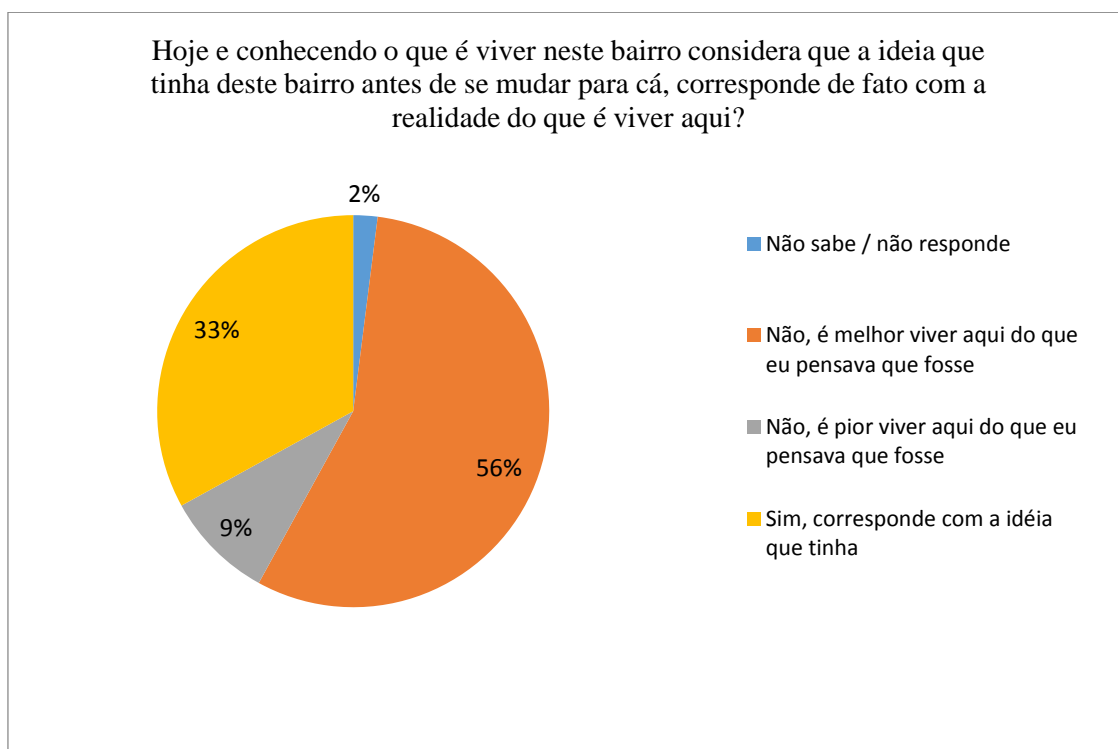
Os inquiridos que responderam ter uma imagem negativa deste bairro correspondem a um total de 31% (ligeiramente superior à proporção, 25%, revelada no caso do Bairro das Andorinhas), tendo alguns deles concretizado que essa má opinião se devia a receios associados com a insegurança no bairro, que por um lado resultam da concentração de pobreza (assaltos, brigas, desacatos..), bem como do tráfico de drogas que suspeitavam existir neste bairro.

Foi feita uma outra questão de modo a conhecer se a imagem mental que estes moradores tinham sobre o Bairro Invasão de São Conrado corresponde efectivamente com a realidade. Para 56% dos inquiridos a experiência quotidiana de morar neste bairro levou-os a constatar que a opinião que tinham deste bairro não corresponde com a realidade, pois é melhor viver neste bairro do que aquilo que pensavam que fosse (Figura 35). No caso do Bairro das Andorinhas a proporção que referiu ter ficado com uma melhor opinião depois deste ter passado a ser o seu contexto de residência foi apenas de 29%. Há assim neste parâmetro um comportamento bem diferenciado nas duas amostras estudadas, possivelmente porque no caso do Bairro da Andorinhas a proporção que referiu ter uma opinião positiva do bairro antes de nele habitar é mais alta (34%) do que no caso do Bairro da Invasão de São Conrado (20%), assim como a percentagem dos que consideraram ter uma má imagem do bairro antes de o habitarem é no caso do Bairro das Andorinhas (25%) inferior ao do Bairro de São Conrado (31%). Pelo que se compreende que no caso do Bairro Invasão de São Conrado as expectativas eram mais baixas, pelo que mais facilmente as suas opiniões sobre o bairro puderam melhorar depois de nele habitar. E isto deveu-se sobretudo a alguns investimentos que têm sido feitos na última década, que bastante valorizaram este bairro em comparação com muitos aglomerados subnormais, nomeadamente intervenções públicas relevantes na pavimentação de algumas ruas, na iluminação pública e até no abastecimento de água e criação de redes de esgotos, que melhoraram a qualidade de vida local.

Já quanto à proporção de moradores que referiram que viver neste bairro é pior do que aquilo que supunham que fosse, é apenas 9%, sendo esta proporção precisamente igual nos dois bairros analisados (Andorinhas e Invasão de São Conrado). Este valor leva a reforçar a consideração já

anteriormente feita acerca de estigmas e conotações desprestigiantes que se difundem sobre estes contextos de segregação sócio-espacial, na maioria das vezes não fundamentadas e sem coincidência com a realidade.

**Figura 35. Confronto entre a imagem mental existente sobre o Bairro Invasão de São Conrado, com a experiência resultante da sua vivência cotidiana**



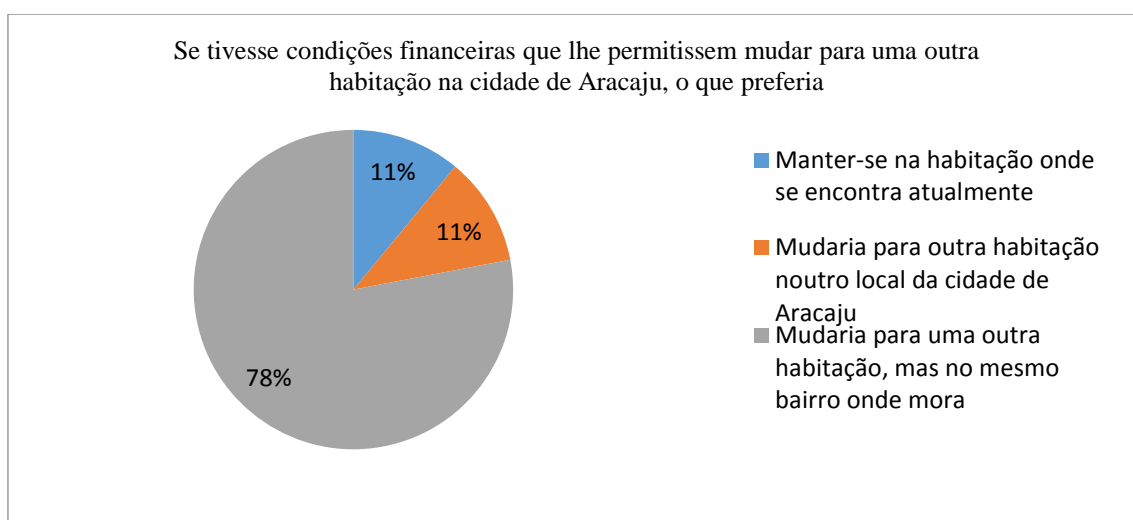
Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Os dados obtidos revelaram que a vivência no bairro levou muitos moradores a concluir que este bairro oferece uma melhor qualidade de vida dos que as expectativas iniciais que tinham antes de nele habitarem, pelo que se compreende que tenham afirmado que num hipotético cenário de desafogo financeiro que lhe permitisse mudar para outra habitação da cidade de Aracaju, apenas 11% dos inquiridos referiram que mudariam para outra habitação inserida noutra bairro de Aracaju, enquanto 78% dos inquiridos tenham respondido que mudariam sim, mas para outra habitação no mesmo bairro, enquanto que 11% referiram que optariam por se manter na mesma habitação



que já ocupam no bairro Invasão de São Conrado (Figura 36). O que torna caro que a insatisfação destes moradores é sobretudo para com as condições de habitabilidade das suas casas e não para com o bairro onde moram. Pois, somando os percentuais dos que desejam continuar no mesmo bairro, mudando de habitação, com os que querem continuar na mesma habitação, temos um percentual de 89% dos inquirido que pretendem continuar no mesmo bairro, o que revela uma grande satisfação com o bairro onde residem.

**Figura 36. Posição dos moradores do Bairro Invasão de São Conrado face a uma hipotética do seu local de residência**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Esta satisfação parece dever-se a recentes as ações do poder público nos últimos dez anos que têm contribuído para a melhoria das condições de infraestrutura básica local (esgoto, energia elétrica pública, pavimentação e água encanada), para além razões relacionadas com a proximidade do bairro ao centro da cidade, e assim a uma ampla variedade de serviços, postos médicos, comércio, equipamentos, lazer, etc. No caso do Bairro das Andorinhas a percentagem é muito similar (86% que preferiam continuar a residir no mesmo Bairro), o que revela que estes moradores sentem-se bem nos bairros em que vivem, apesar dos problemas que reconhecem existir e que para os quais exigem atenção dos responsáveis públicos para as intervenções necessárias e urgentes que importa implementar.

#### **4.2.4. Caracterização do bairro**

De modo a conhecer melhor a multiplicidade de práticas e vivências que caracterizam este bairro, procurou saber-se que outras actividades estes inquiridos desempenham no interior deste espaço para além de ser o local onde repousam. 31% dos inquiridos referiu que fazem também a aquisição de bens no comércio local do bairro. Recorde-se que no caso do Bairro das Andorinhas essa percentagem era de quase o dobro, 61%, o que no permite afirmar que o carácter monofuncional (associado à função residencial) está mais vincado no caso do Bairro Invasão de São Conrado.

Todavia o bairro enquanto contexto de socialização é, pelo contrário, reforçado no caso da Invasão de São Conrado. É certo que também existem essas práticas no Bairro das Andorinhas e com bastante relevância, que muito contribuem para os elevados níveis de satisfação dessa população com o seu contexto de residência. Contudo o bairro enquanto espaço de socialização é algo ainda mais presente no caso da Invasão de São Conrado. Não tanto ao nível das dinâmicas de socialização que se promovem e são incentivadas em lanchonetes e outro comércio local, sendo, no entanto, estas referidas por cerca de 29% dos inquiridos (no Bairro das Andorinhas foram referidas por 24%) que valorizam passar tempo nas lanchonetes, bares ou panificações como forma de convívio com amigos e familiares. Mas sobretudo ao nível das dinâmicas de socialização no espaço público do bairro, algo comum para um percentual de 38% dos inquiridos (uma proporção que foi referida apenas por 6% da população inquirida no Bairro das Andorinhas) que valorizam conviver com amigos e familiares em atividade ao ar livre como modo de confraternizar no mesmo bairro (passeando pelas ruas, conversando com amigos, caminhando próximo do riacho...).

Assim, as dinâmicas de socialização no espaço público (portanto no exterior do espaço privado das habitações e também no exterior do comércio de proximidade) é algo que marca de modo mais evidentes as rotinas e práticas quotidianas da vivência no Bairro Invasão de São Conrado, face ao registado no Bairro das Andorinhas. Nos dois bairros há uma forte valorização das redes de amizade e familiares que se estruturam no seio do bairro, embora seja distinto o modo como convivem e ocupam o seu tempo com esses amigos e familiares.

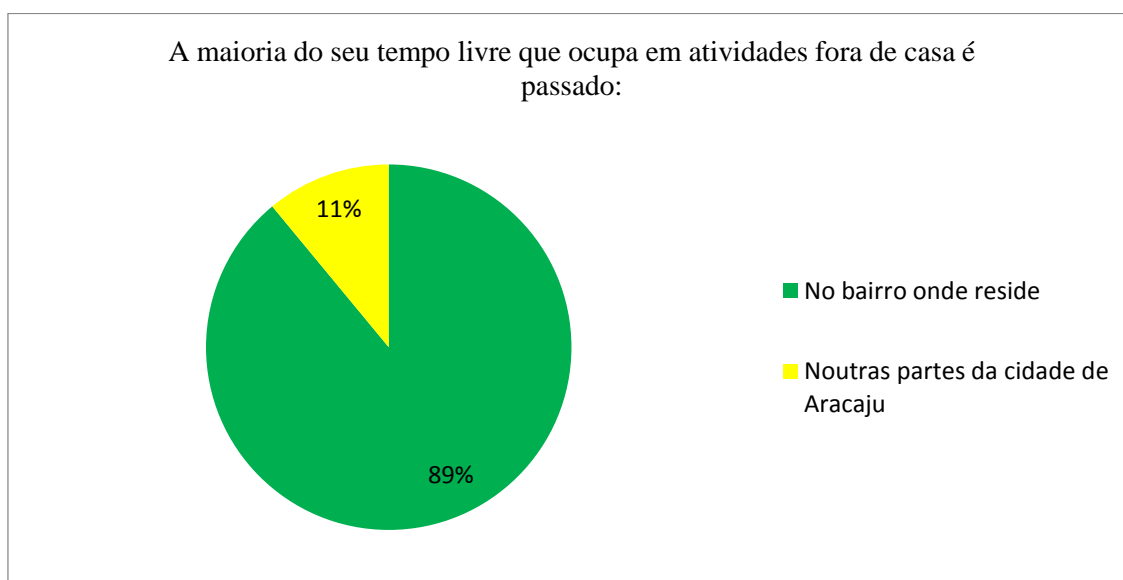
Percebe-se então que o Bairro Invasão de São Conrado não é um espaço apenas dormitório, sendo palco de constantes e fortes dinâmicas de convívio e interação entre a população residente. Mas isso revela apenas o modo como ocupam o seu tempo livre quando estão no bairro, mas será de facto o bairro o local onde passam a maior parte do seu tempo livre, ou serão sobretudo atraídos por outros locais de convívio e interacção externos ao bairro, dada a grande proximidade deste ao centro da cidade?

A resposta a esta questão merece uma especial atenção. Pois 89% dos inquiridos referiu que a maior parte do tempo livre que ocupam fora de casa, durante a semana e ao fim de semana, é passado dentro do bairro onde vivem (Figura 37). Por um lado, este valor é bem superior ao registado no Bairro das Andorinhas (70%), o que alerta para os efeitos de uma maior segregação desta área em Aracaju (face ao que foi registado em Braga), pois esta população quando não se encontra a trabalhar opta por estar no seu bairro, restringindo aos seus limites a ocupação dos seus tempos livre, o que indicia tratar-se de uma área que efectivamente não revela uma boa integração com a cidade de Aracaju, não apenas em termos urbanísticos mas também ao nível das dinâmicas sociais, registando-se algum enclausuramento das relações sociais às fronteiras do bairro, o que atesta e reforça a sua segregação face à restante cidade. Por outro lado, merece reflexão esta preferência se se verificar num bairro que se localiza tão próximo do centro da cidade e de todos os seus atractivos. O que permite concluir que a segregação deste tipo de aglomerados subnormais resulta menos de barreiras físicas (associadas ao distanciamento físico e carácter periférico de muito destes espaços, muitas vezes com reduzida acessibilidade), e mais de barreiras

sociais que de algum modo exercem um efeito mais poderoso ainda no enclausuramento dessa população nos seus contextos de residência, reforçando assim a segregação destes bairros.

Apenas 11% dos inquiridos referiram que ocupam a maioria dos seus tempos livres em atividades que ocorrem em outras partes da cidade. Isto se deve à necessidade de ter dinheiro extra, para gastar em outros bairros, principalmente em *shopping centers*, no comércio central de Aracaju, ou nos seus equipamentos. Como a grande maioria dos residentes têm baixa renda e muitas vezes vivem de atividades informais e, portanto, sem salário fixo, eles são por essa forma impelidos a permanecerem no bairro nos finais de semana e nos tempos livres. A designação de segregação imposta tem aplicação não apenas à função residencial, pois pelos seus salários são ‘forçados’ a residir como única alternativa nestes aglomerados subnormais, mas igualmente nas múltiplas vivências do quotidiano destes moradores que se veem assim ‘forçados’ a permanecer nos limites do seu bairro.

**Figura 37. Local onde os inquiridos na Bairro Invasão de São Conrado passam o tempo livre que ocupam em actividades fora de casa**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Para além da avaliação do Bairro enquanto espaço de ocupação dos tempos livres, é importante também analisar o modo como os seus moradores avaliam alguns outros critérios, igualmente relevantes para a qualidade de vida e bem-estar de quem habita no bairro (Tabela 9). Quanto à limpeza urbana a realidade é muito distinta daquela registada no Bairro das Andorinhas, onde 68% da população se encontrava satisfeita com este critério. No caso da Invasão de São Conrado essa proporção não ultrapassa os 47%. Refira-se que se no Bairro das Andorinhas a limpeza do espaço público é considerada muito boa por 11% dos moradores, no caso de São Conrado apenas 1% tem essa opinião. Percebe-se assim que entre estes dois bairros há níveis muito diferenciados de acompanhamento e manutenção por parte do poder político local. Em Aracaju há uma nítida desconsideração para com o Bairro da Invasão de São Conrado, o que não se verifica no caso de Braga em relação ao Bairro das Andorinhas.

Esta conclusão é claramente reforçada com uma análise comparativa quanto ao modo como os moradores avaliam a qualidade dos espaços públicos de enquadramento das habitações, um aspecto claramente infra-estrutural e necessariamente dependente do investimento público autárquico. Se no caso do Bairro das Andorinhas 75% dos moradores estavam satisfeitos com a qualidade dos seus espaços públicos (sendo que 16% consideraram mesmo que o espaço público no bairro é de muito boa qualidade), já no Bairro Invasão de São Conrado apenas 2% revelaram o mesmo nível de satisfação, sendo que 85% o avaliam como de muito má qualidade, a ponto de alguns moradores terem mesmo referido que não consideravam ter espaço público no seu bairro. Realmente, de fato, não existe uma praça na Invasão do São Conrado e nem áreas programadas para promover o encontro e lazer. Uma realidade que resulta de modos de promoção diferenciados, o Bairro das Andorinhas é um bairro social planeado e construído com financiamento público, já o da Invasão de São Conrado é uma área de génese ilegal apenas resultante da capacidade de investimento e iniciativa dos privados que ocuparam esta área e apenas se preocuparam em construir as suas casas, sem qualquer acompanhamento técnico para as infra-estruturas de apoio a essa urbanização.

Já quanto à qualidade dos transportes colectivos a avaliação dos moradores no Bairro Invasão de São Conrado é mais positiva, com a grande maioria, 90%, a considerar que o que existe é de boa qualidade, e 2% a considerá-lo mesmo de muito boa qualidade. Isto deve-se sobretudo ao facto do bairro se localizar bem próximo à Avenida José Carlos Silva, onde passam várias linhas de ônibus e com grande frequência ao longo de todo o dia. Já no Bairro das Andorinhas foram 63% dos moradores que avaliaram este aspecto positivamente. Para esta percepção diferenciada contribui necessariamente o facto de serem cidades com dimensões muito distintas. Se a cidade de Aracaju concentra uma população de 657.013 pessoas, segundo a estimativa do IBGE<sup>33</sup> para 2019, já no caso de Braga o seu quantitativo demográfico é de cerca de 130 mil habitantes. Aracaju tem por isso uma dimensão territorial bem mais extensa, responsável pelo facto de muita da sua população perder muito tempo nos transportes públicos para se deslocar para o seu local de emprego e especialmente para o centro da cidade. Pelo que, residir-se perto do centro, como é o caso da população da Invasão de São Conrado é algo que chega a ser considerado um privilégio nesta grande formação urbano-metropolitana, pelas grandes vantagens que essa localização proporciona, nomeadamente nos tempos mais reduzidos que a população necessita de passar nos transportes colectivos para aceder aos principais equipamentos e serviços da sua cidade.

Os dois bairros analisados são assim percepcionados de modo muito distinto pelos seus moradores, com a qualidade do espaço público e a sua limpeza a ser bem melhor avaliada no caso do bairro de Braga e os transportes colectivos no caso do bairro de Aracaju. Todavia o aspecto cuja avaliação é claramente mais distinta é aquele que se refere à segurança e tranquilidade do bairro. Se no Bairro das Andorinhas estes requisitos são positivamente avaliados por 85% da amostra de moradores inquiridos. Já no Bairro Invasão de São Conrado apenas 15% da amostra considera positiva a situação do bairro quanto à sua segurança e tranquilidade. Há neste aspecto uma completa inversão da percepção dos moradores destes dois bairros quanto a esta dimensão de análise, que é indiscutivelmente relevante em matéria de qualidade de vida, bem estar e conforto de uma área residencial. A análise deste dado relaciona-se com dinâmicas próprias e características específicas do bairro Invasão de São Conrado, onde a maioria da população considera que os órgãos públicos precisam melhorar muito a segurança na área, visto que,

---

<sup>33</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama> (07-11-19).

conforme relatos de muitos moradores, existem muitos roubos e a presença de marginais, durante a noite, em vários pontos do bairro, por vezes relacionado com o uso e comércio de drogas em certas partes do bairro. No entanto o valor obtido deve-se também a uma tendência generalizada que se assista na sociedade brasileira, resultante de questões económicas e sociais mais estruturais que se entrecruzam também com outras mais políticas, e que levam a que a cultura do medo do crime e da violência esteja enraizada nesta sociedade, sobretudo nas suas áreas mais segregadas e, portanto, pior integradas nas cidades. Aliás a este respeito um estudo de 2007 concluiu que a sensação de insegurança atinge 70% dos brasileiros, e é considerada a maior do mundo, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2007), mais concretamente as estatísticas que integram o Relatório Global sobre Assentamentos Humanos, do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos.

**Tabela 9. Avaliação do Bairro Invasão de São Conrado pelos seus moradores em múltiplos critérios**

Em relação ao bairro onde mora, como avalia os seguintes critérios:	Muito Boa	Boa	Má	Muito Má	Não Tem / Não responde	Total 100%
Limpeza urbana (limpeza do espaço público)	1%	46%	52%	1%	0%	100%
Qualidade dos espaços públicos (passeios, jardins, praças...).	0%	2%	13%	85%	0%	100%
Transportes públicos	2%	90%	5%	1%	2%	100%
Segurança e tranquilidade	1%	14%	78%	3%	4%	100%

Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

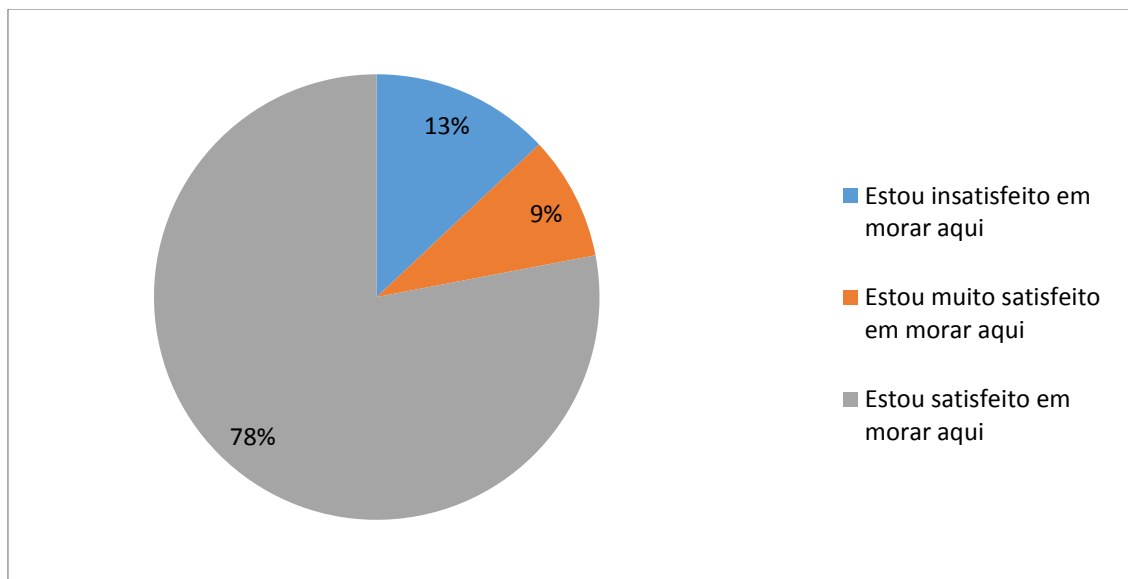
Conhecendo agora o modo como os moradores avaliam o Bairro Invasão de São Conrado em critérios específicos, importa conhecer o modo como genericamente avaliam o seu grau de satisfação com o bairro em que moram (Figura 38). Neste aspecto os dados são curiosos, pois se os moradores se revelam bastante críticos quanto a alguns aspectos concretos do bairro (a qualidade das casas em que moram, a limpeza do bairro, os espaços públicos ou a insegurança),

quando são chamados a pronunciar-se sobre o modo como globalmente avaliam o seu bairro, apenas 13% estão insatisfeitos em morar neste bairro (um valor muito similar aos 14% registados no Bairro das Andorinhas). Um dado que está mais em sintonia com outros dados anteriormente apresentados, como sendo o facto de cerca de 88% da amostra inquirida ter considerado que a mudança para este bairro representou uma melhoria na qualidade de vida dos moradores, ou apenas 9% considerar que é pior viver no bairro do que a expectativa que tinha antes de se mudar para este contexto de residência, ou ainda o facto de apenas 11% ter referido que mudaria para um outro bairro num hipotético cenário de desafogo financeiro que lhe permitisse mudar para outra habitação da cidade de Aracaju.

Tornando-se assim claro que embora os moradores revelem aspectos de descontentamento em relação ao seu bairro, não deixam de se demonstrar satisfeitos em morar neste bairro, especialmente porque comparativamente com outros bairros da cidade onde já moraram este se diferencia pela positiva, sobretudo devido à sua centralidade (sendo esta a principal vantagem associada a este bairro, referida por 77% dos inquiridos). Na opinião dos seus moradores o bairro está “perto de tudo” (transporte colectivo, mercadinho, oficina, mercearia, bares, feira, lan house, e muitos outros serviços e equipamentos do centro da cidade), e simultaneamente oferece moradia a custos reduzidos e adequada ao seu nível económico (a segunda principal vantagem associada ao bairro na percepção dos seus moradores, referida por 13% dos inquiridos). A terceira vantagem mais referida pelos moradores (por 10% dos inquiridos) é o facto de no bairro terem muitos amigos e até familiares, sendo essa proximidade muito valorizada pelas dinâmicas de interacção e convívio que proporciona.



**Figura 38. Como os moradores avaliam globalmente o seu grau de satisfação com o Bairro Invasão de São Conrado**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Por outro lado, sobre as principais desvantagens em morar neste bairro, as opiniões dos moradores estão em sintonia com os dados já apresentados quanto ao modo como avaliam algumas características do bairro. A falta de segurança é a principal desvantagem deste contexto de residência, sobretudo na área mais próxima ao mangue e ao riacho, o que se compreende atendendo a que 85% dos moradores avaliaram negativamente o bairro nesta dimensão. Segue-se depois a enumeração de outras desvantagens que estão sobretudo associadas ao carácter monofuncional do bairro, quase exclusivamente residencial, considerando os seus moradores que deveria existir investimento na criação de alguns equipamentos de proximidade e de apoio aos milhares de habitantes que nele residem, sendo que as principais carências referidas estão associadas à grande necessidade de creches, e à total ausência de escolas do 1º e 2º grau, bem como de postos médicos. Dado o quantitativo demográfico que reside neste bairro consideram inaceitável a carência local na provisão deste tipo de equipamentos (por exemplo no caso de necessitarem de atendimentos médico, precisam se deslocar para o bairro vizinho -Conjunto Orlado Dantas). Por fim, como desvantagem foram também referidos problemas infraestruturais,

nomeadamente a falta de praças e espaços públicos de enquadramento, bem como a falta ainda de pavimentação de algumas ruas e artérias que estruturam a malha urbana do bairro.

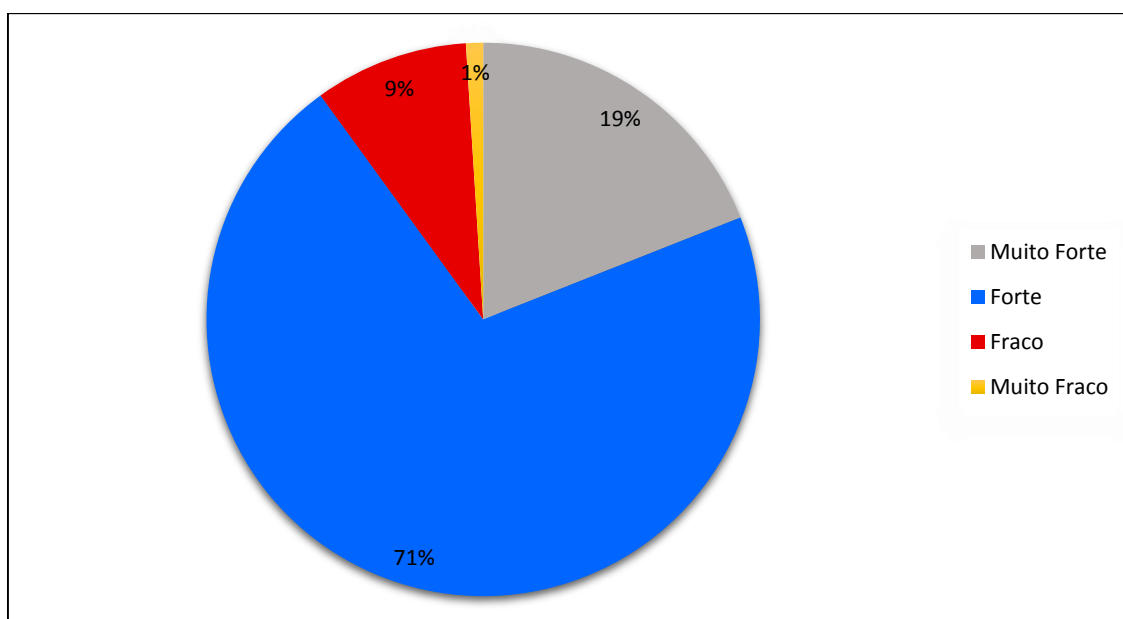
#### **4.2.5. Redes de interacção**

Para avaliar o grau de integração do bairro da Invasão de São Conrado na restante cidade de Aracaju é importante não apenas considerar a dimensão física associada a aspectos de desenho e morfologia urbana, mas também a integração do ponto de vista social. Assim torna-se relevante considerar a configuração e espacialização das redes de interação dos seus habitantes. Para isso começou por se avaliar o grau de conhecimento e contacto entre vizinhos, ou seja entre os moradores do bairro. Tal como no Bairro das Andorinhas os dados obtidos com este inquérito demonstram existir um excelente nível de interacção entre os seus habitantes. 90 % dos inquiridos em Invasão de São Conrado considera ter um grau de conhecimento e contacto forte ou mesmo muito forte com os seus vizinhos (Figura 39). No Bairro das Andorinhas esta proporção era de 77%, elevada também mas algo inferior. Esta diferença vai de encontro aos dados já analisados atrás acerca do modo como os habitantes de ambos os bairros ocupam o seu tempo livre fora de casa. Tendo-se então concluído que a funcionalidade do bairro enquanto contexto de socialização é mais evidente no caso da Invasão de São Conrado. Sobretudo ao nível das dinâmicas de socialização no espaço público do bairro, algo comum para um percentual de inquiridos muito superior em Invasão de São Conrado em comparação com o Bairro das Andorinhas. Isso também se deve ao facto de que em Invasão de São Conrado, por razões económicas, grande parte dos moradores optarem por passar maior parte do tempo de folga e nos finais de semana no bairro interagindo com familiares e vizinhos, dados os custos envolvido com a decisão de frequentar outro tipo de atractivos (lazer, consumo, etc.) no centro de Aracaju.

Assim, a dinâmica de socialização no espaço público é algo que marca de modo mais evidentes as rotinas e práticas quotidianas da vivência no Bairro Invasão de São Conrado, sendo assim um bairro onde uma maior proporção de inquiridos valorizam conviver com amigos e familiares em

atividade ao ar livre (passeando pelas ruas, conversando com amigos, caminhando próximo do riacho...), é então compreensível que uma proporção mais expressiva considere também ter um nível de convivência e interação mais forte com os seus vizinhos.

**Figura 39. Avaliação dos inquiridos quanto ao grau de conhecimento e contacto entre os moradores do Bairro Invasão de São Conrado**

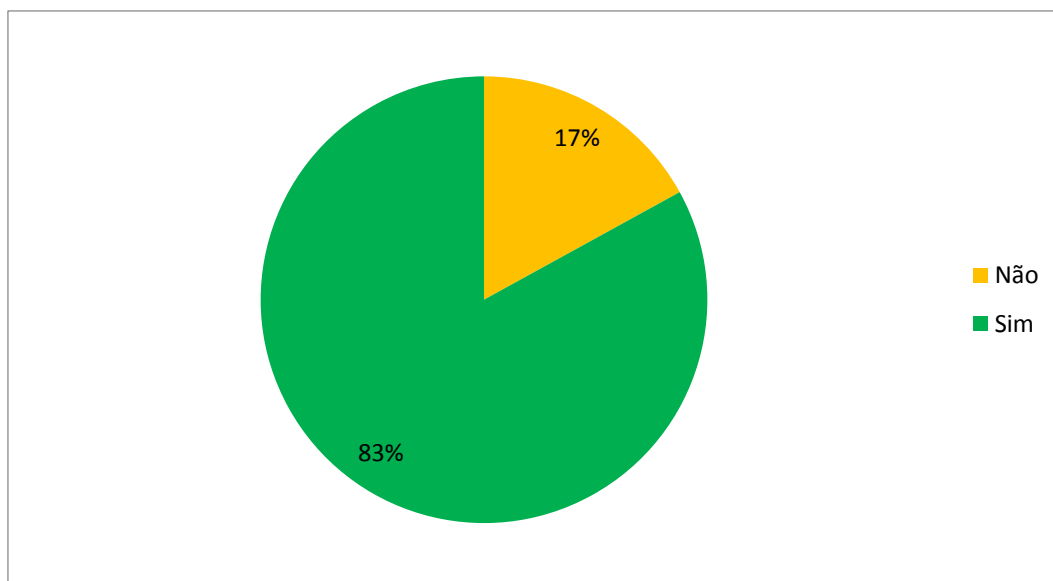


Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014. Reelaboração Neilson S. Meneses.

Foram efectuadas questões de modo a perceber que tipo de interacção existe entre vizinhos em Invasão de São Conrado. Os dados obtidos tornam claro que essa interacção se expressa em relações de amizade e apoio mútuo (em caso de doença, alimentação, vestuário, apoio a cuidar de familiares necessitados de assistência especial, apoio financeiro, etc.). Não se trata, portanto, apenas de uma interacção superficial para conversar e ocupar os tempos livre, assiste-se de facto a uma forte solidariedade entre vizinhos, algo aliás muito comum no Nordeste brasileiro, especialmente no seio dos bairros de mais baixo poder aquisitivo.

Estas dinâmicas de profunda interação e de intenso apoio mútuo no seio do Bairro da Invasão de São Conrado, relacionam-se também com o facto de terem sido detectadas fortes redes familiares entre os moradores. Quando questionados se têm familiares que residam no mesmo bairro mas numa habitação diferente, 83% dos inquiridos responderam afirmativamente (Figura 40), uma proporção superior à registada no Bairro das Andorinhas que se fixava nos 53%. Assim, uma maior proporção de moradores com familiares no mesmo bairro ajuda também a compreender porque neste bairro uma percentagem maior de moradores (comparativamente ao Bairro das Andorinhas) tenha afirmado ter relações fortes ou muito fortes com os seus vizinhos. Pois os muitos laços familiares existentes reforçam a interação social e a solidariedade entre os moradores deste bairro.

**Figura 40. Inquiridos no Bairro Invasão de São Conrado com familiares a residir no bairro**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

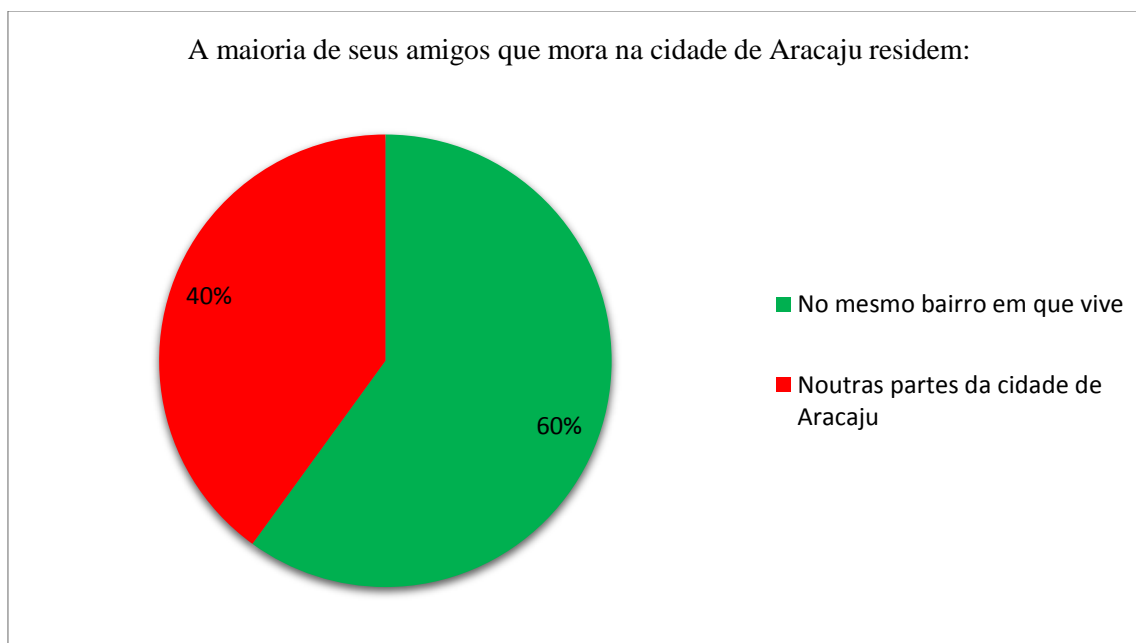
Os moradores valorizam muito a existência dessas redes familiares no mesmo contexto de residência, pois os apoios que essas redes proporcionam (ajuda financeira para compra de alimentação ou medicamentos, por exemplo) é muito importante para uma população de baixa renda, onde é muito comum que alguma pessoa da família esteja a enfrentar especiais dificuldades

económicas, associadas a uma situação de desemprego, doença ou outra. Nestes momentos torna-se essencial poder contar com o apoio dos familiares mais próximos.

A existência de fortes redes de amizade e entreajuda no interior do bairro de São Conrado é certamente muito relevante para compreender os já referidos altos níveis de satisfação dos moradores para com o seu contexto de residência. Todavia, seria importante que essas redes de interação se estendessem para além dos limites do bairro, reflectindo-se em pontes de interação com a restante cidade de Aracaju, o que constituiria um sinal de boa integração deste bairro com a restante cidade e, portanto, menos sujeito a fenómenos de segregação sócio-espacial. Mas os dados obtidos (Figura 41) não apontam neste sentido, pelo contrário, pois 60% dos inquiridos revela que a maioria dos seus amigos reside no mesmo bairro (uma proporção superior à registada no Bairro das Andorinhas que é de 47%). Este dado é preocupante pois traduz uma segregação desta população, em termos socialização, face à restante população de Aracaju. Apesar da sua grande proximidade ao centro da cidade e aos seus principais equipamentos e serviços, a configuração espacial das redes de amizade desta população é geograficamente restrita e muito limitada às fronteiras do bairro, o que revela algumas dificuldades de interação entre a população do Bairro e da restante cidade de Aracaju.

A preocupação resultante da análise destes dados (que sugerem a necessidade de se procurar promover uma maior integração do bairro na cidade), é confirmada quando se analisa o local de proveniência dos amigos que residem no exterior da Invasão de São Conrado. Tendo sido constatado que estas amizades são com indivíduos que residem em bairros próximos ao de São Conrado, 28% residem no bairro Santa Maria, 10% residem no Augusto Franco, 10% no Bairro Porto Dantas e 8% residem no Bugio. Com percentagens mais reduzidas surgem outros bairros como: Farolândia, Lamarão, Siqueira Campos, Santo Antônio, Soledade, Orlando Dantas. Ou seja, todos eles bairros também de população de baixa renda e por isso com baixo poder aquisitivo, o que revela que as dinâmicas de interação, quando existem com outras áreas da cidade, fazem-se entre parcelas urbanas que entre si revelam homogeneidade social.

**Figura 41. Localização da maioria dos amigos dos moradores do Bairro Invasão de São Conrado**

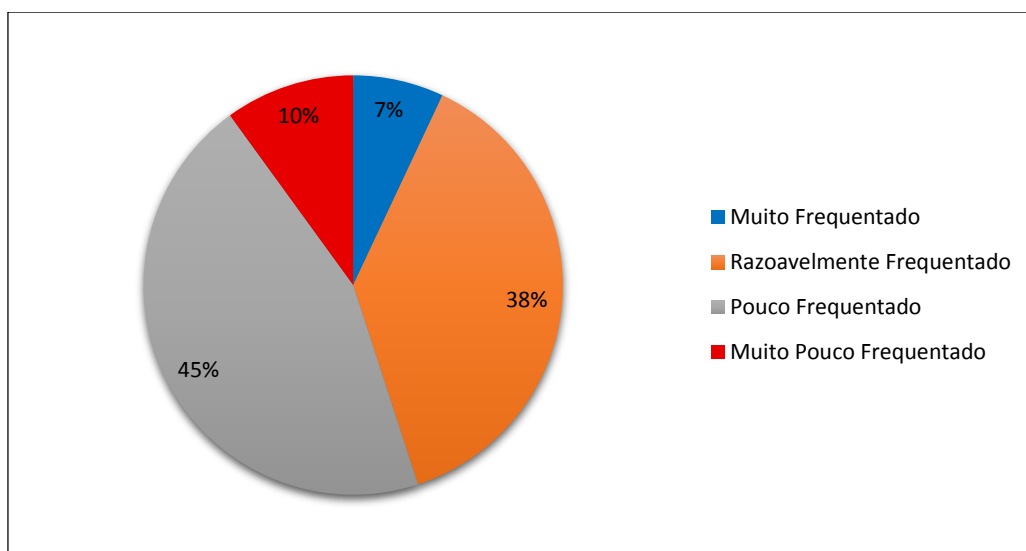


Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Quando se observam os valores registados quando à atractividade deste bairro para moradores residentes noutras áreas da cidade, poder-se-ia pensar que afinal, em termos de dinâmicas sociais, a situação não é tão preocupante. Pois 45% dos inquiridos referiram que este bairro é razoavelmente (ou muito) frequentado por moradores residentes noutras partes da cidade de Aracaju (Figura 42). Este valor poderia, numa primeira análise, sugerir que afinal o bairro tem algum grau de abertura em relação ao resto da cidade, sendo um espaço habitualmente frequentado pela restante população da cidade, o que favorece dinâmicas de interação social com residentes provenientes de outras áreas da cidade e, portanto, de outro nível sócio-económico. Todavia, nos contactos efectuados com estes moradores durante a aplicação do inquérito, foi constatado que as pessoas que residem em outros bairros e frequentam a Invasão do São Conrado, são moradores de outros bairros pobres, de quem são amigos ou parentes. Aliás esta ilação é fundamentada pela análise do tipo de motivação dominante que leva esses elementos exteriores a visitarem este bairro, sendo que a mais referida foi destacadamente a visita a familiares.

Ou seja, pouquíssimas pessoas do resto da cidade visitam este bairro, principalmente os de bairros localizados em regiões de classe média e/ou classe de maior poder aquisitivo (e quando tal acontece é para procurar mão de obra barata para desempenharem funções noutras áreas da cidade a baixo custo). Isto evidencia que quer quando os residentes da Invasão do São Conrado têm relações de amizade com pessoas do seu exterior, quer quando pessoas do seu exterior visitam e frequentam a Invasão do São Conrado, em ambos os casos essas dinâmicas de interação social são restritas, na generalidade, a relacionamentos entre pessoas do mesmo nível sócio-económico e que residem em contextos de residência similares. Assim, estes dados sugerem que a segregação sócio-espacial não significa necessariamente que essas áreas estejam socialmente isoladas, podendo existir uma boa interação com o resto da cidade, todavia esta interacção parece ser social e espacialmente selectiva (dá-se quase exclusivamente com elementos do mesmo nível sócio-económico e com elementos residentes noutros áreas sujeitas a processos de segregação sócio-espacial).

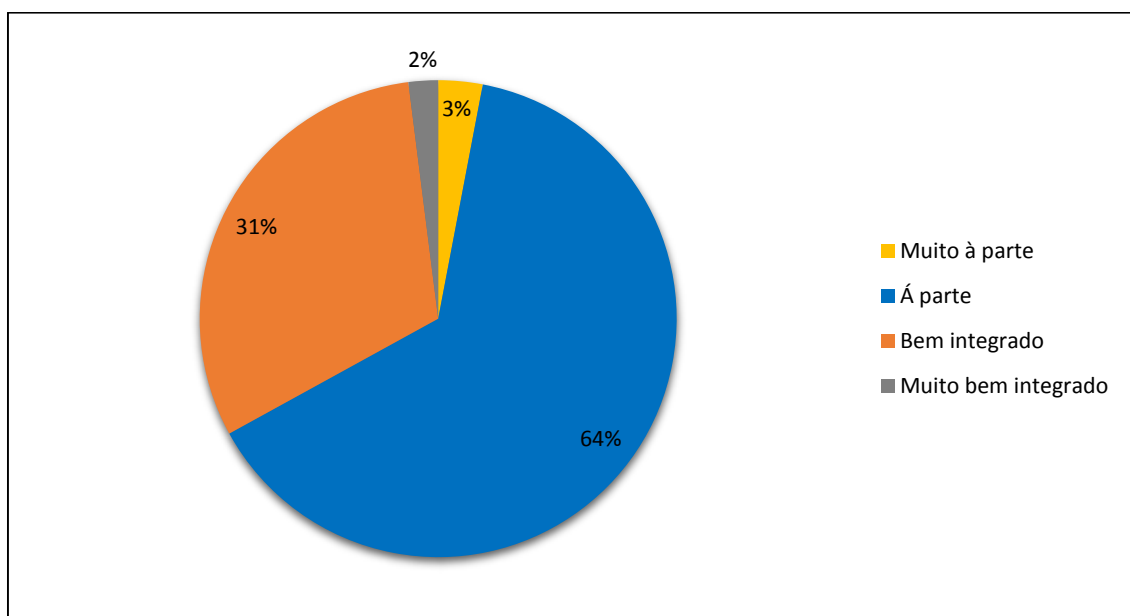
**Figura 42. A frequência do Bairro Invasão de São Conrado pelos restantes habitantes de Aracaju, na opinião dos seus moradores**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014. Reelaboração Neilson S. Meneses.

Assim de um ponto de vista das dinâmicas sociais há evidentes sinais do processo de segregação sócio-espacial que afecta o Bairro Invasão de São Conrado, que não se expressa apenas em termos urbanísticos. A conjugação de factores físicos e humanos está assim presente no processo de segregação deste bairro, e em relação ao qual existe uma elevada consciencialização por parte dos seus moradores. Pois mais de 2/3 (67%) dos inquiridos consideram que esse bairro é um espaço “à parte da cidade” (64%) ou consideram-no mesmo um espaço com uma realidade muito particular (3%) e por isso muito à parte da cidade de Aracaju. (Figura 43). Esta sensação de desintegração deve-se em grande parte a razões de ordem socioeconómica, pelo facto de se sentirem discriminados pelos outros moradores dos bairros de mais alto poder aquisitivo, que discriminam os residentes desta área (Invasão do São Conrado). Pois mesmo que essa área seja localizada numa área “central” de Aracaju, não deixa de ser um bairro constituído por uma população de baixa renda ou de renda irregular (e de habitação subnormal), para além de ser considerado perigoso, algo que os próprios habitantes do bairro reconhecem especialmente em alguns locais específicos, como a área mais próxima do riacho e nas proximidades do manguezal.

**Figura 43. Avaliação do grau de integração do Bairro Invasão de São Conrado na restante cidade de Aracaju, na opinião dos seus moradores**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014. Reelaboração Neilson S. Meneses.



E relação aos restantes, 31% consideram que esse bairro é um espaço bem integrado no resto da cidade e 2% responderam que é um espaço muito bem integrado na cidade. Esta opinião (partilhada por cerca de 1/3 dos inquiridos) resulta sobretudo do facto do bairro se localizar em uma área central da cidade, próximo das principais rotas de transporte coletivo que atravessam uma importante rodovia pavimentada na proximidade do bairro, Avenida José Carlos Silva, onde se verifica também a existência de ciclovias, o que reforça a interação entre pessoas de vários bairros, durante o dia, por essa avenida proporcionar um grande fluxo diário de pessoas.

Uma análise comparativa deste parâmetro de análise evidencia uma realidade muito distinta daquela registada no Bairro das Andorinhas em Braga, que 66% dos inquiridos reconheceu tratar-se de uma área bem ou mesmo muito bem integrada na cidade de Braga (com a mesma opinião registou-se apenas 31% dos moradores da Invasão de São Conrado). Tratam-se assim de áreas cuja segregação sócio-espacial é percebida pelos seus habitantes com uma intensidade bastante diferente. Na secção seguinte procura-se aprofundar mais esta análise baseadas em percepções.

#### **4.2.6. Imagem mental do Bairro no seu exterior**

De modo a conhecer a imagem mental que existe acerca da Invasão de São Conrado por parte da restante população da cidade, questionou-se os moradores acerca da opinião que os habitantes de Aracaju têm sobre este bairro. Os resultados obtidos apontam para a generalização quase total de uma imagem externa negativa, pois 99% dos moradores referem que prevalecem opiniões negativas externas sobre a Invasão de São Conrado (Tabela 10). No caso do Bairro das Andorinhas essa percepção negativa externa do bairro foi também referida como a prevalecente, embora por 74% dos inquiridos, o que indicia que o fenómeno da segregação sócio-espacial é mais intenso em

Invasão de São Conrado, não apenas em termos das dinâmicas sociais de interacção mas também no domínio das imagens mentais.

Essa imagem negativa resulta sobretudo de uma percepção que existe sobre este bairro como sendo uma área muito perigosa, onde os níveis de insegurança são muito elevados, assim como o facto de se acreditar tratar-se de uma área onde ocorrem com frequência episódios de violência e crime (assaltos). Essas são as principais razões que sustentam essa ideia negativa que existe sobre este bairro, para além destes existem outros aspectos (menos referidos) e que se relacionam com o facto de ser uma área onde há uma grande concentração de pobreza, assim como o facto de se tratar de uma área suja e com problemas graves de infra-estruturas (ruas sem pavimentação).

**Tabela 10. A opinião dominante que existe sobre o Bairro Invasão de São Conrado pelos restantes habitantes de Aracaju, na opinião dos seus moradores**

Que opinião lhe parece que as pessoas que moram noutros locais da cidade de Aracaju têm sobre este bairro?	Frequência	Percentual %
Têm uma boa opinião	1	1%
Têm uma má opinião (sem concretizar)	32	32%
Que é uma área muito insegura	34	34%
Que é uma área de violência e assaltos	31	31%
Que é uma área pobre	2	2%
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Quando questionados se consideram que essa imagem negativa externa que existe sobre o bairro onde moram corresponde de facto à realidade, ou seja, se tem fundamento, verifica-se que 61% dos inquiridos concordam que tem de facto fundamento (Figura 44). Uma realidade muito distinta da registada no Bairro das Andorinhas onde apenas 34% dos inquiridos responderam que a imagem externa que existe condiz com a realidade vivenciada no bairro.

Ou seja em Invasão de São Conrado está acima de 60% a proporção de moradores que reconhece viver numa área problemática, má percepcionada pelos habitantes externos e com problemas de integração no resto da cidade de Aracaju. Já no caso do Bairro das Andorinhas rondava apenas 1/3, a proporção dos moradores do Bairro que reconhecem que importa melhorar algo no bairro em que vivem, pois existem nele problemas que precisam ser enfrentados, para que se integre melhor na cidade e para que a imagem negativa externa que existe sobre o bairro das Andorinhas perca o seu fundamento.

Assim, se no caso do Bairro das Andorinhas a segregação que afecta o bairro é algo que vem sobretudo do seu exterior, pois é um espaço nitidamente discriminado por parte dos habitantes de Braga, que sobre ele desenvolveram uma conotação negativa, não correspondendo essa opinião com percepção dos seus moradores baseada na experiência quotidiana de habitar esse espaço. Já no caso do Bairro Invasão de São Conrado uma maioria expressiva dos seus moradores consideram existir de facto fundamento para a estigmatização e conotação negativa que existe sobre este contexto de residência.

**Figura 44. Grau de concordância dos moradores de Invasão de São Conrado quanto à imagem externa que existe sobre o seu bairro**



Fonte: Dados coletados pelo autor no Bairro Invasão do Bairro São Conrado, em setembro de 2014.

Essas percepções estigmatizantes têm implicações múltiplas na vida de quem habita neste bairro. 6% dos moradores inquiridos manifestaram que ao longo da sua vida já se sentiram (pelo menos uma vez) prejudicados na sua vida profissional (por exemplo em entrevistas de emprego) pelo simples facto de residir neste bairro. As imagens mentais podem assim afectar a vida de quem reside nestes bairros. Sendo que neste caso em concreto essa proporção não é mais significativa simplesmente porque se trata de uma população que pelos seus baixos níveis de qualificação já não têm expectativas de conseguir bons empregos. A maioria apenas procura trabalho em funções com baixos níveis de especialização e mal remuneradas, funções para os quais os empregadores tendem a procurar precisamente quem reside nestes contextos de segregação sócio-espacial. Aliás, quando estes moradores foram questionados sobre os motivos que levam alguém que não reside no bairro a visitá-lo, foi referido que se tal não acontece para visitar familiares então é porque se trata de alguém que mora noutra parte da cidade e que se desloca a este bairro simplesmente para encontrar mão de obra barata para algum trabalho que tem disponível.

#### **4.2.7. Perspectivas de acção para o desenvolvimento futuro do Bairro**

Quando os moradores foram questionados acerca dos principais investimentos que deveriam ser dirigidos para o bairro para elevar o nível de qualidade de vida e bem-estar da sua população, as preocupações podem ser agregadas em torno de 3 campos de acção, não sendo possível definir uma hierarquia de prioridade entre eles. Um deles relacionado com o combate à insegurança, nomeadamente com o reforço da vigilância policial, suportado pela criação de um posto policial ou delegacia no bairro, para garantia de um maior controlo e segurança da área. Um outro campo de acção relacionado com o investimento na dotação de equipamentos de uso colectivo num bairro onde reside já um quantitativo demográfico bastante expressivo, não sendo compreensível ou aceitável para estes habitantes que não existam equipamentos de proximidade, como escolas ou um posto médico. E um terceiro campo de acção que se relaciona com investimento de ordem

mais infraestrutural, ao nível do saneamento básico e pavimentação de ruas, um carência que afecta ainda muitas artérias que estruturam o bairro; mas também ao nível da criação de espaço público para promoção da sociabilidade, como por exemplo com abertura de praças.

Como referido anteriormente 67% dos moradores inquiridos consideram que a Invasão de São Conrado é um bairro que não está bem integrado na cidade de Ararajú. Estes moradores consideram que para inverter essa realidade os investimentos necessários são sobretudo os que poderão garantir níveis mais elevados de segurança. O que é compreensível pois esse é o principal factor que origina a imagem negativa que a população externa desenvolveu sobre este bairro, considerando-a uma área perigosa com episódios graves de violência e assaltos, sendo que a população que mora no bairro considera que existe fundamentação para essa preocupação.

Por outro lado, os moradores consideram que para elevar o nível de integração deste bairro na cidade de Aracaju são igualmente relevantes investimentos para a qualificação do espaço público, nomeadamente reforçando os investimentos na pavimentação das ruas e também na criação de praças e de outros espaços públicos de enquadramento de comércio, serviços, lazer e convívio. Espaços públicos qualificados podiam em muito contribuir para que esta área se tornasse mais agradável, bem como mais atractiva para que pessoas externas ao bairro a pudessem visitar mais assiduamente. Deste modo, segundo os moradores, o bairro integrar-se-ia melhor nas dinâmicas de funcionamento da cidade de Aracaju, tornando-se um espaço usado e apropriado por um leque mais variado de habitantes da cidade, e não apenas por quem habita neste bairro ou a ele se desloca para visitar familiares e amigos.

Este tipo de carências infra-estruturais são comuns a muitos outros bairros de população de baixos rendimentos situados na periferia rural-urbana da Grande Aracaju, necessitando também deste tipo de investimento público. No entanto tratando-se este de um bairro localizada numa área central de Aracaju, rodeado por vários bairros bem melhor infra-estruturados na sua proximidade, isso leva a que este tipo de problemas infra-estruturais se evidencie mais neste bairro.

### **4.3. Bairro das Andorinhas (Braga) *versus* Bairro Invasão de São Conrado (Aracaju): breve reflexão comparativa**

Esta pesquisa teve como objectivo promover uma interpretação da segregação sócio-espacial na perspectiva de quem reside diariamente nesses territórios, baseada na análise das especificidades de duas realidades concretas: o bairro das Andorinhas em Braga e o Bairro Invasão de São Conrado em Aracaju. A discussão dos resultados obtidos aponta para a existência de semelhanças e contrastes no modo como a segregação sócio-espacial imposta se reproduz em países diferentes, embora ocorrendo com graus e intensidades diferenciados. No caso da Invasão de São Conrado a segregação sócio-espacial dessa área é percebida pelos seus moradores de modo mais intenso, comparativamente ao bairro das Andorinhas. 67% dos moradores inquiridos em Invasão de São Conrado considera que mora numa área que está mal integrada com a restante cidade de Aracaju e 68% não se encontra satisfeito com a qualidade da sua moradia. Já no caso do Bairro das Andorinhas a proporção dos moradores que considera que o seu bairro não está bem integrado na cidade de Braga é de 37%, sendo que 24% encontra-se insatisfeito com a qualidade da habitação que está a ocupar. Um outro dado recolhido que indicia a relevância da segregação sócio-espacial que afecta estes dois bairros, embora com níveis de intensidade diferenciados, relaciona-se com a imagem externa que foi sendo desenvolvida sobre cada uma dessas áreas. 99% dos moradores da Invasão de São Conrado reconhece existir uma imagem negativa sobre o seu bairro na restante população de Aracaju, e 61% considera que essa conotação negativa tem fundamento. Já no caso do Bairro das Andorinhas 74% considera que existe uma imagem negativa sobre o seu bairro por parte da restante população de Braga, embora apenas 34% considere que essa estigmatização tem fundamento.

Os problemas que decorrem desta segregação sócio-espacial, embora sendo em ambos os casos fruto dos contrastes mundiais inerentes ao mundo globalizado, manifestam-se de um modo distinto no processo de desenvolvimento urbano de Aracaju como no de Braga. No caso da Invasão de São Conrado o principal problema referido pela sua população relaciona-se com a falta de

segurança que se revela mais preocupante em partes específicas do bairro, seguida da falta de equipamentos públicos de proximidade e de apoio a uma ampla comunidade residente (sobretudo escolas e postos de saúde), assim como problemas de infraestrutura urbana, não só ao nível da pavimentação e redes de saneamento, mas também ao nível da abertura de praças e da qualificação do espaço público. Já no Bairro das Andorinhas, os problemas mais sentidos pela população relacionam-se com a degradação física de alguns edifícios, cuja manutenção não tem sido convenientemente garantida pela Câmara Municipal, na opinião dos seus moradores.

A resolução destes problemas passa necessariamente pela existência de um plano diretor urbano que valorize os princípios do urbanismo inclusivo e da coesão social e territorial. A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Braga, foi aprovado em outubro de 2015, encontrando-se já em vigor após um processo intenso de discussão e participação pública, com a participação da sociedade que apresentou várias contribuições quanto ao modo como o plano deve regular o uso e ocupação do solo, bem como o modelo de organização do território. Mas tem-se revelado difícil colocar em prática o novo plano diretor de Aracaju, que está há mais de 19 anos em revisão e continua na Câmara dos Vereadores, visto que a elite dominante não tem um real interesse em discutir ou tentar solucionar os problemas urbanos, principalmente os problemas existentes nos bairros periféricos, ou mesmo nos bairros sem infra-estruturas em áreas consideradas centrais da cidade, como é o caso do bairro Invasão de São São Conrado. Os políticos, que na esfera cidadina são os prefeitos e vereadores, agem como representantes do Estado, de forma que a sua desconsideração para com estes espaços legitima a ação dos demais produtores do espaço urbano.

É certo que os excluídos (os ocupantes de aglomerações urbanas subnormais, como favelas, cortiços, assim como a população dispersa em diversas ocupações inadequadas pela cidade), também exercem influência e pressão social por moradias dignas no espaço da cidade. Pressão essa que é sempre pouco eficaz e fraca em virtude dos grupos excluídos não serem suficientemente organizados, nem terem ainda, no caso dos bairros de baixo poder aquisitivo da cidade de Aracaju, ações articuladas de enfrentamentos mais concreto dos seus problemas. Por

sua vez, esta incapacidade de condicionar e influenciar o processo de desenvolvimento urbano no sentido da defesa dos seus interesses e prioridades, acaba por se reflectir na coesão dos moradores que moram nestes bairros, o que se reflecte nas fortes dinâmicas de interacção social entre vizinhos, amigos e familiares existentes nestas áreas. Sendo que os dados obtidos parecem sugerir que quanto mais intenso o fenómeno de segregação sócio-espacial mais fortes essas dinâmicas de interacção no interior desses bairros, pois 90% dos moradores inquiridos em Invasão de São Conrado considera ter fortes redes de relacionamento com os seus vizinhos, sendo que essa proporção foi de 77% no caso do Bairro das Andorinhas. Um outro dado que suporta esta conclusão é o facto de 60% dos inquiridos na Invasão de São Conrado ter referido que a maioria dos seus amigos habita no mesmo bairro em que o inquirido reside, já no caso do caso do Bairro das Andorinhas essa proporção foi de 47%.

Ambos os bairros revelam uma localização central, sendo esse um dos aspectos mais valorizados pelos seus moradores e que mais contribui para os seus níveis de satisfação com o bairro em que residem. Importa sublinhar que embora os bairros sejam muito distintos nas suas características bem como no processo de urbanização que esteve na sua génese, a proporção de moradores que se revelou satisfeita em morar no bairro é muito elevada em ambos os bairros e muito similar nos dois casos (87% está satisfeita em morar no Bairro de São Conrado e 86% está satisfeita em morar no Bairro das Andorinhas).

No caso do Bairro Invasão do São Conrado este tem uma localização de grande proximidade aos bairros de mais alto poder aquisitivo de Aracaju, embora exista uma barreira física que separa São Conrado da restante malha urbana, pois encontra-se cercado pelo mangue e pelas águas do canal Santa Maria. Essa proximidade eleva o risco de impacto ambiental associado a este bairro, por este se ter desenvolvido com base no assoreamento de áreas próximas e em contato com o manguezal e com o riacho (Canal Santa Maria). Trata-se de uma aglomeração urbana subnomal caracterizada por uma ocupação irregular (de génese ilegal), com a construção de várias habitações nas margens do canal Santa Maria e nos limites da área do mangue, tendo-se comprovado *in loco* um processo de contínuo quer de desmatamento do mangue próximo quer de assoreamento do riacho por parte da população local, depositando continuamente entulhos,



objetivando sedimentar o terreno para a promoção de mais construções irregulares nas margens do riacho e do mangue, o que constitui um problema ambiental de elevada gravidade (Fotografia 8 e 9).

**Fotografia 8 e 9. Assoreamento das margens do Canal de Santa Maria (Foto 8) e do Manguezal (Foto 9) – Invasão de São Conrado**

**Foto 8**



Acervo de Anselmo B. Machado. Data-14-06-2013.

**Foto 9**



Acervo de Anselmo Belém Machado. 25-01-2013.

Por sua vez, o Bairro das Andorinhas não se encontra numa área ambiental tão sensível, e nele se verifica um maior cuidado na relação do espaço construído com os espaços verdes (arborização, ajardinamento dos espaços de espaços exteriores). Por outro lado, tal como o da Invasão de São Conrado, está igualmente localizado próximo de bairros onde habita população de maior poder aquisitivo. No entanto pode referir-se que, comparativamente, este bairro (Andorinhas) está bem mais próximo do centro da cidade, possuindo em seu redor os principais equipamentos e serviços da cidade de Braga (públicos e privados), para além de ser um bairro onde existe algum comércio e serviços, bem como alguns equipamentos no seu interior, como áreas de lazer e desporto (Fotografia 10 e 11). No entanto e apesar de no Bairro da Invasão de São Conrado esses equipamentos e serviços se encontrarem ausentes, verifica-se que a proporção da população que ocupa a maioria dos seu tempo livre no interior do bairro é superior (89%) ao que se verifica no Bairro das Andorinhas (70%), o que em grande parte se deve à prática mais constante de

dinâmicas de socialização no espaço público (passeando pelas ruas, conversando com amigos, caminhando próximo do riacho...), apesar de se tratar de um espaço público informal e desqualificado (38% da população de Invasão de São Conrado usa o espaço público como espaço de socialização com amigos, vizinhos e familiares, o que no Bairro das Andorinhas é uma prática manifestada apenas por 6% da amostra inquirida).

### **Fotografia 10 e 11. Áreas verdes de enquadramento e equipamentos de lazer e desporto no Bairro das Andorinhas**

**Foto 10**



Acervo de Anselmo Belém Machado. 26-06-2014

**Foto 11**



Acervo Anselmo B. Machado, 26-06-2014

Os moradores da Invasão do São Conrado são genericamente pessoas de muito baixo poder aquisitivo, sendo mais jovens e com mais baixos níveis de escolaridade comparativamente aos moradores do Bairro das Andorinhas. No entanto em Invasão de São Conrado é maior a proporção de moradores com actividade económica, embora a grande maioria esteja inserida na economia informal, muitos deles vivendo de serviços esporádicos e incertos e sem nenhum direito social ('biscates'). São dois bairros muito distintos não só na sua população mas também nos processo de urbanização que estiveram na sua génese. No caso do Bairro das Andorinhas trata-se de um bairro social que resulta de um investimento público suportado num exercício de planeamento urbano, sendo composto por prédios e apartamentos que cumprem as regras de construção em

vigor e por isso licenciados (Fotografia 12 e 13). Já no caso da Invasão de São Conrado, este é uma aglomeração subnormal composto maioritariamente por pequenos edifícios ('vilas) com 1 ou 2 quartos, resultantes de investimento privado e de construções de génese ilegal, muitas vezes surgidas numa lógica de autoconstrução e sem qualquer projecto ou licenciamento. Por esta razão a realidade é muito distinta entre estes dois bairros no que respeita ao grau de satisfação com as habitações que os compõem, pois se 76% dos moradores do Bairro das Andorinhas estão satisfeito com a casa que ocupam, já no caso da Invasão de São Conrado essa proporção é apenas de 32%. Ou seja, no Bairro das Andorinhas a elevada satisfação com o bairro coincide com uma elevada satisfação com a casa, o que não se verifica em Invasão de São Conrado.

**Fotografia 12 e 13. Andorinhas (foto 12) e Invasão São Conrado (foto 13): dois bairros de génese urbanística diferenciada**

**Foto 12**

**Foto 13**



Invasão do São Conrado: Acervo de Anselmo Belém Machado-publicado na revista on line-<http://infohabitar.blogspot.com/2011/12/>.

Bairro-das-Andorinhas:<https://www.google.com.br/maps/@41.5573804,8.4281364,3a,75y,243.35h,92.4t/>

data=!3m6!1e1!3m4!1sQbC9KnsH\_kPAkO-b-H80pg!2e0!7i13312!8i6656-Data:11-09-18.

Os residentes da Invasão do São Conrado, fazem parte de um contingente considerável de pessoas que vieram de outros bairros e outros municípios e que foram ocupando esta área sem terem a propriedade de terreno (daí a designação Invasão de São Conrado). Mudaram-se para essa área, visto que souberam que estava sendo ocupada sem registro de propriedade ou título de posse de um terreno. Assim foram progressivamente se alojando nesta área, delimitando “seus” terrenos e

construindo as habitações de maneira bem irregular e precária. Começaram assim a surgir essas construções precárias, muitas vezes feitas apenas com sobras de outras construções de alvenaria. Isso ocorreu na década de 1980, quando não existia quase nenhuma infra-estrutura urbana no bairro, ocorrendo por isso a ocupação de maneira desordenada, baseada em ruas sem pavimentação, sem sistema de esgotos, com vários lixões a céu aberto, apresentando por isso níveis de insalubridade elevados que constituem um risco para a saúde pública. Trata-se assim de um bairro de gênese ilegal promovido numa lógica de auto-construção, segundo a qual os moradores foram ocupando os terrenos desocupados e construindo suas moradias sem nenhum planejamento ou fiscalização. Em meados dos anos 1990 generalizaram-se as reivindicações destes moradores quanto à necessidade de se promoverem melhorias para esta área. Nesse sentido, a Prefeitura de Aracaju, a partir do final do ano de 2001, deu início a algumas obras de pavimentação e de infraestrutura urbana (Fotografia 14), com a criação de sistemas de esgotos e de drenagem de águas pluviais.

**Fotografia 14. Obras de infraestruturação de um dos principais arruamentos da Invasão de São Conrado, promovidas em 2001 pela Prefeitura de Aracaju**



Fonte: <http://www.institutomarcelodeda.com.br/emurb-executa-servicos-de-drenagem-na-invasao-do-sao-conrado/>. Pesquisado em 13-09-2018.

Estas obras realizadas pela Prefeitura de Aracaju destinadas a melhorar a infraestrutura (drenagem e pavimentação de ruas) do bairro Invasão de São Conrado, foram realizadas através da Emurb – Empresa Municipal de Obras e Urbanização, e em convênio com o Projeto Avança Brasil do

Governo Federal. Todavia, anos antes, em 1996, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) ajuizou uma ação de desocupação da área justificando a proteção e recuperação ambiental. Mas os moradores se organizaram e solicitaram a efetivação da ocupação de suas residências, justificando que tinham já decorridos 10 anos desde a criação das suas moradias e ninguém reclamou a posse do terreno. Foi na sequência deste episódio que a Prefeitura de Aracaju promoveu a pavimentação e infraestruturação de algumas ruas, mas não em toda a Invasão de São Conrado, existindo actualmente algumas áreas sem qualquer infraestruturação (pavimentação, calçadas, esgotos...), sobretudo nas proximidades do riacho (canal Santa Maria- afluente do rio Poxim) e nas proximidades do mangue, sendo esta a área onde as ruas são mais irregulares e estreitas e as construções de pior qualidade e de menores dimensões. Também recentemente se iniciou com regularidade a coleta de lixo na área, embora tenha sido possível observar, próximo do mangue, a presença de lixos diversos e depósitos de restos de construções. Assim, a diferenciação que se assiste na ocupação deste bairro, com as famílias de mais baixa renda a se localizarem mais próximo do mangue e do riacho, é de certo modo reforçada com a priorização dos investimentos em obras e serviços públicos, que tendem a desconsiderar essas áreas.

Assim, de maneira geral as morfologias urbanas dos dois bairros são bem diferenciadas, não apenas na estrutura do edificado mas também ao nível das infra-estruturas viárias de suporte ao processo de urbanização que deu origem a estes dois bairro (Fotografia 15 e 16). Na Invasão de São Conrado em parte dos seus arruamentos não existe pavimentação nem calçadas para um maior conforto e segurança da circulação pedonal, ou qualquer cuidado na arborização e arranjo paisagístico dos espaços exteriores. Sendo um bairro de génese ilegal a largura dos arruamentos é muitas vezes irregular, coincidindo com o espaço sobrance das moradias, assistindo-se também à ausência de sistemas de drenagem de esgotos em muitas das suas ruas. É certo que neste bairro é possível encontrar algumas ruas com melhores pavimentações e tipos de construções mais estruturadas, mas o fato é que neste bairro não existe uma padronização na infraestrutura urbana, quer na pavimentação quer na largura dos arruamentos, evidenciando a falta de ação antecipada do poder público em controlar a ocupação irregular desta área.



Por sua vez, no caso do Bairro das Andorinhas existe, de maneira geral, uma padronização do tipo de habitação baseada em blocos de edifícios com vários apartamentos, onde se observa também, a boa pavimentação asfáltica, saneamento básico, drenagem de águas pluviais, iluminação pública, assim como a presença contínua de calçadas para apoio à circulação pedonal, quer no interior do bairro quer na sua articulação com a malha urbana envolvente.

**Fotografia 15 e 16. Andorinhas (foto 15) e Invasão São Conrado (foto 16): o contraste do arranjo paisagístico e infra-estrutural do espaço público**

**Foto 15**



Bairro Andorinhas – Braga - Portugal.  
Acervo Anselmo B. Machado, 26-06-2014.

**Foto 16**



Uma das ruas na Invasão do São Conrado-Aracaju.  
Acervo de Anselmo Belém Machado-14-06-2013.

De referir ainda que no Bairro das Andorinhas o tecido associativo é mais denso e dinâmico, o que se reflecte na qualidade de vida e bem-estar dos seus moradores. Sobretudo devido à existência nesse bairro de uma Associação de Moradores, que tem sido muito relevante para reforçar dinâmicas de integração sócio-cultural dos seus residentes. Na sede dessa Associação, conforme pesquisa *in loco*, nos anos de 2011, 2012 e 2014, foi constatado a execução de múltiplas iniciativas (sobretudo de índole cultural, artísticas e religiosas), que atestam o papel activo da AMBA que funciona como ponto central de encontros no bairro, tanto para assistir palestras, frequentar cursos sobre diversos assuntos, utilizar a lan house para se manter atualizado com a

internet, ou apenas conversar com amigos durante um simples lanche, ou num churrasco organizado no final de semana. Sendo no entanto de referir que para além do contributo desta associação, segundo informações obtidas com pesquisa *in loco* com os moradores do bairro, outras instituições têm realizado inúmeras ações sociais e educativas no âmbito do bairro, como a Câmara Municipal de Braga, a Empresa BragaHabit, a Ágora Bracarense, o Instituto Português da Juventude, o Projeto VOA (Valorizar, olhar, aprender) entre outras, e que no conjunto contribuem para a valorização sócio-cultural desta população, a sua melhor integração na sociedade, e por essa via para o reforço da sua auto-estima. Esta espessura institucional e o seu valioso contributo para o combate à segregação sócio-espacial, não se observa no bairro da Invasão de São Conrado, que enfrenta assim processos de estigmatização mais severos e preocupantes.

Em suma, a pesquisa quantitativa desenvolvida demonstrou que nos bairros de baixos rendimentos estudados, o processo de segregação sócio espacial identificado na Invasão do São Conrado em Aracaju é muito mais acentuado, do que no bairro das Andorinhas em Braga. No entanto, o tipo de segregação encontrada no Bairro das Andorinhas e no Bairro da Invasão do São Conrado é o mesmo, ou seja uma segregação imposta. Porém existem diferenças gritantes na intensidade da segregação imposta entre os dois bairros, o que se expressa quer na habitabilidade das moradias, na morfologia urbana, no grau de infraestruturação, no reconhecimento do nível de integração na restante malha urbana, no enclausuramento das relações sociais, ou mesmo nas percepções externas que se expressam na imagem mental desenvolvida sobre estes bairros por parte da restante população urbana. Por outro lado, no tocante à presença do Estado, enquanto no bairro das Andorinhas, que resultou de um processo em curso de planeamento urbano, este está integrado na actuação quotidiana e nas prioridades da autarquia em matéria de gestão urbanística; já no caso da Invasão de São Conrado que resultou de uma promoção privada e de génese ilegal, é notória a ausência do poder público, o que faz com que progressivamente se amplie o problema de uma expansão urbanística desordenada e com graves consequências ambientais, o que muito contribui para uma intensificação do processo de segregação sócio espacial deste bairro em relação ao resto da cidade de Aracaju.

## **CAPÍTULO 5. UM ESTUDO COMPARADO DE MANIFESTAÇÕES DE AUTO-SEGREGAÇÃO EM BRAGA (PORTUGAL) E ARACAJU (BRASIL)**

Neste capítulo apresenta-se a segunda parte do estudo empírico, a qual corresponde à realização de um estudo comparativo entre Braga (Portugal) e Aracaju (Brasil) no que respeita aos seus processos de segregação sócio-espacial na modalidade de auto-segregação, associados à concentração territorial de cidadãos de alto poder aquisitivo. As duas áreas em análise são a Encosta do Bom Jesus em Braga e o Bairro Jardins em Aracaju. Neste capítulo opta-se por privilegiar a técnica de pesquisa qualitativa associada à realização de entrevistas em profundidade, a uma amostra de residentes nas áreas em estudo. Trata-se assim de uma investigação que concilia as metodologias de cunho quantitativo no caso do estudo comparado da segregação imposta, com metodologias de enfoque qualitativo no caso do estudo comparado da auto-segregação.

Em Braga a área de estudo está inserida na União das Freguesias de Tenões e de Nogueiró<sup>34</sup>, onde aquando do último recenseamento do INE de 2011 residiam 5129 habitantes, e corresponde à Encosta do Bom Jesus que se desenvolve pela vertente que culmina no Santuário do Bom Jesus de Braga. Sendo este considerado um dos principais exemplares do património religioso da cidade de Braga, de elevada qualidade artística e arquitectónica, recentemente classificado como Património Mundial da UNESCO e que constitui um dos principais atractivos turísticos da cidade. Esta encosta corresponde à área preferencial de residência dos cidadãos de mais elevado nível económico de Braga, privilegiando maioritariamente moradias unifamiliares em lotes de terreno arborizados e ajardinados. Trata-se assim de uma área predominantemente verde (Figura 45) que tem vindo a ser progressivamente urbanizada para residência da população de mais elevado nível socio-económico de Braga. Esta é uma área da cidade de elevado valor paisagístico, pela sua

---

<sup>34</sup> Em 2015 ocorreu uma reorganização administrativa em Portugal que fez com que fosse gerado a união das duas freguesias citadas (Tenões e Nogueiró) e, portanto, a partir de então essas áreas passaram a ser denominadas de União das Freguesias de Nogueiró e Tenões, seleccionada como a área de análise deste estudo empírico.



arborização e ar puro e também pela sua altitude que lhe proporciona vistas amplas sobre a mancha urbanística de Braga, correspondendo assim ao solo de mais alto valor imobiliário de Braga. As entrevistas em profundidade foram aplicadas a um conjunto de residentes nestas moradias, que nos permitem analisar o processo de segregação sócio-espacial que caracteriza esta área, na perspectiva de quem habita neste contexto de residência.

**Figura 45. Delimitação e enquadramento da Encosta do Bom Jesus em Braga**



Fonte: <https://www.google.pt/maps/place/4715-304+Nogueir%C3%B3/@41.5500978,-8.3973072,3143> (09-03-19).

A cidade de Braga assistiu nos últimos anos a um forte processo de expansão urbana, o qual tem ocorrido também em direção às partes mais altas da cidade, subindo as vertentes mais declivosas da união de freguesias de Tenões e Nogueiró, poucos anos atrás uma área predominantemente rural, considerando quer “a ocupação dominante do uso do solo, o povoamento ou o modo de vida dos seus habitantes. (Bandeira, Veiga e Veiga, 2018, p. 771). Neste território actualmente são visíveis inúmeras mansões unifamiliares, muitas delas com piscina, assistindo-se assim à

concentração de famílias de muito alto poder aquisitivo num claro processo de auto-segregação. Esta ocupação pelos mais privilegiados da cidade é muito recente e intensa, sendo que a Encosta do Bom Jesus se encontra actualmente:

“repartida entre a classe popular (os antigos moradores) e as elites privilegiadas (novos moradores). Dessa “mistura” parece resultar um processo de segregação espacial por classe, que mais não é que uma mostra das profundas desigualdades que marcam a sociedade portuguesa. (Bandeira, Veiga e Veiga, 2018, p.784).

Este espaço antes rural, onde existiam várias hortas dos moradores originários, tem sido continuamente transformado, em forma e essência, visto que tanto as arquiteturas das novas casas/mansões são muito diferentes, como também os novos moradores, que também muito se diferenciam nos seus costumes, práticas, hábitos sociais e religiosos (quando os têm).

“Neste caso em concreto, estamos perante um processo de urbanização marcado por razões de natureza hedonista, na medida em que as razões dos novos moradores estão relacionadas com avaliações subjetivadas com base em valores estéticos, com encanto e a beleza do lugar a serem, antes de mais, aquilo que os mobilizou para comparem ou construïrem moradias na encosta do Bom Jesus. [...] Ao contrário dos elementos da arquitetura vernácula, ligados ao antecedente labor agrícola, proliferam agora as linhas arquitetônicas austeras e depuradas, próprias de outras paragens e das referências a um modernismo tardio. (Bandeira, Veiga e Veiga, 2018, p.778)

A valorização de uma área que permite uma panorâmica paisagística de excelência sobre a cidade de Braga; a proximidade com a natureza e o sossego e tranquilidade que esta proporciona; aliado ao prestígio social de pertencer a este contexto exclusivo de residência, têm sido os elementos mais marcantes da forte atractividade da Encosta do Bom Jesus, e indutores de uma elevada valorização imobiliária neste território. Um território que hoje está apenas disponível para a classe social de Braga mais estabilizada financeiramente.

“É inegável, porém, que os apelativos mais diversos se impuseram estreitamente associado aos enleios da proximidade à natureza, aos marcos fisionómicos de uma

ruralidade qualificada, da abundância de coberto vegetal proporcionadora de sossego e de intimidade privada.” (Bandeira, Veiga e Veiga, 2018, p.772).

Já no caso da cidade de Aracaju foi seleccionado o Bairro Jardins (Figura 46), que tinha uma população de 7.126 habitantes<sup>35</sup> em 2014. Foi seleccionado este bairro por se tratar de uma área da cidade onde se assiste à concentração de população de alta renda e onde é também maior o valor imobiliário das habitações de Aracaju. Este bairro, tal como a Encosta de Bom Jesus, tem uma forte relação com uma área verde, embora neste caso se trate de uma área sem construções e que se designa de Parque Augusto Franco (Parque da Sementeira), que se localiza no interior do Bairro Jardins e que corresponde a um parque verde de dimensão considerável, não se misturando assim a área verde com a área residencial tal como se verifica no caso da Encosta do Bom Jesus. O Parque Augusto Franco favorece a valorização imobiliária do bairro, proporcionando-lhe oxigenação mas também temperaturas mais amenas. Este é um dos principais factores de valorização deste bairro, visto que os condomínios de maior valor imobiliário são os que se encontram nos limites deste parque, beneficiando das melhores vistas para esta área verde sem qualquer construção, sendo que nos andares superiores destes prédios é ainda possível visualizar o rio Sergipe e o mar (oceano Atlântico), por este bairro se localizar na frente litoral de Aracaju, o que facilita a deslocação até às praias, mesmo a pé.

Para além deste parque importa referir que a secção norte do Bairro Jardins se encontra na proximidade imediata de uma área de mangue de forte valor ecológico onde existe o Parque Ecológico do Tramandaí, embora este seja pouco frequentado. Próximo ao Bairro Jardins existe também o *Shopping Center* Jardins e vários outros serviços e equipamentos que surgiram em redor deste, os quais tornam esta área especialmente valorizada. É possível encontrar no bairro serviços de saúde de qualidade (Hospital Primavera e clínicas de especialidades variadas), de educação (com vários colégios), concessionários de automóveis, farmácias, postos de gasolina, entre muitos outros serviços e equipamentos.

---

<sup>35</sup> -<http://www.brasilsabido.com.br/populacao/aracaju-se-5076.html> (30/07/19)

**Figura 46. Delimitação e enquadramento do Bairro Jardins em Aracaju**



Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Jardins,+Aracaju+-+SE/@-10.9440602,-37.0551661,2975> (27-03-19).

Trata-se assim de um bairro que beneficia de espaços naturais com áreas verdes, cursos de água e lagos, assim como da proximidade ao maior centro comercial e de lazer/entretenimento da cidade assim como a diversos equipamentos e serviços, o que no conjunto proporciona uma forte valorização imobiliária das suas habitações, só acessíveis aos cidadãos de alto rendimento de Aracaju, promovendo-se assim um processo de auto-segregação da sua população.

A crescente valorização deste espaço tem provocado uma forte pressão urbanística sobre este território com um contínuo processo de edificação e crescimento do espaço construído, mais fortemente vertical, e um conseqüente aumento da sua população residente. Esta progressiva urbanização tem gerado conflitos ambientais consideráveis decorrentes da contínua edificação, impulsionada pelo interesse de grupos dominantes na especulação imobiliária deste território, que ocorre em prejuízo da ocupação de espaços naturais e ambientalmente mais sensíveis. Trata-se assim de uma parcela da cidade de Aracaju onde o ordenamento territorial e urbanístico não tem

sido convenientemente articulado com os princípios do desenvolvimento urbano sustentável. O território do bairro Jardins vem assim passando por inúmeras alterações decorrentes da destruição da fauna e flora, com a intensa ocupação urbana de espaços naturais.

A intensa valorização imobiliária deste território (com os imóveis a atingirem valores muito altos) e a diversidade de produtos e serviços especializados que o bairro detém para atender a uma classe social privilegiada, vêm configurando este espaço como a área onde procuram se concentrar os estratos de mais elevado nível sócio-económico da capital sergipana. O bairro é servido de várias agências bancárias, tais como o Banco do Brasil, a Caixa Económica Federal (2 agências), o Bradesco, o Santander (2 agências), o Itaú (2 agências), o Banese (Banco do Estado do Sergipe) e o Banco Cooperativo Sicred. Com a presença marcante da rede bancária, torna-se evidente o interesse do mercado imobiliário e financeiro para com este bairro, dada a concentração que ele revela do grupo de maior poder aquisitivo da cidade. Este processo de segregação sócio-espacial de cidadãos de altos rendimentos, começa a expandir-se para além dos limites do bairro, uma vez que as suas áreas vizinhas vêm também incorporando valor. Isto decorre do grande interesse da população de maior poder aquisitivo por este contexto de residência, bem como da classe média e média-alta em comprar, alugar, residir, comercializar e consumir nesse bairro. Um processo que tem reforçado o contínuo crescimento vertical desta área da cidade com a construção de novos imóveis residenciais e comerciais.

Este processo tem sido potenciado por uma actuação política a nível estadual (Estado de Sergipe), uma vez que em relação a Aracaju e ao bairro Jardins existe em curso uma estratégia de enobrecimento urbano com a concentração neste espaço de diversos investimentos, o que tem provocado uma intensa valorização deste território, com várias intervenções urbanas recentes no bairro, surgindo assim “a construção de um espaço enobrecido” (Souza, 2005, p.145). Segundo este autor deriva dessa estratégia de enobrecimento a decisão de construção de um *shopping* na área e a instalação de toda uma infra-estrutura urbana de suporte ao processo de urbanização em curso, o que favoreceu a valorização imobiliária deste espaço. Assim o território ficou mais caro e as populações de menor poder aquisitivo foram “forçadas” a venderem seus terrenos, sítios e casas existentes na área.

“O movimento destes segmentos sociais para a zona sul e sudoeste foi acompanhado pela substituição de populações de baixa renda residentes naquela região. Os antigos habitantes dos bairros elitizados eram predominantemente pescadores que foram expropriados gradativamente, em razão da valorização de seus imóveis e pelo aumento dos impostos”.(Souza, 2005, p.148).

O processo de enobrecimento urbano da zona sul de Aracaju, em detrimento de outras áreas da cidade, decorre de opções políticas que têm já vários anos, pois trabalhos como o de Loureiro (1983); Ribeiro (1989) ou Souza (2005), demonstravam já o início deste processo. Na sequência de opções de infra-estruturação tomadas estabeleceu-se um novo padrão socio-económico de moradia e de *status* para estes territórios que estão assim hoje mais valorizados. Dentro deste contexto assistimos a um processo de re-territorialização que está sendo vivenciado no Bairro Jardins, concentrando uma parte considerável dos grupos sócio-económicos mais privilegiados da cidade de Aracaju.

De seguida será apresentada e discutida a informação recolhida nas entrevistas em profundidade aplicada a moradores nestas duas áreas de estudo, optando-se por organizar essa informação obtida em torno de cinco tópicos de análise: motivação; avaliação, interação; percepção e integração.

### **5.1. A Encosta do Bom Jesus na cidade de Braga-Portugal**

Para analisar o modo como o processo de segregação sócio-espacial afeta o quotidiano dos moradores de nível sócio-económico mais elevado que têm as suas moradias na Encosta do Bom Jesus, realizaram-se 17 entrevistas em profundidade. No tocante à caracterização dos entrevistados, estes distribuem-se em termos etários nas seguintes proporções: 29% entre 20 e 29 anos, 41% entre 40 e 49 anos, e 17% entre 50 e 59 anos e 13% entre 60 e 69 anos de idade. Em relação ao género, 82% dos entrevistados são do género masculino e 18% do género feminino.

Quanto ao nível de escolaridade 70% têm nível superior completo, 17% tem ensino secundário completo e apenas 13% tem o 1º ciclo de ensino básico completo. Por fim e em relação às suas ocupações, 57% dos entrevistados são empresários, 25% trabalham nos serviços, 15% são reformados (aposentados) e 3% são estudantes.

### **5.1.1. Motivação**

A análise das principais motivações que justificaram a escolha deste local de residência por parte dos moradores entrevistados, permitiu destacar a importância atribuída ao facto de ser um local mais sossegado e tranquilo que resulta da sua menor densificação urbanística, associada à predominância de vivendas unifamiliares dispersas por uma área verde. Sendo assim um local mais calmo, quer no período diurno ou nocturno, quando comparado com o centro da cidade, considerado por estes moradores uma área mais confusa e com uma maior poluição (também sonora).

*"[...] o facto de ser um local minimamente calmo e fora do centro com a sua grande confusão e mesmo poluição sonora." (Entrevistado 15 na Encosta do Bom Jesus).*

*"[...] é tranquilo, estou perto do centro e estou basicamente perto de tudo" (Entrevistado 12 na Encosta do Bom Jesus).*

*"Boa acessibilidade ao centro de Braga; bom ambiente entre os moradores e por fim boa zona urbana sem quaisquer conflitos e ruídos durante o dia e também durante a noite." (Entrevistado 2 na Encosta do Bom Jesus).*

*“Viver na Encosta do Bom Jesus, é uma experiência diferente do normal, porque o que vejo à minha volta é algo realmente diferente do que se vivesse por exemplo no centro da cidade, [...] as pessoas aqui têm uma boa qualidade de vida. Não só em termos económicos mas também por viverem num sítio onde existe mais “Natureza” e menos poluição, como os meus pais costumam dizer “aqui estamos sossegado.” (Entrevistado 15 na Encosta do Bom Jesus)*

O facto destas habitações se encontrarem dispersas pela encosta arborizada, revela também uma elevada valorização dos seus habitantes pelo ar puro de que podem beneficiar no seu contexto de residência, e que não consideram encontrar com a mesma qualidade na mancha urbana que se desenvolve a menor altitude e onde a densidade populacional é maior e a circulação rodoviária mais intensa. Assim, a informação obtida com as entrevistas realizadas permitiu verificar um elevado grau de satisfação com a opção que tomaram em residir na Encosta do Bom Jesus, por considerarem ter nesse local uma melhor qualidade de vida comparativamente a outras áreas. Sendo simultaneamente uma área próxima do centro da cidade o que permite que os seus residentes possam facilmente beneficiar de todos os principais serviços e equipamentos da cidade.

Algo especialmente valorizado pelos moradores entrevistados é o enquadramento paisagístico excepcional deste local, não só por ser uma área verde mas também pelas vistas sobre a cidade, pois a sua altitude proporciona paisagens panorâmicas muito apreciadas pelos seus moradores. Alguns dos lotes de terrenos são em muitos casos de dimensões generosas, o que tem conseguido preservar a arborização desta encosta.

*“Escolhi morar aqui pois na altura existiam lotes muitos grandes com cerca de 1.500/1.700m<sup>2</sup>, e porque é um sítio muito sossegado, tinha um ribeiro que passava em baixo, é um local próximo das escolas dos meus filhos, próximo da universidade, e sobretudo é uma casa com uma grande área verde à volta.” (Entrevistado 13 na Encosta do Bom Jesus).*



Existem também motivações associadas ao prestígio social da área, habitada por residentes de elevados rendimentos e de nível sócio-cultural mais elevado. Assim trata-se de uma área mais elitista que tende a ser especialmente atractiva para cidadãos que valorizam o *status* associado a uma área de residência exclusiva, que está apenas acessível a uma classe social mais elevada. Associado ao facto de se tratar de uma área socialmente homogénea nesta não são comuns conflitos entre os vizinhos, sendo as relações entre os seus moradores amistosas, não se detectando problemas graves de relacionamento entre moradores.

*“Bom, primeiro porque é uma das áreas mais conceituadas de Braga, já para não falar sobre a vista fenomenal sobre a cidade, e também é uma freguesia bastante calma. Com esta casa consigo fugir ao trânsito nas horas de ponta e aproveito esse tempo para os meus hobbies. A razão principal que me levou a viver aqui foi mesmo a beleza natural da freguesia, que contém muita vegetação, o que é bom para arejar a cabeça ao fim de um longo dia de trabalho.”* (Entrevistado 10 na Encosta do Bom Jesus).

A maioria destes residentes são oriundos de Braga, residindo previamente em outras freguesias da cidade, como São Vitor, Maximinos, São Vicente ou Ferreiros, tendo posteriormente conseguido alterar a sua residência para este local com a progressão da sua carreira e a gradual melhoria das suas condições económicas. A elevação dos seus recursos económicos permitiu-lhes não apenas residir numa área de maior valorização imobiliária, mas também transitar de uma habitação num edifício multifamiliar (apartamento) para, na maioria dos casos, uma vivenda em moradia unifamiliar enquadrada num lote verde ajardinado.

Fazendo uma síntese das respostas obtidas, pode ser destacado que todos os entrevistados valorizaram tratar-se de uma área tranquila, sobretudo por não ter um trânsito intenso nem uma grande densidade demográfica. Manifestaram também residir na Encosta do Bom Jesus devido a ser uma área que permite um intenso contacto com a natureza pelas suas moradias se

encontrarem dispersas pela área arborizada, que se tem conseguido manter devido à dimensão generosa de muitos dos seus lotes. Sendo um local onde é possível encontrar trilhos para corridas e caminhadas o que permite um contacto próximo com a natureza e uma excelente qualidade de vida. Por outro lado foi também referido tratar-se de um local suficientemente perto de equipamentos, como as escolas ou a Universidade do Minho, para além de muitos outros equipamentos e serviços, igualmente valorizados por uma população urbana. Por fim, trata-se de um local exclusivo que confere prestígio social aos seus moradores, pois a sua valorização imobiliária torna-o apenas acessível aos moradores de nível sócio-económico mais elevado.

### **5.1.2. Avaliação**

Foram colocadas algumas questões aos entrevistados de forma a conhecer o modo como avaliam a casa em que habitam e o seu bairro. Quanto à habitação as características que os entrevistados mais valorizaram estão associadas ao facto de se tratarem na maioria de vivendas unifamiliares, inseridas num lote de terreno ajardinado. São casas amplas e de dimensões generosas, com uma elevada qualidade construtiva o que lhes confere níveis elevados de conforto e bem-estar. Beneficiam de uma boa exposição solar, e muitas delas têm área verde de enquadramento, por vezes com piscina privativa, o que as tornam especialmente adequadas a conviver com amigos e familiares.

*“O que mais gosta na minha casa é o facto de ser uma moradia, é espaçosa, posso fazer um pouco mais de barulho, tem jardim e penso que não existe aspectos negativos.” (Morador da Encosta do Bom Jesus). (Entrevistado 3 na Encosta do Bom Jesus).*

*“O que mais me agrada é ser ampla e confortável para receber toda a família e amigos e o facto de ter uma ótima exposição solar.”*

(Entrevistado 6 na Encosta do Bom Jesus).

*“Não é para me armar, mas gosto de ter piscina em casa, principalmente no verão, faz sempre jeito, adoro o meu quarto, é enorme, o que gosto menos talvez seja a cozinha é um pouco pequena.”*

(Entrevistado 9 na Encosta do Bom Jesus).

*“O que mais gosto nela é o sol, parece um girassol, temos sol o dia todo.”* (Entrevistado 11 na Encosta do Bom Jesus).

Pelas descrições efectuadas percebe-se que são casas de luxo, projectadas por arquitectos, e construídas segundo elevados padrões de qualidade nos materiais usados e nas técnicas construtivas empregues, o que lhes proporciona múltiplas vantagens como o conforto térmico, mesmo durante o Verão.

*“Na minha casa o que mais adoro é o isolamento térmico, que nesta parte da cidade faz muito frio. E na minha casa quase nem preciso ligar o aquecimento e quando ligo não precisa ser muito elevado, pois a casa consegue guardar a temperatura muito bem e faz com que esteja de uma forma muito cómoda”* (Entrevistado 15 na Encosta do Bom Jesus)

Quanto ao contexto de residência, os moradores entrevistados revelam algum descontentamento com os níveis de humidade na Encosta do Bom Jesus, pois apesar de ter uma excelente exposição solar, o arvoredo denso impede em alguns locais que esses raios solares atinjam a superfície, que se mantém assim sombria durante grande parte do dia, ou mesmo durante todo o dia. Este facto leva alguns moradores a referir algum descontentamento com as despesas elevadas que no inverno têm com o aquecimento das suas casas.

O facto destas novas construções terem sido projectadas para uma área que era anteriormente estruturada apenas por caminhos rurais e de acesso local, faz com que o seu acesso seja feito por arruamentos estreitos e por vezes sinuosos dado o declive da área. Estas características dificultam o acesso automóvel às vivendas da Encosta do Bom Jesus, sendo este um aspecto criticado pelos moradores locais. Em consequência de um maior número de construções nesta Encosta, estas ruas têm agora mais tráfego, necessitando também por isso de maior manutenção, que segundo os moradores não acontece sempre que necessário. No entanto e apesar destas críticas os moradores reconhecem a elevada qualidade de vida que usufruem por terem a possibilidade de residir nesta área da cidade de Braga.

*“O que menos gosto é o acesso, a estrada é muito estreita e por vezes deixam os carros estacionados nas bermas o que dificulta ainda mais a passagem.”* (Entrevistado 11 na Encosta do Bom Jesus)

*“Definitivamente o aspeto mais negativo é o estado do pavimento em algumas estradas. Muitas delas apresentam-se remendadas, com muitos altos e baixos.”* (Entrevistado 6 na Encosta do Bom Jesus)

Como já referido os seus moradores que são oriundos de outras freguesias e que por isso estavam habituados a outros contextos de residência, por vezes revelam alguma dificuldade de adaptação às características de um local mais exclusivo e de menor diversidade social. Por exemplo, referem por vezes alguma monotonia por se tratar de uma área monofuncional, ou a falta de convívio e interação entre vizinhos, pois na generalidade isolam-se dentro das suas grandes propriedades, não procurando conviver com outros moradores da área.

*“Sim em parte estou satisfeita, pois as principais vantagens de viver aqui é que é um local sossegado, numa zona nobre, com uma vista bonita. As desvantagens é o facto de às vezes ser tão sossegado que se torna monótono.”* (Entrevistado 5 na Encosta do Bom Jesus)

*“As desvantagens também existem pois o facto de estar um pouco longe de tudo (coisas que precisamos no dia a dia). É uma desvantagem muito grande.”* (Entrevistado 15 na Encosta do Bom Jesus)

*“Estou muito satisfeita, como já referi anteriormente é uma zona muito agradável, tem a vantagem de dar sol praticamente todo dia, do facto de não se encontrar muito afastada do centro da cidade e como desvantagens só posso apontar, para já, o facto de não haver muita interacção entre os vizinhos. São muito reservados.”* (Entrevistado 17 na Encosta do Bom Jesus)

Em suma, os entrevistados demonstram uma satisfação generalizada quer com a habitação em que moram quer com a Encosta do Bom Jesus, embora tenham referido a necessidade de alguns investimentos adicionais para a resolução de alguns pequenos problemas deste local. Neste âmbito foi referido a necessidade de reforçar a iluminação pública nocturna na área; ampliar o número de contentores de lixo, assim como foram também feitas críticas relativamente ao facto dos transportes públicos que servem este local terem horários mais restritos comparativamente com outras áreas da cidade, sendo completamente ausentes durante a noite, a melhoria deste aspecto seria relevante sobretudo para a população mais jovem sem meio próprio de locomoção.

*“Sempre precisamos mais de alguma coisa, sobretudo nos transportes, pois os horários deviam ser iguais como na cidade toda, alguns contentores de lixo mais localizados, reforço da limpeza na área, mais iluminação, enfim mais coisas são sempre bem vindas.”* (Entrevistado 1 na Encosta do Bom Jesus)

*“Temos o problema da iluminação que só está ligada até às 11 horas da noite, o que torna a minha área de residência muito escura, principalmente no inverno.”* (Entrevistado 11 na Encosta do Bom Jesus)

*“Outra necessidade passa também pela pavimentação uniforme das rodovias existente.”* (Entrevistado 6 na Encosta do Bom Jesus)

Assim, ressalta-se que mesmo numa freguesia de alto poder aquisitivo, a Câmara Municipal, precisa também exercitar o seu papel de manutenção e extensão dos serviços básicos, tais como iluminação pública e a recolha dos resíduos sólidos urbanos, a melhoria da pavimentação das estradas de acesso local, e a melhoria nos horários dos transportes colectivos.

### **5.1.3. Interação**

Como referido anteriormente a segregação sócio-espacial manifesta-se não apenas em termos físicos, ao nível da morfologia urbana e da concentração territorial de população de características sócio-económicas similares e distintas da envolvente, mas também em termos sociais ao nível das dinâmicas de interacção e socialização dos residentes de algumas áreas. Foram assim feitas questões aos moradores na Encosta do Bom Jesus quanto às dinâmicas de interacção que têm com os seus vizinhos e com os demais habitantes da cidade de Braga.

Procurou-se nomeadamente perceber se no contexto da cidade de Braga os residentes na Encosta do Bom Jesus interagem mais com os seus vizinhos que moram no mesmo contexto de residência ou se com habitantes de outros locais de Braga. Neste âmbito verificou-se que se trata de uma área cujos residentes revelam redes de relacionamento que se estendem para além dos limites do seu bairro, sendo que a maioria revelou que interage mais com habitantes de outros locais de Braga, e não tanto com os seus vizinhos, com os quais mantém simplesmente relações de cordialidade e mútuo respeito. Neste aspecto em concreto percebe-se que a realidade deste contexto de auto-segregação é bem diversa da dos contextos de segregação imposta, apresentados

no capítulo anterior. Aí as relações sociais tendiam a estar mais enclausuradas no contexto de residência, sendo também relações mais fortes, de verdadeira amizade e de apoio mútuo.

*“Certamente tenho maior interação com habitantes doutras zonas da cidade, por uma questão de amizade. No entanto a convivência com os vizinhos é muito cordial, de mútuo respeito.”* (Entrevistado 2 na Encosta do Bom Jesus)

*“Eu interajo mais com pessoas de outras partes de Braga porque são meus colegas e amigos da escola e da universidade, por isso passo bastante mais tempo no centro da cidade e na zona de Gualtar, porque é onde todos nos encontra-mos.”* (Entrevistado 3 na Encosta do Bom Jesus)

*“Como ainda vivi alguns anos em S. Vicente, deixei por lá amigos e alguma família. Como é óbvio, tenho amizades quer em Tenões quer em Nogueiró contudo, convivo mais sobretudo com pessoas de S. Vicente, Gualtar e Real.”* (Entrevistado 7 na Encosta do Bom Jesus)

*“Não tenho interação praticamente nenhuma, digo bom dia, boa tarde e boa noite quando passo por eles, do meu vizinho da esquerda nem o nome eu sei e já mora ao meu lado, se não estou em erro, para aí à 4 anos.”* (Entrevistado 9 na Encosta do Bom Jesus)

*“Nisso, não tenho quaisquer dúvidas que interajo mais com os habitantes que não residem aqui na Encosta, basicamente os meus amigos todos residentes da freguesia de São Vitor.”* (Entrevistado 15 na Encosta do Bom Jesus)

*“Acabo de conviver mais com as pessoas de meu trabalho e amigos próximos, por exemplo, do que propriamente com os meus vizinho. Raramente vejo os vejo.”* (Entrevistado 17 na Encosta do Bom Jesus)

Pela análise dos extractos das entrevistas apresentados a informação recolhida aponta claramente para fracas redes de relação internas ao contexto de residência, apesar de por vezes se tratarem de moradores que são vizinhos há já vários anos. São indivíduos que parecem assim valorizar a sua privacidade e sobretudo dedicar-se às relações de amizade que já tinham antes de se deslocarem para a Encosta do Bom Jesus, pois a maioria dos entrevistados pouco interage com os vizinhos, privilegiando pessoas de outros sítios da cidade de Braga. O que indicia o sentido de isolamento da população de alta renda da Encosta do Bom Jesus face à população que reside na sua proximidade.

Nos casos em que existe alguma interação com os vizinhos procurou saber-se de que tipo de interacção se tratava. Nos contextos de segregação imposta essa interacção envolvia ajuda mútua, com apoio em situações de doença ou no cuidado de crianças/idosos, até mesmo situações de auxílio financeiro em momentos de maiores dificuldades. Já neste caso de auto-segregação as interacções são muito superficiais e restringem-se muitas vezes apenas a cumprimentos cordiais.

*“Permitiram que se construísse na encosta grandes moradias, casas de luxo,.. não sou contra as “casas de luxo” mas os habitantes delas não falam com ninguém, entram e saem sem cumprimentarem ninguém, é como se vivessem em outro mundo.”* (Entrevistado 11 na Encosta do Bom Jesus)

*“[...] a convivência com os vizinhos é muito cordial, de mútuo respeito.”* (Entrevistado 2 na Encosta do Bom Jesus)

*“Não, não tenho muita interação com os vizinhos. Apenas cumprimentos de cortesia quando nos cruzamos, mas não existe*



*qualquer tipo de interajuda, quando é para esse tipo de situações contacto amigos de outras partes da cidade.” (Entrevistado 5 na Encosta do Bom Jesus)*

*“Muito pouca ou quase nenhuma. Saímos de manhã voltamos já ao final da tarde. Todos nós temos vidas agitadas, compromissos, a interação com os vizinhos não se resume muito mais do que bom dia/boa tarde. Penso que é um aspecto que poderá ser apontado como negativo ou menos positivo a falta de interação e entreajuda, afinal somos todos vizinhos.” (Entrevistado 6 na Encosta do Bom Jesus)*

Pode assim referir-se existir algum isolamento entre os diferentes agregados familiares que habitam nesta área da cidade e que não demonstram entre si práticas de convivência. A superficialidade destas relações de vizinhança deve-se também ao facto destes moradores terem uma vida profissional agitada, com compromissos diversos, o que os leva a passarem fora da Encosta do Bom Jesus grande parte do seu dia, pelo que as oportunidades de interacção com os seus vizinhos são também diminutas. Genericamente não existe neste contexto de residência dinâmicas de interacção entre vizinhos, sendo que em muitos casos nem sequer se conhecem, revelando assim a falta de socialização entre os moradores da Encosta do Bom Jesus, o que parece ser uma característica dos processos de auto-segregação, que neste âmbito são muito distintos dos processos de segregação imposta.

*“Como já lhe disse antes, os meus amigos são de São Vitor, no centro da cidade, outros são de São Vicente, é com que saio habitualmente e como normalmente, são esses os meus amigos tenho quase todo tipo de interações com eles, desde sair à noite, ver o futebol, ir ao café, passear, apoio nas situações em que precisam e todas as outras que não me recordo no momento mas que deve fazer ideia, pois o caso é mesmo o de serem amigos íntimos.” (Entrevistado 15 na Encosta do Bom Jesus)*

Neste caso de auto-segregação as relações mais forte de entreaajuda, partilha, companheirismo e amizade, são mantidas sobretudo com habitantes de outras partes da cidade de Braga, e resultam em muitos casos de amizades que já existiam antes de residirem na Encosta do Bom Jesus, uma vez que estes entrevistados são na grande maioria originários de outras freguesias, tendendo a privilegiar essas antigas relações de amizade. O contexto de residência não parece assim condicionar a interacção social destes moradores, sendo que estes parecem estar melhor integrados com a população da restante cidade, pelo que o efeito da segregação não tem a repercussão social que revela nos contextos de segregação imposta.

#### **5.1.4. Percepção**

Como já foi referido anteriormente, a segregação sócio-espacial é também algo resultante de imagens mentais que por vezes não facilitam a integração de quem reside nessas áreas com a restante população urbana, promovendo estigmatizações e preconceitos que promovem a exclusão de quem mora nessas áreas. Neste sentido procurou conhecer-se qual a opinião que os restantes habitante de Braga têm sobre a Encosta do Bom Jesus.

Segundo os entrevistados esta área da cidade é percebida pelos restantes moradores de Braga como uma área particular da cidade, resultante de um processo de segregação sócio-espacial que a leva a ser considerada “a favela dos ricos”, uma área onde se concentra a população de maior poder económico de Braga. Uma área elitista ocupada por pessoas com altos rendimentos e inacessível a indivíduos de menor nível sócio-económico.

*“Chamam-lhe o Beverly Wills<sup>1</sup>, que é um pouco mais abaixo, e o local aonde eu resido o Beverly Wills<sup>2</sup>, ou seja, as melhores áreas de Braga. As pessoas associam este local a gente rica.”* (Entrevistado 13 na Encosta do Bom Jesus)

*“Na minha opinião, acho que praticamente todo o resto da população de Braga tem a ideia de que aqui só moram pessoas com poder económico já mais elevado e que a população não é de todo o modo rural, o resto da população de Braga costuma usar uma expressão do povo muito conhecida, que já ouvi, para nos retratar que dizem, que as pessoas daqui são todas “chiques.” (Entrevistado 15 na Encosta do Bom Jesus)*

*“Eles pensam que quem vive na Encosta de Bom Jesus são privilegiados, uma vez que é uma zona relativamente cara, não é acessível a qualquer pessoa viver no Bom Jesus porque é uma das zonas mais caras da cidade.” (Entrevistado 16 na Encosta do Bom Jesus)*

*“A ideia que eu tenho é de que a maioria das pessoas de Braga acham a encosta uma zona cara, com uma percentagem muito elevada de casas luxuosas e é vista como uma zona que acolhe uma classe social média alta. (Entrevistado 17 na Encosta do Bom Jesus)*

No entanto alguns entrevistados referem que essa imagem mental é uma deturpação da realidade não traduzindo de facto a realidade socioeconómica desta área. Consideram que de facto existem moradias de grande dimensão e de alto valor mas, por anteriormente ter sido uma área rural na periferia da cidade, verifica-se que nas suas ruas com pior acessibilidade continua a encontrar-se a população que anteriormente era a maioritária nesta área, ou seja população de níveis sócio-económicos mais baixos. Assim sendo na verdade é um contexto de alguma heterogeneidade social, embora não visível para quem passe pelas ruas principais, de onde apenas se vêem as grandes vivendas, o que justifica ter surgido e se divulgado aquela imagem mental prevalecente sobre esta área.

*“há quem pense que se trata de uma favela dos ricos [...]. Os Bracarenses têm ideia de que na encosta do Bom Jesus só mora gente rica, o que não é verdade. Principalmente em Nogueiró, vive gente de todos os extratos sociais. É verdade que na encosta do Bom Jesus, existem muitas casas apalaçadas e vive gente muito rica, mas apenas junto às estradas, nas traseiras dessas, existem muitas pessoas menos abastadas. Só quem conhece bem a zona do Bom Jesus tem a percepção da realidade.”* (Entrevistado 11 na Encosta do Bom Jesus)

Essa imagem mental prevalecente, segundo o depoimento dos entrevistados, é a que associa este território a uma área exclusiva a cidadãos de altos rendimentos, sendo por isso conhecida como a “favela dos ricos”<sup>36</sup>. Este é um termo que foi divulgado na imprensa local a propósito da divulgação de um estudo, em que os seus autores descreviam existir na Encosta do Bom Jesus um processo de adensamento residencial com população de mais alto nível sócio-económico, a ocorrer desde antes de 2005 nas antigas áreas rurais da encosta. Um processo decorrente da “urbanização de encosta em espaço de ocupação dispersa” (Bandeira, Veiga e Veiga, 2005).

Quando questionados acerca da imagem mental que estes entrevistados tinham acerca desta área antes de nela residirem, verifica-se uma coincidência com a percepção generalizada que a restante população de Braga desenvolveu sobre este espaço. Alguns dos entrevistados referiram mesmo que há muito ambicionavam poder residir nesta área, que consideravam associada ao estrato social mais elevado de Braga, pelo que nela residir era entendido como sinal de pertença a esse grupo social ou um comprovativo de ascensão social.

*“Tinha as expectativas muito altas, porque sempre ouvi falar bem da freguesia, e do seu extrato social elevado no qual sempre me imaginei a fazer parte.”* (Entrevistado 10 na Encosta do Bom Jesus)

---

<sup>36</sup> - Favela de ricos, termo utilizado pela equipa de investigação do Projeto: *Dinâmicas territoriais e sociais: processos de urbanização em encosta*. Autores: Miguel Bandeira, Carlos Veiga e Patrícia Veiga.

Para além da imagem mental que associa a Encosta do Bom Jesus a uma área ocupada por população de alto poder económico, a percepção existente sobre este área é também a de que se trata de uma área calma, tranquila, aprazível, que proporciona um forte contacto com a natureza e uma excelente qualidade de vida. Já neste aspecto os moradores entrevistados consideram haver de facto uma coincidência com a realidade vivenciada localmente no seu quotidiano.

*“A ideia que eu tinha era de um sítio sossegado, bonito, com muito verde.”* (Entrevistado 13 na Encosta do Bom Jesus)

*“A percepção que tinha antes de vir morar para aqui era de era uma zona residencial, sossegada, ideal para constituir família.”* (Entrevistado 17 na Encosta do Bom Jesus)

*“Correspondeu às minhas expectativas, pois tenho muito sossego lá, é um sítio onde faço muitas caminhadas e é uma área muito bonita.”* (Entrevistado 13 na Encosta do Bom Jesus)

### **5.1.5. Integração**

Procurando avaliar se se trata de uma área bem integrada na cidade de Braga procurou saber-se se é frequentada habitualmente por moradores de outras partes da cidade, ou se o seu uso e apropriação está restrito à população que aí vive. Segundo os entrevistados é uma área aberta à restante população e que tem fortes relações com os restantes habitantes da cidade. Por um lado, como já foi referido a maioria das relações de amizade dos seus moradores não são estabelecidas com outros moradores da área mas com moradores de outras partes da cidade. Por outro lado, esta é um área frequentada pela restante população da cidade, mesmo por aquela que não frequenta as casas de quem mora na Encosta do Bom Jesus. Isto porque a restante população da

cidade frequenta habitualmente este espaço, sobretudo pela forte atractividade que exerce o Santuário do Bom Jesus que promove a atração não só de turistas e visitantes (turismo religioso) mas também da restante população da cidade. É uma população que aí se desloca para caminhadas e passeios, contacto com a natureza, assim como para frequentar os equipamentos religiosos, visitar o património artístico e arquitectónico, bem como os equipamentos e serviços de comércio, lazer e restauração que se encontram junto ao Santuário no Parque do Bom Jesus. Muitas vezes sobem ao Monte do Bom Jesus apenas para realizar um *pick-nick* com as famílias ou para contactar com o verde e o ar puro desta área e contemplar as vistas da cidade de Braga

*“É uma área não frequentada apenas pelos seus moradores. Penso que o principal motivo se deva ao facto de o local ser perto de dois monumentos religiosos de grande importância para o Minho. (Bom Jesus do Monte do Sameiro).”* (Entrevistado 2 na Encosta do Bom Jesus)

*“Muitas pessoas vão até a Encosta do Bom Jesus com ideia de fazerem caminhadas, não digo diárias mas talvez semanais, e gostam do Bom Jesus até pelo seu Santuário ao cimo do monte, muito visitado por bracarenses mas também por cidadãos de todo país.”* (Entrevistado 4 na Encosta do Bom Jesus)

*“As pessoas que visitam Tenões vêm de todas as partes da cidade até mesmo de todo país, para não dizer do Mundo. As pessoas vêm até cá naturalmente pelo Santuário do Bom Jesus do Monte, também chamado de Bom Jesus de Braga e até pelo Parque dom Bom Jesus. Uma zona verde, com lagos, barcos de recreio, parque infantil ótimo para um *pick-nick* em família por exemplo. É um local onde as crianças podem brincar livremente e em contacto com a Natureza. Mas, sem dúvida, a principal razão é pelo Santuário e pelo Escadório.”* (Entrevistado 6 na Encosta do Bom Jesus)

Trata-se assim de uma área frequentada pela restante população de Braga (e não só), e muitos moradores entrevistados consideram que é um espaço bem integrado na cidade de Braga. Pois apesar de alguma distância física ao centro da cidade, os acessos são bons e tem na sua proximidade equipamentos e serviços diversos de apoio à sua população, que não se sente por isso isolada das dinâmicas da cidade.

É certo que tem características distintas (contacto com a natureza, vistas amplas da cidade, área calma e tranquila, ...) que lhe conferem um carácter único e particular no contexto da malha urbana de Braga. Mas essas especificidades não são responsáveis por uma menor interação dos seus moradores com os restantes habitantes da cidade, nem pelo isolamento desta área, com a restrição do seu uso e apropriação por parte da restante população da cidade, que como vimos a frequenta com regularidade, considerando-a uma parte da cidade que usam com bastante regularidade e satisfação.

*“Na minha opinião, tem uma localização privilegiada. Por um lado fora da confusão e alvoroço da cidade e ao mesmo tempo a poucos minutos do centro de carro. Não se encontra nada à parte. Naturalmente que quem vem viver para cá procura a privacidade, a calma e o “isolamento” que esta zona oferece nas devidas proporções.”* (Entrevistado 6 na Encosta do Bom Jesus)

*“sinceramente eu acho que está bem integrada visto que tem um bom leque de acessibilidades, está perto de tudo e agora temos o hospital na Freguesia de Gualtar que fica a 5/10 minutos de carro, contamos com escola também, eu acho que basicamente temos tudo.”* (Entrevistado 10 na Encosta do Bom Jesus)

*“Francamente nem sei se está bem integrado ou não. Gosto de cá viver. Como tenho carro estou a um passo de qualquer ponto. Temos a 5*

*minutos o hospital, os hipermercados, os santuários, e lindas vistas. Pelo que vejo diariamente, creio que a encosta do Bom Jesus esteja bem integrada, socialmente, com o resto do município, mas não passa da minha opinião pessoal.” (Entrevistado 11 na Encosta do Bom Jesus)*

Os entrevistados não consideram assim a Encosta do Bom Jesus um espaço à parte da cidade de Braga. Afirmam que está bem integrada com o resto da cidade, e que apenas não está acessível a todos por ser alvo de uma forte valorização imobiliária. Todavia para os restantes moradores de Braga, a Encosta do Bom Jesus concentra habitantes de alto poder aquisitivo, distinguindo-se da restante cidade pelo nível sócio-económico mais elevado dos seus moradores, revelando por isso uma diferenciação evidente face aos restantes bairros de Braga. Apresenta-se assim “à parte” da cidade pela estratificação social e económica que a caracteriza e a diferencia das demais freguesias da cidade de Braga. Assim, a interpretação parece ser oposta quanto ao grau de interação desta área na restante cidade, consoante a opinião seja transmitida por um cidadão que reside na Encosta do Bom Jesus ou numa outra área da cidade de Braga.

## **5.2. O Bairro Jardins na cidade de Aracaju - Brasil**

A análise qualitativa realizada junto aos moradores de um bairro de altos rendimentos em Aracaju foi realizada no Bairro Jardins, que é um dos bairros sujeitos a uma maior valorização imobiliária desta cidade. Com o intuito de conhecer o modo como esses moradores são condicionados pelo processo de segregação sócio-espacial, foram realizadas também 17 entrevistas em profundidade. Os moradores entrevistados distribuem-se do seguinte modo quando às principais variáveis de caracterização sócio-demográfica: em termos etários 29% inserem-se no escalão dos 30 a 39 anos de idade; 24% no escalão dos 40 a 49 anos de idade e 47% no escalão dos 60 a 69 anos de idade; quanto ao género 70% dos entrevistados são do género masculino e 30% do género feminino;



quanto aos níveis de escolaridade 100% dos entrevistados tem o ensino superior completo sendo que 25% tem pós-graduação completa. Por fim e em relação às suas ocupações foi constatado que 56% dos entrevistados são empregados (médicos, advogados, empresários, funcionários dos serviços federais,..), 29% são aposentados e 15% são estudantes.

### **5.2.1. Motivação**

A análise das principais motivações que justificaram a escolha deste local de residência permite realçar o carácter distintivo e de excelência do bairro, pelos elevados padrões de qualidade, conforto e segurança que proporciona aos seus habitantes. São indivíduos que consideram que este contexto de residência lhes consegue proporcionar, por um lado níveis de segurança elevados que lhes permite viver com tranquilidade na sua habitação sem receio de assaltos (em condomínios verticais com segurança privada); por outro lado os prédios em que habitam foram construídos com técnicas construtivas de elevada qualidade que lhes garante um elevado conforto nas suas habitações.

*“O conforto de morar no melhor bairro da cidade e no melhor localizado”*  
(Entrevistado 12 no Bairro Jardins)

*“Primeiro pela segurança, segundo pela facilidade de todos os serviços e de todo lazer aqui próximo, em frente a uma praça muito bonita.”* (Entrevistado 14 no Bairro Jardins)

*“Viver nesse bairro é assim, você tem uma estrutura boa, você tem ruas sem buracos, você tem shoppings próximos, você tem hospital próximo. Na mesma rua, que é a rua que eu moro, a Francisco Porto, a gente encontra os quatro bancos. Então é mais fácil, a palavra é essa: é mais fácil morar aqui porque tudo*

*que a gente precisa se encontra por causa da estrutura boa do bairro.”*  
(Entrevistado 10 no Bairro Jardins)

Outras motivações igualmente relevantes e que justificaram a escolha deste bairro por parte dos entrevistados, estão relacionadas com o planeamento urbano de que esta área foi alvo que projectou um conjunto de infra-estruturas que não apenas estruturam o edificado (infra-estruturas viárias, de saneamento, de recolha de lixo, de iluminação pública, ...) mas que igualmente valorizam o espaço público por meio de um cuidado arranjo urbanístico e paisagístico dos espaços exteriores (passeios, praças, pequenos espaços ajardinados de lazer e recreio, complementados por um grande parque verde: o Parque Augusto Franco). A estes factores junta-se ainda o facto do planeamento urbano desta área ter evitado a criação de uma área monofuncional exclusivamente residencial, procurando que os prédios habitacionais tivessem na sua proximidade um grande equipamento comercial que facilita aos seus moradores o acesso a um conjunto diversificado de serviços e comércio de qualidade, bem como actividades de lazer (*Shopping Jardins*). A facilidade de acesso a esses serviços é muito valorizada por estes moradores, considerando que é um factor essencial para os níveis elevados de qualidade de vida de quem consegue residir no Bairro Jardins.

*“O bairro em questão possui uma infraestrutura muito boa, além de possuir estabelecimentos comerciais de muito bom nível onde eu posso consumir produtos também de bom nível.”* (Entrevistado 15 no Bairro Jardins)

*“Permite o acesso a serviços com mais facilidade.”* (Entrevistado 16 no Bairro Jardins)

A maioria dos entrevistados residiam anteriormente noutros bairros de apartamentos, igualmente bem infra-estruturados e com elevados padrões de conforto, como o Bairro 13 de Julho ou o Salgado Filho. Sendo que a mudança para este bairro permitiu sobretudo a proximidade ao *Shopping Jardins*, podendo assim beneficiar facilmente de uma ampla oferta de serviços e de actividades de lazer no interior do bairro. No entanto em alguns casos a mudança para o Bairro Jardins correspondeu a uma trajectória de ascensão social, em que a progressiva melhoria das

condições sócio-económicas veio proporcionar a possibilidade de aceder a um bairro exclusivo de acesso restrito apenas a cidadãos de altos rendimentos. Pelo que a mudança para este bairro vem assumir uma dimensão simbólica de pertença a um nível sócio-económico mais elevado.

*“Lutei muito para vir para aqui.”* (Entrevistado 14 no Bairro Jardins)

### **5.2.2. Avaliação**

Os moradores entrevistados do Bairro Jardins foram questionados acerca do modo como avaliam a sua habitação e o seu bairro. Quanto à habitação foram sobretudo enunciados aspectos positivos associados ao condomínio privado em que estão inseridos, não apenas aspectos referentes aos elevados padrões de segurança que proporcionam, mas também a qualidade, o conforto e a dimensão das suas habitações. Por outro lado a existência de espaços de uso comum e restrito aos moradores e visitantes (como jardins , praças, piscinas, bares, academias de *fitness* ou salas de leitura) é um aspecto muito valorizado, pelo comodismo que proporciona a estes moradores, que podem assim ocupar parte dos seus tempos livres no interior do condomínio, com total segurança e conforto.

*“O que eu mais gosto, por exemplo, é a segurança que tenho em morar num condomínio extremamente seguro. Nunca houve um caso de assalto no condomínio, tanto na parte interna quanto na parte externa. Às vezes deixo a porta só encostada e até agora, graças a Deus, até agora nada.”* (Entrevistado 2 no Bairro Jardins)

*“Eu gosto da minha casa. Eu gosto da divisão da casa. Eu gosto da área livre que nós temos no condomínio. Isso é uma das coisas que mais pesa na minha opinião, pois podemos descer com as crianças e com os idosos. Temos um jardim dentro*

*do condomínio, e isso hoje em dia não vê. Outra coisa grande que gosto muito é do corredor para ter acesso ao elevador. O corredor é grande, é amplo. As escadas também são boas, largas. Então esse prédio realmente quando foi construído, foi construído com amplitude.”* (Entrevistado 7 no Bairro Jardins)

*“A moradia é grande, a ventilação muito boa. Os imóveis do bairro, em forma geral tem apartamentos de grandes dimensões”* (Entrevistado 5 no Bairro Jardins)

A segurança que se usufrui nestes condomínios é algo especialmente valorizado pelos moradores entrevistados, pois sendo esta uma área de cidadãos de elevados rendimentos é também por esse motivo uma área susceptível a mais assaltos. Existindo relatos que sugerem a concentração neste bairro de marginais que procuram a melhor oportunidade para assaltar alguém que caminhe pelas ruas deste bairro, pois é elevada a probabilidade de se tratar de alguém de maior capacidade económica. A falta de segurança pública nas ruas do bairro faz com que estes residentes estejam dispostos a pagar condomínios elevados para que estejam protegidos por cercas elétricas, câmara de segurança, e segurança privada por 24 horas.

*“Um aspecto negativo, exatamente pelo bairro ser um bairro mais elitizado, atrai também pessoas com outros interesses como a bandidagem. De uns tempos para cá, o bairro se tornou menos seguro, nas proximidades ao shopping tem muito ladrãozinho, tem muita gente ali, tem assaltos no ponto de ônibus, inclusive o meu filho já foi assaltado, levaram o celular dele. Então tem uma dinâmica negativa nesse sentido. O bairro é considerado foco privilegiado para esse tipo de bandidagem.”* (Entrevistado 1 no Bairro Jardins)

Quanto à avaliação do bairro o aspecto mais valorizado é a sua localização que lhe confere vantagens muito apreciadas. Por um lado é um bairro próximo da frente litoral e da praia o que constitui um aspecto muito valorizado pelos residentes; por outro lado beneficia da proximidade ao *Shopping Jardins*, estando por isso facilitado o acesso a um conjunto muito amplo e diversificado de estabelecimentos comerciais e de serviços, de grade qualidade e especialização. De referir ainda que este bairro localiza-se muito próximo às grandes avenidas de Aracaju, como

a avenida Hermes Fontes e a Avenida Beira Mar, onde é possível encontrar farmácias, panificações, mercadinhos, igrejas, escolas, clínicas calçada para passeio, serviços de bicicletas para aluguel, entre muitos outros equipamentos e serviços que proporcionam bons níveis de qualidade de vida a quem aqui reside. Essas avenidas são também importantes vias de articulação do espaço urbano de Aracaju, facilitando a deslocação deste local para os principais pontos de referência da cidade, para além de nelas se processar a interligação das principais linhas de ônibus que servem a cidade de Aracaju, sendo por isso o Bairro Jardins uma área de excelente acessibilidade, a nível quer do transporte privado quer colectivo.

*“O que mais eu aprecio é a localização, que é a duzentos metros do shopping, é muito próximo das avenidas principais, dá para a pessoa ir andando. E [...] o fato de estar próximo à Praia. Essas características são extremamente positivas.”*  
(Entrevistado 1 no Bairro Jardins)

Foram no entanto referidas também algumas críticas ao bairro, nomeadamente associadas à limitação do estacionamento no espaço público, o que cria dificuldades para famílias que têm um número mais elevado de veículos do que lugares privados de estacionamento no interior do condomínio, ou quando estes moradores recebem visitas que encontram uma oferta muito limitada de estacionamento no espaço público de enquadramento destes condomínios. Foram também referidas críticas relativas ao facto de ser uma área com trânsito congestionado em diversos períodos do dia, devido em grande parte à forte atractividade que o *Shopping Jardins* exerce. O forte afluxo de consumidores que frequentam este equipamento promove constantes congestionamentos e problemas de circulação no bairro.

O congestionamento de tráfego da área não se deve apenas à presença do *Shopping* no seu interior, pois a valorização imobiliária deste território promoveu um adensamento urbanístico e verticalização desta área da cidade, o que desencadeou uma elevação da densidade demográfica deste bairro. O acréscimo acentuado da população residente nesta área da cidade, é também responsável por um maior congestionamento de tráfego neste bairro.

*“De negativo só a locomoção mesmo, a parte do trânsito, que como é um bairro central tem muito trânsito em volta, então termina prejudicando um pouco os moradores do bairro porque muita gente passa por aqui e então diminui um pouco a mobilidade do bairro.” (Entrevistado 5 no Bairro Jardins)*

*“O que menos gosto, e isso foi uma coisa que surpreendeu, é que a Empresa de Transporte de Trânsito, a SMTT, proibiu o estacionar na via, na frente do condomínio, e isso significa que qualquer amigo que queira me visitar, somente pode me visitar depois das oito da noite, e se deixar o carro estacionado tem que tirar até as seis da manhã senão será multado. Só pode ficar aí estacionada domingos e feriados.” (Entrevistado 2 no Bairro Jardins)*

*“O ponto negativo é o congestionamento, porque é uma área bastante adensada e os congestionamentos são constantes. Então a mobilidade é um dos problemas é um dos problemas de quem vive no bairro.” (Entrevistado 3 no Bairro Jardins)*

A maioria dos entrevistados estão satisfeitas com o seu contexto de residência, no entanto em razão das críticas apresentadas (derivadas em grande medida de um crescimento intenso do espaço construído do bairro, com muitos condomínios próximos e de excessiva verticalização) alguns moradores ponderam mudar-se para outro bairro da cidade. Revelando poder ser sobretudo aliciados por áreas que se apresentam mais tranquilas, com menos congestionamentos de tráfego, como é o caso por exemplo do bairro da Aruana ou da Atalaia ou a nova área de expansão da cidade (Mosqueiro e Matapuã), buscando assim áreas mais sossegadas. Estes moradores consideram ter existido recentemente uma quebra nos níveis de qualidade de vida que o Bairro Jardins proporcionava, visto que o crescimento vertical crescente e o adensamento de prédios, provocaram a perda da tranquilidade que existia antes no bairro com o aumento do tráfego automóvel, além da insegurança que tem aumentado pela maior probabilidade dos assaltantes encontrarem na rua transeuntes de maior poder económico.

Como consequência dos problemas existentes neste Bairro, sobretudo o aumento da insegurança e a menor tranquilidade desencadeada pela densificação urbanística da área, verifica-se a estruturação no interior deste bairro de bolsas de acesso mais exclusivo, como o 'Paraíso do Garcia' ou o 'Jardim Europa'. Áreas onde é mais intensa a segregação sócio-espacial, por nelas se concentrar apenas os cidadãos de um poder aquisitivo excepcionalmente elevado, isolando-se assim esses indivíduos dos demais. Ou seja, tal como nos processo de segregação imposta foi possível identificar uma diferenciação socioeconómica dos seus moradores que se expressava em termos físicos numa localização diferenciada desses moradores no interior do Bairro São Conrado; do mesmo modo é possível também detetar uma auto-segregação mais intensa em algumas áreas específicas do Bairro Jardins, o que demonstra que mesmo num bairro de moradores de alto poder aquisitivo é possível verificar uma organização espacial tradutora de uma mais afinada diferenciação socioeconómica dos seus moradores.

*“A gente observa que existem áreas no bairro, como o loteamento Paraíso do Garcia, que tem uma certa diferenciação de renda dentro do próprio bairro, que demonstra a preocupação das pessoas em ter exclusividade e querer se isolar das pessoas de menor poder aquisitivo por questões de segurança, mas também para manter um status social. [...] O Jardim Europa, é outra região do bairro onde você nota isso pelo preço dos imóveis e pela qualidade dos imóveis que é muito superior, e também pelo perfil das pessoas que vivem nesses bairros, que são pessoas com um nível de poder aquisitivo muito mais alto, que se diferencia das pessoas do restante do bairro. Quando você vai caminhando nas bordas do bairro você vai vendo pessoas com um poder aquisitivo muito inferior em relação a essas áreas aí. Então há de fato uma diferenciação socioeconómica provocada por esse desejo de auto segregação em partes específicas do bairro.” (Entrevistado 3 no Bairro Jardins)*

A auto-segregação é assim um processo em curso no interior do próprio Bairro Jardins, uma vez que a existência de sub-bairros (Paraíso do Garcia e Jardim Europa) confirma, por um lado uma maior necessidade de proteção e exclusividade, mas por outro lado, leva a que estes hiper

privilegiados se tornem reféns de seus próprios condomínios fechados e de suas 'prisões exclusivas'.

*“Quanto aos sub-bairros, o que eu percebo é que o bairro cresceu de uma maneira tal que estão se criando grupos cada vez mais protegidos por que essa questão da proteção realmente precisamos ter, infelizmente por conta dessa insegurança que a sociedade vive hoje, a gente acaba formando esses grupos separados. Já surgiu o Garcia, agora o Jardim Europa, e daqui a pouco irão surgir outros lá dentro.” (Entrevistado 2 no Bairro Jardins)*

### **5.2.3. Interação**

De modo a avaliar se segregação sócio-espacial interfere com as dinâmicas de interação e socialização dos residentes que moram em contextos de auto-segregação (tal como se verifica nos contextos de segregação imposta), procurou saber-se se os moradores do Bairro Jardins interagem mais com os seus vizinhos ou com os habitantes de outros locais da cidade de Aracaju. A análise das respostas obtidas indicia que, à semelhança com a Encosta do Bom Jesus em Braga (embora sejam realidades de auto-segregação muito diversas), também no Bairro Jardins os seus moradores não demonstram possuir fortes dinâmicas de interação com quem partilha o seu contexto de residência. Embora se tenham verificado duas realidades distintas. Por um lado, aqueles moradores que tal como no caso de estudo de Braga, referem que os contactos quando se verificam revelam-se muito formais, resumindo-se muitas vezes aos cumprimentos cordiais e de circunstância, geralmente os moradores com vidas profissionais mais intensas. Nestes casos pode assistir-se apenas a alguma interação em momentos festivos específicos durante o ano, como no São João em que pode ser organizado algum evento no interior do condomínio que propicia algum contacto, embora se tratem de momentos esporádicos e de contactos que não revelam qualquer proximidade afectiva ou de amizade.



*“O contacto é muito pouco, muito pouco. As pessoas se isolam em seus apartamentos. [...] O negativo aqui é que dentro do condomínio você acaba não tendo interação social com os moradores. [...] Você fica isolado.” (Morador do bairro Jardins).* (Entrevistado 1 no Bairro Jardins)

*“De uma forma geral, não. O nosso relacionamento é estritamente formal, “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”. Tem dois ou três moradores que a gente tem um pouco mais de aproximação, inclusive são colegas de trabalho. Mas fora isso, [...] é “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”, entro e fecho o meu apartamento e eles também.” (morador do bairro Jardins).* (Entrevistado 2 no Bairro Jardins)

*“É mais de “bom dia”, ou então quando tem festas, como de São João ou de final de ano no condomínio. Mas em geral é muito pouca interação com os vizinhos.”* (Entrevistado 4 no Bairro Jardins)

Por outro lado, existem aqueles moradores que fazem um uso mais regular dos espaços comuns do condomínio, os quais propiciam alguma interação com os restantes vizinhos que também frequentam as áreas sociais do condomínio, tais como a piscina, o barzinho e/ou lanchonete, os campos de desporto e as saunas e academias internas (quando existem dentro do condomínio). No entanto mesmo neste caso são na maioria das vezes encontros casuais e não programados, que não indiciam uma forte proximidade afectiva, como a que parece ser frequente encontrar nos contextos de segregação imposta. Ou seja, nestes bairros mais elitizados, independentemente das suas características e do maior ou menor número de serviços de apoio que disponibilizam, parece estar mais presente o individualismo, sendo mais valorizada a privacidade e recato que o convívio e a interacção fomentadores do sentido de comunidade.

*“A interação dentro do condomínio é somente em jogos e participações em reuniões com os moradores que moram no condomínio. Fora do bairro a interação é com amigos que vivem em outros locais da cidade.”* (Entrevistado 6 no Bairro Jardins)

*“No condomínio tem a piscina, tem a quadra. A gente acaba interagindo com os vizinhos.”* (Entrevistado 10 no Bairro Jardins)

Se nos contextos de segregação imposta foi frequente encontrar referências a relacionamentos internos ao bairro que traduzem relações mais profundas, muitas vezes de apoio mútuo, partilha de refeições, entajuda em situações de doença, ou no cuidado de crianças/idosos, por exemplo, já neste contexto de auto-segregação (tal como o que foi verificado na Encosta do Bom Jesus) as interações quando existem entre vizinhos revelam maior superficialidade. Resultam de contactos demasiado formais e impessoais, que indiciam dinâmicas de isolamento entre os agregados familiares residentes neste tipo de bairro. Sendo que as práticas de convívio mais profundo ocorrem muitas vezes com pessoas de fora do condomínio, pelo que para os moradores destes territórios as relações de amizade estabelecem-se independentemente do contexto de residência, o que é distinto do que foi possível verificar nos contextos de segregação imposta.

*“A interação é pouca ou nenhuma em decorrência do bairro, porém muita em decorrência de estudo, trabalho e amizade.”* (Entrevistado 16 no Bairro Jardins)

Perante esta realidade procurou também saber-se, no âmbito das dinâmicas de interação destes moradores, em que partes da cidade de Aracaju residem as pessoas com quem revelam ter relacionamentos de amizade e entajuda mais profundos. A informação recolhida aponta para que as pessoas com quem interagem habitualmente são sobretudo familiares que residem noutros bairros (tais como Atalaia, Siqueira Campos, Coroa do Meio), ou amizades do passado, antes da mudança para o Bairro Jardins, as quais continuam a ser fortalecidas com base em contactos constantes, apesar desses amigos e parentes residirem em bairros mais distantes. Alguns destes moradores referem que o seu local de trabalho é distante do Bairro Jardins o que lhes facilita também a manutenção de relações de amizade com pessoas que não residem no seu bairro.

*“Tenho interação muito grande no Rosa Elze, que é uma fronteira entre Aracaju e São Cristóvão, porque eu trabalho lá e acabo conhecendo muitas pessoas, principalmente alunos que moram em São Cristóvão; também com algumas pessoas que moram no bairro Inácio Barbosa; e alguns parentes meus que moram no Siqueira Campos, que eu vou com uma certa frequência. Siqueira Campos que é um bairro de zona norte.”*  
(Entrevistado 1 no Bairro Jardins)

*“Tenho muitos amigos na parte da praia, no Mosqueiro, também no Siqueira Campos, no Santo Antônio, Médici, Castelo Branco, e no Santa Lúcia.”* (Entrevistado 4 no Bairro Jardins)

*“Tenho amigos que moram naquele bairro que fica próximo ao Hospital Primavera, tenho amigos do Garcia, tenho amigos e parentes naquele bairro depois do Sol Nascente, no Santa Lúcia, e tenho alguns amigos na Atalaia.”* (Entrevistado 2 no Bairro Jardins)

Reflectindo sobre estes bairros onde residem os familiares e amigos dos moradores do Bairro Jardins, é possível perceber realidades mais diversas daquela que foi possível encontrar no contexto de segregação imposta, em que os moradores de São Conrado quando interagem com pessoas de fora do seu bairro o fazem quase sempre com outros indivíduos que moram igualmente em bairros mais pobres e desqualificados, onde tende a concentrar-se apenas população de mais baixos recursos. Já no caso da leitura espacial das redes de amizade/familiares dos moradores do Bairro Jardins é possível encontrar duas realidades distintas. Por um lado, forte interação com indivíduos do mesmo nível sócio-económico, ou seja com cidadãos com mais altos rendimentos que optaram por viver noutros bairros mais afastados do centro, por considerarem mais calmos e tranquilos, ou então que optaram por viver próximo do centro mas em bairros de vivendas (de alta qualidade, como no Bairro Coroa do Meio, ou Sol Nascente) pois não valorizam viver em apartamentos. Todavia, para além desta realidade existe também aquela dos indivíduos que moram hoje no Bairro Jardins em resultado de uma trajetória de ascensão social, tendo conseguido ao longo da sua vida uma estabilidade e conforto financeiro que lhes permite agora morar neste bairro. Nestes casos, parte da sua família e amigos continuam a residir em bairros

com piores infra-estruturas, mantendo por isso dinâmicas de interação que não se restringem unicamente a contextos de auto-segregação.

#### **5.2.4. Percepção**

A segregação sócio-espacial relaciona-se também com imagens mentais que por vezes promovem estigmatizações sobre determinadas áreas, que em alguns casos dificultam a sua integração nas práticas quotidianas de uso e apropriação da cidade pela generalidade dos seus cidadãos. Neste sentido procurou conhecer-se qual a opinião que os restantes habitantes de Aracaju têm sobre o Bairro Jardins. Na opinião dos entrevistados a opinião prevalecente é a que tende a considerar este espaço como um bairro elitizado de alta qualidade e com uma excelente infraestrutura (condomínios verticalizados de alto valor imobiliário com mais de 20 andares e com segurança privada, serviços de lazer, recreio, desporto, ...), para além de beneficiar da proximidade a um leque muito amplo e diversificado de comércio e serviços de elevada especialização, sobretudo pela proximidade ao *Shopping Jardins* e a importantes avenidas onde se encontram também os melhores serviços e equipamentos da cidade (hospitais, escolas, restaurantes, bancos, concessionárias de automóveis, academias *fitness*, agências imobiliárias, etc.). É assim considerado um bairro exclusivo por ser apenas acessível a cidadãos de elevado nível sócio-económico, que nesse bairro usufruem de uma boa qualidade de vida, e elevados níveis de bem-estar e conforto.

Para além da proximidade a todos estes serviços e equipamentos capazes de atender às necessidades mais exigentes destes moradores, um outro factor que leva os restantes habitantes da cidade a considerar o Bairro Jardins uma área privilegiada pela qualidade de vida que proporciona aos seus cidadãos, é a proximidade à praia e a parques verdes que facilitam o contacto com a natureza, nomeadamente o Parque da Sementeira com uma área verde de

grandes dimensões, e em frente ao qual se encontram os prédios de maior valor imobiliário de Aracaju, a Mansão Luciano Barreto Júnior).

*“Acho que o aracajuano considera o bairro Jardins um bairro elitizado. Um bairro que tem uma infraestrutura boa, prédios muito bons, tem um shopping que é considerado o melhor shopping da cidade, uma estrutura viária boa. A visão que tenho é que os outros moradores da cidade consideram esse bairro como um bairro de elite.”* (Entrevistado 1 no Bairro Jardins)

*“De forma geral, acredito que o bairro Jardins é um bairro de desejo das pessoas que moram nos demais lugares da cidade, pois é um bairro central, com muitos atrativos, e é relativamente seguro. Então é um bairro bom para se viver.”* (Entrevistado 5 no Bairro Jardins)

*“Para você ir para uma praia, ir para o shopping, ele fica centralizado, próximo à Zona Norte e à Zona Sul, excelente. Próximo ao shopping, supermercados, hospital, escolas, hoje já tem várias escolas. Isso reforça a permanência da família, e não precisamos nos deslocar para bem longe para levar os filhos na escola.”* (Entrevistado 4 no Bairro Jardins)

*“É uma atração para todos em Aracaju, que se pudessem morariam no Jardins.”* (Entrevistado 5 no Bairro Jardins)

Esta corresponde também com a imagem mental que estes moradores tinham antes de irem viver para este bairro. A percepção que tinham era que se tratava de um bairro de classe alta, seguro, com boa infra-estrutura e de grande proximidade a todos os equipamentos e serviços que valorizam, assim como a parques verdes e à praia, pelo que o consideravam uma área privilegiada e capaz de providenciar a mais alta qualidade de vida aos seus moradores.

*“A ideia que eu também tinha do bairro era exatamente essa, de um bairro com total infra-estrutura que a gente não precisa sair de lá para fazer absolutamente nada. E hoje é quase isso realmente, pouquíssimas coisas a gente precisa sair para fazer fora do bairro.” (morador do bairro Jardins).” (Entrevistado 2 no Bairro Jardins)*

Alguns entrevistados que residem há mais tempo no bairro referiram que no seu início, na década de 1980, a percepção deste bairro como uma área segura era muito elevada, pois era um bairro que se estava a começar a estruturar com base em condomínios verticalizados que asseguravam elevados níveis de segurança. Todavia esses moradores consideram que o factor da segurança, que era no início do bairro um dos que mais se destacava quando se pensava no Bairro Jardins, actualmente não tem a mesma preponderância nas imagens mentais que se definem sobre esta área. Pois a população de Aracaju tem hoje a consciência que a probabilidade de assaltos às pessoas que circulam por esta área cresceu muito nos últimos anos, como resultado de uma excessiva densificação urbanística com a multiplicação de condomínios nesta área e a concentração de serviços que atraem consumidores com alto poder aquisitivo, o que atrai assaltantes para este bairro.

*“Recentemente há uma queda no conceito da segurança, porque apesar de ser um bairro que parece ser seguro, mas ultimamente tem ocorrido muitos assaltos. O pessoal dos outros bairros vem assaltar aqui porque sabe que a população daqui tem um pouco mais de condição, aí a gente fica com medo e é a única coisa assim de negativa, além do trânsito né, que quase todo mundo tem carro e tem horários que o trânsito fica pesado.” (Entrevistado10 no Bairro Jardins)*

*“A segurança poderia ser melhorada, como já falei. Mas o bairro é um bairro central com muitos atrativos, como o shopping, comércio. Eu inclusive trabalho no bairro. Para mim é ótimo viver nesse bairro.”* (Entrevistado 5 no Bairro Jardins)

Pela análise das respostas obtidas não se pode negar o fato do Bairro Jardins ser hoje considerado um dos melhores bairros de Aracaju. A existência do *Shopping Jardins* no centro do bairro, criou e multiplicou os serviços, a oferta de empregos, aumentou o consumo, o que favoreceu atração de empresários, tanto para lojas dentro do *Shopping*, como em outras galerias e nas próprias avenidas da proximidade. Todavia, o Bairro Jardins, com o passar dos anos, foi se transformando, à medida que foram sendo construídos vários novos condomínios de apartamentos, quase sempre a partir do núcleo central que é o *Shopping Jardins*. O espaço construído foi sendo verticalizado rapidamente, o que tornou o espaço habitado menos tranquilo e mais agitado, com a intensidade de fluxo de veículos, ônibus e caminhões. A maior densidade de condomínios levou à multiplicação dos automóveis, visto que muitos dos moradores do bairro têm mais de dois carros próprios. Nesse processo de adensamento populacional e habitacional o bairro foi perdendo a tranquilidade que existia antes, assistindo ao aumento da poluição sonora e da fuligem, o que provocou também uma certa perda da qualidade do ar.

A densificação urbanística da área fez também com que o investimento na segurança tivesse de ser reforçado. Com o passar dos anos o aumento dos roubos multiplicou o uso de cercas elétricas e portões eletrônico. Hoje quase todas as residências e condomínios, no bairro, têm esses sistemas de segurança. Algumas residências têm mesmo segurança presencial, somada à presença das cercas elétricas e cães adestrados. O aumento da construção e a conseqüente maior intensidade no fluxo de automóveis e de pessoas, tornou um bairro com mais insegurança. Precisa de mais segurança pública no bairro. A segurança que existe hoje é realizada pelos condomínios, na sua parte interna. Mas quando se sai do condomínio para caminhar, por exemplo, a segurança não existe. Antes muitos residentes do bairro, caminhavam pela manhã e até à noite, nas ruas próximas dos condomínios onde residiam, mas com o aumento da insegurança e com os muitos furtos e roubos, esse hábito foi deixado de ser colocado em prática.

*“Como há um crescimento muito grande do bairro, em termo de ocupação das áreas, então hoje parte do Jardins já é bem comercial. Há uma valorização imobiliária crescente. E o fluxo de veículos também aumentaram muito, bastante. Houve um desenvolvimento muito grande.”* (Entrevistado 6 no Bairro Jardins)

*“Antes era um bairro mais tranquilo, um bairro em crescimento. Mas hoje eu considero, apesar de ser um bairro bom, mas em relação ao silêncio é muito barulho. É tanto que eu caminhava na rua da frente pela manhã, mas já não caminho mais, já estou indo lá para a zona sul para a gente ter mais segurança em relação a transporte e transeuntes. A intensidade aumentou consideravelmente eu acho que nos últimos dez anos. A questão da violência também piorou nos últimos seis anos com os grandes eventos, como carnaval que trouxeram para cá, e todo mundo da periferia vinha pra cá, então o bairro se tornou conhecido, e com isso os assaltos”* (Entrevistado 7 no Bairro Jardins)

*“Ele está bem integrado por causa desses centros comerciais que existem. Eu considero que ele deveria ficar mais isolado por que é demais! Como o bairro fica próximo à orla da frente da 13 de julho, então atividades como a Festa Pré-Caju, festejos juaninos, desfiles, comícios, festas de político, atraem muitos visitantes e o movimento cresceu demais por aqui.”* (Entrevistado 7 no Bairro Jardins)

Todo esse processo de valorização imobiliária e aumento do número de condomínios e prédios, ao redor do *Shopping Jardins*, criou uma diferenciação social e económica dentro do próprio bairro, surgindo sub-espços onde essa auto-segregação está ainda mais reforçada. Tal é perceptível para quem simplesmente visita o bairro, que detecta facilmente evidentes diferenciações dentro de um bairro onde residem apenas cidadão de alto poder económico, mas que consoante o seu escalão de riqueza assim vai dar preferência a um sub-espço do bairro em detrimento de outros. Por exemplo, nas traseiras do *Shopping*, no local mais próximo do parque da sementeira (Parque



Augusto Franco) encontram-se edifícios e condomínios muitos mais caros, se for comparado com a área em frente do *Shopping Jardins*, nas proximidades do Banco do Estado de Sergipe (Banese), onde se encontra condomínios com valores de transação por metro quadro mais reduzidos. Isso evidencia que a auto-segregação deste bairro revela espacialmente diferenciações sócio-económicas dos seus residentes, algo que tinha também já sido detectado no estudo da segregação imposta no Bairro de São Conrado (junto ao Mangue e ao Canal de Santa Maria reside a população mais pobre de todo o Bairro de Invasão de São Conrado). Existindo assim similaridades entre as dinâmicas em curso que marcam a segregação imposta e a auto-segregação no Brasil.

#### **5.2.5. Integração**

Procurando avaliar o grau de integração do Bairro Jardins na cidade de Aracaju procurou-se numa primeira fase saber se é uma área habitualmente frequentada pelos restantes habitantes da cidade, e nesse caso quais os motivos dessa frequência, ou se o seu uso e apropriação está mais restrito à população que lá vive.

A informação obtida com as entrevistas realizadas permitiu perceber que se trata de uma área cuja exclusividade se verifica sobretudo ao nível da propriedade, sendo os imóveis apenas acessíveis à posse de cidadãos de mais rendimentos, pois ao nível do uso e frequência do bairro os resultados apontam para este bairro ser frequentado por pessoas oriundas de vários bairros de Aracaju, quer seja de bairros próximos (13 de julho, Grageru, Inácio Barbosa, Coroa do Meio, Augusto Franco, etc.), como também de bairros mais distantes (Siqueira Campos, Soledade, Centro da Cidade, Bugio, etc). Essas pessoas visitam o Bairro Jardins com objetivos variados, tais como emprego (no comércio e serviços locais), busca de lazer e entretenimento (como ir ao cinema), consumo diverso, visitar jardins e parques, procurar serviços como escritórios de advocacia, contabilidade, ou frequentar lanchonetes e restaurantes. No entanto, o principal atractivo do Bairro Jardins são as idas para uma visita ao *Shopping Jardins*, tanto para realizar

compras, lazer, como também ir a um consultório médico, visto que existem, atualmente, várias clínicas dentro do *shopping* Jardins. É este o principal equipamento que confere uma maior atratividade externa ao Bairro, motivando a sua frequência por cidadãos residentes nos mais diversos bairros de Aracaju, quer os mais próximos quer os mais distantes. Pelo que em termos funcionais é um bairro que consegue exercer uma atratividade que se estende a toda a cidade, sendo assim uma área que embora possa ser habitada apenas por uma classe socioeconómica mais alta é frequentada por cidadãos das mais diversas classes sociais, pelo que a sua segregação sócio-espacial se manifesta sobretudo a nível residencial.

Pode ser afirmado que o *Shopping Jardins* funciona como centro de atração principal do bairro para todas as pessoas que o visitam. Desde a sua inauguração há 20 anos que tem funcionado como polo de atração de pessoas de todas as classes sociais e económicas. O *Shopping* está localizado no 'coração' do bairro, confluindo para aí várias linhas de ônibus que têm como origem vários bairros tanto do centro da cidade quanto da periferia de Aracaju, e também de sua região metropolitana, tais como Nossa Senhora de Socorro, São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas, Barra dos Coqueiros, etc. Embora o *Shopping Center Jardins* seja um centro de atração populacional de todas as classes sociais, a grande maioria se desloca ao *Shopping Jardins* visando simplesmente passear dentro do *Shopping*, e por vezes realizar pequenas compras e lanches mas de baixo custo. Sendo a área seja frequentada por cidadãos de níveis sócio-económicos muito diferenciados, as suas práticas de uso e apropriação do espaço são distintas pois a diferença de poder aquisitivo cria limitações evidentes a esse nível.

*“Vêm pessoas de todos os bairros de Aracaju, especialmente por causa do Shopping Jardins, então vem muita gente de outros bairros. Então não é só moradores que moram na zona sul. Mas por causa do shopping e por causa das linhas de ônibus no bairro Jardins, que são bastante, vem gente de todos os bairros e isso facilita muito.”*  
(Entrevistado 1 no Bairro Jardins)

*“Como existe o shopping e os mercados, vem pessoas de todos os bairros, inclusive vem também pessoas de outras cidades do interior do Estado que frequentam o bairro Jardins indo para esses pontos de atração como o Shopping e supermercados, e muitas lojas de roupas especializadas, essas galerias. Existe a atração pelo comércio do bairro, para o lazer ele não é utilizado. A não ser que as pessoas considerem também o shopping para o lazer.”* (Entrevistado 6 no Bairro Jardins)

*“ele é visitado por pessoas de todas as partes da cidade buscando a questão do lazer, do shopping, e também a questão da saúde, já que aqui tem várias clínicas e os principais hospitais também.”* (Entrevistado 11 no Bairro Jardins)

Quando se perguntou aos moradores se consideravam que o seu bairro está bem integrado com o resto da cidade de Aracaju, a maioria dos moradores do bairro considera que sim, embora se perceba que no seu raciocínio atendam sobretudo a parâmetros de integração física, e mesmo considerando apenas esse parâmetro de avaliação percebe-se pelos testemunhos recebidos que essa integração é algo conquistado mais recentemente. Foi a abertura do *Shopping Jardins* que veio estimular a mudança para o bairro de um maior número de pessoas de mais altos recursos. Promotores imobiliários e construtoras de Sergipe (Celi, Norcon, Cosil, Habitacional, Rossi, entre outras) passaram a comprar terrenos ao redor do *Shopping Jardins* para construir vários condomínios e edifícios, foi na sequência desse processo de urbanização que o bairro se começou a estruturar e a melhor integrar-se urbanisticamente com o resto da cidade, sobretudo com a abertura de novas avenidas de articulação com o resto da malha urbana, por exemplo a Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral que permitiu a ligação do Bairro Jardins aos Bairro Inácio Barbosa e Augusto Franco. Tudo isso fez com que o bairro fosse se tornando mais integrado ao resto da cidade de Aracaju, inclusivamente ao nível dos transportes públicos, uma vez que confluem para este bairro todas as principais linhas de ônibus.

Posteriormente no bairro passaram a instalar-se várias empresas e serviços que o tornaram ainda mais atractivo, tanto para a população de alto e médio poder aquisitivo que passaram a querer ter nele a sua residência ou passaram a querer frequentá-lo para usufruir dos seus serviços variados, tais como

agências bancárias, revendedoras de automóveis, Hospital Primavera, academias de ginástica, várias galerias das grifes mais selecionadas e elitizadas, etc. Mas também atractivo para população de menores posses que ou passou a gostar de passear por esta área da cidade, ou para quem este passou a ser o seu local de emprego (trabalhadores da construção, trabalhadores dos serviços e comércio), pois todos esses serviços e empresas passaram a empregar milhares de pessoas de baixa renda. Esse adensamento populacional intenso, de moradores, consumidores e visitantes, têm tornado a área menos tranquila e também mais insegura, pois esta também se torna mais apelativa para assaltantes, como foi já referido.

*“Se não fosse a presença do shopping center acredito que o bairro seria um pouco menos integrado, sem sombra de dúvida.” (Entrevistado 2 no Bairro Jardins)*

*“Não consideraria que exista um isolamento hoje no bairro, tanto por causa do Shopping que a gente já falou como a presença de um parque grande que também é outro atrativo no bairro, o Parque Augusto Franco, conhecido como Parque da Sementeira. E o Parque dos Cajueiros também que é considerado fazendo parte das proximidades do bairro Jardins.” (Entrevistado 5 no Bairro Jardins)*

*“Na atualidade está integrado porque esse bairro recebe a população toda de Aracaju. Mas eu acho que antigamente quando ele foi criado, acho que foi criado já para ter uma separação. As pessoas que tinham mais condições do Centro vieram morar para cá justamente para se separar do povão. Como esse pessoal que tinha maior poder aquisitivo veio para cá, aí trouxeram as lojas, o shopping; trouxeram a população toda. Hoje está bastante integrado. Até os ladrões estão integrados.” (Entrevistado 10 no Bairro Jardins)*

*“Acho que hoje em dia ele está bem integrado com a cidade. [...] inclusive eu acredito que o bairro hoje é uma parte central da cidade porque muita gente trabalha aqui, muita gente estuda aqui também, e aí há muito deslocamento tanto para o bairro*

*quanto saindo do bairro para as localidades e voltando.”* (Entrevistado 11 no Bairro Jardins)

Os moradores consideram assim que quer urbanisticamente quer funcionalmente (ao nível da sua economia) o bairro revela bons níveis de integração com o resto da cidade (embora as diversas classes que o frequentam não usam os mesmos serviços e equipamentos, ou não os usam com o mesmo fim, uns fazem-no sobretudo como consumidores, outros como trabalhadores), sendo que a sua segregação sócio-espacial se manifesta sobretudo a nível residencial.

*“Acho que ele é pouco integrado no sentido dessa separação socioeconómica, diante do preço da terra então ele acaba sendo pouco integrado. O preço, o custo do solo urbano do bairro Jardins é alto, e isso dificulta.”* (Entrevistado 3 no Bairro Jardins)

*“O bairro está integrado por causa do shopping, mas ao mesmo tempo está isolado por causa dos condomínios de luxo. [...]. Existe uma segregação. [Faz falta] a criação de mais praças no próprio bairro com atividades, porque aí pessoas de outros bairros poderiam se integrar com os moradores do bairro Jardim. Acho que seria um caminho muito bom. O bairro Jardins, nesse sentido não tem integração alguma em termos sociais e culturais, apenas o Shopping, mas apenas dentro do Shopping, aí não adianta muita coisa.”* (Entrevistado 1 no Bairro Jardins)

Compreende-se assim que alguns entrevistados que consideram que o Bairro Jardins não está tão bem integrado com o resto da cidade, refiram sobretudo que tal é devido ao alto preço do solo urbano e o alto preço dos imóveis existentes na área. São moradores que consideram que o *Shopping Jardins* e todos os serviços e equipamentos que existem na área promovem a integração do bairro na cidade, mas por outro lado os seus condomínios de luxo promovem a sua segregação, tornando-a residencialmente apenas acessível a cidadãos de mais altos rendimentos, embora estes consoante o seu nível de riqueza também se diferenciam espacialmente no interior do Bairro Jardim, em micro processos de auto-segregação, visível por exemplo nos sub-bairros Paraíso do Garcia e Jardim Europa.

### **5.3. Encosta do Bom Jesus (Braga) *versus* Bairro Jardins (Aracaju): breve reflexão comparativa**

Por fim apresenta-se uma síntese conclusiva comparada dos bairros de altos rendimentos estudados, a saber: Encosta do Bom Jesus (Braga-Portugal) e Bairro Jardins (Aracaju-Brasil). Na Encosta do Bom Jesus observou-se um alto grau de satisfação dos entrevistados em relação ao seu contexto de residência, sobretudo pela melhoria de qualidade de vida que aí conseguem usufruir pelo contacto mais próximo com a natureza (com bons trilhos para caminhadas ao ar livre), e também por ser uma área mais sossegada e tranquila, onde é menor o trânsito e o seu ruído e poluição e onde é mais abundante o ar puro, pela densa vegetação que existe nesta encosta. A par disso este local é suficientemente próximo do centro da cidade e de equipamentos de qualidade (como escolas e Universidade), o que também contribui para a qualidade de vida de quem lá mora.

Se neste caso se valoriza o facto de ser uma área um pouco afastada do centro, já no caso do Bairro Jardins se valoriza sobretudo o facto de ser uma área central da cidade de Aracaju, está no 'coração' da cidade onde se torna muito fácil aceder aos seus principais serviços e equipamentos. Esta valorização diferenciada da centralidade relaciona-se em grande parte com as dimensões muito distintas das duas cidades (em termos demográficos e de expansão da mancha urbana), pois em Braga em poucos minutos se torna possível deslocar da maioria dos seus bairros periféricos para o centro da cidade e aí beneficiar da sua oferta de serviços mais especializados, já no caso de Aracaju é uma cidade de muito maior dimensão e quantitativo demográfico, o que torna demorada e desgastante a deslocação da maioria dos seus bairros ao centro, daí que a localização central do Bairro Jardins seja algo que leva a que seja considerada uma área privilegiada da cidade, e que muito contribui para uma maior qualidade de vida dos seus moradores.

No Bairro Jardins para além da proximidade a um conjunto muito amplo e variado de equipamentos e serviços de alta especialização e qualidade, há um outro factor igualmente apreciado pelos seus moradores relacionado com a segurança que os seus condomínios de luxo verticalizados conseguem providenciar aos seus habitantes. Se a garantia de tranquilidade é comum aos dois contextos de auto-segregação analisados, no caso de Braga está associada ao sossego possibilitado por ser uma área com menos trânsito, com uma panorâmica visual de excelência e onde o contacto com a natureza é muito próximo, já no caso de Aracaju a tranquilidade está associada à garantia de segurança que os condomínios privados conseguem prestar aos seus moradores, permitindo-lhes estar descansados, quer quando estão nos seus apartamentos quer quando frequentam os muitos serviços comuns que os seus condomínios oferecem (áreas de lazer, recreio, desporto, restauração...).

Comum aos dois bairros analisados foi o alto nível de satisfação dos entrevistados com a elevada qualidade e conforto das suas habitações de luxo, não só pelas técnicas construtivas utilizadas e excelência dos materiais empregues mas também pelas suas dimensões generosas. Mas de tipologias opostas, no caso da Encosta do Bom Jesus moradias unifamiliares dispersas pela encosta arborizada e inseridas em lotes ajardinados, muitos do quais com piscina privada; já no Bairro Jardim apartamentos inseridos em condomínios privados verticalizados, com segurança privada e acesso controlado, dotados de um vasto conjunto de serviços comuns como piscina, barzinho e/ou lanchonete, quadras de esportes e academias internas de *fitness*.

A satisfação quanto ao contexto de residência também é elevada nos dois casos analisados, todavia e contrariamente às habitações foram demonstradas algumas insatisfações quanto ao bairro, menos relevantes no caso da Encosta do Bom Jesus e mais significativas no caso do Bairro Jardins. No caso da Encosta do Bom Jesus algumas referências à humidade elevada na encosta que torna a estadia fora de casa algo desconfortável fora da época estival; aos horários mais restritos de funcionamento dos transportes colectivos nessa área em comparação ao centro da cidade o que causa algum descontentamento para a população mais jovens sem transporte individual; alguma carência nos pontos de recolha e reciclagem de resíduos sólidos; e queixas pontuais quanto à iluminação pública ou à manutenção do pavimento das estradas de acesso às moradias. Quanto ao Bairro Jardins os descontentamentos não se restringem a aspectos pontuais

(como alguma dificuldade de estacionamento junto aos condomínios ou a falta de padronização das calçadas do bairro que favoreça os percursos pedestres) mas são sobretudo descontentamentos referentes a aspectos mais estruturais e de difícil resolução, como o facto do progressivo adensamento das construções no bairro ter motivado um acréscimo muito significativo da densidade demográfica do bairro e também da oferta dos seus serviços, o que promoveu um significativo acréscimo do trânsito na área, dos congestionamentos e da poluição sonora e atmosférica associada. Por outro lado reclamações mais preocupantes relacionadas com o aumento da insegurança na área, pois a concentração de muitos cidadãos de alto poder aquisitivo que frequentam os serviços da área e o *Shopping Jardins* tem cativado o interesse de um maior número de marginais, tendo-se verificado um aumento relevante de assaltos e furtos para com os residentes, quando estão caminhando pelas ruas do bairro. As queixas são assim de relevância diferenciada o que ajuda a compreender que no caso da Encosta do Bom Jesus os entrevistados não tenham manifestado a intenção ou o desejo de morarem noutra área da cidade, enquanto que no caso do Bairro Jardins alguns referiram essa intenção, nomeadamente que se mudariam para o bairro Atalaia ou zona de expansão (Mosqueiro e Matapuã) buscando uma maior tranquilidade e segurança.

A forma como no Bairro Jardim se tem reagido face a esse problema crescente de insegurança tem sido através da criação de condomínios mais valorizados onde os sistemas de segurança são mais avançados e múltiplos, como seguranças privadas 24 horas, circuitos internos de videovigilância ou a instalação de cercas elétricas. Esses condomínios são de custo mais elevado e, portanto, começa a verificar-se que mesmo no interior de um bairro de cidadãos de alto poder aquisitivo começam a formar-se sub-bairros baseados em diferenciações espaciais de nível sócio-económico, em que os mais ricos entre os mais ricos conseguem aceder aos condomínios com as mais altas garantias de proteção e segurança. Este processo leva a surgimento de processos de micro auto-segregação com a criação de sub-bairros (Paraíso Garcia e Jardim Europa) de maior exclusividade. Um processo em curso no Bairro Jardins e que não é tão visível na Encosta do Bom Jesus, embora se possa referir que as famílias de mais alto poder aquisitivo tendem a ocupar as moradias mais luxuosas nas áreas de maior altitude, sendo que a cotas mais baixas vão sendo



encontrados condomínios com preços mais acessíveis e com técnicas construtivas fora do padrão de alto nível.

Quanto às dinâmicas de interação já existem mais similaridades entre o caso português e o caso brasileiro analisado, pois quer na Encosta do Bom Jesus quer no Bairro Jardins se percebe que a interação com os restantes vizinhos é muito superficial e quase sempre restrita a contactos esporádicos e cordiais. Embora deva referir-se que no caso do Bairro Jardins existam alguns moradores que manifestam maior interação com os seus vizinhos, potenciada pela frequência dos espaços comuns do condomínio, sendo que mesmo nestes casos pareçam ser sobretudo contactos superficiais e esporádicos. Assim, nos contextos da auto-segregação a configuração espacial das redes de amizade dos seus moradores é algo que tende a ir frequentemente para além dos limites dos seus bairros, algo muito distinto do que se verificou nos contextos de segregação imposta, onde essas redes são sobretudo tecidas no seio do bairro onde moram os cidadãos de menores recursos ou então com indivíduos que residem noutras partes da cidade, mas em bairros similares. Estas redes de interação espacialmente selectivas não são tão perceptíveis nos contextos de auto-segregação, até porque alguns dos seus moradores entraram nesses condomínios na sequência de um processo de ascensão social, tendo morado anteriormente noutro tipo de bairros, continuando a nutrir e valorizar essas relações familiares e de amizade.

Ao nível das imagens mentais também se destacam as similaridades entre as duas áreas analisadas, sendo ambas percebidas pela restante população urbana como áreas elitizadas e exclusivas, acessíveis apenas a uma classe socioeconómica elevada. Segundo a informação transmitida pelos entrevistados, também em ambos os casos a mudança para estes bairros e o posterior conhecimento das suas dinâmicas não veio contrariar a imagem mental que tinham dessas áreas antes de nela residirem, correspondendo às expectativas que possuíam desses territórios.

Por fim e quanto ao grau de integração destas áreas nas respetivas cidades, os moradores tendem a considerar que estão bem integradas. Em ambos os casos reconhecem que são áreas muito frequentadas pelos restantes habitantes da cidade, no caso da Encosta do Bom Jesus, muitos

sobem o escadório e vão até a parte mais alta visitar Santuário, outros sobem a encosta por motivos de passeio ou lazer, para um maior contacto com a natureza, e observar as vistas panorâmicas da cidade, ou para confraternizar com amigos em *pick-nick* ou nos bares junto ao Santuário. Já no caso do Bairro Jardins é possível também encontrar muitos cidadãos residentes noutros bairros de Aracaju, que aí se deslocam para usufruir os seus múltiplos serviços e equipamentos (sobretudo o *Shopping Jardins*), ou porque são trabalhadores dessas atividades económicas. As áreas de auto-segregação não parecem ser assim áreas de uso exclusivo e fechadas à interação com a restante cidade, o que não foi o constatado no caso das áreas de segregação imposta. Se no Bairro das Andorinhas ou no Bairro de São Conrado a sua segregação sócio-espacial manifesta-se a vários níveis, já nos casos analisados de auto-segregação, quer em Braga quer em Aracaju, a sua segregação não se expressa tanto em termos físicos (com a abertura das suas principais artérias à restante malha urbana), em termos de frequência (sendo usadas e apropriadas por população de diferentes níveis sócio-económicos) e até em termos funcionais (sendo os seus serviços e equipamentos também frequentados por população diversa), sendo por isso uma segregação que tende a limitar-se mais à dimensão residencial. São áreas muito valorizadas em termos imobiliários pelo que como local de residência são de facto áreas exclusivas aos cidadãos de rendimentos elevados. Sendo que mesmo nesta questão residencial ocorrem diferenciações espaciais, mais evidentes no caso do Bairro Jardins, com a criação de 'sub-bairros' (como o Paraíso do Garcia e Jardim Europa) com condomínios mais caros e com maiores níveis de segurança, mas apenas acessíveis aos que se destacam por uma mais alta capacidade financeira, o que parece indiciar que no seio destes bairros de cidadãos de altos rendimentos estão em curso processos de micro auto-segregação.

É certo que nos dois bairros analisados verifica-se uma elevada concentração espacial de cidadãos de altos rendimentos, embora quer na Encosta do Bom Jesus quer no Bairro Jardins seja também possível encontrar pontualmente dispersas algumas moradias mais humildes e de população de mais baixo poder aquisitivo, as quais são resultantes de fases passadas de urbanização, quando essas áreas não estavam ainda sujeitas a processos de elevada especulação e excessiva valorização imobiliária. Nestes dois estudos de caso a segregação sócio-espacial não é uma imposição da caracterização socioeconómica dos seus moradores, que têm condições para escolher morar em qualquer bairro da cidade, pelo que ao optarem por morarem territorialmente

concentrados estão a promover um processo de auto-segregação. Já nos casos da segregação imposta as características sócio-económicas dos seus moradores não lhes deixam outra alternativa que a de residir nos contextos de residência onde se encontram ou, por ventura, noutros similares, sofrendo assim processos de segregação imposta, pois estes não são tradutores necessariamente das preferências e aspirações residenciais dos seus moradores.

## CONCLUSÃO

Esta investigação teve como objetivo principal analisar o fenómeno da segregação sócio-espacial, no contexto comparado entre as cidades de Braga, em Portugal e Aracaju, no Brasil. A partir de uma pesquisa que simultaneamente abordou contextos de residência com elevada concentração territorial de cidadãos de baixos recursos (nível sócio-económico mais reduzido), bem como contextos de residência com elevada concentração territorial de cidadãos de alto poder aquisitivo (nível sócio-económico mais elevado). Para tanto, procedeu-se à análise do processo de segregação sócio-espacial em Braga a partir do estudo do Bairro das Andorinhas (com concentração de população de baixo nível sócio-económico) e da Encosta do Bom Jesus (com concentração de população de alto nível sócio-económico); e do processo de segregação sócio-espacial em Aracaju a partir do estudo do Bairro Invasão de São Conrado (com concentração de população de baixo nível sócio-económico) e do Bairro Jardins (com concentração de população de alto nível sócio-económico). A análise comparativa desenvolvida permitiu detectar similaridades e diferenças entre os processos de segregação sócio-espacial em curso nos dois países, bem como reflectir acerca dos seus efeitos no processo de desenvolvimento urbano das cidades de Braga e Aracaju.

A pesquisa teórica e de enquadramento conceptual realizada permitiu comprovar que a segregação sócio espacial é um problema que ocorre a nível mundial, porém apresenta-se localmente com características diferenciadas, conforme o desenvolvimento social e económico das nações. Assim, observa-se que os países desenvolvidos já avançaram muito na minimização desta problemática e dos seus efeitos, embora ela continue também a ter expressão nesse contexto geográfico, manifestando-se de formas diferentes e desencadeando efeitos diversos. E tal ocorre porque há fortes indícios de que a desigualdade aumentou em todo o mundo (Piketty, 2015), gerando continuamente novos focos de segregação sócio-espacial. Em muitos países, quer desenvolvidos quer em desenvolvimento, a desigualdade socioeconómica é extremamente

elevada, sendo esta a principal razão para a contínua profusão de manifestações de segregação sócio-espacial.

Entre outras algumas das causas para o aumento dessas desigualdades estão relacionadas com a precarização do emprego, o alcance global de crises no sistema financeiro, a revolução digital e a info-exclusão de uma parte significativa da população mundial, a globalização da economia e a divisão espacial do trabalho, entre muitas outras como a intensificação do processo migratório mundial dos países da África e Ásia em direcção à Europa e dos países da América do Sul e Central para os Estados Unidos. Essas e outras razões reforçam uma sociedade desigual em que uma parte significativa dos seus cidadãos enfrentam realidades mais ou menos intensas de pobreza e exclusão social, a par de um processo de progressiva acumulação de riqueza numa proporção restrita da população, o que em conjunto tem reforçado o processo de segregação sócio espacial em muitas cidades e dos mais diversos países.

As cidades tornam-se assim mais duais e menos inclusivas, neste contexto a busca por uma “cidades mais humanizadas” (Coelho, 2018) e com maior justiça social, constitui ainda um sonho sobretudo para a população mais carenciada e que tem um acesso mais restrito a muitas das potencialidades do fenómeno urbano. Este constitui um dos principais desafios das cidades contemporâneas, pois “é fundamental passar a considerar as cidades como sistemas obrigatoriamente amigos dos humanos e designadamente daqueles mais sensíveis e desprotegidos. Temos que fazer tudo para que as nossas cidades sejam amigas dos seus habitantes” (Coelho, 2018. p. 3).

Todavia é certo que as consequências negativas deste processo em curso são mais fortes sobretudo nas cidades localizadas na periferia da economia global. No contexto capitalista e sobretudo com a globalização da economia, as cidades dos países menos desenvolvidos são aquelas que estão cada vez mais mergulhada nesse processo de progressiva diferenciação socioeconómica da população e de suas múltiplas consequências. Mesmo existindo nesses contextos territoriais avanços democráticos e até de modernização da economia, as cidades localizadas nos países pobres não estão avançando na perseguição de uma maior equidade social e económica.

Se este é um processo global que afecta simultaneamente países muito distintos nas suas trajectórias de desenvolvimento, considerou-se que seria então relevante proceder a uma investigação de cunho comparativo que procurasse avaliar as especificidades da segregação sócio-espacial em contexto urbano, simultaneamente em Portugal e no Brasil. Esta investigação foi guiada por três hipóteses de partida que procurarão agora ser debatidas à luz dos dados obtidos, sistematizados e discutidos nos capítulos anteriores.

Com a primeira hipótese procurava-se confirmar, com o estudo comparativo realizado entre as cidades de Braga (Portugal) e Aracaju (Brasil), que o planeamento urbano tem agido de um modo relevante no sentido de minimizar a segregação sócio espacial urbana e a manifestação dos problemas diversos que lhe estão associados. Esta hipótese foi apenas confirmada em parte, pois pode referir-se que na cidade de Braga a utilização do planeamento urbano no combate à segregação sócio-espacial tem-se revelado mais eficaz que em Aracaju.

Políticas urbanas conduzidas em Braga nas últimas décadas promoveram nessa cidade bairros de habitação social que em muitos casos permitiram o realojamento de população com carências múltiplas e com condições de habitabilidade precárias e indignas, que através dessas políticas de habitação social conseguiram aceder a contextos de residência estruturados e com boas condições de habitabilidade, existindo níveis muito elevados de satisfação dessa população com as casas em que actualmente habitam. A qualidade de vida da população com menos recursos que reside no contexto de segregação sócio-espacial analisado em Braga (Bairro das Andorinhas), que foi planeado e projectado com respeito pela normativa existente à época, é claramente superior àquela que caracteriza a população de mais baixos recursos que reside no Bairro Invasão de São Conrado em Aracaju, um bairro de génese ilegal com múltiplas carências infraestruturais e onde as suas moradias surgiram numa lógica de auto-construção, escapando assim a quaisquer normas ou directivas de planeamento urbano. Se ao nível da população de mais baixos recursos é na cidade de Braga que são menos sentidos os efeitos da segregação sócio-espacial que enfrentam, tal deve-se ao facto de serem bairros que derivam do planeamento urbano, e em relação aos quais existiu um esforço para promover a inclusão social dos seus moradores, com a canalização de investimento público para a sua constante manutenção, para a sua boa acessibilidade por transportes públicos, ou para a dotação de equipamentos no bairro e na sua proximidade, de

modo a que a sua população possa beneficiar de bons níveis de qualidade de vida. Este tipo de investimentos está praticamente ausente no aglomerado sub-normal da Invasão de São Conrado, se exceptuarmos reduzidas obras de infraestuturação (pavimentação, abastecimento de água e saneamento) em apenas algumas das artérias mais relevantes que estruturam o Bairro Invasão São Conrado, em Aracaju.

Este trabalho identificou assim a relevância do planeamento urbano de Braga para a redução do processo de segregação sócio-espacial urbana, principalmente nos bairros de baixos rendimentos. Todavia se é certo que o planeamento urbano que deu origem a estes bairros veio criar contextos onde a sua população adquiriu maior qualidade de vida e por conseguinte onde a segregação sócio-espacial é menos intensa que aquela observada na cidade de Aracaju, é também verdade que esse planeamento urbano não eliminou por completo a segregação sócio-espacial que afecta a população de menores recursos de Braga. Na verdade optou-se por uma solução de planeamento urbano que involuntariamente acabou por promover uma continuidade da concentração territorial de um grupo populacional de grande homogeneidade (população de mais baixo nível sócio-económico), pelo que pode dizer-se que o planeamento urbano não foi verdadeiramente capaz de resolver a problemática da segregação sócio-espacial em Braga, embora tenha conseguido conter a sua expansão. Esta é uma crítica que é apenas possível fazer hoje à luz das novas teorias do planeamento urbano que defendem a transição de políticas de habitação social para políticas sociais de habitação, com a dispersão dessa população carenciada por alojamentos de custos controlados numa lógica de mix social ou de miscigenação social.

Apesar de mesmo na cidade de Braga não se verificar ainda a exploração de todo o potencial do planeamento urbano no combate à segregação sócio-espacial, é evidente que no caso de Aracaju a situação é bem pior, visto que a total ausência de um planeamento urbano efetivo direccionado para a população a enfrentar contextos mais severos de exclusão social, tem produzido efeitos perversos na morfologia urbana e em sua população, intensificando a segregação sócio-espacial dessa população e os efeitos negativos desta na sua qualidade de vida. O estudo realizado no Bairro Invasão de São Conrado permitiu perceber que em Aracaju o planeamento urbano não tem conseguido travar o problema do crescimento urbano desordenado e do significativo aumento da segregação sócio-espacial. As populações, principalmente as mais pobres, que ocupam as áreas

periféricas de Aracaju, sofreram da incapacidade do planeamento urbano em orientar a expansão urbanística da cidade, sobretudo na década de 70 e 80 do século passado, quando cresceu muito horizontalmente, com o início da construção de vários conjuntos habitacionais sub-normais nesse período.

Entre o final da década de 1960 até os anos 1980, a cidade de Aracaju expande-se vertiginosamente, sendo que essa expansão horizontal é acompanhada pela construção irregular de vários conjuntos habitacionais pela população menos carenciada na capital como também na sua região metropolitana, algo que o planeamento urbano não consegue estancar ou controlar. O Bairro Invasão de São Conrado é um desses exemplos, resultante da ocupação pela população de uma área desocupada junto ao mangue, sendo que muitos dos seus imóveis surgiram numa lógica de auto-construção, tendo sido os primeiros moradores que ocuparam/invadiram esta área os responsáveis pela sua desmatação e aterro e posterior construção (de maneira irregular tanto pelo forma dos imóveis construídos, quanto por se tratarem de construções de génese ilegal e por isso sem registo na prefeitura da cidade). Surge assim como uma área de intensa segregação sócio-espacial, com uma elevada concentração territorial de cidadãos de menor nível sócio económico.

Esse crescimento horizontal de Aracaju continuou na década de 80 e na seguinte até ao início dos anos 2000, simultaneamente com o início do aparecimento de uma nova fase em que o planeamento urbano começou a fomentar o crescimento vertical com o adensamento habitacional (Nascimento e Araújo, 2018), por via da construção de vários condomínios de luxo verticalizados dirigidos a um segmento específico da população, aquela com mais recursos e de nível sócio-económico mais elevada. O planeamento urbano não só estimulou o aparecimento destas áreas de segregação sócio-espacial, como é o caso estudado do Bairro Jardins, viabilizando pretensões de edificação das empresas de promoção imobiliária, como também programou um conjunto alargado de infra-estruturas para estas áreas (avenidas, parques, *shoppings*, equipamentos públicos, etc), tornando-as áreas privilegiadas na cidade de Aracaju, de alto valor imobiliário e apenas acessíveis à população de maior poder aquisitivo.

Com a viabilização destas construções concentradas territorialmente, o licenciamento do *Shopping Jardins* e a programação de um conjunto alargado de investimentos públicos que tendem a



privilegiar a infraestruturação desta área (por exemplo a criação dos Parques Augusto Franco e Tramandai) em detrimento do investimento público em áreas periféricas, não é possível afirmar-se que em Aracaju o planeamento urbano tenha agido no sentido de minimizar a segregação sócio-espacial urbana e a manifestação dos problemas diversos que lhe estão associados. Já no caso de Braga o surgimento de uma área mais elitizada na Encosta do Bom Jesus não foi algo cuja génese tenha sido potenciada por uma forte canalização de investimento público para essa área, mas algo que decorreu quase exclusivamente do funcionamento do mercado imobiliário e da valorização do solo dessa área, pelas suas próprias características (contacto com a natureza, vistas amplas sobre a cidade, área com menos trânsito e por isso mais tranquila, entre outras).

Em suma e em relação à primeira hipótese, pode referir-se que no caso de Aracaju o planeamento urbano não só não tem conseguido minimizar a segregação sócio-espacial urbana e a manifestação dos problemas diversos que lhe estão associados, como em alguns casos, quer pela sua inação quer pela sua acção, tem vindo a estimular esses processos de segregação sócio-espacial. Tal deve-se sobretudo ao facto de que em Aracaju, segundo Souza (2011, p.09), “já a partir da década de 80, ampliam-se as redes de relação económicas e sociais que envolvem interesses regionais, nacionais e internacionais”, sendo que na sequência desse processo são multiplicados os modos de apropriação e reprodução dos espaços de Aracaju, reforçando diferenças do uso do solo, aprofundando as desigualdades entre os ricos e os pobres e assim reforçando a segregação espacial. Assistiu-se assim em Aracaju a um crescimento acelerado em todas direcções: tanto de maneira horizontal em sua periferia com a incapacidade de conter a profusão da construção irregular em áreas de génese ilegal que alimentaram processos de expansão urbana desordenada; quanto de maneira vertical nos bairros mais nobres onde a infraestrutura programada é mais satisfatória, estimulando uma progressiva especulação imobiliária das suas propriedades, tornando-as por essa via áreas apenas acessíveis a um segmento muito restrito da população de maiores recursos. Assim quer pela inação ou acção do planeamento urbano vem assistindo-se em Aracaju a um reforço do processo de segregação sócio-espacial, que ocorre continuamente e progressivamente, gerando “cicatrices em Aracaju” (Santos, 2011, p.12) e deixando a desejar as obrigações dos órgãos oficiais municipais no controle dessa expansão urbana.

Se a primeira hipótese foi apenas parcialmente comprovada, já a segunda hipótese foi plenamente comprovada com a realização do estudo empírico. De facto, nos casos analisados de concentração territorial de população de mais elevado estrato sócio-económico (na Encosta do Bom Jesus em Braga e no Bairro Jardins em Aracaju), o processo de segregação sócio-espacial apresenta-se como de auto-segregação, representando a concretização de uma ambição dos seus moradores, que revelam por isso altos níveis de satisfação com o local de residência e com a qualidade de vida que este lhes proporciona.

A pesquisa empírica permitiu constatar que os residentes de alto poder aquisitivo se auto-segregam por opção, embora tal venha a ser motivado por razões diferenciadas e por vezes até contraditórias. Se no caso do Bairro Jardins esses cidadãos parecem ser atraídos pela centralidade do bairro que beneficia da proximidade a um leque muito amplo de equipamentos e serviços de elevada qualidade e especialização, sendo por isso facilitada a sua usufruição a esses moradores (desde o *Shopping Jardins*, vários colégios próximos para os filhos, centro médico com quase todas as especialidades médicas, postos de combustível, supermercados, farmácias, lanchonetes, concessionários de automóveis novos, postos policiais, etc.). Já no caso da Encosta do Bom Jesus os seus cidadãos são atraídos pela calma e sossego de uma área quase exclusivamente residencial, onde está ausente o trânsito e a confusão mais características do centro da cidade. Tal contradição compreende-se por se tratarem de duas cidades com dimensões não comparáveis e que sofreram processos de urbanização distintos, sendo Aracaju uma cidade que sofreu um processo de expansão horizontal muito acentuado, o qual nem sempre acompanhado pelos investimentos infraestruturais que seriam necessários para a articulação de uma malha urbana estendida. Por essa razão em Aracaju morar longe do centro cria fortes constrangimentos sempre que se revela necessário aceder a um serviço de maior especialização; algo que em Braga não constitui um problema uma vez que os moradores entrevistados na Encosta do Bom Jesus consideram ter uma boa e rápida acessibilidade ao centro da cidade, para além de terem também na proximidade da sua área de residência equipamentos e serviços de qualidade (escolas, universidade, restauração...) o que lhes permite não depender exclusivamente do centro para beneficiar de alguns bons equipamentos e serviços. Por outro lado a auto-segregação em ambos os casos analisados é motivada pela busca de tranquilidade, embora tal conceito seja percebido de um modo diferenciado, pois no Bairro Jardins essa tranquilidade resulta dos elevados níveis de

segurança que os condomínios de luxo verticalizados conseguem providenciar aos seus moradores (embora seja privada e de alto custo), enquanto que na Encosta do Bom Jesus a tranquilidade está associada ao sossego de uma área onde o trânsito (e também a circulação pedonal) não é comparável com o centro da cidade, bem como à sensação de calma e repouso que conseguem ter numa área de densa arborização onde o contacto com a natureza é de grande proximidade.

Um outra conclusão do estudo empírico foi a de que em ambos os casos a imagem mental que estes moradores tinham previamente destes dois bairros era a de que se tratavam de áreas elitistas e exclusivas, as quais somente estão acessíveis a cidadãos de nível sócio-económico mais elevado. Pelo que a auto-segregação é claramente induzida por questões de prestígio e *status* social, afirmando-se a área de residência como um símbolo de sucesso e ascensão social perante a restante sociedade. Todavia foi curioso verificar que embora esses cidadãos tenham a preferência de se concentrarem territorialmente e assim se separarem fisicamente do resto da população urbana, tal não significa que nestas áreas se estruturam verdadeiros sentidos de comunidade, pois em ambos os casos estudados as dinâmicas de socialização entre vizinhos demonstram ser muito superficiais, baseados em contactos e interacção quase exclusivamente esporádicos e de grande cordialidade. Curiosamente algo que é completamente distinto do observado nos dois casos de segregação imposta analisados (Invasão de São Conrado e Bairro das Andorinhas), onde uma parte muito significativa das suas relações de amizade são tecidas no interior do bairro que habitam e que se expressam em relações muito valorizadas, de apoio mútuo e entreaajuda, em situações de doença, apoio a cuidado de familiares e inclusivamente de auxílio financeiro.

Ainda em relação à segunda hipótese importa referir que embora os níveis de satisfação dos moradores com a sua área de residência sejam elevados, estes são menos elevados no caso do Bairro Jardins. Tal deve-se a um processo de progressiva densificação urbanística da área com o surgimento de um elevado número de condomínios nesta, daí decorreu a elevação da densidade demográfica da área o que foi acompanhado pela ampliação na oferta de serviços e equipamentos. Este processo promoveu uma aumento muito significativo no trânsito bem como na circulação pedonal, o que tem tornado a área especialmente atractiva para assaltantes tendo vindo a registar-se um aumento da insegurança local, o que causa algum descontentamento aos seus moradores.

Como reacção começou a verificar-se o surgimento de processos de micro-segregação em que no seio de uma área onde residem apenas cidadão de altos rendimentos, aqueles que se destacam como os mais ricos entre os mais ricos optam por se agregar em sub-bairros onde se concentram condomínios de luxo de elevadíssimo valor. É o caso por exemplo do 'Paraíso Garcia' ou do 'Jardim Europa' nas proximidades do Parque Augusto Franco, onde existe uma concentração de condomínios mais exclusivos. Esta diferenciação espacial no interior do mesmo bairro de acordo com capacidades económicas diferenciadas foi também detectada na Encosta do Bom Jesus pois as vivendas de maior luxo encontram-se a altitudes mais elevadas e com as melhores vistas sobre a cidade, enquanto que nas cotas mais baixas da Encosta é onde se encontram as moradias que embora de qualidade são de menor dimensão e de menor valor imobiliário e arquitectónico. Pode assim dizer-se que nos contextos de auto-segregação é possível observar padrões de micro-organização territorial baseados sobretudo nas diferentes capacidades financeiras dos agregados, algo a que Machado (2012) designa de "ilhas" de segregação sócio espacial. Tal realidade parece mais típica dos contextos de auto-segregação, pois nos contextos de segregação imposta foi apenas detectada no caso brasileiro (e não no Bairro das Andorinhas) em que a população mais pobre entre a mais pobre se encontra a ocupar as pequenas 'vilas' nas áreas de aterro feitas nas margens do mangue e do riacho de Santa Maria, e portanto mais distantes da Avenida José Carlos Silva.

Finalmente e em relação à terceira hipótese pode dizer-se que, tal como a primeira, também esta foi apenas parcelarmente comprovada. De facto, nos casos analisados de concentração territorial de população de mais baixo nível sócio-económico (Bairro das Andorinhas e Bairro Invasão de São Conrado), a informação obtida não permite referir que a sua população apresenta baixos níveis de satisfação com o seu local de residência e com a qualidade de vida que este lhes proporciona, a ponto de ambicionarem residir noutra local da cidade.

É certo que nestes contextos de segregação imposta (imposta no sentido em que a sua realidade económica não lhes permite equacionar outras alternativas de local de residência, o que não acontece na segregação manifestada pela população de mais altos rendimentos) se assiste a descontentamentos e insatisfações, mas pelo estudo realizado estas tendem a ser sobretudo em relação à qualidade das habitações (a sua dimensão e a sua comodidade e conforto) e não

propriamente em relação ao bairro em que residem. Isto porque são indivíduos que muitos deles, analisando as suas trajectórias residenciais, se percebe que provêm de contextos residenciais pior estruturados do que aqueles em que actualmente residem, e sobretudo pior localizados. Quer o Bairro das Andorinhas quer a Invasão de São Conrado beneficiam de uma grande proximidade ao centro da cidade de Braga e de Aracaju, respectivamente, o que lhes confere uma boa acessibilidade aos seus principais serviços e equipamentos, dando a esta população uma melhor qualidade de vida em comparação com quem reside em bairros similares mas mais periféricos. Este aspecto é muito valorizado pelos moradores dos dois bairros estudados, bem como o nível e a profundidade de interacção que existe entre os moradores, pois 90% dos moradores inquiridos em Invasão de São Conrado considera ter fortes redes de relacionamento com os seus vizinhos, e 77% no caso do Bairro das Andorinhas. Sobretudo pela conciliação destas duas razões, a proporção de moradores que se revelou satisfeita em morar no bairro é muito elevada em ambos os bairros e muito similar nos dois casos (87% está satisfeita em morar no Bairro de São Conrado e 86% está satisfeita em morar no Bairro das Andorinhas).

Todavia a intensidade do fenómeno da segregação socio-espacial é muito distinta nos dois casos estudados por se tratarem de dois bairros muito distintos nos processos de urbanização que estiveram na sua génese, pois o Bairro das Andorinhas constitui um bairro social planeado com os seus edifícios construído no cumprimento das normas regulamentares em vigor e complementados por diversas infra-estruturas e equipamentos, enquanto o Bairro Invasão de São Conrado constitui um aglomerado sub-normal que surgiu como uma área de construção irregular e de génese ilegal e sem qualquer suporte infra-estrutural na sua expansão inicial. Pelo que no caso da Invasão de São Conrado a segregação sócio-espacial dessa área é percebida pelos seus moradores de modo mais intenso, comparativamente ao bairro das Andorinhas. Pois 67% dos moradores inquiridos em Invasão de São Conrado considera que mora numa área que está mal integrada com a restante cidade de Aracaju, enquanto que no caso do Bairro das Andorinhas a proporção dos moradores que considera que o seu bairro não está bem integrado na cidade de Braga é de 37%. Um outro dado recolhido que indicia níveis de intensidade diferenciados na segregação sócio-espacial que afecta estes dois bairros, relaciona-se com a imagem externa que foi sendo desenvolvida sobre cada uma dessas áreas. Pois 99% dos moradores da Invasão de São Conrado reconhece existir uma imagem negativa sobre o seu bairro na restante população de

Aracaju, e 61% considera que essa conotação negativa tem fundamento. Já no caso do Bairro das Andorinhas 74% considera que existe uma imagem negativa sobre o seu bairro por parte da restante população de Braga, embora apenas 34% considere que essa estigmatização tem fundamento.

Em suma, as reflexões proporcionadas pelo estudo empírico revelam que a segregação sócio-espacial urbana é um fenómeno global, transversal aos países mais ou menos desenvolvidos, que actualmente se apresenta num processo de contínua reprodução. Em grande parte porque é inerente ao modo de produção capitalista vigente e liderado pelos grupos hegemónicos mundiais, os quais não parecem ter interesse que este problema seja resolvido, assim como o poder político, que tem historicamente legitimado esse fenómeno, que vem sendo recriado e adaptado à medida que a cidade vai se transformando e sua morfologia urbana vai sendo metamorfoseada. Todavia e apesar do processo de segregação sócio-espacial urbana estar presente em todas regiões mundiais, são genericamente os países mais pobres e sem estruturação social e económica (onde as desigualdades sócio-económicas são mais fortes) aqueles que tendem a vivenciar os efeitos desse processo de uma maneira mais acentuada. De referir ainda que apesar de ser um fenómeno global e em contínua reprodução este tende a manifestar-se de maneira muito diferenciada. Sendo que a especificidade e a intensidade do modo como a segregação sócio-espacial se manifesta, é algo que vai depender em grande parte das características económicas, sociais, políticas, culturais e tecnológica de cada país, mas também das características inerentes aos próprios processos de urbanização de cada cidade.

## BIBLIOGRAFIA

Abramo, Pedro. (2007). A cidade com-fusa a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *In: R. B. Estudos Urbanos e Regionais*. Recife, v.9, n.2 / novembro. pp. 25-54.

Acioly, C., & Davidson, F. (1998). *Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana*. Rio de Janeiro: Mauad.

Acselrad, H. (Org.). (2001). *A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A.

Agostini, C. A., Hojman, D., Román, A., & Valenzuela, L. (2016). *Segregación residencial de ingresos en el Gran Santiago, 1992-2002: una estimación robusta*. *Revista Eure*, 42(127), 159-184, septiembre.

Aguiar, S. (2017). El límite. Sobre la segregación urbana en contextos locales, España, *Papeles del CEIC*, 2017(2), 1-27.

Almeida, M. H. T. de. (2004). A política social no governo Lula1. *In: novos estudos n° 70*. Novembro 2004.

Almeida, G. G. F. E. & Engel, V. (2017). A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re) construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, Recife, 19(1), 89-105, janeiro/abril.

Althusser, L. (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes.

Alvarez, I. P. (2015). A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In Carlos, A. F. A. Volochko, D. Alvareza, I. P. (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto. pp. 65-79.

Alvarez, I. P. (2016). A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In Corrêa, R. L. e Pintaudi, S. M. (Orgs.). *Cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto. pp.11-126.

Alvarez, I. P. (2017). Produção do espaço em tempo de crise. In Carlos, A. F. A., Alves, G., Padua, R. F. *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto. pp.78.

Alves, J. J. A. (2008). A Contribuição de Josué de Castro no estudo e combate à fome e sua repercussão científica e política na geografia. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, 25(2), 104-105, maio/agosto.

Alves, S. C. N. (2010). *O Social, o Espacial e o Político na Pobreza e na Exclusão. Avaliação de iniciativas de regeneração de áreas urbanas 'em risco' na cidade do Porto*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia do ISCTE-IUL.

Alves, S. (2015). *O mix social no âmbito das políticas de habitação e regeneração urbana: uma análise comparada internacional*. In: Ferrão, J. e Horta, A. (Orgs.) *Ambiente, território e sociedade: novas agendas de investigação*. ICS-Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa: Universidade de Porto. Capítulo18, pp.165-172.

Alves, S., & Azevedo, A. (2017). Estratégias de mix social no âmbito das políticas de habitação em Portugal.

Amorim, F. P. & Tangari, V. (2006). Estudo tipológico sobre a forma urbana: conceitos e aplicações. *Paisagem Ambiente: ensaios*, São Paulo, 22, 61-73.

Arantes, O. B. F. (2000). Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In Maricato, E., Vainer, C., & Arantes, O. (Orgs.). *A cidade do pensamento único*. Petrópolis, RJ: Vozes. pp.11-74.



Araújo, H. M. (Org.) et al. (2006). *O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju*. São Cristóvão: Editora UFS.

Arcila, E. C. (2015). La segregación residencial urbana en estúdios latinoamericanos y bogotanos. ¿Son necesarias nuevas miradas? *Trabajo Social*, Bogotá, 17, 203-220.

Atkinson, A. B. (2015). *Desigualdade: o que pode ser feito?* São Paulo: LeYa.

Babbie, E. (1999). *Métodos de pesquisas de Survey*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Baker, W. E. & Coleman, K. M. (2004). Racial segregation and the digital divide in the Detroit Metropolitan Region, In Castells, M. (Edited by) *The network society: A cross-cultural perspective*, Cheltenham/UK: Edward Elgar Publishing. pp.52-63.

Baltrusis, Nelson. (2000). O crescimento da informalidade nas cidades do pós-fordismo e a mudança do paradigma das políticas de habitação social. *Tese de doutorado realizada na FAUUSP*. São Paulo.

Bandeira, M. S. de M. (1993). O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII: a cidade reconstituída a partir do mapa das ruas de Braga e dos índices dos prazos das casas do cabido. *Revista da Faculdade de Letras Geografia I*, IX, Porto, 101-223.

Bandeira, M. S. de M. Veiga, C. V. da, Veiga, P. V. da. A "favela dos ricos". Processos de urbanização na encosta de uma cidade do Noroeste de Portugal. *Caderno de Geografia*, v.28, n.54, 2018.

Barbosa, J. L. (2007). O Ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In Santos, M. et. al, *Território, territórios. ensaios sobre ordenamento territorial* (pp.122-144) (3ª ed.). Rio de Janeiro: Lamparina.

Batista, P. N. (1994). *O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Publicado no site da Faculdade Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP).

Bauman, Z. (2009). *Confiança e medo na cidade*, Rio de Janeiro: Zahar.

Bauman, Z. (2010). *Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bauman, Z. (2013). *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bava, S. C. (2013). *O urbanismo privatista e o direito à cidade: a cidade como mercadoria*, São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil.

Bava, S. C. (Org.). (2014). *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*. São Paulo: Veneta: Le Monde Diplomatique Brasil.

Becker, H. (2007). *Segredos e truques da pesquisa*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Barros, J. D'Assunção.

Benevolo, L. (2001). *História da cidade* (3ª ed.). São Paulo: Perspectiva.

Bêrni, D. de Á. (Org.). (2002). *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento*, São Paulo: Saraiva.

Bettencourt, L. C. F. A. (2010). A morfologia urbana na cidade de Funchal e os seus espaços públicos estruturantes. *Revista Lusófona de Urbanismo. Malha Urbana*, nº 10.

Bodnar, Z. & Cruz, P. M. (2010). O Clima como necessidade de governança transnacional: Reflexos Pós-Copenhague 2009. *Revista Sequência*, 325-326. Jul,

Booth, W. C. et al. (2000). *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes.

Bortolo, C. A. de. (2010). A produção de um espaço público e os agentes produtores da cidade: o caso do Lago Igapó em Londrina - PR, *Geo. UERJ*- Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre.

Boudon, R. (2017). *Crer e saber. pensar o político, o moral e o religioso*. São Paulo: Unesp.

BRAGAHABIT (2003). *Diagnóstico Social do Conselho de Braga*. Braga: Câmara Municipal de Braga.

Bremaeker, F. E. J. de. (2016). As grandes aglomerações urbanas no mundo. Observatório de informações municipais. Rio de Janeiro: Dados originais das Nações Unidas. World Urbanization Prospects de 2014.

Brito, Sandra, Labastida, Marta, Oliveira, Marta. (2015). Formas da urbanização de baixa densidade entre Braga e Barcelos: uma proposta de leitura a partir da matriz histórica e geográfica do território. In: 4ª Conferência do PNUM Morfologia Urbana e os Desafios da Urbanidade Brasília, 25 e 26 de junho de 2015.

Caldeira, T. P., do R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp.

Campos, A. C. (2006). A construção da cidade segregada: o papel do Estado na urbanização de Aracaju. In: *O Ambiente Urbano: visões geográficas de Aracaju*, Araújo, Hélio Mário de (Org.). São Cristóvão: Departamento de Geografia da UFS. pp. 222-245.

Capel, H. (2002). *La morfología de las ciudades – 1. Sociedad, cultura y paisaje Urbano*, Barcelona: Serbal.

Caputo, A. C. Melo, H. P. de. (2009). A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Revista de Estudos Econômicos*. vol.39 no.3 São Paulo July/Sept.

Carlos, A. F. A. (2006). Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. En publicación: *América Latina: cidade, campo e turismo*. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre.

Carlos, A. F. A. (2011). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.

Carlos, A. F. A. (2016). A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In Vasconcelos, P. de A., Côrrea, R. L. & Pintaudi, S. M. (Orgs.), *A cidade contemporânea: segregação espacial* (pp.61-93). São Paulo: Contexto.

Carlos, A. F., Volochko, D., & Alvarez, I. P. (Orgs). (2015). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto.

Caribé, D. (2016). Quem sai, quem fica: os dilemas e os limites da instrumentalização do direito à cidade. In: Rolnik, R. & Fernandes, A. (Orgs.), *Cidades*. Rio de Janeiro: Funarte. pp. 17-34.

Carreiras, M. (2018). Integração socioespacial dos bairros de habitação social na área metropolitana de Lisboa: evidências de micro segregação. In: Finisterra, LIII, 107, pp. 67-85.

Carvalho, M. (2000). Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito. *Revista Perspectiva*, ano 14, 70-82.

Carvalho, Lygia (2013). As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju-SE. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

Carvalho, A. X. Y. *et al.* (2013). Um estudo das metodologias e funcionalidades dos índices de segregação, *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, 30(2), 567-594, jul/dez.

Carvalho, M. J. L. de. (2014). Segregação residencial e discriminação na área metropolitana de Lisboa: o olhar das crianças. *Educ. Soc.*, Campinas, 35(128), 629-982, Jul/set.

Carvalho, R. C. de. (2016). Gentrificação: a tributação como atenuante da segregação social e urbana, *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, Curitiba, 2(2), 66-80, Jul/Dez.

Carvalho, R. A. da S., *et all* (2015). Desigualdades em saúde: condições de vida e mortalidade infantil em região do nordeste do Brasil. *Rev. Saúde Pública* vol.49, São Paulo: Epub. Feb 27.

Castells, Manuel (1983). *A questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castell, M. (1995). *La ciudad inafomacional*. Madrid, Alianza Editorial.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. vol. I, 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Castells, M. (2004). *The Network Society: A Cross-cultura perspective*. Massachusetts: Edward Elgar Publishing limited.

- Castells, M. (2011). *A questão urbana*. (4ª ed.). São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Castells, M., Cardoso, G. & Caraça, J. (Orgs.). (2013). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castro, J. de. (2008). *Geografia da Fome*. (8ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cataldi, G., Maffei, G. L., Vaccaro, P., (2002). Saverio Muratoni and the Italian school of planning typology. *Journal Urban Morphology*, 6 (1), 3-14.
- Choay, F. (2003). *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.
- CMB (2013). Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico Braga 2014-2026. Braga: CMB / Uminho / ACB / AIMINHO:
- Coelho, A. B. (2010). Viv(er) A Cidade: Reviver a vizinhança na mega-cidade europeia. *Revista Infohabitar*, Ano VI, 304.
- Compans, R. (2016). A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 9(1), 83-99.
- Corbusier, Le. (2000). *Planejamento urbano*. (3ª ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Cordovez, J. C. (2011). *Cartilha sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Aracaju: Para entender e participar*. Aracaju: Alexandra Brito.
- Corrêa, R. L. (1993). *O espaço urbano*. (2ª ed.). São Paulo: Ática.
- Corrêa, R. L. (1995). *O Espaço Urbano*. (3ª ed.). (Resumo-PDF), São Paulo: Ática, Série Princípios, n. 174, 1-16.
- Corrêa, R. L. (1999). *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática.

Corrêa, R. L. (2016). Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In Vasconcelos, P. de A., Córrea, R. L., & Pintaudi, S. M. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. (pp. 39-59). São Paulo: Contexto.

Costa, E. M. da. (2002). Cidades médias. Contributo para a sua definição. *Revista; Finisterra*, XXXVII, 74, pp.101-128.

Costa, M. da S. (2003). *Mobilidade urbana sustentável: um estudo comparativo e as bases de um sistema de gestão para o Brasil e Portugal*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Carlos, Brasil.

Costa, R. H. da (2007). *O Mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidades*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Costa, A. F. da. (2012) Desigualdades Globais. *Revista: Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 9-32.

Cruz, H. D. da (1941). *Os morros cariocas no novo regime: notas de reportagem*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica.

Cruz, S. M. dos S. R. (2003). *Fragmentos Utópicos da Cidade caótica-Condomínios fechados no Grande Porto*. Tese de doutorado, Universidade do Porto/FEUP, Porto, Portugal.

Clark, D. (1991). *Introdução à geografia urbana*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Cerqueira, E. D. V. (2015). As novas lógicas de fortificação residencial nas periferias metropolitanas de Belo Horizonte: quais impactos sobre a segregação social? *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, maio/ago., 7(2), 195-210.

Cohen, M. (2018). Problemas Brasileiros. *Revista PB*: São Paulo: Editora Fé Comércio, 11-12. Abr./maio

Corrêa, R. L. (1993). *O Espaço Urbano*. (2ª ed.). São Paulo: Ática, Série Princípios.

Corrêa, R. L. (1995). *O Espaço Urbano*. (3ª ed.). São Paulo: Ática, Série Princípios.

Corrêa, R. L. (2000). Rede urbana e formação espacial: uma reflexão Considerando o Brasil. *Território*, Rio de Janeiro: UFRJ, 8, 121-128.

Corrêa, R. L. (2006). *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Costa, E. M. (2002). Cidades médias: contribuição para a sua definição. *Finisterra*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 37(74),101-128.

Dalen, D. B. Van & Meyer, W. J. (1981). *Manual de técnica de la investigación educacional*, Barcelona: Ediciones Paidós Hibérica.

Dal Pozzo, C. F. (2011). *Territórios de autossegregação e de segregação imposta: fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Brasil.

Davis, Mike (2006). *Planet of Slums. Le pire des mondes possibles : de l'explosion urbaine au bidonville global*. Paris: La Découverte.

Deaton, A. (2017). *A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade*, Rio de Janeiro: Intrínseca.

De Bruyne, P. (1977). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*, Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves.

Demo, P. (2011). *Praticar Ciência: metodologias do conhecimento científico*, São Paulo: Saraiva.

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (Orgs.). (2006). *O Planejamento da Pesquisa da pesquisa Quantitativa: teorias e abordagens*, Porto Alegre: Artmed.

Diniz, D. N. L. (2009). Aracaju: a construção da imagem da cidade. Dissertação mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU).

Dowbor, L. (2014). Entender a desigualdade: reflexão sobre o capital no século XXI. In Bava, S. C. (Org.), *Thomas Piketty e o segredo dos ricos*, São Paulo: Veneta; Le Monde Diplomatique Brasil. pp.08-19.

Scorel, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*, Rio de Janeiro: Fiocruz.

Faria, L. (2009). Planejamento estratégico, estatuto da cidade e Plano Diretor: métodos e instrumentos de organização e gestão do espaço urbano. *Revista On Line: Caminhos da Geografia*, 10(32), 162-170. Dez.

Feitosa, C. O. (2006). Reflexões Acerca do Urbano em Sergipe. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 37, n° 3, julho-setembro.

Fernandes, M. G. (2008). Urbanismo contemporâneo e morfologia urbana nas cidades do norte de Portugal (1852-1926). *Cidades*. Presidente Prudente: GEU, 8(5), 329-354.

Fernandes, C. M. Á. (2015). *Processos de melhoria social: a requalificação do Bairro Social de Santa Tecla, Braga*. Dissertação de Mestrado Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao Grau de Mestre em Arquitectura, Universidade do Minho, Portugal.

Fernandes, André (2019). *O paradoxo de uma política urbana que combate e estimula a pobreza e a exclusão social. O Bairro Social de Santa Tecla em Braga*. Dissertação de Mestrado Mestrado em Geografia - Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território. Braga. Universidade do Minho.

Ferreira, Á. (2011). *A cidade no século XXI: segregação e banalidade do espaço*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Consequência.

Flores, C. (2008). Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago do Chile, In Ribeiro, L. C. de Q.; Kaztman, R. (Org.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. (pp. 145-179). Rio de Janeiro: Letra Capital..

França, V. L. A. (1999). *Aracaju: Estado & Metropolização*. São Cristóvão: Editora UFS.

Freitag, B. (2012). *Teoria das cidades*. (4ª ed.). Campinas: Papirus.

Galvão, A. C. F. (2002). *Epistemologia Ambiental*. (3ª ed.). São Paulo: Cortez.

Galvão, A. C. F. (2005). *Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial*, Brasília: Ministério da Integração Nacional.



- Garcia, L. I. G. (2013). *Os bairros de lata: Projectar "para e com" os pobres. Um caso de estudo na Nicarágua*. Dissertação de mestrado, Instituto Técnico Lisboa.
- Gaspar, R. C. (2009). *A cidade na geografia econômica Global: um panorama crítico da urbanização contemporânea*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Geddes, P. (1994). *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus.
- Germer, C. M. (2009). Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Revista Crítica Marxista*, 29, 75-95.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Girola, M. F. & Thomasz, A. G. (2015) De los medios a las mediaciones Experiencias de segregación urbana en viviendas sociales de la ciudad de Buenos Aires. *Revista Questión*, 1 (46), 360-375. abril-junio.
- Goldman, S. (Coord.). (2014). *O mundo não tem mais tempo a perder: apelo por uma governança mundial solidária e responsável*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gomes, M. P. C. (2006). *O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano: após o Estatuto da Cidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Gorender, J. (2004). Globalização e trabalho, In Schiffer, S. (Org.). *Globalização e Estrutura Urbana*. (pp. 49). São Paulo: Hucitec: Fapesp.
- Goulart, J. O., Terzi, E. T. & Otero, E. V. (2016). Segregação socioespacial e política urbana em cidades médias no Brasil contemporâneo (2001-2011), *Caderno CRH*, Salvador, 29(78), 553-570. Set./Dez.
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. (2a. ed.). Porto Alegre: Penso.
- Guerra, I. (2009). Europa e Políticas Habitacionais. Mudanças em curso. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, 17, 47-61.

Guimarães, P. (2016). *A eficácia dos projectos especiais de urbanismo comercial: evidências de Braga*. Lisboa: Finisterra, LI, 102, 47-64.

Hale, K. (2015). Jean Ziegler e a geopolítica da fome (Jean Ziegler and hunger geopolitics), *Soc. Soc.*, São Paulo, 122, 381-386, abr./jun. Consultado em 10-12-2018. <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0381.pdf>.

Haesbaert, R. (2005). Desterritorialização, Multiterritorialidade e regionalização, In Galvão, A. C. F. *Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial, anais da oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*, (pp.15-28). Brasília: Ministério da Integração Nacional.

Haesbaert, R. (2006). Ordenamento territorial, *Boletim Goiano de Geografia*, 26(1), jan/jun. Goiânia: UFG - Instituto de estudos Sócio-Ambientais, pp.117-124.

Haesbaert, R. e Porto-Gonçalves, C. W. (Orgs.). (2006). *A Nova Desordem Mundial*. (2ª. ed.). São Paulo: UNESP.

Harari, Y. N. (2017). *Uma breve história da humanidade*. (28ª. ed.). Porto Alegre, RS: L&PM.

Hardoon, D. (2015). *Wealth: having it all and wanting more*. Oxford: Oxfam International

Helbing, Dirk. (2014). Group Segregation and Urban Violence, *American Journal of Political Science*, 58(1), 226-245. January.

Holston, J. (2013). *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

IBGE (2010). *Sinótese do Censo Demográfico – 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE (2012). *Faixas de renda da população brasileira- Cinco faixas de renda*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE (2017). *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: umaprimeira aproximação*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBGE (2017). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Coordenação de População e Indicadores Sociais).

Ianni, O. (1996). *A era do Globalismo*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ianni, O. (1999). Nacionalismo, regionalismo e globalismo, In: Bolaño, C. R. S. *Globalização e regionalização das comunicações*, São Paulo: EDUC - Universidade Federal de Sergipe. pp.01-08.

INE (2018a). *Anuário Estatístico de Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional e Estatística.

INE (2018b). Destaque-Informação à comunicação social. Estimativa da população residente em Portugal-2017. Lisboa: Instituto Nacional e Estatística.

IPEA (2001a). *Configurações atuais e tendências da rede urbana*. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas.

IPEA (2001b). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais - sudeste*. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas.

IPEA(2011). Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas.

Jorge, M. A. (2015). *Homicídios no Brasil e Sergipe: Uma análise sob a ótica da economia do crime*. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe.

Kissack, R. (2013). Introducció: ciudades y espacios urbanos en la política internacional, *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, Barcelona, 104, 7-18, Diciembre.

Lamas, J. M. R. G. (2004). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. (3ª ed.). Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Lara, F. L. (2016). *A arquitetura moderna brasileira e o automóvel: o casamento do século*. Capítulo 06. In: Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano /

organizadores: Renato Balbim, Cleandro Krause, Clarisse Cunha Linke – Brasília: Ipea: ITDP, 326 p.

Lavinas, L. (2015). Brasil 2000: Mais consumo, pouca redistribuição, In Souza, P. de (Org.). *Brasil, sociedade em movimento*, São Paulo: Paz e Terra. pp.03-21.

Leff, E. (2001). *Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, Poder* (4ª ed.). Petrópolis: RJ. Vozes.

Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

Lemos, A. I. G. (2003). (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto.

Lenin, V. I. (1984). *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Lisboa – Moscovo: Progresso.

Lessard-Hébert, M. et al. (2008). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

Lima, I. (2016). A geopolítica da favela: desafios atuais da justiça territorial no Rio de Janeiro. *Revista Cidades*, 3(22), 05-40.

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil (2011). *“Mistura Social”: uma referência europeia partilhada?*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

[http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/1003124/2/Rel%20434\\_11%20dspace.pdf](http://repositorio.lnec.pt:8080/bitstream/123456789/1003124/2/Rel%20434_11%20dspace.pdf)(15/10/2016)

Loureiro, K. A. S. (1983). A Trajetória urbana de Aracaju em tempos de interferir. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa – INEP.

Lojkin, J. (1997). *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

Luhr, V. (2007). Repensar a Cidade e seu Futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, 21(60), maio-ago.

Machado, A.B. (1990) Grande Aracaju: Processo de uma metropolização emergente. Dissertação de mestrado. São Cristóvão: NPGEO-UFS. Mimeografado.

Machado, A. B. (2009). *Geografia Urbana*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD.

Machado, A. B. (2010). O bairro Jardins: Processo de enobrecimento urbano, consolidação de estratos socioeconômicos e “ilhas” de segregação social. *Scientia Plena*, Vol. 6, Num. 8.

Magalhães, R. Vendramini, A. (2018). Os impactos da quarta revolução industrial. *GI-executivo*, 17(1).

Magda, S. R. Fidalgo, A. & Buckingham, D. (2015). De que falamos quando falamos de infoexclusão e literacia digital? Perspetivas dos nativos digitais1. *Observatorio (OBS\*) Journal*, 9(1), 43-54.

Malheiros, J. Carvalho, R. & Mendes, L. (2013). Gentrification, residential ethnicization and the social production of fragmented space in two multi-ethnic neighbourhoods of lisbon and Bilbao. Lisboa: *Finisterra*, XLVIII, 96, 109-135.

Marcuse, P. (2004). Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. *Espaço e Debates*, São Paulo: NERU, 24(45), 24-33. jan./jul.,

Maricato, E. (2000a). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In Arantes, O. Vainer C. & Maricato E. *A Cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*, Petrópolis, RJ: Vozes. pp.121-192.

Maricato, E. (2000b). Urbanismo na periferia do mundo globalizado. Metrôpoles brasileiras. In: *São Paulo em perspectiva*, 14(4).

Maricato, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Maricato, E. (2011). *O impasse da política urbana no Brasil*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Maricato, E. (2015a). As metrôpoles brasileiras e a globalização neo liberal, In Souza, P. de (Org.), *Brasil, sociedade em movimento*, São Paulo: Paz e Terra. pp.01-20.

- Maricato, E. (2015b). *Para entender a crise urbana*, São Paulo: Expressão Popular.
- Marques, M. I. M. (2007). Davis Mike. Planeta favela. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, 272 p. O perverso boom urbano e a favelização do terceiro Mundo. *Revista GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, 21, 157–161.
- Marques, E. (2010). *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole.
- Marques, E. (2014). Estrutura Social e Segregação em São Paulo: Transformações na Década de 2000, DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 57(3), 675-710.
- Martin, A. R. (1997). *Fronteiras e Nações*. (3ª ed.). São Paulo.
- Martins, Marta. (2013). Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVI, pág. 61-80.
- Martins, Sara Filipa Lopes. (2017). Segregação socio-espacial em Braga: o caso de estudo do Bairro das Andorinhas. Mestrado em Geografia – Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território. Guimarães: Universidade do Minho.
- Marx, K. (1980). *O Capital*. Rio de Janeiro: Difel.
- Medina, M. G. (2013). La europeización urbana a través de la política de cohesión, *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 04, 133-154, Diciembre.
- Mendes, L. (2013). Urbe - *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, 5(1), Jan./June.
- Mendes, J. F. G. (2014). *O Futuro das cidades*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Milani, P. H. & Góes, E. M. (2015). Dentro e fora dos muros: residenciais fechados e segregação socioespacial em cidades não metropolitanas, Fortaleza: *Geosaberes*, Fortaleza, 6(número especial 2), 260-274, Novembro.
- Miranda, L. I. B. de. (2009). Planejamento em áreas de transição rural-urbana. Velhas novidades e novos territórios. *Revista Brasileira de Estudos urbanos*, 11(1), 25-26. Maio

Miyazaki, V. K. (2013). *Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista*. Presidente Prudente/São Paulo: UNESP.

Moraes, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro o longo século XVI*. São Paulo: 1991. Tese de Doutorado de Geografia, Universidade de São Paulo, USP.

Moreira et all. (2009). O sistema urbano português. Dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: *Revista de Demografia Histórica*, XXVII, I, segunda época, pp. 83-114.

Moreira Júnior, O. (2010a). A Cidade Partida: Segregação Urbana. *Revista Online: Caminhos de Geografia*, 11(33), 08.

Moreira Júnior, O. (2010b). Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana. *Ra'ega*, Curitiba: UFPR, 20, 133-142.

Mosquera, J. U., Ospina, H. L., Sabatini, F. & Rasse, A. (2017). Tolerancia a la diversidad y segregación étnica. Una adaptación del modelo de segregación de Schelling con tres grupos sociales. *Eure*, 43(130), 5-24. septiembre.

Moudon, A. V. (1997). Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Journal urban morphology*, 1, 3-10.

Moura, R. e Pêgo, B. (2017). O sistema urbano brasileiro e suas articulações na escala sul-americana. In: boletim regional, urbano e ambiental | 16 | jan.-jun. ipea.

Musterd, S.; Andersson, R. (2005). "Housing Mix, Social Mix and Social Opportunities". *Urban Affairs Review*, pp. 761 – 790.

Nascimento, M. I. M. (2001). Aldeia Global: Um conceito. *Revista Educação*, 46, 10, Unicamp.

Nascimento, M. M. P. do e Araújo, H. M. de. (2018). A urbanização extensiva de Aracaju e a formação de novos aglomerados habitacionais: avaliação a partir da desagregação de dados dos CENSOS/ IBGE. *Cadernos de geografia*, v.28, n.52.

Negrão, J. J. (1998). *Para conhecer o Neoliberalismo*, São Paulo: Publisher Brasil.

Negri, S. M. (2008). Segregação sócio espacial: alguns conceitos e análise. *Revista Coletânea de nosso tempo*, Rio Claro: UNESP. Ano VII, 08(08), 29-153.

Nogueira, J. (2009). *Braga acabou com os guetos e o crime caiu a pique*. Porto: I Semanário do Porto. Entrevista ao presidente da Bragahabit. 14/05, 2009.

Nunes, F. P. J. (2007). *TIC 's, Espaço e Novos Modos de Trabalho em Portugal: Usos do espaço e do tempo em contextos de teletrabalho*. Tese de Doutoramento em Geografia, Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, Ramo de Geografia Humana.

Nunes, F. (2009). A segregação sócio-espacial em Portugal e as políticas urbanas de habitação social. In: *II Congresso Ibero-Americano sobre Habitação Social: ciência e tecnologia: "Por uma nova abordagem"*. Florianópolis. UFSC.

Oliveira, I. C. E. de. (2001). *Estatuto da cidade; para compreender*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA.

Oliveira, E. M. (2004). Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. *Revista on line Caminhos de Geografia*, 6(11), 84-96, Fev.

Oliveira, K. F. de. Jannuzzi, P. de M. (2005). Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino, São Paulo Perspec. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec.

Oliveira, R. L. P. de. (2010). *Impactos da qualidade percebida sobre as atitudes e intenções comportamentais de proprietários de automóveis*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, Belo Horizonte.

Oliveira, V. (2016). Morfologia urbana: diferentes abordagens. *Revista de Morfologia Urbana*, 4(2), 65-84.

Oliveira, A. & Guerra, P. (2016). Cidades, Comunidades e Territórios Espaços urbanos entre a cultura, a imagem e a intervenção: Uma reflexão a partir de três intervenções na cidade do Porto. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 32, 118-131. Jun.



Oliveira, T. G. de & Silveira Neto, R. da M. (2015). Segregação Residencial na Cidade do Recife: um estudo da sua configuração. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)*, 09(1), 71-92.

Ojima, R. (2007). As cidades invisíveis: a favela como desafio para urbanização mundial. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 24(2), São Paulo. July/Dec.

ONU (2007). Relatório Global sobre os Assentamentos Humanos. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas

ONU (2010). *Human Development Report 2010*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas

ONU (2011). *Relatório Sobre a Situação da População Mundial - 2011*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.

ONU/DESA (2013). *Pesquisa Mundial Económica e Social*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas (DESA- Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais).

ONU (2014). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas

ONU/UFPA (2014). *Relatório da População Mundial de 2014*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas (UFPA- Fundo de Populações das Nações Unidas).

ONU/DESA (2014). *Perspectivas da Urbanização Mundial*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas (DESA- Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais).

ONU (2016). *World Cities Report 2016*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.

ONU (2019). *População mundial deve aumentar para 9,7 bilhões em 2050*

<https://news.un.org/pt/story/2019/04/1666621> (10/10(2019))

Pagani, E. B. S., Alves, J. de M. & Cordeiro, S. M. A. (2015). Segregação socioespacial especulação imobiliária no espaço urbano Socio-spatial segregation and property speculation in the urban space, *Argumentum*, Vitória, ES, 7(1), 167-183, jan./jun.

Peixoto, J. (1987). O crescimento da população urbana e da industrialização em Portugal. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N° 222, abril. Pp.101-113.

Pereira, V. A. (2011). Estendendo Mc Luhan: Da Aldeia à Teia Global. *Comunicação, Memória e Tecnologia*, Porto Alegre: Sulina.

Pereira, M. de P. (2012). A cidade como mercadoria: influência do setor privado na produção do espaço urbano. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, 12(2), 446-460.

Philippi Júnior, A. & Fernandes, V. (2015). *Práticas de interdisciplinaridade no ensino e pesquisa*, Barueri: Manole, 2015.

Pinho, P. (2009). Atlas da Grande Área Metropolitana do Porto. Lisboa: Laboratório de Planeamento. Junta Metropolitana do Porto.

Pinto, R. S. B. F. F. (2007). Hortas Urbanas: Espaços para o desenvolvimento sustentável de Braga. *Dissertação de Mestrado*, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Piketty, T. (2014). *O Capital no século XXI*. (1 ed.) Rio de Janeiro: Intrínseca.

Piketty, T. (2015). *A Economia da Desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

PMA (1982). *Lei N° 873/82 de 01/10/1982 (Estabelece nova delimitação dos Bairros de Aracaju e dá outras providências correlatas)*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju.

PMA (1998). *Lei Municipal N° 2.666 de 1998 (Criação do Bairro Jardins)*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju.

PMA (2010). PDDUS - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município de Aracaju, Projeto de Lei complementar n° 06/2010 de 19 de novembro de 2010. Diário *Oficial do Município de Aracaju- Ano XXI de 05 de setembro de 2011*, n° 2750.

PNPUD (2014). *Relatório de Desenvolvimento Humano – 2014*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas (PNPUD)

Pochmann, M. (2015). *Desigualdades econômicas no Brasil*, São Paulo: Ideias & Letras.

Porto, F. (1991). A cidade de Aracaju 1885-1865: ensaio de evolução urbana. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC.

Poupart, Jean, et al. (2010). *A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Préteceille, Edmond. (2003). A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 38, p. 27-48, Jan/jun.

Queiroz Filho, A. P. de (2011). Sobre As Origens da Favela. *Revista Mercator de Geografia da Universidade Federal do Ceará*, 10 (23), 33-48. Setiembre-diciembre.

Rago, L. M. & Moreia, E. F. P. (1985). *O que é taylorismo*. (2ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 105 p. (Coleção Primeiros Passos, 112).

Ramírez, B. e Narciso, C. F. (2017). Do direito ao espaço público à justiça da cidade. In Carlos, A. Fani A., Alves, G. Padua, R. F. (Orgs.). *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto. pp. 133-148.

Raposo, R. (2008). Condomínios Fechados em Lisboa: paradigma e paisagem. *Análise Social*, vol. XLIII (1.º), 109-131.

Rego, R., Hollatz, A. Cardoso, G. & Tavares, M. (2017). Estratégia projetual e configuração urbana: estudo morfológico de duas cidades novas no Brasil de meados do século XX. *Revista de Morfologia Urbana*, 5(1), 5-13.

Rezende, J. M. de. (2009). *As grandes epidemias da história*. In: À sombra do plátano: crônicas de história da medicina [online]. São Paulo: Editora Unifesp, 73-82.

Resende, P. T. V. de & Souza, P. R. de. (2009). Mobilidade Urbana nas Grandes cidades brasileiras: Um estudo sobre os impactos do congestionamento. *Anais do Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. (SIMPOI)*, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil. pp.01-16.

Ribeiro, M. do C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna*. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem Urbana. Tese de doutorado, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, Portugal.

Ribeiro, Maria do Carmo (2009/2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese e resultados. Revista FORUM 44/45. Coordenação Francisco Sande Lemos. Universidade do Minho/Conselho Cultural. pp.179/201.

Ribeiro, M. do C. (2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. *Forum*, Lisboa, 44.45, 2009/2010, 179-201.

Ribeiro, M. G. (2015a). Território e Desigualdades de Renda em Regiões Metropolitanas do Brasil, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 58(4), 913-949.

Ribeiro, A. F. S. (2015b). *Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 115 p.

Ribeiro, M. G. (2016). Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, 42, 198-230. maio/ago.

Ribeiro, M. do C. & Martins, M. (2016). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade (pp.27-38.) Guimarães: Tese de doutorado, *Anais do PNUM*, 1. História da forma urbana, V Conferência, Rede Lusófona de Morfologia Urbana.

Ribeiro, H. & Vargas, H. C. (2015). Urbanização, globalização e saúde. *Revista USP*. São Paulo, 107, 13-26. Outubro/novembro/dezembro.

Roberto, M. S. Fidalgo, A. Buckingham, D. (2015). De que falamos quando falamos de infoexclusão e literacia digital? Perspetivas dos nativos digitais. Observatório (OBS\*), Journal, vol.9 - nº1, 043-054.

Rodrigues, A. M. (1988). *Moradia nas Cidades Brasileiras*. São Paulo: EDUSP.

Rodrigues, M. R. B. (2009). A Forma Urbana em Portugal Continental: Aplicação de Índices Quantitativos na Caracterização Morfológica das Cidades. Lisboa: Universidade de Lisboa Faculdade de Letras Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado.

Rodrigues, W. (2010). *Cidades em Transição: nobilitação urbana*. Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa. Lisboa: Celta Editora.

Rodrigues, T. e Pinto, M. L. R. (1997). A evolução urbana em Portugal no último século (1890-1991). In: *Revista população e sociedade*, Universidade de Lisboa. Nº 3.

Rolnik, R. (1988). *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense.

Rossi, A. (1966). *A arquitectura da cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

Rückert, A. A. (2007). A Política Nacional de ordenamento territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção, *Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*, XI (245) (66), Barcelona: Universidad de Barcelona.

Ruiz, J. Á. (2002). *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

Salgueiro, T. B. (1992). *A cidade em Portugal: uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.

Santana I Garcia, J. A. (2003). *Forma urbana y mercado de trabajo. Accesibilidad al empleo, segregación residencial y paro*. Tese de doutorado, Facultat de Ciències Econòmiques i empresariales, Universitat autònoma de Barcelona, Barcelona.

Santos, M. (1994). *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico científico informacional*, São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (1998). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico- informacional*. São Paulo: Hucitec.

Santos, M. (2003). *Economia espacial*. (2ª ed.). São Paulo: Edusp.

Santos, B. de S. (2005). *O fórum social mundial: Manual de uso*. São Paulo: Cortez.

Santos, M. (2006). *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*. (4ª ed.). São Paulo: Edusp.

Santos, B. de S. (2008). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12ª ed. São Paulo: Cortez.

Santos, M. (2010). O lugar e o cotidiano. In Santos, M. & Meneses, M. P. (Orgs.). *Epistemologia do sul*. (pp. 584/602). São Paulo: Cortez.

Santos, B. de S. (2011). *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*, São Paulo: Cortez.

Santos, M. (2012). *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. (2ª ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Santos, B. de S. (2016). *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo.

Santos Silva, A. & M. P. J. (Orgs.). (1986). *Metdologia das Ciências Sociais*, (2ª ed.). Porto: Litografia Ach, Brito/Edições afrontamento.

Santos, B. de S. & Meneses, M. P. (Orgs.). (2010). *Epistemologia do Sul*, São Paulo: Cortez.

Sassen, S. (2000). *Cities in a world economy*. London, Pine Forge Press.

Sassen, S. (2010). *Sociologia da globalização*, Porto Alegre: Artemed.

Sassen, S. (2016). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

- Schiffer, S. (Org.). (2004). *Globalização e Estrutura Urbana*, São Paulo: Fapesp/Hucitec.
- Schwab, Klaus. (2016). *A quarta revolução industrial*. São Paulo: Edipro.
- Schwartzman, S. (2004). *Pobreza, exclusão social e modernidade: Uma Introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora.
- Silverman, D. (2009). *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas*, Porto Alegre: Artmed.
- Silva, M. A. da. (2005). O consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. *linhas críticas*, UNB, vol. 11, núm. 21, julho-diciembre, pp. 255-264.
- Silva, J. M. P. (2009). Segregação socioespacial: contradições presentes em Palmas/TO. *Risco*. São Carlos: IAU/USP, 1, 24-224.
- Silva, J. S. et al. (2009). *O que é a favela afinal?*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro.
- Silva, A. (2011). *Requalificação Urbana. O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- Silva, G. C., Lopes, W. G. R. L. & Monteiro, M. do S. L. (2015). Presença de condomínios horizontais e loteamentos fechados nas cidades contemporâneas: expansão e transformações do espaço urbano de Teresina, Piauí. *Geosul*, Florianópolis, 30(59), 167-187, Jan/Jun.
- Singer, P. (1995). *Capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*, São Paulo: Moderna.
- Soares, P. de T. P. L. (1990). A Propósito de três mitos da década. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 4 (1), 55-59, Jan/mar.
- Sobarzo M. O. (2008). *As cidades médias e a urbanização contemporânea*. Cidades, Presidente Prudente: GEU, 8(5), 278-292.

Soja, E. (1993). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Souza, A. C. R. (2005). Paisagens e Transeuntes: Notas sobre o espaço e as sociabilidades no bairro jardins, In França, V. L. A. & Falcon, M. L. de O. (Orgs). *Aracaju: 150 anos de vida urbana*, Aracaju: PMA/SEPLAN. pp. 145-158.

Souza, B. C. M. F. de. (2009). Desenvolvimento regional e gestão metropolitana: Reflexões a partir da política habitacional na região metropolitana de Aracaju. *Dissertação de Mestrado*. Núcleo de Pós-graduação e pesquisa em economia. UFS.

Souza, M. L. de S. (2011a). *Mudar a cidade: Uma introdução ao planejamento e à Gestão urbana*. (8ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, M. L. de S. (2011b). *ABC do desenvolvimento urbano*. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Souza, S. A. S. (2011c). Processo de urbanização de Aracaju: um desafio a geografia e a sustentabilidade. In: *V Colóquio Internacional: Educação e contemporaneidade*. São Cristóvão, Sergipe-Brasil, 21 a 23 de setembro.

Souza, P. de. (Org). (2015). *Brasil, sociedade em movimento*, São Paulo: Paz e Terra.

Sposito, M. E. B. (2001). *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto.

Sposito, M. E. B. (2007). Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In Sposito, M. E. B. (Org). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular. Pp. 233-253.

Sposito, M. E. B. (2007b). Reestruturação urbana e segregação Socioespacial no interior paulista. *Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1.

Sposito, E. S. (2008). *Redes e Cidades*, São Paulo: UNESP.



Sposito, M. E. B. (2010). Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. *Cidades*. Presidente Prudente: GEU, 11(7), 125-150.

Sposito, Maria Encarnação Beltrão. (2013). *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp.

Szmrecsányi, T. (2002). Celso Furtado e o Início da Industrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 2 (86), abril-junho.

Teixeira, M. C. (1993). A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. In: *Revista Análise Social*, vol. XXVIII (121), (2º), pp.371-390.

Teixeira, C. M. (2014). Bairros de Génese Ilegal Compreender - Intervir – Reabilitar. Dissertação de mestrado em Arquitetura Paisagista. Universidade do Algarve Faculdade de Ciências e Tecnologia, Faro, 145p.

Thibert, J. & Osorio, G. A. (2014). Urban Segregation and Metropolitcs in Latin America: The Case of Bogotá, Colombia, *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(4), 1319–43. July.

Thiollent, M. J. M. (1982). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária* (3ª ed.). São Paulo: Ed. Vozes.

Tineu, R. & Borges, C. M. D. M. (2016). Desigualdade e segregação socioespacial da população negra na cidade de São Paulo. *Rev. Belas Artes*, 22, 01-21. Set-Dez.

Tota, A. P. & Bastos, P. I. de A. (1994). *História geral* (Novo Manual Nova Cultural), São Paulo: Nova Cultural.

Ugá, V. D. (2004). A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 23, 55-62. Nov.

UN-HABITAT (2006). *State of the World's Cities 2006/2007: The Millennium Development Goals and Urban Sustainability*. Londres: Earthscan.


- Vasconcelos, P. de A. (2009). O rigor no uso das noções e conceitos na Geografia Urbana. *Cidades*. Presidente Prudente: GEU,10(6), 341-357.
- Velho, G. & Kuschnir, K. (Orgs.). (2003). *Pesquisas Urbanas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Vieira, J. L. (2008). *A História do Automóvel*, São Paulo: Alaúde.
- Villaça, F. (1997). Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. *VII Encontro Nacional da ANPUR (1997)*. Consultado em outubro, 2014, em [flaviovillaca.arq.br](http://flaviovillaca.arq.br).
- Villaça, F. (2001a). *A segregação e a estruturação do espaço intra-urbano: o caso do Recife*, São Paulo: Publicação própria.
- Villaça, F. (2001a). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute.
- Villaça, F. (2003). Segregação urbana e a justiça (ou A justiça no Injusto Espaço Urbano). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 11, 44, 341/346, julho/setembro,
- Villaça, F. (2005). *As Ilusões do Plano Diretor*, São Paulo. Consultado em 12-03-2015. [flaviovillaca.arq.br/livros01.html](http://flaviovillaca.arq.br/livros01.html).2005.
- Villaça, F. (2011). São Paulo: segregação urbana e desigualdade, *Estudos Avançados*, São Paulo, 25(71), 36-58.
- Volochko, D. (2015). A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In Carlos, A. F. A., Volochko, D., Alvarez, I. P. (Orgs.). *A cidade como negócio* São Paulo: Contexto. pp.97-120.
- Wiertza, D. (2016). Segregation in Civic Life: Ethnic Sorting and Mixing across Voluntary Associations, *American Sociological Review*, 81(4), 800-827c.
- Whitack, A. M. (2007). Uma discussão sobre a morfologia urbana e articulação de níveis diferentes de urbanização. In Sposito, M. E. B. (Org). *Cidades médias. Espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular. pp.139-156.



## **ANEXOS**

## ANEXO 1

Inquérito aplicado no Bairro das Andorinhas (Braga) e no Bairro Invasão de São Conrado (Aracaju)

 <p>Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais Departamento de Geografia</p>	<p><b>Este questionário é anónimo</b> e destina-se a recolher informações para uma tese de doutoramento, que tem como objectivo a elaboração de um estudo comparativo sobre os processos de segregação sócio-espacial em curso na cidade de Braga (Portugal) e Aracaju (Brasil).</p> <p>Anselmo Machado, Doutorando em Geografia na Universidade do Minho (machadoanselmo56@gmail.com).</p>
--	---

Braga (Bairro das Andorinhas)  [Nr do questionário\_\_\_\_\_ ]

Aracaju (Bairro da Invasão de São Conrado)  [Nr do questionário\_\_\_\_\_ ]

### A. Caracterização do inquirido

#### 1. Escalão etário (assinalar com um X)

- 1.1. 19 anos ou menos
- 1.2. Dos 20 aos 29 anos
- 1.3. Dos 30 aos 39 anos
- 1.4. Dos 40 aos 49 anos
- 1.5. Dos 50 aos 59 anos
- 1.6. Dos 60 aos 69 anos
- 1.7. 70 anos ou mais

#### 2. Género (assinalar com um X)

- 2.1. Feminino
- 2.2. Masculino

#### 3. Nível de escolaridade (assinalar com um X)

- 3.1. Menos de 4 anos de escolaridade
- 3.2. 1º Ciclo do ensino básico completo (4 anos de escolaridade completos)
- 3.3. 2º Ciclo do ensino básico completo (6 anos de escolaridade completos)
- 3.4. 3º Ciclo do ensino básico completo (9 anos de escolaridade completos)
- 3.5. Ensino secundário completo (12 anos de escolaridade completos)
- 3.6. Ensino superior completo (bacharelato ou licenciatura completos)
- 3.7. Pós-graduação (mestrado ou doutoramento completos)

#### 4. Condição perante o trabalho (assinalar com um X)

- 4.1. Estudante
- 4.2. Doméstica/o
- 4.3. Desempregado/a (procura de 1º emprego)
- 4.4. Desempregado/a (procura novo emprego)
- 4.5. Empregado/a
- 4.6. Reformado/a
- 4.7. Incapacitado/a para o trabalho
- 4.8. Outra situação , qual? \_\_\_\_\_

#### 5. Profissão

5.1. Se assinalou 'empregado/a' na questão anterior, qual a sua profissão

\_\_\_\_\_

5.2. O seu local de trabalho situa-se dentro do bairro em que vive (assinalar com um X):

5.2.1. Sim

5.2.1. Não  em que local trabalha \_\_\_\_\_

### 6. Agregado familiar

6.1. Quantas pessoas vivem na sua habitação \_\_\_\_\_

6.2. Qual o seu grau de parentesco (ou outro tipo de relação) com as restantes pessoas que habitam na sua residência \_\_\_\_\_

## B. Caracterização da habitação em que reside

### 7. Regime de propriedade da habitação onde mora (assinalar com um X)

7.1. Casa própria (sem empréstimo)

7.2. Casa própria (com empréstimo)

7.3. Casa arrendada

7.4. Casa cedida por familiares/amigos

7.5. Habitação social

7.6. Outra situação  qual \_\_\_\_\_

### 8. Tipologia da habitação em que reside (assinalar com um X)

8.1. Moradia unifamiliar (vivenda)

8.2. Andar em prédio colectivo

8.3. Quantos quartos de dormir tem a sua habitação? \_\_\_\_\_

### 9. Para além do espaço onde vive a sua habitação é também o local onde trabalha?

9.1. Não

9.2. Sim (trabalho a partir de casa algumas horas do dia/da semana)

9.3. Sim (todo o meu trabalho é feito em casa)

### 10. Como avalia a qualidade da sua habitação em relação aos seguintes critérios:

	Muito Boa	Boa	Má	Muito má	Não tem
10.1. Dimensão (m2)					
10.2. Qualidade construtiva					
10.3. Iluminação solar					
10.4. Vistas					
10.5. Conforto térmico					
10.6. Isolamento sonoro					
10.7. Instalações sanitárias					
10.8. Qualidade dos espaços comuns (entrada do prédio, caixa de escadas, fachada...)					
10.9. Garagem					
10.10. Espaço de arrumos					
10.11. Jardim privado					
10.12. Varandas ou terraços					

10.13. Globalmente, como avalia a qualidade da sua habitação					
--	--	--	--	--	--

### **C. Mobilidade residencial**

**11.** Antes de residir neste bairro onde residia anteriormente? (explicitar não só o município ou cidade onde residia, mas também o local/ bairro que habitava)?

\_\_\_\_\_

**12.** Na sua perspectiva considera que ter-se mudado para o bairro onde mora actualmente consistiu numa progressão (melhoria) em termos do seu bem-estar e qualidade de vida, face ao local onde residia anteriormente.

12.1. Sim (a mudança para aqui foi uma melhoria na minha qualidade de vida)

12.2. Não (com a mudança para aqui perdi qualidade de vida)

12.3. Não sabe / não responde

**13.** Porque escolheu viver neste bairro? Qual o motivo porque veio residir para este bairro?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**14.** Quando se mudou para este bairro tinha certamente uma ideia sobre ele e sobre como seria morar aqui. Qual era essa ideia que tinha?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**15.** Hoje e conhecendo o que é viver neste bairro, considera que a ideia que tinha deste bairro antes de se mudar para cá, corresponde de facto com a realidade do que é viver aqui?

15.1. Sim, corresponde com a ideia que tinha

15.2. Não, é melhor viver aqui do que eu pensava que fosse

15.3. Não, é pior viver aqui do que eu pensava que fosse

15.4. Não sabe / não responde

**16.** Se tivesse condições financeiras que lhe permitissem mudar para uma outra habitação na mesma cidade, o que preferia:

16.1. Manter-se na habitação onde se encontra actualmente

16.2. Mudaria para uma outra habitação, mas no mesmo bairro onde mora

16.3. Mudaria para outra habitação noutra local da cidade

qual local? \_\_\_\_\_

e porquê que escolheria esse local? \_\_\_\_\_

### **D. Caracterização do bairro em que vive**

**17.** Este bairro para além de ser o seu espaço de residência, que outro tipo de actividades habitualmente desenvolve aqui:

17.1. Aquisição de bens no comércio local do bairro

17.2. Aquisição de serviços em estabelecimentos privados ou equipamentos públicos do bairro

17.3. Passeio, caminhadas ou outro tipo de actividades ao ar livre no bairro

17.4. Estar com amigos/familiares em cafés do bairro

17.5. Estar com amigos/familiares no espaço público do bairro

17.6. Frequência de associações do bairro

17.7. Este bairro não é apenas o local onde mora mas também o local onde trabalha

**18. A maioria do seu tempo livre, que ocupa em actividades fora de casa, é passado:**

18.1. No bairro em que reside

18.2. Noutras partes da mesma cidade  quais? \_\_\_\_\_

**19. Em relação ao bairro onde mora, como avalia os seguintes critérios:**

	Muito Boa	Boa	Má	Muito Má	Não sabe/ não responde
19.1. Limpeza urbana (limpeza do espaço público)					
19.2. Qualidade dos espaços verdes públicos (passeios, jardins, praças ....)					
19.3. Transportes públicos					
19.4. Segurança e tranquilidade					

**20. Globalmente, como avalia o seu grau de satisfação com o bairro onde reside:**

20.1. Estou muito satisfeito em morar aqui

20.2. Estou satisfeito em morar aqui

20.3. Estou insatisfeito em morar aqui

20.4. Estou muito insatisfeito em morar aqui

**21. Quais as principais vantagens de morar neste bairro:**

---

---

---

**22. Quais as principais desvantagens em morar neste bairro:**

---

---

**E. Redes de interacção**

**23. Como avalia o grau de conhecimento e contacto com os seus vizinhos que moram neste bairro?**

23.1. Muito Forte

23.2. Forte

23.3. Fraco

23.4. Muito Fraco

24. Que tipo de interacção tem com os seus vizinhos que moram neste bairro (entreeajuda, apoio em situações de doença, apoio no cuidado de crianças ou idosos, ...)?

---

---

**25. Tem familiares que residam no seu bairro, mas numa habitação diferente da sua?**

25.1. Sim

25.2. Não

26. Se respondeu afirmativamente na questão anterior, de que modo é importante para si essa proximidade com os seus familiares que também residem neste bairro?

---



---

**27. A maioria dos seus amigos que mora nesta cidade, residem:**

27.1. no mesmo bairro em que vive

27.2. ou noutras partes da cidade  quais? \_\_\_\_\_

**28. Este bairro é frequentado por moradores residentes noutras partes da cidade?**

28.1. Muito frequentado

28.2. Razoavelmente frequentado

28.3. Pouco frequentado

28.4. Muito pouco frequentado

**29.** No caso de na questão anterior ter respondido que este bairro não é usualmente frequentado pelos restantes moradores da mesma cidade, na sua opinião isso é:

29.1. negativo  porquê? \_\_\_\_\_

29.2. positivo  porquê? \_\_\_\_\_

**30.** No caso de ter respondido que este bairro é frequentado pelos restantes moradores da cidade, quais os motivos dessa frequência: \_\_\_\_\_

**F. Percepções**

**31.** Que opinião lhe parece que as pessoas que moram noutros locais desta cidade têm sobre este bairro?

---

---

---

**32.** Considera que essa ideia que têm deste bairro corresponde com a realidade:

32.1. Sim

32.2. Não

**33.** Alguma se sentiu prejudicado na sua vida profissional (ou em entrevistas de emprego) pelo facto de residir neste bairro:

33.1. Sim

33.2. Não

Porquê \_\_\_\_\_

**34.** Considera que o bairro em que reside está bem integrado com o resto da cidade ou é um espaço 'à parte' na cidade:

34.1. É um espaço muito bem integrado na cidade

34.2. É um espaço bem integrado na cidade

34.3. É um espaço 'à parte' na cidade

34.4. É um espaço com uma realidade muito particular e por isso muito 'à parte' da cidade

**G. Perspectivas de desenvolvimento futuro do bairro em que reside**

**35.** Na sua opinião quais os principais investimentos que deveriam ser feitos para melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos residentes neste bairro?

---

---

---

**36.** No caso de considerar que este bairro não está convenientemente integrado com o resto da cidade, o que poderia ser feito para que este bairro estivesse mais articulado com o resto da cidade e fosse mais frequentado por pessoas que não residem aqui, para que não fosse assim tão visto como um espaço 'à parte' na cidade?

---

---

---

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

## **ANEXO II**

Guião da Entrevista aplicada na Encosta do Bom Jesus (Braga) e no Bairro Jardins (Aracaju)

### **MOTIVAÇÃO**

1. Se pudesse escolher livremente, em que parte da cidade de Braga/ *Aracaju* gostava de habitar e porquê?
2. Porquê que escolheu viver na Encosta do Bom Jesus/ *Bairro Jardins*? Quais os motivos porque veio residir para este local?
3. Antes de morar na Encosta do Bom Jesus/ *Bairro Jardins* onde morava?

### **PERCEPÇÃO**

4. Que opinião lhe parece que os cidadãos de Braga/ *Aracaju* têm sobre a Encosta do Bom Jesus/ *Bairro Jardins* enquanto local de residência (que opinião têm aqueles que moram noutras partes da cidade de Braga/ *Aracaju*).
5. Quando se mudou para a Encosta do Bom Jesus/ *Bairro Jardins* tinha certamente uma ideia sobre como seria morar aqui. Qual era essa ideia que tinha (antes de ter vindo viver para cá)?
6. Hoje e conhecendo o que é viver na Encosta do Bom Jesus/ *Bairro Jardins*, considera que a ideia que tinha sobre este local (antes de ter vindo viver para cá) corresponde com a realidade? Como é de facto viver na Encosta do Bom Jesus/ *Bairro Jardins*?

### **INTERACÇÃO**

7. Na cidade de Braga/ *Aracaju*, interage mais com os seus vizinhos da Encosta do Bom Jesus/ *Bairro Jardins* ou com habitantes de outros locais da cidade?
8. Que tipo de interacção tem com os seus vizinhos que moram na Encosta do Bom Jesus/ *Bairro Jardins* (partilha de actividades, entreaduda, apoio em situações de doença, apoio no cuidado de crianças/idosos, etc.)?

9. Em relação a outras pessoas que vivem em Braga/*Aracaju* (mas não na Encosta do Bom Jesus/*Bairro Jardins*) e com quem interage habitualmente, em que partes da cidade vivem? Que tipo de interações tem com essas pessoas?

## INTEGRAÇÃO

10. As pessoas da cidade de Braga/*Aracaju* que usualmente visitam a Encosta do Bom Jesus/*Bairro Jardins* moram em que sítios de Braga/*Aracaju*? Em relação a essas pessoas externas à Encosta do Bom Jesus e que aqui se deslocam, quais os motivos principais porque vêm até à Encosta do Bom Jesus/*Bairro Jardins*?
11. Considera que a Encosta do Bom Jesus/*Bairro Jardins* está bem integrada com o resto da cidade de Braga/*Aracaju* ou é um espaço 'à parte' na cidade? Em que aspectos é que devia estar melhor integrado com o resto da cidade de Braga/*Aracaju*? Ou considera que devia estar ainda mais 'à parte' da cidade?

## AVALIAÇÃO

12. Em relação às características da sua casa, o que mais gosta/aprecia na sua casa e o que menos gosta/aprecia na sua casa?
13. Está satisfeito em viver na Encosta do Bom Jesus/*Bairro Jardins*? Quais as principais vantagens e desvantagens de morar neste local?
14. Na sua opinião quais os principais investimentos que deveriam ser feitos para melhorar a qualidade de vida e bem-estar na Encosta do Bom Jesus/*Bairro Jardins*?

## Caracterização do entrevistado

### 1. Escalão etário

- 1.1. 19 anos ou menos       1.2. Dos 20 aos 29 anos       1.3. Dos 30 aos 39 anos   
1.4. Dos 40 aos 49 anos       1.5. Dos 50 aos 59 anos       1.6. Dos 60 aos 69 anos   
1.7. 70 anos ou mais

## **2. Género**

- 2.1.** Feminino       **2.2.** Masculino

## **3. Nível de escolaridade**

- 3.1.** Menos de 4 anos de escolaridade   
**3.2.** 1º Ciclo do ensino básico completo (4 anos de escolaridade completos)   
**3.3.** 2º Ciclo do ensino básico completo (6 anos de escolaridade completos)   
**3.4.** 3º Ciclo do ensino básico completo (9 anos de escolaridade completos)   
**3.5.** Ensino secundário completo (12 anos de escolaridade completos)   
**3.6.** Ensino superior completo (bacharelato ou licenciatura completos)   
**3.7.** Pós-graduação (mestrado ou doutoramento completos)

## **4. Condição perante o trabalho** (assinalar com um X)

- 4.1. Estudante       4.2. Doméstica/o       4.3. Desempregado/a (procura de 1º emprego)   
**4.4.** Desempregado/a (procura novo emprego)   
**4.5.** Empregado/a       **4.6.** Reformado/a       **4.7.** Incapacitado/a para o trabalho   
**4.8.** Outra situação  , qual? \_\_\_\_\_

## **5. Profissão.** Se assinalou 'empregado/a' na questão anterior, qual a sua profissão

\_\_\_\_\_

## **6. Agregado familiar.** Para além de si, quantas pessoas vivem na sua habitação: \_\_\_\_\_

## ***Escrevivendo***

*O tempo.  
Das identidades diluídas.  
Dos homens perdidos.  
Achados somente pelo capital  
Agitação feroz, tudo inútil!  
Aumento tecnológico do conforto.  
Hedonismo. Computador, avião, maquinação!  
A Europa é ali.  
Os Estados Unidos bem perto.  
E o meu coração? Globalizado, perdido em mil maneiras.  
Em mil negócios. Afazeres...Azáfama...  
Um grande barulho de máquinas.  
Você, sua mágoa.  
Você, sua tristeza infinda.  
Diluída.  
Tempo globalizado.  
Somado. Multiplicado. Capitalizado.  
Tempo perdido p'ro amor...  
P'ro diálogo.  
Tempo antissolidário.  
Espaço globalizado.*

Poema de Maria Socorro Rocha, do livro 'Escrevivendo' de 2011 (p.57)